ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO da FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Diretor:

Alain Florent Stempfer Wilton de Oliveira Bussab Vice-Diretor Administrativo: Domingo Zurrón Ocio

Chefia do NPP:

Gisela Black Taschner

Comissão de Pesquisas e

Vice-Diretor Acadêmico:

Publicações:

Antonio Carlos da Cunha Manfredini de Oliveira

Carlos Osmar Bertero Claude Machline

Fernando Cláudio Prestes Motta Gisela Black Taschner (Presidente) Marcos Henrique Nogueira Cobra

William Eid Júnior

Impresso na Xerox Document Center da EAESP/FGV

Coordenação: Seiji Okuda

Editoração:

Graciema Cavalcanti Bullara

Capa:

Sônia da Silva Okuda

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apontar importantes diferenças nos argumentos e diagnósticos de destacados economistas brasileiros. A evidência forte é a de que eles não oferecem respostas unânimes, claras e inequívocas para questões econômicas muito bem definidas. O pressuposto, que a realização das entrevistas corroborou, é o de que a Retórica exerce um papel fundamental na Ciência Econômica. Neste relatório apresentamos as idéias de Affonso Celso Pastore, André Lara Resende, Antonio Delfim Netto, Celso Monteiro Furtado, Eduardo Giannetti da Fonseca, Luiz Carlos Bresser Pereira, Maria da Conceição Tavares, Mário Henrique Simonsen e Roberto de Oliveira Campos. Procuramos identificar um pouco da experiência destes economistas, suas opiniões sobre a Retórica na Economia, o ferramental Técnico e Metodológico utilizado e suas visões de Desenvolvimento Econômico e Inflação. Subjacente à leitura das entrevistas exploramos as divergências e os problemas de comunicação na discussões econômicas. A ênfase foi na variedade e eloqüência dos argumentos e no julgamento pessoal.

PALAVRAS CHAVES

Economia brasileira; História econômica; Economia do desenvolvimento; Inflação; Retórica; Metodologia; História oral; Entrevistas; Pós-graduação em Economia

ABSTRACT

The aim of this paper is to point out the main differences in the reasonings and diagnostics from some important Brazilian economists. The very strong evidence is that they do not have unanimous answers to quite well defined questions. The Brazilian economist is usually a generalist. As a policy maker, or working in the private sector, or even in the academic career, they are forced to opine about different subjects. In this version we present the ideas of Affonso Celso Pastore, André Lara Resende, Antonio Delfim Netto, Celso Monteiro Furtado, Eduardo Giannetti da Fonseca, Luiz Carlos Bresser Pereira, Maria da Conceição Tavares, Mário Henrique Simonsen e Roberto de Oliveira Campos. We have tried to identify their experiences, their methods and their opinions about inflation and economic development. We have also explored the divergence and the communication problems in economic discussion. We have emphasized the arguments' variance and eloquence, and the personal judgment.

KEY WORDS

Brazilian economy; Economic history; Development economics; Inflation; Rethoric; Methodology; Oral history; Interviews; Economics Graduate courses

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS
PREFÁCIO
PANO DE FUNDO PARA AS ENTREVISTAS
Introdução
Retórica na Economia
Dois Temas de Investigação Recorrentes: Inflação e Desenvolvimento . 19
Teorias de Inflação e a Inflação Brasileira
Desenvolvimento Econômico
Algumas Teorias do Subdesenvolvimento
ENTREVISTAS:
ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS (1917) 36
CELSO MONTEIRO FURTADO (1920) 51
ANTONIO DELFIM NETTO (1929) 69
MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES (1931) 88
LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA (1934) 106
MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN (1935)
AFFONSO CELSO PASTORE (1940) 142
ANDRÉ LARA RESENDE (1952)
EDUARDO GIANNETTI DA FONSECA (1956) 178
CONSIDERAÇÕES FINAIS
BIBLIOGRAFIA SELECIONADA E REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS
RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS SIGLAS CITADAS 22
ÍNDICE TEMÁTICO POR AUTOR224

CONVERSAS COM ECONOMISTAS BRASILEIROS

Entrevistas com

Affonso Celso Pastore
André Lara Resende
Antonio Delfim Netto
Celso Monteiro Furtado
Eduardo Giannetti da Fonseca
Luiz Carlos Bresser Pereira
Maria da Conceição Tavares
Mário Henrique Simonsen
Roberto de Oliveira Campos

por

Professor de Metodologia da Economia do Curso de Doutorado em Economia da FGV/SP

CIRO BIDERMAN E LUIS FELIPE L. COZAC

Doutorandos em Economia da FGV/SP

AGRADECIMENTOS

A idéia deste trabalho surgiu no segundo semestre de 1994, quando comentávamos o livro de Arjo Klamer "seria interessante uma versão brasileira deste livro". Nas aulas de Desenvolvimento Econômico do Curso de Doutorado em Economia, o assunto continuou. Foi aí que surgiu a oportunidade de um financiamento pelo Núcleo de Pesquisas e Publicações da FGV (NPP). O projeto foi ao NPP e também enviamos uma cópia a Bresser Pereira.

Gisela Black Taschner, Coordenadora do NPP e Presidente da Comissão de Pesquisas, foi a primeira pessoa a discutí-lo. Ajudou a transformar o que era um projeto de livro num projeto de pesquisa nos moldes do NPP. Fora todo apoio logístico deste Núcleo, a ajuda financeira do NPP viabilizou o trabalho. Além de Gisela, agradecemos a Isolete Barradas e Beatriz Lacombe o apoio dispensado a esta pesquisa.

As considerações, orientações e contatos do Professor Bresser, a quem tecemos um agradecimento especial, foram decisivas para a consecução de nossos objetivos. Auxiliaram no levantamento bibliográfico os monitores Rogério Cukierman e Helton Ricardo Zucconi. Lavínia Leite R. Silveira fez a transcrição inicial das entrevistas. Marisa P.L.Rego, Paula Zingg e Fanny Biderman, foram sempre entusiastas do projeto.

A participação das secretárias e assessores dos entrevistados também deve ser lembrada. Samir Cury ajudou a agendar a entrevista com Maria da Conceição Tavares, Walter Foster a de Pastore e Cecília Cukierman a de Delfim. Dr. Paulo Mercadante tornou possível a entrevista com Roberto Campos. O Prof. Antônio Maria da Silveira da FGV/Rio, ajudou na viabilização da entrevista com Mário Henrique Simonsen.

Agradecimentos especiais aos entrevistados, pela atenção, interesse, apoio e críticas construtivas ao projeto e de uma forma geral, a todos não citados que direta ou indiretamente colaboraram para a realização do trabalho, já que o risco de omissão é inevitável.

Os depoimentos que seguem permitem diversas análises (inclusive do ponto de vista de outras disciplinas). Neste relatório selecionamos alguns trechos das entrevistas que permitem verificar a posição dos autores com relação a pontos controversos bem definidos.

São Paulo, 08 de dezembro de 1995

Prof. .

Ciro Biderman

Luis Felipe Cozac

PREFÁCIO

O objetivo deste trabalho é apontar importantes diferenças nas apreciações, argumentos e diagnósticos de alguns de nossos mais renomados economistas. A evidência é que eles não oferecem respostas unânimes, claras e inequívocas para questões econômicas muito bem definidas.

As diferenças expressam-se também no ferramental técnico e metodológico utilizado. É como se os economistas destas "tribos" separadas falassem idiomas diferentes; uns dão mais ênfase à investigação histórica, outros enfatizam elementos institucionais. Alguns são fortemente abstratos, utilizando-se em maior ou menor grau da matemática e de testes estatísticos. Uma técnica analítica pode ser amplamente utilizada por um grupo e completamente ignorada por outro.

Mas o fato é que não existe maneira inequívoca ou teste empírico definitivo que aponte quem esteja com a razão. Neste mundo dos economistas, a Retórica ocupa um lugar fundamental, bem mais importante que o realismo de algumas suposições ou a verificação de alguma predição (McCloskey [1983] e Friedman [1953]). No Brasil, estas particularidades são bastante perceptíveis nos expoentes da Análise Econômica e da Economia Política Brasileira. Um tema subjacente à leitura das entrevistas é a exploração das divergências e dos problemas de comunicação na discussão de questões econômicas.

Seguindo a mesma estrutura encontrada em Klamer (1983), o objetivo final desta pesquisa foi o de apresentar uma série de entrevistas com membros de diversas escolas de pensamento econômico brasileiro, profissionais que possuem experiências e pontos de vista bastante diferentes sobre a realidade.

Mostraremos o que estes analistas e teóricos da economia brasileira estão pensando sobre a análise econômica em geral e sobre candentes questões de política econômica, fortemente presentes tanto na comunidade profissional quanto no debate público. Neste relatório, apresentamos trechos selecionados de nove entrevistas que já indicam o quanto o debate é acirrado.

A ênfase foi na variedade, na eloquência dos argumentos e no papel do julgamento pessoal. Pudemos verificar como falam sobre si mesmos e sobre os outros economistas. Como veremos a seguir, as perguntas seguem uma estrutura comum em todas as entrevistas, mas foram adaptadas conforme o tom e a direção tomada pelas conversas. As entrevistas pretenderam também deixar claro o instrumental e opção metodológica de cada entrevistado.

Um problema inicial da pesquisa era escolher a amostra de economistas que pudesse ser representativa. É claro que qualquer lista seria incompleta e qualquer critério não seria absoluto. Além do mais, existia um problema prático, já que é inviável, do ponto de vista financeiro e temporal, realizar um número muito grande de entrevistas. Assim, tivemos de excluir da nossa amostra uma série de economistas importantes. Entre os economistas que conversamos, não existe consenso quanto a lista "ideal". Aliás, uma evidência da nossa hipótese preliminar (diversidade de opiniões entre os economistas) já pode ser verificada na seleção da amostra. Cada economista teria, a rigor, uma lista diferente, em geral pendendo para sua escola ou corrente.

Alguns dos critérios de seleção para os entrevistados foram: relevância da contribuição acadêmica para a Análise Econômica (que congrega todos os elencados) e para a Teoria Econômica. Experiência burocrática no setor público (quatro de nossos entrevistados são ex-Ministros de Estado: Roberto Campos, Celso Furtado, Delfim Netto, Luiz C. Bresser Pereira e Mário H. Simonsen) e penetração no atual debate econômico foram também critérios considerados.

A maioria dos entrevistados teve participação na criação ou desenvolvimento de centros de pós-graduação: Lara Resende na PUC-Rio juntamente com Edmar Bacha e Pérsio Arida; Delfim Netto e Pastore na USP, Maria da Conceição Tavares, UFRJ e UNICAMP, juntamente com Belluzzo. Bresser, na FGV de São Paulo. Escolhemos Eduardo Giannetti e Paulo Nogueira Batista Jr. como representantes da "nova geração", com visões distintas da realidade econômica e forte penetração no debate público.

Cabe ainda destacar que as divergências apresentadas, no caso dos economistas brasileiros, são basicamente diferentes dos entrevistados por Klamer (1983) dado que são diferentes as problemáticas.

PANO DE FUNDO PARA AS ENTREVISTAS

INTRODUÇÃO

A nossa experiência da história é indissociável de nosso discurso sobre ela. Essa experiência, pode ser tão variada quanto os diferentes tipos de discurso com que nos deparamos na própria história da escrita. Dentro dessa visão, a história oral não é apenas um objeto que podemos estudar mas, antes de tudo, uma relação com o passado mediada por um tipo distinto de discurso, mais espontâneo, menos elaborado previamente.

O depoimento histórico só é possível quando se pressupõe uma memória do passado. Assim, o discurso histórico não pressupõe que nosso conhecimento da história derive de um modo distinto para estudar o que vem a ser passado e não presente. Os eventos, as pessoas, as estruturas e os processos do passado podem ser tomados como objetos de estudo por toda e qualquer disciplina das ciências humanas e sociais e, de fato, até mesmo por muitas das ciências físicas.

Hoje é possível reconhecer que no discurso realista, tanto quanto no discurso imaginário, a linguagem é ao mesmo tempo forma e conteúdo, e que esse conteúdo linguístico tem de ser computado entre os outros tipos de conteúdos (factual, conceitual e genérico) que formam o conteúdo geral do discurso como um todo.

Esse reconhecimento permite ao analista do discurso histórico perceber em que medida esse discurso constrói seu assunto no próprio processo de falar sobre ele. A noção do conteúdo da forma linguística, autoriza a busca e a análise da função dos elementos figurativos na prosa da historia tanto quanto na prosa ficcional. Filósofos como Quine, Searle, Goodman e Rorty (que influenciou sobremaneira McCloskey na análise retórica da economia) mostraram a dificuldade em distinguir o que era dito do como era dito, até mesmo nos discursos das ciências físicas, quanto mais em discursos como o da história ou da economia.

Esses trabalhos confirmaram aquilo que havia sido uma pressuposição fundadora dos linguistas, a saber, que a linguagem nunca é um conjunto de formas vazias esperando para serem preenchidas com um conteúdo factual e ou conceitual, ou para serem conectadas a referencias pré-existentes no mundo, mas está ela própria no mundo como uma "coisa" entre outras e já é carregada de conteúdos figurativos. Isso implicava que as distinções entre a escrita imaginativa e realista e entre o discurso ficcional e factual, em cuja base a historiografía havia sido analisada desde a sua separação da retórica, tinham de ser reformuladas e reconceitualizadas.

Antes do início do século XIX, a historiografia era vista como um ramo do discurso oratório e um assunto próprio da teoria da retórica. No entanto, ela foi separada da retórica ao longo do século XIX, em consequência do movimento para tornar os estudos históricos mais "científicos". O duplo ataque à retórica dos poetas românticos, de um lado, e da filosofia positivista, de outro, levou ao desprezo geral da retórica por toda a alta cultura ocidental. No entanto, recentemente houve uma recuperação da importância da retórica, tanto no campo da historiografia como no campo da economia. O nosso trabalho pretendeu realizar uma investigação no campo da história oral e no campo da retórica, preocupado especificamente com a resolução de controvérsias entre os economistas e de verificação do seu poder de persuasão.

O objetivo deste capítulo é discutir, ainda que de forma introdutória, três dos temas tratados nas entrevistas: Retórica, Inflação e Desenvolvimento Econômico. Na próxima seção, será localizado filosoficamente as idéias de McCloskey (1983) e Arida (1983) sobre a retórica na ciência econômica. Na seção seguinte tecemos breves considerações sobre o processo inflacionário brasileiro e a última seção realiza discussões sobre a economia do desenvolvimento, enfatizando as teorizações sobre subdesenvolvimento.

RETÓRICA NA ECONOMIA

Um dos méritos dos trabalhos de McCloskey (1983) e Arida (1983), ainda que inspirados por orientações teóricas diferenciadas, foi o da introdução da retórica como uma questão de primeira ordem na avaliação das diferentes construções teóricas

no campo da Economia. A inspiração de McCloskey (na ocasião Donald, antes de sua mudança de nome, ver *Eastern Economic Journal*, Vol.21, no.4) veio fundamentalmente da corrente filosófica do pragmatismo norte-americano que tem hoje como um dos seus expoentes Richard Rorty. Já Pérsio Arida sofreu uma influência significativamente mais heterogênea, mas podemos destacar a importância de Chaim Perelman que por sua vez se influencia de estudos de retórica de Aristóteles. Por ser relativamente recente a percepção da importância da retórica na Economia o tem gerado muita polêmica e muito mal entendido, inclusive em relação às influências mais remotas deste campo de investigação. Por isso, a seguir tecemos considerações que objetivam localizar filosoficamente estas inspirações.

ARIDA: A PARTIR DE ARISTÓTELES E DA NOVA RETÓRICA DE CHAIM PERELMAN

Como é sabido, as raízes da filosofia da matemática, bem como da própria matemática, estão na Grécia. Para os gregos, Matemática significava Geometria e a filosofia da matemática, de Platão e Aristóteles, a filosofia da geometria. Para Platão, a missão da filosofia era descobrir o conhecimento verdadeiro por trás do véu da opinião e da aparência, das mudanças e ilusões do mundo temporal. Nesta missão, a matemática tinha um papel central, pois o conhecimento matemático era um exemplo notável de conhecimento independente da experiência dos sentidos. Georgescu-Roegen (1981), ao destacar as importantes diferenças de pressupostos filosóficos entre o Oriente e o Ocidente, registra a importância da filosofia grega e particularmente da Geometria Euclidiana. Enquanto na Grécia, os filósofos procuravam a causa primeira, na Índia, por exemplo, esforçavam-se em descobrir a essência absoluta. Enquanto os gregos acreditavam que a verdade é alcançada pelo caminho do raciocínio, os hindus sustentavam que a verdade se revela através da contemplação. "Sem o hábito analítico mantido vivo pelos Elementos de Geometria de Euclides e pelos escritos do estagirita, Kepler, Galileu, Newton e todos os grandes homens da ciência, ver-se-iam compelidos a juntar-se aos sinoshindus na observação contemplativa e casual da natureza (pg.209 e 217).

Na controvérsia filosófica entre o racionalismo e o escolasticismo e, mais tarde, entre o racionalismo e as novas correntes radicais do empirismo e materialismo, a geometria nunca foi questionada. Os filósofos discutiam se partimos da Razão para descobrir as propriedades do mundo físico, ou se temos somente nossos sentidos com os quais vamos descobrir as propriedades dos objetos físicos. Nestas disputas, ambos os lados aceitavam a não problematicidade do conhecimento geométrico. A geometria era considerada por todos, especialmente os matemáticos, como o mais firme e mais confiável ramo do conhecimento. A análise matemática obtinha seu significado e legitimidade a partir de suas ligações com a geometria. No entanto, a descoberta das geometrias não-euclidianas, que mostraram que havia mais de uma geometria possível e a ultrapassagem da intuição geométrica, com as descobertas das curvas que enchem o espaço e curvas contínuas que não têm derivadas em nenhum ponto fizeram com que a intuição geométrica deixasse de ser um fundamento, um alicerce sólido sobre o qual se repousava a matemática.

Liderados por Dedekind e Weiertrass, os matemáticos passaram então da geometria à aritmética como fundamento para a matemática. Para fazê-lo, foi necessário apresentar uma construção do contínuo linear, isto é, do sistema dos números reais, para mostrar como ele podia ser construído a partir dos inteiros. Nos três métodos propostos para tanto (Dedekind, Cantor e Weiestrass) foi necessário usar algum conjunto infinito de números racionais, a fim de definir ou construir um número real. Desta forma, no esforço de reduzir a análise e a geometria à aritmética, introduziram-se conjuntos infinitos nos fundamentos da matemática.

Parecia que a idéia de um conjunto era tão simples e fundamental que poderia ser o tijolo com o qual se construiria a matemática. A teoria dos conjuntos parecia, a princípio, ser quase o mesmo que a lógica. A relação de inclusão em teoria dos conjuntos, A é um subconjunto de B, pode ser sempre restrita como a relação lógica de implicação, se A, então B. Assim parecia possível que a lógica da teoria dos conjuntos poderia servir de fundamento para toda a matemática.

Registram Nagel e Newman (1973) que por longo tempo a codificação aristotélica das fórmulas válidas de dedução foi tida em amplos círculos como completa e incapaz de sofrer uma melhoria essencial. Já em 1787, Kant afirmou que desde Aristóteles

a lógica formal "não conseguiu avançar um passo sequer e, ao que tudo indica, é um corpo fechado e completo de doutrina" (Citado em Nagel e Newman). O fato é que a lógica tradicional é gravemente incompleta e falha mesmo em dar conta de muitos princípios de inferência empregados de maneira muito elementar no raciocínio matemático. O renascimento dos estudos lógicos na época moderna começou em 1847, com a publicação de A Análise Matemática da Lógica, de George Boole. Em 1854, Boole publicou An Investigation of the Laws of Thought. A preocupação do autor foi desenvolver uma álgebra da lógica que fornecesse uma notação mais precisa de tipos mais gerais de dedução do que os dos princípios lógicos tradicionais.

A partir de Cantor e Boole, surge a linha de investigação de Frege, Whitehead e Russel (esta corporificada classicamente nos *Principia Mathemática*, obra de ambos, de 1910), que tentam subsumir a matemática pura como um capítulo da lógica formal. Os matemáticos do século XIX foram bem sucedidos no trabalho de "aritmetizar" a álgebra e aquilo que se costumava chamar "cálculo infinitesimal". Provaram que as várias noções empregadas na análise matemática eram basicamente definidas em termos aritméticos. Até a aritmética podia ser reduzida (ou elevada) de uma estrutura fundamental a uma secundária pois Frege mostrou que os números naturais podiam ser construídos do nada, isto é, do conjunto vazio, usando-se as operações da teoria dos conjuntos. Como toda a matemática podia ser reduzida à teoria dos conjuntos, tudo o que era necessário considerar eram os fundamentos desta teoria.

No entanto, o próprio Russel verificou que a noção aparentemente transparente de conjunto continha armadilhas inesperadas, contradições, ou para usar seu eufemismo, antinomias. A lógica intuitiva, longe de ser mais segura do que a matemática clássica, era muito mais traiçoeira, pois poderia conduzir a contradições de uma maneira que não acontece na aritmética ou na geometria. Esta foi a crise dos fundamentos, o problema central nas controvérsias famosas das três primeiras décadas deste século. O programa de pesquisa de Frege, Russel e Whitehead, pretendia encontrar uma reformulação da teoria dos conjuntos que pudesse evitar paradoxos, salvando desta forma o projeto de basear toda a matemática nos alicerces da lógica.

Em 1931, um jovem de 25 anos da Universidade de Viena, Kurt Gödel, publica em um periódico alemão seu artigo "Sobre as Proposições Indecidíveis dos *Princípia*

Mathemática e Sistemas Correlatos", trabalho que se tornou um marco na história da lógica e da matemática. O Principia Mathemática do título, refere-se à obra em três volumes de Russel e Whitehead. Nagel e Newman (1973) argumentam que o artigo de Gödel "colocou os matemáticos diante da espantosa e melancólica conclusão de que o método axiomático tem certas limitações inerentes que eliminam a possibilidade de que mesmo a aritmética comum dos inteiros possa ser plenamente axiomatizada (...) As descobertas de Gödel minaram assim pré-concepções profundamente arraigadas e demoliram antigas esperanças que eram novamente alimentadas pela pesquisa sobre os fundamentos da matemática" (pg. 15 e 16).

De Gödel à reabilitação dos estudos de Retórica, com a teoria da argumentação de Chaim Perelman, foi um passo. Doutor em Direito, Perelman havia se aprofundado em estudos sobre Lógica. Seus conhecimentos jurídicos e seus profundos conhecimentos dos paradoxos da lógica e da limitação interna dos formalismos (tais como expresso no teorema de Gödel) irão influenciá-lo sobremaneira no desenvolvimento posterior de sua Teoria da Argumentação. Registram Perelman e Olbrecths-Tyteca (1958a) que a concepção restritiva da noção de prova (de razão) "é uma limitação indevida e perfeitamente injustificada do domínio onde intervém nossa faculdade de raciocinar e de provar" (pg.4). A teoria da argumentação, "não pode se desenvolver se toda prova é concebida como redução à evidência (...) Com efeito, o objeto desta teoria é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que são apresentadas a seu assentimento. O que caracteriza a adesão dos espíritos é que sua intensidade é variável: nada nos obriga a limitar nosso estudo a um grau particular de adesão, caracterizado pela evidência, nada nos permite considerar a priori como proporcionais os graus de adesão a uma tese" (pg.5).

Para Perelman, qualquer que seja a argumentação, propõe-se influenciar um auditório, ou seja, ouvintes e/ou leitores. Este auditório já admite antecipadamente certos fatos, pressuposições, valores e certas técnicas argumentativas. "A argumentação, que se apoia sobre premissas supostamente admitidas, não pode se desenvolver sem recorrer a técnicas particulares. Estas comprovam, de início, os lugares comuns, isto é, os esquemas argumentativos que, segundo Aristóteles, são admitidos por todos" (Perelman e Olbrecths-Tyteca [1972], pg.101).

Estas técnicas particulares, de que fala Perelman ou esses esquemas argumentativos de que nos fala Aristóteles, nada mais são que a utilizaçação das regras de retórica. Lembrava-nos Arida que "é a aderência às regras de retórica que confere caráter científico à economia. Pois é a retórica que provê o substrato comum que permite a homogeneidade do discurso, de suas formas de argumentação e portanto da evolução. O conceito relevante de evidência é muito mais amplo do que o de evidência empírica: a evidência de verdade é a conformidade do dircurso às regras de boa retórica" (Arida [1984], pg.43). Perelman retoma com sua teoria da argumentação, a retórica tal qual a pensou filosoficamente Aristóteles.

A Retórica de Aristóteles engloba três campos: a) uma teoria da argumentação que constitui o eixo principal e que fornece simultaneamente o nó da sua articulação com a lógica demonstrativa e com a filosofia; b) uma teoria da elocução e c) uma teoria da composição do discurso. Vale registrar que a teoria da argumentação representa dois terços do tratado de Aristóteles. Na verdade a retórica é tão antiga quanto a filosofia e não foi "inventada" por Aristóteles.

Na origem da retórica, da dialética e da filosofia ocorre uma disputa entre as três disciplinas: Górgias em prol da retórica, Sócrates em prol da dialética e Platão em prol da filosofia. À primeira vista, não é fácil fixar linhas claras de demarcação entre as três disciplinas, pois todas atuam no mesmo terreno: propor temas de caráter geral, sustentá-los através de uma tese, discutir para demonstrar sua validade. Não obstante há, ao menos de início, uma diferenciação que separa a retórica da filosofia. É a mesma diferença que separa o esporte de competição (agonístico) do esporte recreativo: à retórica é essencial o critério de ter êxito, de não fracassar; enquanto na filosofia são essenciais critérios a princípios privados de "agonismo". Todavia, a retórica não tardou a contagiar a filosofia com seu caráter agonístico, e esta herda a sua agressividade tanto contra a própria retórica, quanto nas polêmicas internas entre as escolas filosóficas.

A polêmica entre Platão e Górgias alimentou a convicção de que o agonismo da retórica deve ser entendido como uma arte de se ter sucesso a qualquer preço, inclusive através do *imbroglio*. Mas já então tratava-se, como emana dos próprios

diálogos platônicos, de um agonismo bem mais importante e mais nobre: o de conseguir antes de mais nada escolher os melhores temas de discussão. Temos então uma das primeiras tarefas da retórica: a especificação de temas conceituais de que valha a pena se ocupar. Sua primeira prova agonística é, pois, uma "heurística", ou seja a arte de descobrir temas e conceitos.

Mas foi Aristóteles quem realizou a mais importante tentativa de institucionalização da retórica a partir da filosofia. A questão que impulsionou o projeto de Aristóteles foi: "o que é persuadir?" O que significa influenciar pelo discurso? Colocar estas questões corresponde a afirmar que não se pode "tecnizar" as artes do discurso sem submetê-las a uma reflexão filosófica que delimita o conceito do "que é persuadir". A filosofia oferecia uma solução de recurso, reunindo-se a uma das mais antigas instituições da retórica. O gênero de prova que convém à retórica não é o necessário, porque as coisas humanas acerca das quais os tribunais e assembléias decidem, não são suscetíveis de necessidade, de determinação intelectual que a geometria e a filosofia primeira, por exemplo, exigem.

Portanto, em vez de denunciar a opinião (a doxa), como inferior à ciência (épistemé), a filosofia poderia propor-se a elaborar uma teoria do verossímel que armaria a retórica contra os seus próprios abusos, dissociando-se da sofistica. O grande mérito de Aristóteles foi o de elaborar este liame entre o conceito retórico de persuasão e o conceito lógico de verossímel, e o de construir sobre esta relação o edificio completo de uma retórica filosófica.

McCLOSKEY E A INFLUÊNCIA DO PRAGMATISMO

O objetivo de Paulani (1992) era idêntico ao nosso nesta seção (situar filosoficamente as idéias McCloskey sôbre a retórica na economia). Para tanto recorreu a Habermas na primeira seção de seu trabalho. Na segunda seção dedica-se a elucidar o descontrutivismo de J. Derrida "fundamento de muitas das posturas pós-modernas tais como as advogadas por McCloskey" (pg.153). Assim, as duas primeiras partes do artigo de Paulani trataram de estabelecer as pontes entre o conceito de

modernidade, as tentativas de pós-modernismo e o trabalho de Derrida. "Tudo isso porque a leitura dos textos de McCloskey do início dos anos 80 faz pensar de imediato que ele é um fiel seguidor das pistas do desconstrutivismo" (pg.164). O equívoco de Paulani não está em recorrer a Habermas, mas o de optar por analisar o desconstrutivismo, ao invés do pragmatismo, como influenciadores da retórica na economia. Paulani claramente trabalha somente com o Discurso Filosófico da Modernidade, não utilizando outras obras de Habermas que lhe seriam úteis, tais como Conhecimento e Interesse ou Consciência Moral e Agir Comunicativo, que a levariam ao pragmatismo.

Paulani por se ater somente ao artigo de 1983 não percebeu um vínculo essencial entre a retórica de McCloskey e o pragmatismo de Rorty, para não falarmos da velha tradição grega, vínculo que McCloskey destaca já no início de seu livro sobre a Retórica na Economia. Ali registra: "Entre a intelectualidade dos grupos de história econômica, economia, filosofia e história das idéias desta Universidade, tive a enorme sorte de estar durante um mês com Richard Rorty. Falar com Rorty e ler seu livro Philosophy and the Mirror of Nature ajudou-me a aclarar minhas idéias. Me orientou, como está orientando a muitos, até o pragmatismo. O Instituto foi o lugar ideal para refazer o trabalho que havia apresentado em Chicago" (McCloskey [1985]). Bento Prado Jr. (1994) destaca esta vinculação McCloskey-Rorty, além do vínculo de Rorty com a sofística grega: "Para quem não tem antipatia pela sofística e já foi exposto à sedução do pensamento e da escrita de William James, penso aqui num dos seus herdeiros. Falo de Richard Rorty. Se pudermos mostrar a coincidência parcial, pelo menos, entre os pensamentos de Protágoras e de Rorty, teremos pelo menos, mostrado alguma atualidade na velha sofística grega. Tarefa que não parece difícil. Assim por exemplo, já tivemos a oportunidade de apontar - através da discussão de um belo livro de inspiração rortyana (The Rhetoric of Economics), a cumplicidade entre o neo pragmatismo e a 'retórica' no sentido antigo do termo. No fundo, a conjunção entre algum realismo ou a necessária modéstia intelectual (a filosofia não demonstra nada de maneira absoluta), e uma inegável vontade ética (nas palavras de McCloskey, o imperativo 'be honest, be fair', acoplado ao lema 'rhetoric is good for you', redunda na decisão de que é necessário minimizar a retórica da verdade, incentivar uma mudança desta retórica ou incentivar a retórica

da mudança. Se não há verdade absoluta, se uma proposição interessante não é exatamente uma 'picture' (ou um espelho, ou mapa) de um estado de coisas, por que não valorizá-la, se ela pode mudar nossa visão das coisas, redescrevendo-as, e abrindo o espaço para uma nova forma de vida, talvez melhor porque mais democrática?. A arte da re-descrição é a arte essencial do sofista. E é justamente a idéia de re-descrição que serve de instrumento fundamental para Rorty em sua batalha contra as ilusões da metafísica e em prol da restauração do belo pragmatismo norte-americano, infelizmente eclipsado pelo surto de filosofia técnica, universitário-profissional, que prosperou nos EUA, graças aos professores imigrados da Europa" (pg.6.9).

McCloskey não foi "vítima da vaga pós-modernista" como afirmou Paulani, nem são suas idéias "difíceis de classificar". Paulani, por adotar uma perspectiva errada, não consegue "encontrar lugar para suas idéias" (pg.164), equivocadamente chegando à conclusão que dá título a seu artigo: "as idéias de McCloskey não tem lugar". Em relação à retórica na economia estas notas tentaram colocar "as idéias no lugar".

DOIS TEMAS DE INVESTIGAÇÃO RECORRENTES: INFLAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Os economistas no mundo inteiro divergem por uma série de motivos. Quando se trata de um país como o Brasil, que tem uma economia absolutamente atípica, as controvérsias tornam-se ainda mais específicas. O Brasil apresenta peculiaridades com relação aos países desenvolvidos e também com relação a seus parceiros latino-americanos. Tais condições históricas e políticas geraram uma gama de opiniões muito vasta e uma classe de economistas profissionalmente diferenciados. Em geral, os economistas brasileiros participam ativamente na política, seja no Executivo, seja no Legislativo, opinando sobre diversos temas em economia.

Atuam também na mídia escrita e falada e, a despeito de importantes contribuições acadêmicas, não exercem o mesmo grau de especialização em suas pesquisas econômicas que observamos em Centros de Economia fora do país. Como a carreira

da maioria deles está ou esteve relacionada à criação e desenvolvimento de cursos e escolas de graduação e pós-graduação em economia, estas controvérsias acadêmicas misturam-se com discussões oriundas da política ou de vaidades pessoais.

Nas seções que seguem pretendemos destacar duas fontes de controvérsias muito importantes entre os economistas brasileiros. Em primeiro lugar, sobre o processo inflacionário brasileiro e as teorias de inflação que tentam explicá-lo. No Brasil, discute-se uma série de modelos de inflação, alguns deles criados ou desenvolvidos por brasileiros. O segundo tema é o Desenvolvimento Econômico. Discutimos com nossos entrevistados a respeito de algumas teorias de (sub)desenvolvimento disponíveis. É claro que o enquadramento histórico é absolutamente essencial. Teorias que faziam sentido na sua época podem perdê-lo com mudanças na realidade econômica e institucional.

TEORIAS DE INFLAÇÃO E A INFLAÇÃO BRASILEIRA

Poucos países experimentaram um processo de alta crônica da inflação como o Brasil. Desde 1950 até hoje o país não apresentou uma taxa de inflação anual abaixo de dois dígitos. Este talvez seja um dos motivos que levaram os economistas brasileiros a se dedicarem tanto ao estudo deste fenômeno.

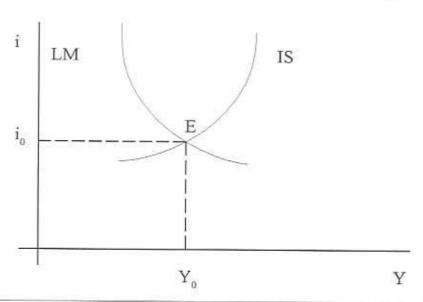
Uma das teorias de inflação mais antigas que se conhece é a teoria quantitativa da moeda. Costuma-se atribuir a Hume a teoria da circulação, onde os preços são determinados pela massa de dinheiro existente num país. Logo, se aumenta a quantidade de mercadorias, seu preço baixa ou aumenta o valor do dinheiro. Inversamente, se aumenta a quantidade de dinheiro, sobe o valor das mercadorias ou cai o valor do dinheiro. Deve-se a Fisher (1956) a formulação moderna da teoria quantitativa da moeda que pode ser resumida na seguinte identidade:

 $Mv \equiv PY$

Onde M é a quantidade de moeda disponível na economia, v a velocidade de circulação da moeda, P o índice de preços e Y o produto nominal. É claro que para se ter uma teoria e não uma tautologia, deve-se considerar v constante. Quer dizer, a identidade acima sempre vale, já que se trata de uma identidade contábil. A teoria quantitativa da moeda implica em aceitar que a moeda é exógena e que a velocidade de circulação da moeda é constante. Assim, para o monetarista, a principal causa da inflação é a expansão dos meios de pagamento além da expansão do produto e maneira de controlar a inflação é controlando a expansão monetária.

A análise agregada de Keynes mostra que uma expansão monetária pode gerar um aumento na inflação mas pode também gerar um aumento no produto. Na realidade, Keynes estava mais preocupado em como evitar a depressão econômica. Uma análise dos processos inflacionários pode ser compreendida mais facilmente a partir da interpretação neokeynesiana, ou melhor, a partir da síntese (neoclássica) do modelo IS-LM.

O gráfico abaixo representa o equilíbrio no mercado agregado. A curva IS representa o *locus* no espaço juros nominais produto nominal onde o mercado "real" (de bens e serviços) está equilibrado, ou seja, Investimento (I) é igual à poupança (S). A curva LM, representa o *locus* onde o mercado monetário está equilibrado: oferta de moeda (L) é igual à demanda (M). O mercado estará equilibrado quando o mercado real e o mercado monetário estiverem equilibrados (E no diagrama abaixo).



Se ocorre um aumento na quantidade de moeda ofertada, a curva LM se desloca para direita aumentando o produto nominal mas simultaneamente os juros nominais. Assim, a teoria quantitativa da moeda passa a ser um caso particular do modelo. Note que se a curva IS fosse completamente vertical, um deslocamento da curva LM resultaria apenas em aumento do nível de preços (considerando juros reais fixos) sem efeito sobre o nível de atividade. Por outro lado, se a curva fosse totalmente horizontal, o deslocamento da LM geraria apenas aumento do produto sem variação da taxa de juros nominal (portanto sem aumento de preços no caso de juros reais constantes). Por outro lado, se a curva IS se desloca para esquerda também podemos ter inflação, com uma diminuição do produto.

A discussão acima é a base do clássico dilema entre cost push versus demand pull inflation. A curva de Phillips acaba por esvaziar o debate corroborando a inflação de demanda pelo lado dos custos, identificando o mercado de trabalho como fonte de inflação e levando à noção do trade-off entre inflação e desemprego. Na realidade, Phillips não teorizou, apenas realizou um trabalho empírico que mostrava uma relação inversa entre desemprego e taxa de variação dos salários nominais na Inglaterra entre 1862 e 1957. Em 1960, R.G. Lipsey teorizou a curva de Phillips a partir da análise das curvas de demanda e oferta de trabalho. A conclusão mais geral é que poderiam ser obtidas taxas de desemprego menores às custas de inflação.

Apontam-se duas diferenças entre as causas primárias da inflação, que teriam gerado dois grupos de teorias: teorias sobre a aceleração da inflação e teorias sobre a manutenção da inflação. As primeiras estariam relacionadas com os motivos que levam a inflação a subir, enquanto a segunda se relaciona com as dificuldades de fazer a inflação cair. Sem dúvida, tratam-se de problemas distintos, inclusive quanto às decisões de política (ver Rego [1986]).

Como uma reação ao modelo keynesiano, mas já tratando dos problemas de manutenção da inflação, surge a teoria monetarista. A explicação para a manutenção da taxa de inflação encontra-se nas *expectativas*. No modelo de expectativas adaptativas a inflação pode ser decomposta em dois componentes: a expectativa de inflação e um valor proporcional ao hiato do produto. Os agentes econômicos,

através de um processo de aprendizado, formam suas expectativas com base nas taxas de inflação efetivas e no erro de expectativa verificados nos períodos anterioriores.

Numa inflação crônica, com patamares relativamente estáveis, a inflação esperada seria praticamente igual à inflação passada, já que a estabilidade minimiza a ocorrência de erros, restando apenas a componente do hiato. Os monetaristas supõem que o produto efetivo sempre se mantém muito próximo do produto potencial, logo este componente também seria estável. Portanto, a inflação em última instância é determinada pelas expectativas.

Num modelo com expectativas racionais, a inflação possui outros elementos: a taxa de inflação *racionalmente* prevista e a taxa esperada de crescimento da oferta monetária. A previsão racional parte do pressuposto de que os agentes usam todas as informações disponíveis com eficiência e não cometem erros sistemáticos de previsão. Neste contexto de estabilidade, a taxa de crescimento da oferta monetária deverá ser a mesma taxa de crescimento da renda nominal no período anterior. Considerando velocidade-renda da moeda constante, tem-se uma taxa de inflação esperada igual ao crescimento esperado da oferta monetária.

Na realidade, para compreender os modelos de inflação disponíveis e os desenhos de políticas de estabilização, deve-se entender os diversos tipos de inflação encontrados na realidade. Seguindo a classificação quadripartite de Rego (1990), teríamos quatro tipos distintos de alta inflação, de acordo basicamente com seus estágios.

- Inflação Moderada: Esta é a típica inflação de demanda. Ocorre geralmente no final de um ciclo econômico, com o nível de produção próximo ao pleno emprego. Para este fenômeno, o controle da demanda é um instrumento de combate eficiente.
- Inflação Inercial: É um processo de alta generalizada dos preços por um período de tempo suficientemente longo para que sejam desenvolvidos mecanismos generalizados de indexação retroativa dos contratos. Para este tipo, apenas o controle de demanda não é suficiente, dando margem para a criação de políticas de estabilização alternativas.

- Inflação Acelerada: Reúne elementos dos processos crônicos e hiperinflacionários: uma componente inercial e uma aceleracionista. As expectativas são menos adaptativas e mais racionais.
- Hiperinflação: Violenta alta dos preços, em que há rejeição da moeda nacional, e o governo perde todas as fontes alternativas de financiamento. Este fenômeno, nas palavras de Sargent (1982), traz consigo a semente de sua própria autodestruição.

Podemos associar as políticas de combate à inflação, propostas pelos diversos economistas, com a visão do processo inflacionário inerente. Os chamados heterodoxos, compartilham a visão de que a inflação brasileira seria crônica (ou inercial). Outra linha propõe um receituário fortemente atrelado ao controle de demanda, variando quanto à ênfase no controle monetário.

Costuma-se apontar uma diferença fundamental nos diagnósticos disponíveis: a visão monetarista e a visão estruturalista. A visão monetarista (Hollanda Barbosa [1983]) considera que a demanda por moeda é uma função estável, que as autoridades monetárias conseguem controlar o estoque de moeda, e que a economia caminha sempre para o pleno emprego, no sentido de que os desvios são eliminados pelo sistema de preços (desde que não existam externalidades). A visão estruturalista considera que a moeda é passiva, ou seja, a oferta de moeda é uma variável endógena, portanto, fora do controle das autoridades monetárias. Para esta corrente, a inflação resulta de mudanças estruturais na economia (gargalos setoriais, choques externos) que provocam mudanças nos preços relativos. Como essas economias são oligopolizadas, ou pelo menos o são em alguns setores, existe uma rigidez de preços que impede o ajustamento às novas mudanças, gerando inflação.

Num programa de estabilização de inspiração monetarista, a quantidade de moeda é a variável crucial que deve ser controlada para reduzir a inflação. Uma vez identificadas as causas responsáveis pelo crescimento da oferta monetária, sobre elas incide todo o esforço do tratamento monetarista. O combate da inflação, de acordo com a visão estruturalista, não pode ser feito a curto prazo, sob pena de se

comprometer o processo de crescimento econômico. A solução seria uma política de investimento direcionada para o incremento da produção de alimentos de consumo interno e de bens de consumo popular, melhoria da rede de abastecimento interno e formação de estoques reguladores, programas de substituições de importações e de ampliação e diversificação das exportações, que removeriam os obstáculos para que o crescimento da economia se fizesse sem aumento persistente do nível de preços.

Uma teoria alternativa para a manutenção da inflação, mais aplicada ao Brasil e à America Latina é a interpretação de que existiria um componente autônomo ou inercial na determinação da inflação. A experiência inflacionária brasileira é singular e não pode ser compreendida se não levamos em conta o fato de o governo ter incorporado a correção monetária à política econômica. A expressão correção monetária aparece oficialmente pela primeira vez na Lei no 3.470/58 ainda no governo Kubitschek. A partir desta Lei, permite-se a reavaliação anual do ativo imobilizado das empresas. Na realidade, o objetivo era corrigir distorções que a Lei da Usura e o veto a qualquer indexação contratual² geravam numa economia em que a inflação já atingia o patamar de 20% ao ano.

A ampla utilização da correção monetária na legislação vai ocorrer apenas na primeira fase do governo militar. A generalização da correção monetária reflete uma política gradualista de combate à inflação. A indexação se generaliza sobremaneira no governo Costa e Silva. A Lei 4.725 de 1965, que impedia que os salários fossem indexados pela Justiça do Trabalho, foi revista em 1968 quando praticamente se indexou os salários ao aumento do custo de vida no 12 meses antecedentes. Paralelamente, em agosto de 68, optou-se por uma política de minidesvalorizações cambiais baseadas no diferencial entre a inflação interna e externa, o que, em última instância, implicava na indexação da taxa de câmbio.

Simonsen (1970) nota que a correção monetária, da maneira como havia se generalizado, institucionalizava a espiral preços-salários. Alguns autores sustentam que neste texto pode-se encontrar a origem da teoria da inflação inercial. Na

² O Decreto nº 23.501 de 27 de novembro de 1933 proibia qualquer forma de indexação, enquanto a Lei da Usura, do mesmo ano, vetava juros nominais superiores a 12% ao ano.

realidade, os riscos implícitos na indexação generalizada já foram antecipados em Gudin (1967). Este artigo do professor Gudin que tem um título extremamente significativo: "A Institucionalização da Inflação" já antecipa os problemas com relação aos preços relativos inerentes à correção monetária.

Mas Gudin e Simonsen representavam vozes isoladas naquela época. Isto porque até 1973 o modelo econômico brasileiro funcionou muito bem. A inflação caiu e o país registrou taxas de crescimento fantástica: uma média de 11% ao ano entre 1968 e 1973. Alguns fatores contribuíram para o esgotamento do modelo de indexação como tratamento gradual no combate à inflação. Em primeiro lugar, a diminuição do intervalo legal de reajuste salarial de 12 para 6 meses não gerou nenhum ganho real para os trabalhadores: a inflação quase que imediatamente subiu de 45% para 90% ao ano. Depois, a forte recessão de 1981, apesar de resolver o problema das contas externas, não teve nenhum efeito sobre a inflação que se manteve no patamar de 100% ao ano.

Isto gerou um grande número de trabalhos tentando explicar o fenômeno de maneira não ortodoxa. Desenvolvendo as idéias de Simonsen (1970) e Pazos (1973), alguns artigos do final da década de 70 e início da década de 80 procuraram explicar o fenômeno partindo do princípio que as teorias convencionais não seriam suficientes para tal propósito. É neste momento que ganha corpo a idéia de inflação inercial desenvolvida de maneira simultânea na FGV em São Paulo por Bresser Pereira e Nakano e pelo grupo da PUC-Rio, especialmente Edmar Bacha, Francisco Lopes, André Lara Resende e Pérsio Arida.

São exatamente estas idéias que vão dar base para o Plano Cruzado. Pode-se dizer que o plano criou uma expectativa de que a estabilidade seria possível, o que tinha se perdido nos ajustes anteriores. Porém, a opção por um congelamento, que era viável na época, acabou gerando uma dificuldade adicional já que se quebravam os contratos. Além do mais, o efeito expansivo de uma diminuição brutal na taxa de inflação não foi devidamente levado em conta pelas autoridades monetárias e fiscais.

A partir do Plano Cruzado, uma série de planos econômicos malograram. A grosso modo, um dos motivos desta falha generalizada pode ser encontrada no fato que o

congelamento de preços passou a ser incorporado nas espectativas dos agentes. Tratava-se então de modelar um problema diferente do encontrado pelos mentores do Plano Cruzado, qual seja, de um congelamento antecipado pelos agentes. A prática acabou demonstrando que um congelamento já esperado pode acabar minando a função do mesmo. O fato é que ainda não existe na literatura um tratamento cuidadoso deste problema.

A idéia da inflação inercial era que ocorria um equilíbrio duplo. Quer dizer, se a inflação é inercial é possível ter o mesmo equilíbrio real associado a uma inflação mais baixa. Daí o princípio básico de neutralidade, que permeava todas as regras da conversão monetária. A indexação, no fundo, permite aplicar os recursos em uma cesta ponderada de bens. Se existe ampla volatilidade de preços relativos, a atratividade da cesta em relação aos bens individualmente considerados é crescente, quanto mais alta for a inflação, já que sob alta inflação, o risco de um bem isolado é muito grande. A indexação permite o acesso a uma cesta extremamente diversificada de bens a um custo muito baixo.

Uma maior aversão ao risco aumenta a utilidade da compra de ativos financeiros em detrimento de bens e serviços, o que pode amortecer a inflação inercial: o equilíbrio de inflação inercial é mais baixo quanto mais avessas ao risco forem as pessoas. Independente do equilíbrio específico, ao se fazer uma reforma monetária neutra que reduza a taxa de inflação, ceteris paribus, os agentes substituem ativos financeiros por bens reais, gerando uma pressão de demanda. Assim, o ajuste carrega um elemento desestabilizador.

Pode-se dizer que o Plano Collor partiu de um outro princípio, de que a inflação era essencialmente expectacional: quebrando a expectativa de que haveria inflação, ou seja, realizando a privatização, saneando o Estado, zerando o déficit público, estaria se gerando *credibilidade* (*confidence building*) o que acabaria com a inflação. Foi extremamente inovador na contração de liquidez, mas aumentou a desconfiança dos agentes com relação aos títulos do governo. Gerou por outro lado uma contração da atividade que permitiu o controle da pressão de demanda. Este fato, associado à incapacidade dos congelamentos em resolver justamente este problema levou a uma crença de que o único ajuste possível seria via contração monetária.

Dentro desta incapacidade para resolver o problema via congelamento de preços, a URV surge como opção. Esta idéia, na realidade já estava esboçada em Arida e Lara Resende (1986). O texto apresentado pelos autores em 1984, em Washington, trazia a idéia de uma ORTNização generalizada dos contratos. Quando todos os contratos estivessem indexados à ORTN, simplesmente a moeda seria mudada para ORTN. Existe um problema dual nesse ponto: a nova moeda é estável e existe uma outra moeda virtual que se desvaloriza o tempo todo. O Real se diferencia um pouco da proposta *Larida*, como ficou conhecida a idéia contida no artigo referido acima, pois optou por uma solução mais convencional, de troca instantânea.

Paralelamente, a equipe econômica do Plano Real realizou uma contração monetária muito forte para inibir a demanda, intervindo inclusive no mercado de crédito. Aparentemente a experiência do Plano Collor acabou sendo referência para esta decisão. O Banco Central chegou a reter 25% da liquidez da Economia através da criação de novas formas de compulsório, especialmente sobre as operações de crédito. Passou a se exigir depósitos compulsórios, por exemplo, sobre cartas de fiança. Sem dúvida, ainda é muito prematuro para se falar, mas aparentemente a engenharia do Plano Real parece ter resolvido a parcela inercial ou autônoma da inflação. Resta agora verificar o que pode ocorrer com a parcela não inercial. Além disto, restou um problema extremamente importante para o país e sobre o qual nossos economistas refletiram bastante: o desenvolvimento econômico. É justamente este tema que exploramos a partir de agora.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Uma explicação simples do desenvolvimento econômico consiste em determinar o andamento de certas variáveis endógenas no tempo, em função de outras variáveis (exógenas) que se assumem dadas ou conhecidas. Um modelo de desenvolvimento econômico seria então a representação do conjunto das relações que se estabelecem entre estes dois grupos de variáveis. Já explicações mais sofisticadas que tentam inclusive dar conta do fenômeno do subdesenvolvimento (tais como as que embasam o enfoque da "teoria" da dependência) tem como suposto teórico mais geral a não

existência da distinção entre os condicionamentos externos e os internos. Noutros têrmos: a dinâmica interna dos países dependentes é um aspecto *particular* da dinâmica mais geral do mundo capitalista.

A preocupação com o desenvolvimento tem suas raízes mais profundas exatamente na origem da ciência econômica. Adam Smith foi um economista do desenvolvimento. Já a Economia do Desenvolvimento enquanto "programa de pesquisa científico" ou, como registra Hirschman, enquanto disciplina, é relativamente jovem, surgindo como tal nos anos 40 e tendo um franco desenvolvimento nos anos 50.

De maneira preliminar, nos escritos clássicos de Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, o desenvolvimento era uma questão fundamental. São as chamadas teorias clássicas do desenvolvimento, que mesmo não apresentando as características de rigor formal próprio da teorização moderna, mantêm-se insuperáveis pela grandiosidade do problema enfrentado.

Uma formulação original de teoria de desenvolvimento deve-se ao austríaco Joseph Alois Schumpeter, com o conceito amarrado à idéia de inovação tecnológica (progresso técnico) e rompimento do fluxo circular. Temos aqui um enfoque cíclico, que privilegia a atuação do empreendedor schumpeteriano inovador e confere grande importância ao papel do crédito. A mudança tecnológica (processo de destruição criadora) é um fenômeno típico das economias capitalistas e a tecnologia uma variável endógena (assim como Marx a tratou). A contribuição de Schumpeter sobre o tema é vasta, gerou um programa de pesquisa específico, e é representada por duas fases caracterizadas em Schumpeter (1911) e (1934).

Já o paradigma do "núcleo capitalista dinâmico" está representado fundamentalmente pelos trabalhos de Arthur Lewis e Walt Rostow. De acordo com tais autores, as maiores causas do retardo econômico estariam nos baixos níveis de poupança e na ausência de uma classe empresarial dinâmica em certos países. O momento preciso em que um país entra na fase de desenvolvimento varia conforme o critério adotado: quando esgota a reserva de mão de obra, conforme Lewis, ou quando ocorre um brusco aumento da taxa de investimento na difusão do sistema de produção baseado na fábrica moderna (o take-off de Rostow [1960]).

Por vezes, e principalmente após a distinção realçada por Schumpeter entre desenvolvimento e crescimento, é mais conveniente fazer referência a alguns modelos como sendo modelos de crescimento, especialmente aqueles surgidos após a década de 30. No período subsequente ao final da Segunda Grande Guerra Mundial, colocava-se a exigência de estender a análise keynesiana das condições que garantiam a plena ocupação, do curto prazo a que se referia, para o longo prazo. Os modelos de crescimento de Harrod e Domar trataram das interações dos efeitos do investimento sobre a capacidade produtiva (que gera desenvolvimento econômico potencial) e sobre a demanda (que converte desenvolvimento econômico potencial em efetivo). Estes e outros economistas pós-keynesianos chegaram a conclusões pessimistas sobre as possibilidades de uma economia capitalista crescer com pleno emprego.

Ao contrário, a escola neoclássica (a partir da contribuição pioneira de Solow [1958]), ilustrara o funcionamento dos mecanismos de mercado baseados na flexibilidade dos preços relativos (mecanismo ignorado pelos modelos pós-keynesianos), que garantiria, se operante na prática, o crescimento em condições de pleno emprego. Em ambas abordagens, a tecnologia é uma variável exógena.

Após o final da década de 50, a idéia smithiana de que o crescimento era baseado em um círculo vicioso fechado (quanto mais o produto cresceu no passado, mais crescerá no futuro), foi retomada por economistas importantes de inspiração keynesiana, através do conceito de *big push*: Rosenstein-Rodan (1958), analisou as economias externas associadas ao crescimento do mercado, Kaldor (1957), investigou o aumento da produtividade nas empresas estimulado pelo aumento da produção e do investimento e Pasinetti (1974), imprimiu um caráter dinâmico e ampliado às análises de Harrod e Domar.

Após duas décadas de relativo adormecimento, a teoria do crescimento econômico tem, nos últimos anos, apresentado grande fertilidade de novos resultados teóricos. A grande preocupação é construir modelos teóricos que consigam descrever a divergência observada no comportamento da taxa de crescimento e/ou do nível de renda per capita entre diferentes economias, ou para uma mesma economia em

diferentes períodos. Também deseja-se compreender melhor teoricamente o padrão observado de mobilidade de fatores de produção entre diferentes economias, convergência ou não da renda e/ou das taxas de crescimento, bem como construir modelos que gerem crescimento eterno da renda per capita.

Mais recentemente, duas importantes teorias de desenvolvimento têm se destacado: Capital Humano (cujos grandes expoentes são Gary Becker e Robert Lucas Jr., apartir do pioneirismo dos estudos de Theodore Schultz) e o Desenvolvimento Endógeno (Paul Romer, Paul Krugman e o próprio Lucas). Um novo filão de pesquisa é a chamada Nova Economia Institucional e a Teoria dos Caçadores de Renda (rentseeking), derivado das contribuições pioneiras de James Buchanan, Anne Krueger e Gordon Tullock, no contexto da Teoria da Escolha Pública (Public Choice). Este enfoque, que privilegia a importância das instituições no processo de desenvolvimento econômico, é associado ao pensamento de direita, na medida em que se opõe a concepção de welfare state, predominantemente de centro-esquerda.

Quando discutimos Desenvolvimento Econômico, inevitavelmente discutimos a questão do Subdesenvolvimento. Especialmente com economistas brasileiros. Assim como no caso das teorias de inflação, algumas teorias acerca dos motivos do subdesenvolvimento foram desenvolvidas aqui, na América Latina.

ALGUMAS TEORIAS DO SUBDESENVOLVIMENTO

As teorias de subdesenvolvimento também podem ser divididas em grandes blocos. O primeiro deles seria o Colonialismo Mercantil (que privilegia as formas de colonização - povoamento ou exploração - como determinantes para se explicar a questão do desenvolvimento) e a apropriação pelas Metrópoles do excedente gerado nas colônias via imperialismo (superexploração). As origens destas explicações estão em Marx, Robbins e Lenin, com contribuições importantes de Caio Prado Júnior e André Gunder Frank, com a tese sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento); depois temos a teoria Centro-Periferia, de Prebisch e toda a Escola Cepalina, associada ao Estruturalismo latino-americano, da qual a Teoria Substitutiva de

Importações, de Furtado e Conceição Tavares, e a Teoria da Dependência, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto são derivações importantes.

O paradigma estruturalista (Presbisch e Furtado) entende o subdesenvolvimento como um fenômeno relacionado às estruturas produtivas da periferia - indústria não integrada, agricultura dual e comércio exterior reproduzindo tais assimetrias. Bresser Pereira (1985) chama de interpretação da superexploração imperialista a abordagem neo-marxista que trata o desenvolvimento econômico e social dos países subdesenvolvidos como se fosse condicionado por forças externas (dominação desses países por outros mais poderosos). Isto os levam a dar ênfase na esfera da circulação, explicando o subdesenvolvimento em termos de relações de dominação na troca. Argumentam que um "excedente" é extraído de países subdesenvolvidos por países capitalistas adiantados, empobrecendo os primeiros que deixam de se desenvolver porque perdem acesso a seus excedentes. Esse excedente é apropriado pelos países capitalistas adiantados e neles investido, convertendo-se num dos primeiros elementos para o seu rápido desenvolvimento econômico. A interpretação da superexploração imperialista afirma que a dicotomia extração/apropriação de excedente tanto causa como perpetua as desigualdades entre os países. Historicamente, o saque e a expoliação das colônias por parte dos países "metropolitanos" foi a causa inicial do desenvolvimento destes e da estagnação das colônias; e essa mesma dinâmica explicaria a persistência do subdesenvolvimento. Gunder Frank (1967) enfatiza que a extração do excedente foi a causa da divisão inicial do mundo em países ricos e pobres. No período colonial, destaca este autor, assumiu principalmente a forma direta de produtos (via saque e expoliação), assumindo esta apropriação no mundo moderno a forma de repatriação de lucros. Um dos problemas desta análise é considerar a extração do excedente no contexto de países, com quase nenhuma referência a classes sociais. Essa análise não se ocupa também de identificar como o produto excedente é produzido e inicialmente apropriado, considerando basicamente como é trocado. Acabam assim dando maior ênfase na exploração entre países do que na exploração do proletariado, e condicionam a riqueza dos países centrais à pobreza dos países subdesenvolvidos.

Embora autores como Arghiri Emmanuel e Samir Amin rejeitem a negação do papel das classes na apropriação do produto excedente, no essencial concordam com

Gunder Frank ao acharem que o subdesenvolvimento é condicionado por forças externas e que as suas causas estão nas relações de troca. Gunder Frank e Amin concordam com a afirmação de que a burguesia local nas economias do Terceiro Mundo é relativamente fraca e que O Estado é relativamente forte e autônomo com respeito a burguesia local. Frank afirma que importante é a relação do Estado com a burguesia imperialista da metrópole, e não com a burguesia local. Também Amin considera a dificuldade enfrentada pelas burguesias locais para imporem sua hegemonia como o 'elo fraco da cadeia imperialista'. Contudo, Amin não nos diz muito a respeito da natureza das relações entre as classes na periferia, nem quanto ao modo como as classes dominantes estabelecem e mantêm sua hegemonia mesmo quando são fracas. Amin argumenta que a burguesia dominante, embora incapaz de construir uma coesão nacional, se beneficiaria da separação dos diferentes grupos étnicos que constituem as sociedades periféricas. Embora isto possa valer para as 'nações' da Africa e da Ásia, geralmente não se aplica à América Latina. Em sua análise das teorias neo-marxistas, que faz no bojo de uma reflexão sobre as principais interpretações sobre o Brasil, Bresser Pereira destaca ter esta abordagem a proposta de construir uma nova interpretação para a América Latina, a partir do conceito leninista de imperialismo e do conceito trotskista de perda de dinamismo do capitalismo central. Para esta interpretação, como destaca Bresser Pereira: "o imperialismo extrai praticamente todo o excedente dos países subdesenvolvidos. É o obstáculo fundamental a qualquer processo real de desenvolvimento. A burguesia local, por sua vez, está integralmente subordinada ao imperialismo. Como este explora os trabalhadores locais através do comércio internacional e das empresas multinacionais, não resta outra alternativa à burguesia local para poder se apropriar também ela do excedente senão superexplorá-los" (1985, pg. 31).

Um dos principais esforços dos autores vinculados a abordagem que ficou conhecida como "Teoria da Dependência", foi o de reconsiderar os problemas do "desenvolvimento econômico" a partir de uma perspectiva de interpretação que insistiu na natureza política dos processos de transformação econômica. A CEPAL já havia registrado a significativa limitação da utilização de esquemas teóricos relativos ao desenvolvimento econômico e à formação das sociedades capitalistas dos países hoje desenvolvidos para a compreensão da situação dos países latino-americanos. A intensificação deste esforço de compreensão leva à "valorização do

conceito de dependência, como instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras, num contexto de dependência nacional" (Cardoso & Faletto, 1970). Destacavam não existir uma relação metafísica de dependência entre uma Nação e outra, um Estado e outro. Essas relações se tornavam possíveis por intermédio de uma rede de interesses e de coações que ligam uns grupos sociais aos outros, umas classes às outras. Sendo assim, era preciso determinar interpretativamente a forma que essas relações assumiam em cada situação de dependência, mostrando como Estado, Classe e Produção se relacionavam. A Teoria da Dependência (ou Interpretação da Nova Dependência se adotarmos a classificação de Bresser) é uma tentativa de reinterpretação teórica que surge da crise da abordagem cepalina. "Desde fins dos anos 50 a própria CEPAL se encontrava em fase de autocrítica. As idéias sobre o desenvolvimento elaboradas em sua grande fase criativa (1949-1954) continuavam válidas, mas eram reconhecidamente insuficientes na abordagem de uma nova problemática que se fazia visível nos países que mais êxito haviam alcançado em seus esforços de industrialização. Era indubitável que a CEPAL elaborara uma teoria da industrialização periférica, ou retardada. No centro dessa teoria, estava a idéia de que a progressiva diferenciação dos sistemas produtivos permitida pela industrialização conduziria ao crescimento auto-sustentado. Criado um setor produtor de bens de capital e assegurados os meios de financiamento - o que em boa parte competia ao Estado -, o crescimento se daria apoiando-se na expansão do mercado interno. Naquele momento, a aplicação dessas idéias tropeçava em dificuldades em mais de um país" (Celso Furtado, 1991, pg. 27 e 28).

Bresser Pereira, no artigo "O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira" (1963), examina os "fatos novos" que pretendiam explicar por que a interpretação cepalina (nacional-desenvolvimentista) encontrava dificuldades e por que o modelo político desenvolvimentista entrara em crise, na medida em que estes "fatos novos" colapsaram a aliança entre a burguesia industrial e os trabalhadores e setores do latifúndio voltados para o mercado interno. Fernando H. Cardoso, por sua vez, em "El Processo de Desarollo en América Latina" (1965), distingue três tipos de desenvolvimento, nacional-exportador, enclave e industrial-associado. Entretanto,

o conceito dessa tipologia só foi produzido mais tarde no trabalho em colaboração com Enzo Faletto, Dependencia y Desarollo en América Latina, (1967). Objetivando alcançar níveis mais concretos de análise surgem, em 1968, dois importantes livros, Desenvolvimento e Crise no Brasil, de L.C. Bresser Pereira e Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes, de Fernando H. Cardoso. Bresser Pereira publica ainda "Dividir ou Multiplicar: a Distribuição da Renda e a Recuperação da Economia Brasileira" (1970), onde relaciona o novo ciclo de expansão que ocorria no Brasil desde 1967, com a concentração de renda da classe média para cima. Celso Furtado já havia em 1966 dado um primeiro passo (ainda que incompleto) na interpretação da nova dependência com seu ensaio Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, trabalho no qual "a análise do novo modelo baseado nas empresas multinacionais e na indústria capital-intensiva e tecnologicamente sofisticada já está definida. Mas Furtado ainda não vê com clareza o novo processo de expansão econômica, que ainda não começara e fala na tendência à estagnação. Mas nesse mesmo trabalho ele já sugere que a estagnação poderia ser superada, (mais no Brasil que na Argentina), através de um novo processo de concentração de renda. Novo passo é dado com Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico (1967) uma reformulação e ampliação de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961) em que as novas bases da teoria da dependência são delineadas" (Bresser Pereira, 1985, pg.37)

Gunnar Myrdal, importante economista sueco, disse certa vez: "Grande parte dos livros que se publica nos países desenvolvidos sobre os problemas dos países subdesenvolvidos são superficiais e completamente inaplicáveis". Outro fato grave é a alta frequência de tentativas de governos nos países subdesenvolvidos em aplicar a teoria econômica dos países desenvolvidos em suas economias subdesenvolvidas.

Já Charles Bettelheim rejeita o conceito de subdesenvolvimento como estágio inferior do sistema socioeconômico de um país. Segundo ele, o termo está revestido de mascaramento ideológico na medida em que parece indicar um estágio necessário a ser percorrido pelos países para que atinjam o desenvolvimento. Para ele não é questão de tempo, mas de rompimento das relações internas e externas que vinculariam os países subdesenvolvidos aos centros hegemônicos internacionais.

³ Para uma completa explicação da evolução da terminologia que caracteriza os dois grupos de países, ver mais à frente a entrevista de Roberto Campos.

Como veremos, os entrevistados têm um posicionamento muito diferente com relação a estas teorias, qualquer que seja sua preocupação. Cada um tem seu enquadramento histórico, porém, inclusive neste ponto, a interpretação da história varia sobremaneira. Tendo em vista a preocupação com os processo de comunicação, outro ponto que se quer realçar é a diferença de opiniões quanto ao uso da matemática e econometria. A seguir, trechos selecionados das entrevistas, que serão expostas pela ordem de idade dos entrevistados.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS (1917)

Nascido em Cuiabá no ano de 1917, este economista, diplomata e político foi um dos mentores do modelo econômico levado a cabo pelo governo militar entre 1964 e 67. Participou da reunião de Bretton Woods para a definição do padrão monetário mundial, após o fim da II Guerra Mundial. Foi Embaixador, Professor na Universidade do Brasil (atual UFRJ), criador e primeiro presidente do BNDE e Ministro do Planejamento no governo Castello Branco (64-67). Em 82, elegeu-se senador pelo Estado do Mato Grosso, e em 90 deputado federal pelo Rio de Janeiro. A entrevista foi realizada em outubro de 1995, em sua cobertura localizada no Arpoador, Rio de Janeiro, sob um clima de cordialidade diplomática.

FORMAÇÃO

Gostariamos de começar perguntando sobre a sua tese de mestrado em Washington, como foi essa experiência e o contato com Schumpeter?

Roberto Campos: Essa tese de mestrado foi escrita no fim da Segunda Guerra Mundial, quando eu estava na Embaixada em Washington. E as duas referências principais eram, coincidentemente, dois austríacos: Gottfried Haberler, tinha escrito o livro *Prosperity and Depression*, e o Schumpeter, que estava naquela ocasião em Harvard e já era uma personalidade eminente, já tinha escrito o *Business Cycle*.

Entusiasmei-me bastante porque fui aluno do Haberler e achei extremamente interessante a teoria dos ciclos econômicos. Decidi então escrever a tese sobre esse assunto.

Como o senhor iniciou a tese de doutorado?

Eu fiz a tese em Washington e queria depois fazer o doutorado em Harvard, aí é que me comuniquei com Schumpeter. Enviei um sumário da tese e ele se declarou extremamente interessado, sobretudo por este aspecto específico, mecanismos de propagação das crises cíclicas dos países industriais para os países atrasados, na terminologia da época. Schumpeter era um homem muito cordial e muito terno para com os alunos, ele quase não reprovava ninguém, era extremamente benevolente e lascivo, dava notas boas mesmo a alunos que outros professores consideravam medíocres. Ele se prontificou a ser o "tutor", a ser o orientador da tese em Harvard. Mas eu era funcionário do Itamaraty, pedi transferência para o consulado em Boston, mas acabei sendo transferido para Nova York, exatamente porque as Nações Unidas estavam em sua fase inicial, e naquela ocasião o Itamaraty não contava com nenhum funcionário treinado em economia, eu era uma espécie de monopolista, realmente era o único funcionário com treinamento formal em economia, então me inseri na ONU e fiz cursos na Columbia University.

Para a tese de doutorado eu me propus fazer uma atualização da dissertação de mestrado, pois já começara a haver discussões de Prebisch no sentido da criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que tinha um enfoque pouco diferente. A tese de Prebisch era de que as relações de troca tinham secularmente uma tendência desfavorável aos produtos primários. Essa foi a modificação que eu me propus a desenvolver, mas que acabei não completando. Fiz os comprehensive orals, aliás fui o primeiro colocado. Entre os professores, havia um particularmente interessado em comércio internacional, era James Angell, e outro particularmente interessado em problemas de desenvolvimento econômico, que era Nurkse. Ambos foram meus professores em Columbia.

O senhor não terminou a tese de doutorado por quê?

Bom, eu vim para o Brasil e fui logo absorvido, exatamente por haver pouquissimos economistas. Fiquei algum tempo no Itamaraty, mas na Comissão de Acordos Comerciais, e o trabalho era imenso, porque tinha-se que digerir a bagagem da guerra. O Brasil naquela ocasião era credor, pois tinha fornecido matérias-primas, tais como café, açúcar e algodão, para um grande número de países em guerra e tinha saldos comerciais que era necessário realizar. Em alguns casos, utilizamos estes saldos comerciais para a liquidação de débitos, como no caso da Inglaterra com a nacionalização de ferrovias. Mas era um trabalho insano, negociar acordos com os países beligerantes, que eram os vitoriosos como a Inglaterra, e que eram os derrotados como a Alemanha. Estive algum tempo também, cedido pelo Itamaraty, na velha CEXIM (Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil). Logo depois, fui para a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. O trabalho foi intenso e eu acabei não desenvolvendo o segundo capítulo da tese. Na opinião de Schumpeter, o que eu havia enviado como sumário da tese já era praticamente uma tese de doutorado. Se tivesse ido para Harvard provavelmente ele teria aceito com algum pequeno desenvolvimento a tese de mestrado.

Quais foram seus professores mais importantes? O senhor reconhece algum mestre?

Eu diria que Haberler e Nurkse foram presenças muito importante. George Washington naquele tempo era uma Universidade muito boa em economia por uma circunstância especial: o esforço de guerra mobilizou a nata do pensamento econômico. Peritos em planejamento, Wassily Leontief, os austríacos, Haberler, Machlup, e Arthur Smith, vieram para o esforço de guerra e faziam, por assim dizer, um bico, dando aulas noturnas na Universidade. Isso depois não se sustentou porque era tipicamente uma convocação bélica, uma mobilização para o esforço de guerra.

O senhor teve participação na criação da Fundação Getúlio Vargas?

Não, não tive nenhuma ação direta na Fundação Getúlio Vargas. Fui consultado quando da criação pelo Luis Simões Lopes, que era muito meu amigo e na ocasião responsável pela CEXIM. Endossei plenamente a idéia, apenas tinha reservas quanto ao nome, porque eu não era particularmente afeiçoado a Getúlio, não o achava uma forte inspiração intelectual, conquanto reconhecesse que ele tinha sido um modernizador, particularmente no tocante ao serviço público. Eu próprio entrei no serviço público por concurso do Itamaraty, sem conhecer ninguém, sem ter nenhum contato. Os exames eram objetivos, não havia realmente clientelismo ou filhotismo no recrutamento. O DASP (Departamento de Administração do Serviço Público) era uma grande organização importante para o setor público. Reconheci esse aspecto modernizador de Getúlio, mas não achava que o nome fosse adequado para uma organização de pesquisas, pois Getúlio não era particularmente intelectualizado. Mas não tive papel nenhum na formação do Instituto Brasileiro de Economia, limiteime a escrever alguns artigos para as revistas e mantinha grande amizade com Bulhões e Gudin, que foram realmente os inspiradores do esforço econômico da Fundação, do IBRE e da revista Conjuntura Econômica.

METODOLOGIA

Qual, na sua opinião, é o papel do método na pesquisa econômica? Como o senhor vê a aproximação metodológica através da história como fizeram, por exemplo, Celso Furtado e Delfim Netto em sua tese O Problema do Café no Brasil?

A importância do enfoque histórico tem variado no curso do tempo. Afinal de contas, os institucionalistas alemães enfatizaram instituições e sua história. Já a tradição clássica inglesa é mais analítica, analisa magnitudes muito mais do que instituições. Recentemente, está havendo uma ressurreição do interesse histórico-metodológico, uma indicação disso foi o prêmio Nobel dado ao Douglass North, que indica a ênfase a ser colocada sobre instituições. A Escola Austríaca difere bastante da Escola Institucionalista, porque não acentua história de economias individuais, mas enfatiza muito o valor das instituições espontâneas, como o mercado. A tradição institucionalista alemã inicial e a tradição austríaca se contrapõem aos economistas

clássicos, que deram relativamente pouca importância à análise institucional, com exceção de Adam Smith, que se preocupou com instituições e com valores éticos. Inclusive seu primeiro livro chama-se *Teoria dos Sentimentos Morais*.

A questão metodológica está no cerne do debate de Max Weber com os economistas da época. Max Weber centrava a importância nos fenômenos sociológicos, mas acabou perdendo terreno para os economistas que enfatizavam a predominância das leis econômicas. Mas isso é um fenômeno cíclico. Agora, estou cada vez mais convencido que Douglass North tem razão, o problema é de instituições, porque já existe, por assim dizer, uma tecnologia de desenvolvimento.

E qual o papel da matemática e da econometria na pesquisa econômica?

Eu acho bastante limitado, apenas dá maior precisão de raciocínio, mas a custa de uma extraoridinária simplificação das hipóteses. Aliás, tornei-me antipático à Cambridge. Quando Embaixador em Londres, fui convidado para um seminário em Cambridge em que primavam os econometristas, e eu soltei então uma piada que reflete a minha convicção: econometria é a arte de matematizar os erros da gente, exceto em Cambridge, onde se matematiza os preconceitos (risos).

Vejo com inquietação o atual furor matematizante dos economistas. Isso leva invariavelmente a terríveis simplificações e simpatizo muito mais com a visão austríaca. É muito menos matematizada, dá muito mais importância às motivações da ação humana.

A aplicação da matemática em economia avançou muito, não há dúvida, mas hoje em dia o senhor não acha que está havendo um refluxo dessa tendência, quer dizer, uma volta ao que se chamava, no passado, de Economia Política?

Eu acho que sim, conquanto haja recaídas. Uma Universidade, hoje talvez a maior detentora de prêmios Nobel, que é Chicago, não era particularmente matematizada na época do Friedman, e agora está extremamente matematizada. Então aí houve, digamos, um retrocesso. Mas de um modo geral, eu acho que o ensino da economia

está sendo repensado. Primeiro, existe muito maior influência dos austríacos; segundo, existe muito maior preocupação com a formação humanista; terceiro, com teorias como a da escolha pública, que dá muita importância a fatores institucionais e também aos exames do princípio da propriedade privada como um fator fundamental, que deve ser inspecionado cuidadosamente. Na análise clássica convencional examina-se as consequências de se ter um mercado baseado no princípio da propriedade, porém não se analisa institucionalmente o que é a propriedade, qual o seu alcance, como se originou, em que a atitude em relação à propriedade modifica o cálculo econômico.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Qual sua concepção de desenvolvimento econômico? E como está associado crescimento do PIB per capita e melhoria do bem estar social?

Eu distinguiria crescimento de desenvolvimento. Crescimento é melhoria do PIB per capita, pelo menos é a melhor medida. Hoje há algumas qualificações, como o índice de desenvolvimento humano (IDH), que leva em consideração fatores sociais, e a contabilidade ecológica, que pode ser um fator redutor do PIB na medida que leva em consideração depredações, agressões ecológicas, ou vice-versa, melhoramentos ecológicos. Mas enfim, crescimento é basicamente a melhoria da renda per capita. Já o desenvolvimento implica em transformações mais amplas, transformações culturais, transformações sociais. Aí você já tem que incluir conceitos como sustentabilidade, estabilidade, viabilidade ecológica, distribuição de renda, etc.

Alguns modelos de crescimento defendem a idéia de que haveria uma convergência de performance econômica entre os países, ou seja, que todos os países caminhariam para um determinado nível de bem-estar homogêneo. O senhor concorda com essa idéia?

Acho que a idéia de progressismo linear é insustentável. Gunnar Myrdal, por exemplo, falava na causação circular da pobreza, essa linearidade certamente não existe. Você

tem avanços e retrocessos na América Latina. Por exemplo, a Argentina já chegou a ser um país que nos anos vinte, começo dos anos trinta, era considerado desenvolvido, era talvez a sétima renda por habitante do planeta, depois descambou na fase peronista para o subdesenvolvimento e agora está penosamente emergindo de novo. O Peru foi a mesma coisa, era um país de renda média, não só no contexto latino americano como no contexto mundial. Hoje é realmente um país de baixíssima renda, então não há realmente linearidade. Vários países africanos, como Uganda e talvez Nigéria, tinham índices melhores durante o período colonial do que agora após a independência. Tanto que a própria marxista Joan Robinson, que aceitava mansamente, apesar de inglesa, as acusações de imperialismo, quando voltou de uma viagem à África algum tempo depois da descolonização, emitiu o famoso julgamento "só há uma coisa pior do que ser explorado pelo imperialismo, é não ser explorado pelo imperialismo". O que está acontecendo nos países ex-comunistas é também um desmentido a linearidade do progresso, vários desses países regrediram. A Tchecoslováquia era uma economia industrial avançada, de alto padrão de vida antes da guerra, decaiu enormemente e agora está se reabilitando, mas houve um efetivo empobrecimento absoluto e relativo. Portanto progressismo linear é uma utopia.

Na entrevista com Bresser, ele faz referência a uma divergência sua com o livro dele de 1968, Desenvolvimento e Crise no Brasil. Basicamente, qual era?

Ele tinha uma análise muito preconceituosa do que havia acontecido entre 64 e 67. Primeiro, era extremamente cético sobre a perseguição da estabilidade como um objetivo dominante, ele era da teoria do combate condicional à inflação, quer dizer, deve-se combater a inflação desde que não se prejudique as perspectivas de crescimento, que não se crie desemprego, não piore a distribuição de renda. E eu defendia a tese de que a estabilidade é um fim em si mesmo, é um valor condicionante e não condicionado. Porque sem um razoável grau de estabilidade monetária, nenhum dos outros objetivos, por mais nobres que fossem, podiam ser atingidos. Era inútil falar em melhorar a distribuição de renda sem estabilidade, era inútil pensar em desenvolvimento sem que se conseguisse estabilidade. Ele achava que isso era uma receita cruel, que levaria ao desemprego, estagnação. Era a visão de esquerda naquela

época, a estabilidade era apenas um dos valores, mas não o valor condicionante. Eu considero umas das minhas poucas vitórias ter persuadido o Castello Branco de que um objetivo fundamental era realmente conseguir a estabilidade de preços, ainda que se anunciasse também objetivos outros, como correção dos desequilíbrios regionais, melhoria da distribuição de renda, saneamento do balanço de pagamentos, etc. Acho que só agora, depois de um longo ciclo, é que Fernando Henrique e este pessoal que está aí repetem a idéia de que "sem estabilidade não se consegue nada; distribuição de renda é uma coisa muito boa, mas o primeiro capítulo de distribuição de renda é a estabilidade de preços." Mas isso são coisas antigas. O Bresser achava também, se me lembro bem, que as medidas eram de abjeta submissão ao Fundo Monetário Internacional.

Outro aspecto da controvérsia com o Bresser era a crueldade para com os trabalhadores, que segundo ele estariam pagando o preço recessivo do ajuste do tempo do governo Castello Branco. Essa foi uma tese que o Albert Fishlow desenvolveu muito, a de que o custo do ajuste era insuportável. Mal sabia ele que outros ajustes heterodoxos teriam custos muito maiores posteriormente... E eu fiquei zangado com o Fishlow porque ele era parte da missão da Universidade de Berkeley, que estava ajudando no planejamento. Ao invés de formular essas objeções a mim durante a época, ele foi formular anos depois, e passou a ser a literatura corrente das esquerdas, é a grave perda salarial e de renda, etc. Ele chegou mesmo a dizer que havia uma deliberada intenção do governo Castello Branco de extinguir os sindicatos para diminuir a participação operária no bolo de renda. Na verdade, o que houve foi uma mudança de enfoque. Nós passamos a acreditar que a distribuição direta por via salarial era um pouco suicida, porque gerava enormes pressões inflacionárias e os aumentos de salários eram logo corroídos. Então nós queríamos mudar a psicologia operária, para eles diversificarem as suas pretensões, tratando de negociar em termos de acesso à habitação, acesso à educação, acesso à terra, e não apenas em termos salariais; chamava-se o sistema de distribuição indireta. E não havia a intenção de destruir os sindicatos, havia a intenção de despolitizar os sindicatos. Porque nós vinhamos da fase João Goulart, em que determinados sindicatos eram escolhidos como parceiros políticos. Eram sindicatos que tinham

capacidade de paralisia da atividade econômica: eletricitários, ferroviários e portuários. Esses tinham reajustes salariais negociados politicamente e se transformaram em semi partidos políticos para apoiar o Goulart. Nós queríamos então uma fórmula que eliminasse essa politização dos sindicatos, quando criou-se a fórmula Simonsen. O Simonsen é que sugeriu. Reajuste pela média do salário real dos vinte e quatro meses mais o coeficiente de produtividade, mais metade da inflação programada. Então, realmente desapareceu temporariamente a capacidade negocial dos sindicatos, porque a fórmula se aplicava. Mas isso visava eliminar a espúria aristocracia do proletariado, extremamente politizada, que se havia criado antes. E para compensar a relativa estagnação do salário real monetário, criou-se o BNH, criou-se um grande programa de bolsas de estudos, visando dar acesso a outras formas de salário indireto. Mas isso foi mal interpretado. E curiosamente o Bresser se queixava muito, criticava muito essa relativa insensibilidade social, e quando ele foi Ministro da Fazenda, ao criar a URP, que até hoje está dando motivos a demandas judiciais, que era praticamente um congelamento do salário dos últimos três meses, ele foi punido em suas críticas.

Qual o conceito de desenvolvimento que estava por trás do PAEG?

Havia naquela ocasião uma confiança ainda um pouco lírica na capacidade direcional do governo, de que através do planejamento governamental se pudesse impulsionar a economia, desde que se tivesse criado condições de factibilidade. Essas condições seriam a módica estabilidade de preços e saneamento internacional para poder atrair capitais estrangeiros. Mas a idéia ainda era de que o governo, de alguma maneira, era um descobridor de oportunidades. Eu falava muito na capacidade telescópica, que o governo tem uma bacia de acumulação de recursos, o que não acontece em capital privado, e segundo, pode pensar a longo prazo, enquanto que o capital privado tende a pensar no curto prazo. É uma idéia um pouco ingênua, hoje eu diria o contrário, o governo é que não tem capacidade de planejar a longo prazo porque sofre pressões políticas e a doença da descontinuidade. Então é o capital privado que hoje pensa mais no longo prazo. Segundo, o grande descobridor de oportunidades não é o governo, é o empresário privado. Imaginar que um tecnocrata tem uma

visão melhor que a visão do empresário no mercado, de qual o desejável encadeamento da cadeia produtiva, a meu ver, é uma enorme ingenuidade. Mas esta ingenuidade eu cometi, uma gonorréia, doença de juventude.

Hoje eu estou muito mais na Escola Austríaca, o descobridor de oportunidades é o empresário privado. O que o governo tem que fazer é criar um ambiente institucional favorável à iniciativa privada e intervir para manter concorrência, não para asfixiar a concorrência.

Curiosamente, o programa que foi desenvolvido aqui em 1964/67 era surpreendentemente semelhante aos programas asiáticos. Visitei a Ásia ao sair da embaixada em Washington em 1964, antes de ser Ministro do Planejamento, e eu ouvi falar das reformas que estavam se fazendo, reformas no sentido de estabilização e liberação comercial ao mesmo tempo. Mas eram idéias ainda em gestação, as reformas estavam apenas começando. E o fato de termos adotado substancialmente o mesmo modelo aqui é mais coincidência do que cópia. Quais são as coincidências do modelo? A pregação da austeridade monetária e fiscal, quer dizer, o valor da estabilização; segundo, orientação exportadora; terceira, abertura para investimentos estrangeiros; quarto, moderação do protecionismo comercial, que foi feito em 67.

No começo, a reação da economia brasileira a esse tipo de programação de reformas institucionais, foi rápido. O milagre brasileiro veio no fim da década de 60, o milagre asiático veio no fim da década dos 80, exceto o Japão, que começou antes, na década de 60. O plano Ikeda de duplicação da renda nacional é de 1960 e o nosso plano é de 1964.

Começamos a perder terreno em três coisas: dois dos países que tinham extensão territorial considerável, Taiwan e Coréia, fizeram a reforma agrária, e isso evitou um desbalanceamento do poder político em favor das cidades e em desfavor da agricultura. No nosso caso, a agricultura foi prejudicada pela supremacia do consumidor urbano, e não se criou um bloco de renda rural suficientemente ativo. Mas foi um erro de implementação e não de concepção, porque em 1964 foi passado o Estatuto da Terra, que visava exatamente a corrigir essa deficiência.

Segundo lugar, ênfase sobre educação básica; o Brasil continuou com um sistema de educação elitista, com grande parte do dispêndio público voltado para o ensino universitário. Também isso foi mais um erro de implementação do que de concepção, porque criou-se o salário educação, que era para educação básica, e na Constituição de 68 houve o famoso artigo 138, que estabelecia o princípio de educação gratuita, dos sete aos quatorze anos e a partir daí qualquer educação ulterior seria paga. No ensino secundário dar-se-ia bolsas não reembolsáveis aos estudantes pobres e no ensino universitário, bolsas reembolsáveis, quer dizer, crédito educativo para o ensino terciário. Isto está na Constituição de 67, mas na dependência de lei complementar, lei complementar nunca foi votada. Em 68, veio o Costa e Silva que não tinha a mesma percepção dos problemas; e houve a grande rebelião estudantil mundial, a revolta dos estudantes em Paris. E os estudantes passaram a centralizar, a atrair a atenção do governo militar. Era muito difícil punir estudantes, então os estudantes foram um setor privilegiado na oposição aos governos militares. Isso intimidou os militares, e ao invés de estabelecerem restrições à gratuidade universitária, pelo contrário, abriram vagas para excedentes, passaram a adular os universitários. Então perdeu-se o sentido de urgência e prioridade para a educação básica.

O terceiro elemento componente do sucesso asiático, e que nós fracassamos completamente, é o planejamento familiar. Entre 1970 e 1990, a população urbana se acresceu em cem milhões de pessoas, houve um acelerado crescimento da população que só começou a se reduzir nos últimos quinze anos, agora está em redução relativamente rápida. O que é pior, é que essa população se concentrou toda nas cidades, houve uma massificação urbana.

Mas isto explicaria a nossa defasagem em relação aos asiáticos?

Não. O determinante foram circunstâncias que vieram a ocorrer na década dos 70 e 80. Na década de 70, havia quatro fórmulas de adaptação à crise de balança de pagamentos, oriunda da crise de petróleo: expansão de exportações; aperto interno de cinto, quer dizer, restrições temporárias do crescimento; endividamento; e substituição de importações. O Brasil optou pelas duas últimas, substituição de importações e endividamento, os asiáticos optaram pelas duas primeiras, ênfase

sobre exportações e aperto de cinto; resultado: fizeram uma adaptação muito melhor à crise do petróleo do que nós. Mas o grande divórcio veio na década dos 80, sobretudo após a redemocratização. O primeiro grande erro foi a política de informática, que foi no fim do governo militar, seis meses antes do fim do governo militar, outubro de 1984, exatamente o ano em que surgiu o computador pessoal, um artigo de consumo de massa. Nesse ano nós passamos a lei de informática, foi um total desastre, uma renúncia à corrida tecnológica. Nós que éramos muito superiores a Coréia, Taiwan, etc., hoje somos inferiores até à Malásia em matéria de informática. Depois o Plano Cruzado, quando destruímos a estrutura de preços. Depois a moratória, sacrificamos o crédito internacional. Depois a Constituição de 88 e depois o Plano Collor, que repetiu os erros do Plano Cruzado, como o congelamento de preços, e agregou mais um confisco de poupança.

Gostaríamos que comentasse a tese de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, Dependência e Desenvolvimento na América Latina.

Sempre achei um absurdo, é uma incursão de sociólogos na economia. Para o economista, as questões são de *how much more is*?, quer dizer, tudo é questão de grau. Então, do subdesenvolvimento ao desenvolvimento há apenas um espectro de variações quantitativas. Já o sociólogo gosta de criar categorias, e categorias estáticas no tempo. Subdesenvolvimento é uma categoria estática, oposta à categoria de desenvolvimento. Enquanto que para o economista é um mero estágio, não há esta separação de categorias. Certamente agora o desenvolvimento asiático demonstra isso, países que estavam no rol dos subdesenvolvidos, subitamente agora se projetam como desindustrializantes. Hoje, o aço da Coréia, os computadores de Taiwan, os chips da Coréia, intimidam os países desenvolvidos, por quê? Porque o capital aplicado em sucessivas doses acaba gerando um espectro contínuo de crescimento.

Eu nunca comprei a tese do Fernando Henrique, ela sempre me pareceu bastante ridícula, primitiva mesmo. É a eterna confusão de faseologia com ideologia, eles dão uma interpretação ideológica àquilo que é meramente fasiológico, são fases de desenvolvimento.

INFLAÇÃO

Como foi a reação do FMI quanto ao programa de estabilização embutido no PAEG?

O Fundo Monetário Internacional não aceitava o gradualismo, queria o tratamento de choque. Nós argumentávamos que o tratamento de choque era impraticável e que os modelos europeus de cura súbita da hiperinflação não eram aplicáveis ao caso brasileiro, porque as hiperinflações européias eram mais ou menos como tumores, que se poderiam lancetar, ao passo que em nosso caso era uma septicemia, não podia ser lancetada, tinha que ter uma cura necessariamente mais lenta. Isto porque o longo hábito de inflação tinha alterado fundamentalmente a estrutura patrimonial das empresas. As empresas fugiam desesperadamente do capital de risco e procuravam imobilização. O capital de risco se derretia com a inflação. Então, um programa de contração súbita levaria à uma falência generalizada porque a estrutura patrimonial estava deformada. Não era o caso europeu, onde a inflação havia sido episódica.

O Fundo Monetário não aceitava a correção monetária, e nós achávamos que precisamente porque não era possível extinguir rapidamente a inflação, era preciso criar mecanismos temporários de encorajamento à poupança e de criação de mercado voluntário de títulos governamentais, que não existia. E não havia possibilidades de criar um mercado de títulos sem o instrumento temporário da correção monetária. Apenas esse instrumento foi depois pervertido, porque na correção monetária tal como concebida inicialmente havia um prazo de carência para o saque, portanto era um estimulo à poupança, uma viabilização de contratos a longo prazo, mas não era quase moeda. A correção monetária só se tornou quase moeda a partir de 1980, quando foi gradualmente reduzido o prazo de carência até aplicar-se a correção monetária no over night, criando-se então a quase moeda. E o governo agora tem toda a razão de querer se livrar da correção monetária, porque foi um instrumento pervertido em sua utilização no curso do tempo. De qualquer maneira foi concebido como um artificio temporário, enquanto não se fazia uma grande reforma fiscal, que afinal foi feita em 1967, enquanto não se fortalecia o setor público e não se restaurava o instinto de poupança.

O ajuste de 81/83 foi muito eficiente para resolver o problema da balança de pagamentos, mas não teve muito sucesso no combate à inflação. Foi neste momento que começaram a surgir, com muita força, teorias que partiam de uma idéia antiga do Simonsen, que é a idéia da teoria da inflação inercial. O senhor acha que o problema do combate a inflação era o diagnóstico? E ainda, por que fracassaram tantos planos de estabilização? Existe algum elo comum?

O elo comum que existe entre os diferentes planos é que nenhum destes planos foi realmente ortodoxo. Fala-se em ortodoxia, mas nem o Simonsen nem o Delfim podem ser chamados de monetaristas ortodoxos. Começa que ambos admitiam um controle de preços e de câmbio, portanto, realmente violavam dois dos princípios fundamentais da ortodoxia monetária. Em 81/83 houveram dois estágios. No primeiro estágio, há o Delfim que cometeu o maior pecado possível contra a ortodoxia, que é de congelar a correção monetária e a taxa de câmbio, e o resultado foi uma enorme crise de balança de pagamentos. O ajuste aí nem sequer foi bom para o balanço de pagamentos, além de não ter debelado a inflação. Não debelou a inflação porque foi quando se mais flebilixou-se a política salarial, foi a época em que se votou a 2.065, admitindo reajuste de 110% para o salário mínimo e reajustes menores para os escalões superiores. Isto era totalmente irrealista, o mercado de salários se orienta tendo como referência o salário mínimo, mas se você aumenta 110% o salário mínimo é extremamente dificil você aumentar menos os escalões superiores.

Então, a política salarial foi frouxa, a política fiscal relativamente estável e a política cambial, um desastre. Essa sua análise de que houve êxito em termos de balança de pagamentos é válida a partir de 1983, porque aí se fez um acordo com o Fundo Monetário, se fez a maxi-desvalorização de 30%, com um aperto fiscal, aí sim. Mas não houve nenhum progresso na luta contra a inflação, pelo contrário, a inflação subiu de 100% para 200%, por causa da política salarial. Essa turma agora aprendeu, tanto assim que a primeira coisa que eles fizeram foi a desindexação salarial agora em julho, o fim do Plano Real. Então houve uma política cambial errônea na primeira fase e certa na segunda.

Na segunda fase, a partir de 1983 com o Pastore, fez-se o sistema de minidesvalorizações, que tinha começado antes mas havia sido temporariamente congelado em 1980. O Pastore reestabeleceu o sistema de mini-desvalorizações referenciado. Aliás, ele nem descontava a inflação internacional, ele desvalorizava pela inflação interna. Então era uma sobre-desvalorização, que resultou em uma enorme melhoria da balança de pagamentos, porque houve ao mesmo tempo um esforço de contenção fiscal. Mas não resultou em queda de inflação, por quê? Porque a política salarial era expansiva e porque a desvalorização em si tem embutida um coeficiente inflacionário.

E a teoria da inflação inercial, como o senhor analisa?

Acho que há um grande exagero nisso. Na realidade, o que a correção monetária em princípio faz é meramente registrar a inflação passada, é um termômetro. Você achar que o termômetro produz a febre é uma ligeira confusão. O que provoca essa impressão de que a correção monetária é causa da inflação é que a correção monetária se torna uma coisa perversa, porque os agentes econômicos postulam a continuidade da política do governo. Se o governo tem hábitos de financiamento inflacionário, o agente econômico projeta para o futuro esse comportamento do governo. Então é o comportamento do governo, muito mais do que a correção monetária, que provoca a inflação. Na realidade, entre 1964 e 1973 a inflação baixou enquanto se expandia a aplicação do instituto da correção monetária. Ou seja, a correção monetária até ajudou a combater a inflação, porque permitiu poupança, permitiu contratos de longo prazo e evitou que o cidadão embutisse nos seus contratos salariais, ou de fornecimento, a inflação futura. Friedman, por exemplo, advoga que isso é a coisa mais racional possível...

CELSO Monteiro FURTADO (1920)

Bacharel em Direito, Celso Monteiro Furtado é um dos mais importante Economistas brasileiros. Realizou seu doutorado em Economia na Universidade de Sorbone em Paris e em seguida foi para a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) no Chile, onde permaneceu por cerca de 9 anos. Foi o idealizador e o primeiro Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), Ministro do Planejamento do governo João Goulart (1961-64) e Ministro da Cultura no governo Sarney (1985-89).

Furtado respondeu prontamente e sem intermediários o convite para a entrevista. Sabíamos que estaria no evento da entrega do prêmio Moinho Santista, realizado no Palácio do Governo do Estado de São Paulo. Conseguimos que o texto de apresentação do projeto e dos temas tratados fosse-lhe entregue por uma recepcionista do evento. Esta colaboradora anônima garantiu que o texto chegasse a Furtado. A entrevista deu-se em outubro no seu apartamento em Copacabana, sua morada nos poucos meses do ano que passa no Brasil. Fomos surpreendidos por uma gentil, quase humilde, acolhida.

FORMAÇÃO

Nos interessa em específico sua participação na CEPAL. Chamou-nos a atenção o fato de Santiago no Chile abrigar de um lado a Cepal, e de outro a Católica do Chile, com uma visão muito diferente, mas que também goza de respeito internacional. Até que ponto o fator institucional, da CEPAL ser financiada pela ONU, influenciou as idéias da comissão?

Celso Furtado: Vamos por etapas. Primeiramente a Católica só teve significação de verdade depois, e já como uma resposta, uma reação à CEPAL. O que aconteceu foi que a CEPAL ganhou um prestígio internacional em Santiago do Chile e foi

necessário reagir. Os americanos inicialmente, como eu contei no meu livro, tentaram matar a CEPAL, porque a decisão das Nações Unidas de criar a CEPAL dava a ela um prazo de três anos. Depois de três anos seria então votado definitivamente. Foi realizado um tremendo esforço da parte do governo dos Estados Unidos para que não fosse renovado o contrato. Agora, como foi renovado o contrato, tratava-se de agir de outra forma para compensar a influência da CEPAL. Então se prestigiou a pesquisa e o trabalho teórico na Católica, como resposta a CEPAL. A Católica passou a ter importância a partir dos anos cinquenta e bem avançados, quando houve então essa conexão com Chicago, daí os *Chicago boys*, etc. Não é que houvesse no Chile já um pensamento econômico organizado, era mais ou menos como no Brasil. Não havia pensamento econômico nenhum que tivesse influência. A verdadeira escola de pensamento se cria com a CEPAL. Isso é um fenômeno interessante, e só se criou porque era das Nações Unidas, aí você vê a diferença.

Aí respondendo a questão das Nações Unidas. É que os americanos que tinham influência praticamente sobre tudo na América Latina, como ainda têm até hoje, mas naquela época tinham ainda muito mais. Eles polarizavam na União Panamericana todas as discussões sobre a América Latina, tudo se decidia a nível da União Panamericana, que era uma instituição tradicional, que vinha já do século passado, etc., desde a época do primeiro Roosevelt. Ora, essa União Panamericana estava instalada em Washington, e era portanto, na verdade, uma criação dos Estados Unidos. E todos os que trabalhavam lá só tinham um desejo, que era fazer uma carreira nos Estado Unidos. O milagre da CEPAL foi que ficou com a sede fora dos Estados Unidos. Isso uma parte do milagre, mas como estava na América Latina, ela passou a ter uma independência e uma autonomia pelo fato de que a problemática latino americana era vista de um ângulo diferente se você estava América Latina ou nos Estados Unidos.

Mas a verdade verdadeira é que a CEPAL foi possível por causa da presença de Prebisch. Os orgãos das Nações Unidas em nenhuma parte do mundo tiveram muita importância. Só existe uma escola de pensamento no terceiro mundo independente, que é a CEPAL. Por que não houve na Ásia, onde houve uma comissão econômica

⁴ Redefinindo-se a Theodore Roosevelt, vice presidente dos EUA em 1990, foi presidente após a morte de McKinley (1901) e eleito presidente em 1904.

para a Ásia mais antiga que a CEPAL? Por que não houve na África, ou em qualquer parte do terceiro mundo? Ou mesmo no primeiro mundo? Por que a Comissão Econômica da Europa, por exemplo, das Nações Unidas, nunca foi um órgão importante? A CEPAL é um fenômeno. Dentro da América Latina, dentro do terceiro mundo, naquela época não se falaria terceiro mundo, diria dentro dos países atrasados, subdesenvolvidos, você cria um núcleo de pensamento e de reflexão com autonomia. Porque se deu uma conjugação muito especial de forças. É que havia já muito economista latino americano querendo, buscando isso, mas eles todos estavam nos Estados Unidos. Quando eu cheguei na CEPAL, fui um dos primeiros, cheguei até antes de Prebisch. Era um grupo em que quase todos tinham estudado nos Estado Unidos, eram latino americanos, fosse chileno, fosse mexicano, fosse o que fosse, tinham estudado nos Estados Unidos. O único que não tinha estudado nos Estados Unidos fora eu, que tinha estudado na Europa, era Juan Novola, que vai ser importante também na CEPAL. Mas Juan Noyola tinha trabalhado nos Estados Unidos, não tinha estudado, mas tinha trabalhado no Fundo Monetário Internacional, portanto tinha passado já pelo tapiz, pela escola americana. Os dois únicos que não tinham formação americana eram Prebisch e eu.

O fato de que Prebisch tivesse muito prestígio internacional foi decisivo, porque ele merecia o respeito de todo mundo. Quando eu cheguei no Brasil e disse que trabalhava com Prebisch, todo mundo me admirou, me elogiou, etc. O Gudin me disse: "diga a Prebisch que deixe essa besteira de Nações Unidas, venha para o Brasil que nós precisamos dele aqui", porque Prebisch tinha saído da Argentina chutado pelo Peron. O Peron é tão idiota que pegou o único economista de valor, capaz de ter influência internacional, que ele tinha na Argentina no momento, e botou para fora.

Mas ele já havia criado o Banco Central muito antes...

Sim, nos anos trinta, e realizou um trabalho no Banco Central que ficou clássico como modelo de política anti-cíclica, admirado no mundo inteiro, daí o prestígio que ele tinha. Então havia essa combinação de um grupo de latino-americanos e Prebisch, que tinha essa experiência e que tinha desenvolvido essa concepção da

Economia como um fenômeno internacional. Você tem que pensar os problemas internacionais primeiro. E em termos de fenômenos internacionais você tem que pensar o ciclo, o ciclo é internacional, não existe ciclo privado, mesmo nos Estados Unidos você vê que o ciclo é um fenômeno global. Então Prebisch valorizou o ciclo, e a partir dessa idéia, percebeu a diferença de comportamento no ciclo de países exportadores de matérias primas e países industrializados. Daí ele criou o sistema centro-periferia, que foi o grande salto.

Foi daí que nós partimos, quando eu cheguei na CEPAL, digamos assim, ele chegou logo depois e já escreveu o primeiro trabalho dele e teve muita importância, muita repercussão. De imediato, em toda a América Latina, surgiram discípulos ou pessoas que já estavam buscando isso. Você não pode imaginar como, no mundo, o que vale é a liderança. Tem tantas potencialidades, possibilidades de realizar coisas, que estão dependendo apenas de que apareça alguém capaz para liderar, de assumir o comando. Foi o que aconteceu, porque depois foi de imediato, surgiu em toda a América Latina, e também surgiu em toda parte vozes contra. Foi o grande debate, que se deu aqui no Brasil em grande parte. Gudin trouxe para cá todas as figuras da economia internacional: Haberler e Lionel Robbins, essa gente toda veio aqui discutir e mostrar que Prebisch era um bestalhão, que o que valia mesmo era usar a boa ciência econômica, e eu assisti esses debates todos.

Quando foi isto?

A CEPAL foi criada em 48, ano em que entrei. Quando lá cheguei já havia um pequeno nucleozinho, mas totalmente tipo OEA, intra-americano, dirigido por um cubano, que era na verdade um homem dos americanos, que não tinha nenhuma capacidade para pensar por conta própria. Criou-se um interesse pela CEPAL somente depois que saiu o trabalho de Prebisch. Havia virtualmente a necessidade de um pensamento latino americano, de todo lado apareceu gente seguindo, aí foi um estouro de debates por toda a parte. A clivagem, a divisão imediata de direita e esquerda, como se diz hoje, naquela época era: uns que acreditavam que o desenvolvimento era a saída para a América Latina, e outros que acreditavam que a estabilidade era o essencial.

Os desenvolvimentistas?

É. Os desenvolvimentistas e, digamos, os liberais, para quem o principal era o problema da estabilidade. E diziam: "vocês estão loucos, vão nos levar a inflação".

Gudin entre eles.

Sim.

E Bulhões?

Bulhões também. Ele era mais cético, tinha uma visão mais realista que o Gudin. Gudin era muito dogmático, tinha um desconhecimento completo do Brasil e um certo desprezo pela "raça inferior" dos trópicos, dizia "desse clima não sai nada melhor que isso não". Gudin é um homem do século XIX, *I don't blame him*, não o culpo de nada, porque ele era um homem bem da sua época. Agora, o verdadeiro debate que se deu foi com os americanos, e foi a pressão maior. E foram eles que tiveram uma estratégia para contra-atacar, que vieram nas nossas Universidades cooptar gente, e levaram gente para estudar em Chicago. Fizeram uma forte ofensiva no México também. E aí se criou todo o pensamento, digamos, de linha ortodoxa. A verdadeira ciência econômica essa gente não conhece.

Isso é um problema que vocês poderiam discutir, o que é a ciência econômica? Hoje em dia todo mundo está querendo se liberar um pouco da ciência econômica. Porque a ciência econômica é um reducionismo da realidade, você transforma a realidade em um boneco, em uma coisa simples que você reduz e que você entende, quando você não entende você tira fora, não interessa, é demasiado complexo, é paradoxal. Se o sujeito quiser reduzir a coisa ao absurdo é isso, porque não há um problema econômico que não seja também social, e se é um problema social ele tem outros aspectos que não os econômicos. E, por outro lado, não existe estudo global da sociedade que não perceba, que não se funda numa captação dos propósitos, dos

fins, que se buscam na sociedade. E sobre isso a Economia não nos diz nada, quer dizer, o processo econômico como um processo social só se entende plenamente se você formular hipóteses, intuir hipóteses que sejam sobre o que buscam os homens, que propósito eles têm, não é simplesmente analisando. Como eu digo aqui, o método analítico é muito importante, mas ele me deixa praticamente cego dentro dos grandes problemas sociais.

Como foi a sua experiência de estudo no exterior?

Defendi minha tese de doutorado em Paris. Quando saí da França, passei no Brasil algum tempo trabalhando na Conjuntura Econômica, com o pessoal da Fundação Getúlio Vargas. Mas logo fui para as Nações Unidas, fui trabalhar no Chile, com Prebisch. E lá pensava que ia passar pouco tempo, nunca imaginei ficar mais de um ano, me entusiasmei e fiquei quase nove anos. Nessa época já era Doutor em Economia, já tinha um título. Nas Nações Unidas, para ser economista precisa ter um título.

Quando fui para Cambridge eu poderia ter feito outro doutorado, mas seria um pouco ridículo usar o meu tempo para isso, quando eu podia aproveitar o tempo fazendo outra coisa. Foi nas horas vagas de Cambridge que eu escrevi a "Formação Econômica do Brasil", quer dizer aproveitei o meu tempo. E lá trabalhei muito com Kaldor, Sraffa e principalmente com Joan Robinson, a quem me liguei muito. Eu passei esse ano em Cambridge, depois de ter trabalhado nas Nações Unidas e terem se passado nove anos, eu quis sair. Em vez de vir diretamente para um trabalho qualquer, eu quis me reciclar em uma Universidade. Foi aí que eu passei um ano somente estudando em Cambridge, me atualizando. Aí eu conheci Sraffa, que era um cara fantástico, uma cabeça incrível! E conheci muito desses economistas que hoje em dia estão famosos, Amartya Sen, Garignani, foram meus colegas em Cambridge.

E nos EUA, como foi? O senhor teve contato com Shultz?

Eu o conheci em Chicago, e o visitei porque tinha me interessado por sua obra. Foi muito gentil comigo.

MÉTODO

Como o senhor vê o papel da econometria e da matemática na pesquisa econômica?

Bem, é de grande importância, mas tendo em conta que é uma parte do método analítico. A econometria não sai da análise. Se você quiser fazer um plano de desenvolvimento econômico, ou um plano de estabilização, qualquer coisa dentro disso, o instrumento matemático vai ser fundamental para dar coerência a ele, para medir as coisas, para dar rigor, etc. Mas os objetivos que você persegue com o plano, não saem da econometria, são as vontades e os valores do homem que dominam a sociedade que vão prevalecer.

O senhor acha que atualmente está havendo um refluxo para a Economia Política?

Eu acho que sim, mesmo porque a Economia está se desprestigiando de maneira incrível. Eu participo da Comissão das Nações Unidas sobre Cultura e Desenvolvimento, e é impressionante ver como todos que se preocupam em superar limitações da análise econômica, da ciência dos economistas, ficam horrorizados quando se quer reduzir o problema a termos econômicos. Os problemas fundamentais da humanidade estão se complicando cada vez mais, a destruição da natureza, o efeito estufa, todos esses problemas que conhecemos e o mais importante, e a fome, que é o maior problema da humanidade. Não se vai resolver isso com os recursos do economista. O recurso do economista pode ajudar a resolver, se estiver a serviço de uma política, e a política não pode depender dos economistas. A impressão que se tem é se espera demasiado dos economistas. E eles, coitados, se empavonaram imaginando que são tão importantes assim.

Gostaríamos que falasse sobre a diferença de estilo, de postura, e do approach entre economistas americanos e europeus. O senhor, que passou pelos dois lados do oceano, teve contato com esses dois estilos que são profundamente diferentes, ou não?

Na Europa você encontrava muita gente, principalmente na Alemanha, que tem o mesmo estilo dos americanos. Os suecos, quer dizer, o pessoal do norte da Europa,

tinha um estilo diferente, e havia uma tradição, que vem de Wicksell, diferente da tradição que seria clássica norte-americana. Na França havia o fenômeno Perroux, e havia outro professor que teve muita influência sobre mim na França: Bertrand Nougarreaux, que ninguém mais conhece hoje em dia. Ele tinha uma visão muito crítica do monetarismo e de suas limitações. Ele entendia muito de economia monetária. Quer dizer, ele sabia que era um *piège*, uma armadilha, porque seduz e você fica esterelizado. E eu também estudei com ele.

Na Europa havia várias escolas de pensamento. Nesta época, o pessoal austríaco estava em declínio, Hayek estava apagado. Mas o pessoal sueco tinha muita influência. Do pessoal que veio aqui pela Fundação Getúlio Vargas, Nurkse era o mais interessante, o único realmente interessante. Havia a grande figura de Myrdal, que tinha um prestígio enorme na Europa e que representava um contraponto. Era bem diferente dos americanos, porque ele via a sociedade globalmente e tinha também uma preocupação com a dimensão histórica do fenômeno no tempo. Nessa minha época o mundo estava dividido. Havia a escola austríaca, que estava um pouco em declínio, mas a própria London School of Economics era dividida, não havia somente um grupo. Essa unificação terrível que se deu posteriormente com o monetarismo, é um fenômeno também político, porque isso vem da evolução da política inglesa, do fenômeno Tatcher. Naquela época não, você tinha Myrdal, Nurkse, Perroux, isso tudo era gente com muita independência de pensamento, e que não se subordinava à análise econômica *stricto sensu*.

A verdade verdadeira é que o problema especificamente econômico é um problema pequeno, é um problema menor, que você pode esgotá-lo com os meios do economista. Mas o homem é um mistério, é uma coisa em transformação, em formação, em desenvolvimento, e a sociedade também. Portanto, não existe uma ciência social à altura dos grandes desafios que nós temos. Eu fico pensando, que avanço fez a ciência social nesses trinta, quarenta anos que vivo e que estudo essas coisas todas? Eu não vejo nenhum. Você vê esses prêmios Nobel de Economia, são de uma mediocridade, de uma insignificância, porque são todos limitados a coisa muito específica, estudam *budgets*, coisas simples.

atividade econômica. Eles têm muito mais armas para resolver os problemas sociais do que nós. Veja que eles têm um desemprego mínimo comparado com a Europa, mas têm sérios problemas porque dependem hoje em dia dos Estados Unidos. O Japão e os Estados Unidos estão *umbriquè*, embricados. Colocando bônus americano no Japão é que eles põem em marcha a Economia japonesa. Imagine se os Estados Unidos tivessem uma política de equilíbrio de balança de pagamentos, os japoneses têm um saldo de setenta bilhões de dólares com os Estados Unidos. Portanto há uma dependência mútua. Os americanos só podem financiar o seu déficit com o Japão e Alemanha, mas principalmente Japão. E o Japão só pode colocar o seu excedente enorme de poupança se os americanos absorverem. Criou-se uma interdependência, que é quase uma sujeição mútua.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TECNOLOGIA E GLOBALIZAÇÃO

Como o senhor vê a teoria da dependência? Como o senhor viu na época, e como o senhor vê hoje?

Bem, para nós que vivíamos dentro da teoria de centro-periferia, a dependência era um fato que decorria da estrutura do sistema. Escrevi um livro sobre dependência em 52. Agora, a visão que os sociólogos tiveram com o Fernando Henrique, foi mais de olhar dentro da própria sociedade, como é que ela se solda e como ela se forma, a dependência. O fenômeno da dependência todos conheciam, a própria teoria do semi-colonialismo era uma teoria da dependência, que os marxistas desenvolviam. Agora, ligar isso à estrutura interna da sociedade foi uma contribuição dos sociólogos.

Na verdade, o fenômeno, a situação de dependência era aceita por uns como uma coisa natural, mas todo mundo partia do fato de que isso existia. Gudin, por exemplo, que era o homem da extrema direita, do liberalismo mais descabelado, criou a teoria da economia reflexa, que no fundo é economia dependente. Economia reflexa, que reflete tudo o que vem de fora, é uma forma de dependência maior. Portanto, o nome de dependência em si não tem muita importância, o que importa de verdade são os ingredientes do processo, e o que os sociólogos trouxeram foi um estudo da

estrutura de poder interna, que está ligada à forma de dependência que surge com a industrialização. Você industrializou, você avançou, criou uma Economia mais complexa e em realidade, digamos assim, não superou a dependência, ela assumiu outra forma. Porque a sua estrutura social se fez a serviço dos interesses da dependência. A verdade verdadeira é que quando você internacionaliza uma economia subdesenvolvida, você aprofunda a raiz da dependência.

Uma questão antiga sobre desenvolvimento é se o progresso técnico é endógeno ou exógeno. Qual sua opinião a esse respeito?

Que progresso é esse? O fato de ser exógeno vai se generalizando no mundo inteiro, porque a tecnologia do patrimônio tecnológico é cada vez mais universal. O Japão em grande parte depende da tecnologia que veio dos Estados Unidos, e nos Estados Unidos você depende da tecnologia que vem do Japão e da Alemanha. Todo mundo hoje em dia busca a tecnologia de ponta, isso sim que é um fenômeno e tem aspecto negativo. A sedução, busca da tecnologia de ponta força a criação de desemprego. Como explicar que a tecnologia moderna, por toda a parte, está criando desemprego? Senão porque se favorece sempre a tecnologia de ponta. No passado as máquinas eram usadas já obsoletas, porque havia proteção. Eu reconheço que a maior mudança para entender a Economia mundial hoje em dia é o papel da tecnologia.

O que há de novo em matéria de tecnologia? No passado, a tecnologia era comandada, digamos assim, pelas leis do mercado. Você inventava qualquer coisa, isso tinha valor ou não tinha. Só teria valor se a aplicação fosse rentável. Quando se demonstrava que uma tecnologia era rentável, você aplicava, investia nela. Hoje em dia você está em uma situação um pouco diferente. É como se a tecnologia andasse sozinha, você avança no plano tecnológico sem muita preocupação com as consequências sociais disso.

Em toda parte, o desemprego é essencialmente tecnológico, é criado pelo avanço da tecnologia. Isso vai levar a quê? Eu não tenho resposta. É como se isso tendesse a impor uma transformação completa na sociedade, em que o trabalho já não vai ter a função que tem hoje, de ser o cimento social. Porque hoje em dia o que está havendo é que muita gente na Europa - eu digo porque eu vivo lá - ficando

desempregada, desde jovem, com taxas de desemprego muito maiores que aqui, 12% na França. E a geração nova sabe que está condenada ao desemprego, que o desemprego é maior entre os jovens, então o indivíduo chega a trinta anos e não começou a sua vida profissional ainda.

Portanto, aquele papel de cimento da sociedade que tinha o trabalho, que incorporava as pessoas, que dava solidariedade entre os homens, criava inclusive os movimentos políticos. Isso começa a desaparecer. É evidente que a crise social está sendo e vai ser muito grande. Como se vai sair disso? Eu tenho a impressão que precisa um novo projeto de sociedade, em que alguma coisa substitua a função do trabalho. Imagine você uma sociedade futura em que todo mundo tenha um salário assegurado. O problema estaria em inventar motivação para esta população, como você pode inventar esporte para os jovens, excursões, viagens, tudo isso. Hoje já está se fazendo, a quantidade de gente que sai para viajar no estrangeiro é enorme.

É outro projeto de sociedade que está em gestação, que não está ainda claro o que vai ser. Provavelmente, vai ter um impacto global, porque o problema não é de países subdesenvolvidos, o problema é dos Estados Unidos também. E gravemente lá. E eles ainda têm a vantagem de poder emitir uma moeda que todo mundo aceita. Têm um déficit de cem bilhões por ano e fica por isso mesmo, todo mundo empresta sem limites.

E os outros países, como o México, que tem uma população enorme, está com noventa milhões de habitantes hoje em dia, e não cria emprego? Isso sim que se deveria discutir e pensar hoje em dia: que transformações sociais serão impostas ou serão requeridas pelo avanço tecnológico? Então se coloca o problema: "por que essa tirania da tecnologia? Por que temos de nos submeter, destruir o que já tínhamos como valores para nos submetermos a essa tirania?" Aí é mais dificil responder à questão. Você vê o avanço da tecnologia como uma espécie de imperativo, que se impõe a tudo mais. Por que se impõe? É evidente que hoje em dia se impõe porque é rentável para alguns grupos que têm o poder de decidir. A tecnologia vedete, de ponta, aumenta o poder de alguns grupos, e na economia quem tem poder tem uma participação maior na renda. E pouca gente na Economia corrente quer aceitar isso.

Os economistas geralmente não pensam em poder. Mas a boa verdade é essa, a distribuição da renda é um fenômeno político e que reflete a relação de poder em uma sociedade, não reflete a situação de mercado, isso secundariamente. São problemas importantes que a geração nova de vocês tem que enfrentar, pensar de novo, cabeça fresca.

Mas a tecnologia não é uma manifestação própria do capitalismo? Quer dizer, é necessário que novas tecnologias suplantem as antigas para conferir poder de monopólio?

Você já está definindo que ela é rentável. Mas ela é rentável microeconomicamente. Ela se transforma em rentável porque ela se impõe internacionalmente também. É evidente que no Brasil você poderia ter muito mais empregos se voltasse a proteção de certos setores. Setor de tecidos: para quê mais avanço tecnológico se põe trabalhador na rua? A mudança tecnológica para o setor de tecidos não é melhor nem pior, é mais ou menos igual. Só que é mais barato para o empresário, reduz os custos dele, que põe metade do pessoal na rua. Você caiu na tirania da microeconomia.

A lógica social ficou em segundo plano?

É, a visão que tinha surgido com Keynes, macroeconômica, e que privilegiava o social, foi posta em segundo plano pelas grandes escolas de pensamento moderno. Isso sim que é o debate novo que a geração nova terá que enfrentar e abrir terreno.

E no caso dos países do leste asiáticos, eles passaram por cima do social?

Não, eles seguiram muito o modelo japonês, que é uma espécie de respeitar o social. Em primeiro lugar, como o Japão, eles já tinham feito certas reformas estruturais, coisa que os diferencia de nós. Porque a Coréia do Sul -a do Norte também, mas por outras razões- e Taiwan têm um salário básico relativamente alto, uma estrutura agrária moderna. São países que primeiro passaram por um grande esforço de reconstrução estrutural. Eles se beneficiaram do medo que tiveram da China, da Revolução Social Chinesa. Você vê como a história se faz na contra-mão.

A boa verdade é que a diferença que existe entre nós e esses países é que eles tiveram um vizinho como a China, que representou uma tremenda ameaça por um

modelo diferente de sociedade. Resolveu o problema da fome, resolveu o problema da escola, resolveu os problemas sociais todos e foi muito bem. E eles tiveram que fazer a mesma coisa. Fizeram reforma agrária e fizeram reformas sociais. Portanto, quando eles saem para a política de desenvolvimento, e saem sobre a ação do Estado, o Estado promotor, eles já saem de uma estrutura muito mais moderna do que é o nosso caso.

Nós não tivemos esse perigo, o perigo daqui foi Cuba, que foi uma coisa pequena. Mas eles tiveram um terrível medo de que o modelo chinês fosse prevalecer em toda a Ásia. Criava emprego, dava emprego a todo mundo, dava de comer. Eu estive lá na China nesta época, me recordo que visitava as comunas populares e era uma beleza, todos os meninos na escola, uns meninos bonitinhos. No social estava resolvido, eles não tinham feito o projeto econômico. Fazer marchar uma economia é uma coisa diferente de realizar uma política social de vanguarda. Claro que você precisa de recursos, mas o Estado podia financiar isto, de forma mais ou menos tradicional.

E como estaria relacionado investimento em capital humano e progresso tecnológico?

De uma forma muito dificil de definir, porque o progresso tecnológico depende, realmente, da qualidade de material humano. Por que os Estados Unidos atraem todas as cabeças mais qualificadas, gente mais capaz? O que interessa no progresso tecnológico é a qualidade do fator humano, e essa qualidade você não improvisa, não basta investir nela, botar mais dinheiro. Isto é um trabalho time consuming, exige tempo para formar quadro, para formar de verdade gente qualificada. Você vê que os japoneses estão fazendo um esforço tremendo neste terreno, mas ainda estão em segundo plano. Você não vê grande número de prêmios Nobel no Japão, eles imitam mais do que criam, mas estão avançando seriamente.

Eles investem bastante em educação.

Os japoneses partiram já de um patamar alto em educação, eles têm a educação mais alta que no Ocidente. Mas não basta uma educação primária, educação técnica. É preciso investir em trabalho e em pesquisa superior.

INFLAÇÃO

Bresser Pereira acha que houve três interpretações de inflação que tiveram a mesma origem. A primeira é a interpretação de origem cepalina, que é a mãe de todas na opinião dele, e seria a explicação estrutural que o senhor já tratou. A segunda interpretação seria a que está em Inflação Brasileira de Ignácio Rangel. E a terceira, a mais recente, seriam as teorias de inflação inercial. O senhor concorda com essa sequência?

Não, porque a inflação inercial é um sub-produto das outras. Não existe inflação inercial por conta própria. A inflação brasileira, todo mundo sabe, é um conflito distributivo de renda. O governo foi sempre um beneficiário dessa inflação, pois não tendo meios de se auto-financiar adequadamente, não tendo uma política fiscal adequada, apelava para a inflação. Eu estava fazendo um cálculo, vendo que a inflação rendia 6% do produto nacional, limpo, de lucro, e desses 6% quase metade ficava na mão do governo, quer dizer que era o maior imposto que se cobrava no Brasil. Já inflação inercial é um sub-produto da indexação, porque você não encontra inflação inercial nos outros países, só onde existe indexação. Porque com a indexação você pode prever a inflação, então você podendo prever, você pode planejar também a inflação futura, portanto está transformado em uma necessidade, porque ninguém quer ficar atrás, "já sei que os preços vão aumentar mesmo, então tenho que aumentar os meus", e tem-se uma inflação inercial, que é criada por ela mesma. Se a credibilidade volta, ela se dissolve, desaparece. A inflação clássica brasileira, de 30% ao ano que temos hoje, é a que eu conheci sempre, e que resulta das inflexibilidades estruturais da economia brasileira. Então, essa é uma inflação que reflete as tensões normais da luta pela distribuição da renda, a necessidade de baixar salários de uns, é o conflito distributivo clássico. A inflação inercial sozinha não precisa de uma explicação, ela só existe como sub-produto. A inflação é criada pelas tensões distributivas, e é neutralizada pela inflação inercial. Eu me recordo quando escrevi a "Formação Econômica", já pensava sobre esse problema. Então eu digo lá, em certo momento, sobre a inflação neutra, a inflação que não tem efeitos maiores, que é totalmente neutralizada, seria uma inflação inercial perfeita, que é a inflação neutra, que não muda nada, fica tudo igual. Aí você pode mudar em um instante se mudar a moeda, que foi o que eles fizeram, digamos assim, você muda a moeda, você muda a inflação, o milagre do Real foi esse.

Não haveria fortes resistências?

Exato, e tem muita gente que resiste porque vai perder. Os prejudicados, as viúvas da inflação são muitos, especialmente os grupos financeiros e os bancos, que ganhavam com a inflação. No cálculo que eu fiz, o Banco do Brasil é um dos grandes beneficiários da inflação. Então não se preocupa com a eficiência, com nada disso, porque a inflação lhe garante uma rentabilidade alta e a sociedade paga. Tudo isso já foi pensado no Brasil, existe muita reflexão, é o país que tem mais experiência com inflação, que eu saiba.

É evidente que ninguém vai defender a irresponsabilidade fiscal/ monetária. Como compatibilizar o receituário ortodoxo com uma política global? Como conciliar essa visão mais ampla com a condução da política do dia-a-dia?

Isso depende, evidentemente, da credibilidade que tem o governo. Esse governo, temos de reconhecer, tem uma grande credibilidade para resolver esses problemas. Agora, é preciso que o Congresso, a classe política, colabore. Existe uma dificuldade de se chegar a um acordo sobre qualquer coisa.

Retornando ao livro do Rangel, A Inflação Brasileira, como o senhor viu esse livro na época? Acha que trouxe contribuições novas?

É muito difícil a gente saber exatamente qual é a importância de um livro que sai. Só com o tempo que se vai decantando. Mas quando saiu o livro, eu senti que era um esforço para pensar, que saía das trilhas comuns.

Conhecia muito Rangel. Na verdade, o levei para a CEPAL e consegui uma bolsa para ele, porque me pareceu um camarada extremamente dotado de intuição, mas desequipado, despreparado. Ele mesmo me dizia: "eu nunca estudei Economia direito". Então eu consegui que no primeiro grupo do IPES que se organizou em Santiago, que fosse posto o nome dele. No começo estavam contra pela idade que ele já tinha, mas eu disse: "esse é um camarada excepcional, é preciso investir nele". E ele foi avançando e saiu com algumas contribuições maiores, mas eu confesso que é dificil dizer hoje em dia o que ele pensava na época. Depois se escreveu tanto

sobre isso, você fica, digamos assim, admirado de não ter percebido na época que havia uma contribuição mesmo original. O que é original não se sabe logo não.

E o que era original que o senhor percebeu depois?

Isso ai é mais dificil, teria que fazer um resumo do livro, e eu não teria hoje condições de fazer isso improvisadamente.

José Luis Fiori escreveu um artigo polêmico no Caderno Mais da Folha, onde coloca que o Plano Real teria sido um desdobramento do Consenso de Washington. Na minha avaliação, ele forçou um pouco nessa apreciação...

Como você disse muito bem, ele forçou. O Consenso de Washington foi muito diferente de país para país, você não pode falar em um consenso de Washington como uma doutrina fechada e que tivesse sido adotada. Você pode imaginar derivações do Consenso de Washington muito positivas. Ninguém pode ignorar que a busca da estabilidade econômica transformou-se em algo fundamental na América Latina, porque administrar a desordem é muito mais custoso do que administrar uma economia que funciona dentro de normas, em que as coisas são previsíveis. Portanto, a política do Real é uma política de busca da estabilização.

Eu disse à Maria da Conceição, passei até um carão nela, porque ela caiu na besteira de ir contra o Real, logo que saiu: "você não pode ser contra uma coisa que todo mundo deseja, que é a estabilidade" O que se pode dizer é: "não gosto da exploração política que está se fazendo disso". Eu, por exemplo, considero que a política de estabilização que o Fernando seguiu dentro do Ministério era uma obrigação do governo, uma dívida que tinha com o povo, porque sujeitar o povo à desordem da instabilidade é o pior de tudo. A população tem o direito de exigir do governo uma administração razoável da Economia. A estabilidade é um dever do governo, não é uma conquista, uma coisa excepcional, dada, vinda do céu, é um dever. E eles conseguiram estabilizar.

Como eu estava conversando antes sobre a inflação inercial, para ter a estabilidade é preciso recuperar a credibilidade do governo, a confiança no governo, foi o que eles conquistaram. Com a confiança no governo, fica fácil liquidar a inflação inercial. Se você limpa a inflação inercial você volta à inflação clássica de 15% à 30% que eu conheci no Brasil. É uma inflação estrutural e que decorre das tensões internas normais de um país heterogêneo e com tanto atraso social como o Brasil. Foi isso que se fez, o que me parece quase escandaloso é que se queira apresentar isso como uma grande vitória, quando isso é um dever do governo: restituir ao país condições normais de vida.

O Fiori claro que precisava teorizar, dar essa importância ao consenso de Washington. Eu vivi muito tempo nas Nações Unidas, sei dessas coisas internacionais. São coisas indicativas, não é um pacto. Houve um consenso de que era preciso dar mais importância para a recuperação da estabilidade, e isso foi feito. Agora, dizer que para isso é preciso acelerar a privatização das empresas, é bobagem. É importante que se tire de cima do Estado a administração de hotéis e de mil outras coisas, inclusive siderúrgicas que estão sob a função do Estado. O Estado teve papel histórico no Brasil para transformar a estrutura da economia, dotar o país de siderúrgicas, isso é uma coisa, outra coisa é ficar administrando. Eu me recordo no Chile. O governo tinha feito a indústria siderúrgica, depois conseguiu privatizá-la e ela funcionava. Isso desde a minha época, *Guachupato*.

Agora, não pode confundir as duas coisas: uma que é a necessidade de uma ação decidida do Estado, de um voluntarismo, para reformas estruturais. Para resolver os problemas estruturais de um país como o Brasil, você precisa desse voluntarismo. Outra coisa é dizer que o Estado tem que crescer, tem que administrar muita coisa, ou tudo que o Estado administra tem que ser preservado. Isso está um pouco ligado a idéia antiga do poder do Estado que estava sempre ameaçado pelo imperialismo. O que está na cabeça do Barbosa Lima Sobrinho, que é tão simpático, é que o poder imperial na verdade está permanentemente tratando de debilitar o Estado brasileiro. É um homem brilhante, uma pessoa por quem eu tenho uma grande estima, mas ele tem uma visão do mundo um pouco parada.

ANTONIO DELFIM NETTO (1929)

Antônio Delfim Netto fez a graduação na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, da qual se tornou catedrático. Em 1966 ingressou na vida pública como Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 1967 assumiu o Ministério da Fazenda no Governo Costa e Silva, permanecendo no mesmo cargo no governo Médici. Em 1974 (Governo Geisel) foi nomeado Embaixador em Paris. Em 1979 retorna ao país como Ministro do Planejamento do governo Figueiredo. Foi eleito Deputado Federal Constituinte pelo PDS em 1986. Foi reeleito Deputado Federal em 1990 e 1994. As duas entrevistas foram realizadas no seu escritório no Pacaembú, em São Paulo: a primeira no final de setembro de 1995 e a segunda no início de outubro.

FORMAÇÃO

Em primeiro lugar gostaríamos de agradecer a oportunidade deste encontro. Certamente é fundamental a sua participação...

Antônio Delfim Netto: Não, a alegria é minha. Não sei se tenho alguma coisa importante para dizer para vocês, mas, de qualquer forma, a alegria é minha. Eu costumava ser economista há mais de quarenta anos, agora...

Justamente. A primeira pergunta é: o que fez o senhor ter escolhido a Economia?

Um acidente. Originalmente a minha intenção era ser engenheiro, mas minha família não tinha condições. Então fiz o curso de Contabilidade, na Carlos de Carvalho, me formei contador, ainda no velho regime de contador. Naquele tempo tinha saído uma lei, acho que foi 45, que permitia que o contador entrasse na Universidade; então eu achei que aquilo era uma possibilidade. Depois ficou claro que era impossível fazer o curso, naquele tempo não se podia trabalhar e fazer o curso de Engenharia ao mesmo tempo. Também foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas na USP, em 45. Então eu decidi fazer Economia, entrei na Economia,

fiquei muito feliz com a Economia, me ajustei bastante, acho que tive uma sorte louca. Foi a profissão que me escolheu, eu não escolhi a profissão.

O senhor poderia citar quais foram os seus professores mais importantes? O senhor reconhece algum mestre, algúem que teria sido muito importante na sua formação?

No início da escola, os professores eram todos eles auto-didatas. Nós tínhamos trazido para a USP, um professor francês, que era o Paul Hugon, que era uma figura muito interessante. Mas um professor formado na França, quer dizer, num estilo mais institucional. Mas uma figura muito interessante, que chamava a atenção para a história do pensamento econômico. Ele dava um curso de Introdução à Economia, que era um curso francês, um curso curto. Um curso baseado em pequenas leituras, que ele selecionava cuidadosamente, imprimia em um aparelho de gelatina, que eu tenho até hoje. São coisas muito interessantes realmente, e ele selecionava com muito cuidado, o curso era muito interessante. Naquele tempo não existia nenhum livro, o Samuelson apareceu em 48 nos Estados Unidos, 47, não me lembro quando, e só apareceu no Brasil quando eu já estava terminando o curso, não sei, acho que em 52, 53, saiu a tradução.

O senhor relataria algum episódio acadêmico controverso?

Na verdade, a única controvérsia que existia naquele instante eram dois livros iluminando todo mundo. De um lado era a Teoria Geral, que as pessoas não sabiam direito do que se tratava, até aparecer o Alvin Hansen, e o outro era o *Capitalismo*, *Socialismo e Democracia do Schumpeter*. Keynes queria salvar o capitalismo, socializando o investimento; e Schumpeter dizia que não valia à pena continuar na batalha. E o Schumpeter e o Keynes não se bicavam, e as conclusões eram interessantes, porque a idéia do Schumpeter era de que a batalha estava perdida, que nós caminhávamos inexoravelmente para o socialismo.

Como toda escola de Economia, ela é de um lado uma tendência mais conservadora, porque ela pretende ser mais racional que as outras ciências sociais, está certo? A minha disposição, por exemplo, era não aceitar as conclusões do Schumpeter, era

complicado porque lá tem um capítulo que ele tenta demonstrar que o capitalismo não pode funcionar..., mas nisso eu tinha tido muita sorte, o Barbuy tinha me indicado algumas leituras. Desde o começo, na verdade, eu tinha, pelo menos, me libertado da gaiola marxista, eu não era um passarinho dentro da gaiola, eu podia olhar a gaiola do lado de fora. Era uma enorme discussão em torno disso, uma discussão puramente acadêmica. A história se encarregou de resolver de forma trágica. Ninguém leva muito a sério Keynes, e tudo que o Schumpeter propôs, usou como hipótese, era verdade e os resultados foram diferentes.

Mas isso foi um racha que houve naquele momento dentro da faculdade?

Ah, sim. Isso sempre você teve. A escola nunca teve uma componente, digamos, de inspiração socialista muito forte; mas havia certamente essa idéia, era quase um teorema de possibilidade. Essa linha era uma linha de Bresciani Turroni, a linha do Von Mises, da possibilidade de funcionamento do socialismo. Então isso separava as pessoas mesmo. Na verdade eu acho que as pessoas eram separadas entre os que tinham lido algum livro sobre Teoria de Preços, e outros que não tinham lido nada. De forma que os que não tinham lido nada eram muito favoráveis ao socialismo, como até hoje. E os que tinham um conhecimento de Teoria de Preços, tinham uma certa desconfiança do resultado. Em Teoria de Preços, um outro livro interessante, era o livro do Stigler, um velho livro, dos anos 40. Depois é que apareceram umas apostilas do Friedman, trazida pelos brasileiros que tinham se perdido em Chicago.

Você sabe que no livro do Klamer, o Lucas comenta que ele foi realmente aprender microeconomia no Foundations?

O Lucas é um gênio, o que eu posso fazer? Esse sujeito, acho que era um historiador originalmente, diz que aprendeu toda essa teoria de dinâmica dele para se divertir! Aí não dá para comparar.

Quais os livros, no decorrer da história econômica, que o senhor considera clássicos? Tanto em Economia Brasileira quanto em Economia internacional.

O clássico, clássico mesmo é o velho Adão. O pessoal dizia "está tudo em Marshall", não, está tudo em Adam Smith. As intuições originais estão lá, e tudo, inclusive as restrições ao tamanho do Estado e o uso necessário do Estado em algumas coisas. É na verdade, cada vez mais interessante reler Adam Smith, é um pouco longo, mas é um livro extraordinário.

Eu acho que o curso do Hugon era uma grande vantagem realmente, ele te punha em contato com essa gente, com o Ricardo, Stuart Mill, menos com o Marx; mas o Marx você podia fazer também independente, porque era uma outra coisa fantástica, ninguém sabia direito do que se tratava. E finalmente o Marshall. Na verdade, eu acho que até o aparecimento do Samuelson, para os que não tinham acesso digamos ao italiano, a uma outra língua, você acabava sendo meio prisioneiro do Marshall mesmo. Agora, é claro que se você quiser especificar tem outras coisas que são clássicas também. Em Economia Brasileira, se você quiser, você pode considerar o Gudin um clássico, o *Princípios de Economia Monetária*. É um clássico, um livro que pôs a gente em contato com Wicksell, mais ainda com o Wicksteed. Era uma das coisas mais interessantes, foi um pedaço da minha libertação. Eu era socialista fabiano e Wicksteed foi um exemplo clássico. Ele demonstra a falsidade da teoria do valor-trabalho. Gudin na verdade abriu um campo de leitura, ele era um sujeito fantástico! Também um auto-didata, um engenheiro de estrada de ferro, de forma que eu acho que ele teve um papel realmente decisivo. Ele e o doutor Bulhões.

Se você quiser a gente pode até dizer que o Celso Furtado, o livro de história econômica,⁵ que é uma espécie de romance, é um livro extraordinário por causa da forma. Aquela interpretação integral, global, dá uma visão... o Celso Furtado, na minha opinião, transmite uma lógica para a história que é absolutamente fantástica.

Fantástica em que sentido?

Na verdade, a história tem dentro de si o seu próprio desenvolvimento. O Celso é uma leitura muito agradável. Ele mistura um keynesianismo frequentemente não permitido, mas de qualquer forma é absolutamente encantador. O livro do Celso é um livro de alta categoria.

Cientificamente falando?

Não, o que é cientificamente falando? O Celso é um campeão da retórica também. É um campeão do convencimento. Você diz "nós temos sérias dúvidas se as políticas usadas nos anos 30 eram ou não keynesianas". É evidente que não eram, mas não interessa. A interpretação que ele deu, é uma interpretação coerente. Ele constrói um multiplicador da economia do ciclo do açucar. Tudo bem, você quer construir, pode construir, nada impede. Por exemplo, o *Foundation* é científico? Bom, o que é o *Foundation*? Na verdade é o seguinte, um sujeito extremamente competente, também genial, que é capaz de tirar todas as consequências de um conjunto de axiomas. Mais nada.

METODOLOGIA

Na sua opinião, qual é o papel do método na pesquisa econômica?

Essa é uma velha discussão. As pessoas dizem que quem estuda método não faz teoria, e quem faz teoria não leva em conta o método. Se você entender o método como um mecanismo realmente de aproximação da realidade, eu acho que ele é ínsito à pesquisa. Fazer hoje a distinção que se fazia antigamente sobre os métodos, eu acho que não tem mais sentido realmente. Isso já desde o Neville Keynes, o pai do Keynes, que tem um livro que é absolutamente interessante, extraordinário. No mundo inteiro a aproximação é, na verdade, uma aproximação eclética. O que você pode dizer é que uns tem mais inclinação para matemática, outros tem mais inclinação para estatística, outros tem mais inclinação para história, outros tem mais inclinação para um certo approach sociológico, institucional.

A minha convicção é de que tudo isso se aproxima muito. A minha tese de livre docência, é uma aproximação histórica e estatística, que é um método que eu acho que para o economista é o que funciona. Quer dizer, o economista precisa de hipóteses simplificadoras e depois manipuláveis, afinal de contas ter uma idéia se isso ajuda ou não compreender a realidade. A habilidade dele é reduzir o número de hipóteses ao mínimo, para explicar o máximo, de forma que isso é uma arte. Você vê hoje um

sujeito brilhante como esse Krugman, o que o distingue dos outros? É que provavelmente ele sabe tanta matemática como os outros, mas esconde. E faz uma aproximação extremamente simplificada, pega modelos extemamente simples e explica uma realidade bastante complexa. É um sujeito inclinado para história e geografía. Aliás, nós tínhamos um curso de geografía dada pelo Dirceu Lino de Mattos, que era realmente excelente. Era um tempo em que se acreditava em alguns condicionamentos físicos mais importantes, e o livro do Hatington, que a gente explorava neste curso, era muito interessante. O que eu queria chamar a atenção era que a escola tinha uma visão mais global do fato econômico, não tinha o economicismo. Você tinha uma boa formação, que vinha desses cursos básicos, de história, geografía e sociologia. Eu escrevi inclusive um artigo sobre método, que eu nunca publiquei.

RETÓRICA NA ECONOMIA

O que o senhor acha desta técnica de entrevista para tentar recuperar um pouco da história?

Eu acho isso uma coisa muito útil. Em geral temos muita preguiça de escrever, é mais fácil falar, de forma que eu acho isso uma coisa muito interessante, muito útil. Provavelmente ninguém iria colocar no papel essas coisas que vocês estão perguntando, como é que o sujeito se formou, de onde ele veio, isso tem um interesse relativamente pequeno, como registro talvez tenha um interesse maior. Mas eu acho um processo interessante de analisar, e também acho que é um processo interessante de você ter uma idéia clara da concepção mais ampla do economista, não é simplesmente os artigos, são coisas sofisticadas, são coisas na qual você pensou, repensou, tirou tudo aquilo que você tinha dúvida, deixou várias coisas que você acha que são absolutamente corretas, e você fez uma porção de defesas para se cobrir de possíveis dificuldades. Uma coisa como esta é muito mais solta, é um tipo de conversa que eu acho que esclarece melhor como o cidadão pensa. E eu vejo uma coisa interessante, eu achei o livro do Klamer muito interessante, ele revela coisas curiosas pelo menos.

O senhor acha que a história é feita por poucos ou é feita por todos.

É muito difícil dizer quem faz a história, primeiro o que é história? Uma coisa eu sei, ela é uma sucessão de acidentes, ela não tem nenhuma lei implícita, ela é produto, na verdade, de uma sucessão de acidentes.

Não tem nenhuma inexorabilidade no processo?

Não, não tem absolutamente nada. A história é realmente um processo histocrático. Alguns dão certo e outros não dão. É evidente que você tem um processo de acumulação, mas é muito pouco provável que a história contenha alguma lei.

Como nosso trabalho está muito preocupado com o processo de comunicação, os processos de convencimento e portanto a retórica, gostaríamos de saber qual é o papel que o senhor acha que a retórica tem para o mundo dos economistas.

Acho que a retórica é importante. Você não pode se equivocar, a matemática é um instrumento de retórica para o economista, é um instrumento de terror. Quer dizer, quanto mais imbecil for o interlocutor, mais terror você exerce sobre ele, pondo os símbolos na frente dele. E é uma das coisas mais interessantes, quanto menos ele entende, mais ele gosta. Isso deixa claro a paixão que as pessoas têm por alguns livros que são de entendimento extremamente difíceis, e que podem ter múltiplos entendimentos. São dois casos típicos, se você quiser, um é o Capital e o outro é a Teoria Geral, a Teoria Geral um pouco menos, mas o Capital é que nem a Bíblia, você tira qualquer coisa, bem procurado sempre tem um rodapé em que você encontra explicação para qualquer coisa que tenha acontecido no mundo nos últimos 150 mil anos.

O Smith também?

Adam Smith não. Adam Smith é menos dogmático e também não é incompreensível, ele é compreensível. Ele não tem aquela obscuridade que tem o Keynes. O grande atrativo de Keynes é a sua obscuridade.

Agora, é claro que a leitura sempre é feita com as informações do presente. Eu posso encontrar no Adam Smith o que eu quiser. O Estado mínimo, que tem que apoiar a educação, a saúde e assim por diante. Quer dizer, cada leitura reflete o instante em que você está lendo, porque a quantidade de informação que você tem é completamente diferente. No instante que você decide procurar as origens do marginalismo, você vai encontrar em Aristóteles. Ah, eu quero estudar a teoria do valor do trabalho, eu acabo chegando no Aristóteles de novo. E se insistir eu vou acabar na Suméria. Encontro alguém que um dia disse que o valor era fundamental, Hamurabi estava aí para dizer isso.

Então sempre é possível interpretar uma dessas coisas modernamente, um outro problema da retórica. Como não há um conhecimento hegemônico na teoria econômica, que se possa demonstrar de maneira cabal, o conhecimento é tentar convencer o adversário. Aliás, o adversário você nunca convence, você só convence o que está à margem. Então quem consegue convencer mais gente do auditório, ganhou, é o melhor economista. É uma espécie de luta, na qual não tem nenhum sinal objetivo da vitória, a não ser a gritaria da torcida. E é por isso que você tem grandes sucessos.

E as escolas se dividem. Hoje caiu um pouco da moda, mas você ia dar uma aula, fazer uma palestra, tinha os marxistas que achavam que eram os portadores das verdades, das virtudes, tinham aquilo tudo pronto. Não adiantava; aquilo era que nem caixa registradora, priiimm, sai duzentos réis de material aí. Vocês não sabem o que é isto, essa caixa registradora não existe mais. Você apertava o botão e a caixa já abria com o troco, de forma que já estava tudo preparado. Esse é um mecanismo de convencimento. A Economia é isto mesmo. Essa pretensão de que você tem um conhecimento hegemônico é extremamente duvidosa.

Adam Smith, inclusive, dava aula de retórica.

Sim, no início. A Riqueza das Nações é o final da vida. Hoje os caras dizem: "há um problema no Adam Smith, porque no livro sobre moral,6 o homem não é o egoísta

que existe em A Riqueza das Nações." Então você quer criar um problema no Adam Smith. É evidente que nunca o Adam Smith disse que o homem era só egoísmo. O que ele disse é que cada um cuidando de si, provavelmente produzia algum resultado que beneficiava a todos. Também não estava morrendo por isso. Quem morreu por isso foram os outros, depois.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Qual sua concepção de desenvolvimento econômico?

Primeiro, ninguém sabe direito como é que se faz. Hoje você tem o modelo de crescimento endógeno, que na verdade, quando você pensa, é correto. A Economia tem economias de escala mesmo, e a gente já viveu isso. Quando o motor pega, ele tende a continuar, tende a se expandir. Uma coisa é certa, desenvolvimento depende basicamente de conhecimento tecnológico e depende do nível de investimentos. Agora, como produzir isso não é uma coisa tão fácil. Fazemos todos os nossos modelinhos, a mão-de-obra apoiada sobre o capital nacional produz o PIB, o PIB é dividido em consumo, investimento, exportação; exportação financia importação, que volta para o estoque de capital, e assim por diante.

Tudo isso é até verdade, é um sistema simples. Só que como é que você produz isso? Você produz isso, e aqui acho que o Keynes é mais importante que os outros, é com o animal *spirit* do empresário. De repente se cria uma conjuntura na qual a ação do governo é consistente com o crescimento. A ação do governo produz aquele mínimo de estímulo necessário, e os empresários reagem de maneira positiva. E aquilo vai se auto-alimentando, no momento que isso acontece, começam a aparecer coisas misteriosas, há uma economia de escala, há uma redução de custos, aumenta a sua eficiência, aumenta o nível de renda, amplia a oportunidade de novos produtos, amplia a demanda, e esse é um processo que vai se auto-realizando. Então o que você precisa? Você precisa de instrumentos de política econômica que não inibam isso, se você deixar que isso aconteça, mas que logo em seguida encontre um problema em contas correntes, esse sistema murcha, e não vai mais, aí ele fica estagnado.

O desenvolvimento é uma coisa assim. A história tem um efeito sobre o trend, o trend não é puramente aleatório, há um efeito da história sobre o trend. Cada vez que você faz isso, você perde opotunidade. Às vezes você perde porque não tem solução, quer dizer, você teve uma crise mundial em 82, não tinha como acomodar, mas eu acho que nós jogamos fora várias oportunidades. Certamente o Cruzado foi uma, nós poderíamos ter continuado com ele, o erro fundamental do Cruzado foi de novo um congelamento que não tinha cabimento e o negócio do câmbio. Na verdade, nós estamos ignorando o fato de que nós construímos um fator de enorme restrição para o crescimento econômico no momento em que abandonamos a política de exportação. A política de exportação foi abandonada em 84. Em 84 o Brasil representava 1.4% do mercado mundial, e hoje representa 1% e está caminhando para 0.8%. Agora nós estamos diante de um fato interessantíssimo, quer dizer, a rodada do Uruguai vai ampliar o mercado internacional, em um momento em que o mundo inteiro está solto, e o leste asiático fazendo as maiores barbaridades em matéria de comércio internacional. E vem uns idiotas me falar de sistema de preços! Fazendo as coisas mais incríveis, inclusive nos gozando. Prendem dez mil chineses e mandam fabricar cadeado, isso é para gozar brasileiro. Tem um humor isso, fazer prisioneiro político produzir cadeado, humor negro. E vem aqui atrapalhar a gente.

Então o que acontece? No momento em que este mercado está se ampliando, nós estamos algemados com uma taxa de câmbio sobrevalorizada. Se nós tivéssemos apenas conservado a nossa posição no mercado internacional, nós tínhamos que estar exportando agora de 65 a 70 bilhões de dólares. Em 84 nós exportávamos 27, a Coréia 26 e a China 18, no ano passado nós exportamos 43, a Coréia 96 e a China 100. Isto foi produzido pelo congelamento do Cruzado e depois o congelamento do Collor. Nós nunca mais tivemos uma política consistente de comércio exterior, nós fomos desmontando os mecanismos de integração do Brasil na economia mundial. Isto hoje constitui um fator limitante do crescimento econômico.

A importância do fator capital humano nesses países não foi relevante?

É verdade, só que nós estamos equivocados de duas coisas aí. Primeiro, que não nasce educação sozinha, isso é coisa de sociólogo, "vamos educar todo mundo". Quando estiver todo mundo educado, morreu todo mundo de fome. Aí vem outro e

diz "vamos tornar todo mundo hígido", quando tiver todo mundo hígido, está todo mundo morto. Esse negócio é um processo, isso não é uma coisa. Isso é uma frente que você tem que ir empurrando uma, empurra outra um pouco mais, empurra outra, e que vem carregando. Por que o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo ocidental entre 1900 e 1980? Não sou eu quem falo, é o Banco Mundial, é o famoso Angus Madison. Por quê? Ah, ele era mais desarticulado que a Coréia? Não. Nós tínhamos uma educação inferior a da Coréia? Certamente. É um processo religioso, um processo cultural, tudo bem, agora, não era esse o fator limitante. O fator limitante foi na verdade algumas dificuldades que tivemos de enfrentar, e eles foram mais inteligentes deste ponto de vista. Na verdade, nenhum deles se meteu em um programa de substituição de importações, mas de expansão das exportações. E também com um suporte do Estado absolutamente fundamental. Hoje, a intervenção nesses países é completa, é total, quer dizer, você pega a pequena indústria e dá cota para ela exportar, e obriga o sujeito a exportar. Você pega a China hoje não tem conversa, o sujeito vende salsicha e vai ter que exportar salsicha. Então o que acontece? Nós estamos aqui com um purismo que beira o ridículo.

Mas essa estratégia de desenvolvimento e industrialização por substituição de importações não foi o possível histórico?

Não, espera aí, estou dizendo em 79, em 75, em 76. Olha, nós somos um mercado fantástico, a grande vantagem do Brasil é o mercado. Você tinha que produzir, continuar insistindo em que essas indústrias tinham que ser competitivas externamente. É isso, disto que se trata, não se trata que você não poderia fazer substituição de importações. Você tem que fazer substituição de importações com olho no mercado externo.

Como o senhor vê a substituição de importações na década de 50?

Era na verdade o natural, nós tínhamos um bruto de um espaço. Você pode dizer o seguinte, foi feita com muita ineficiência? Foi, com alguma ineficiência. Só que tem esse problema que eu estou te dizendo, nós crescemos mais que os outros entre 1900 e 1980. A prova do pudim é quando você come, não quando você discute a receita. Hoje nós sabemos que a receita posterior estava equivocada. Isso eu acho

que é uma coisa que você tem que reconhecer claramente, porque é assim que você supera as tais restrições.

Na sua tese sobre o desenvolvimento, o senhor destaca que o desenvolvimento é um fenômeno que abarca elementos não só de economia mas de sociologia, de política e que o senhor está querendo enfocar o aspecto econômico. O trabalho que torna conhecido Fernando Henrique Cardoso, pelo menos nos centros acadêmicos internacionais, é a teoria da dependência. Dependência e desenvolvimento é um enfoque de interpretação sociológica. Como é que o senhor analisou na época e como senhor a vê hoje?

A teoria da dependência, desde o começo, é simplesmente uma retirada da posição inicial. Uma posição marxista, em que você tinha uma espoliação acentuada, é transformada no seguinte "não, não vamos ter ilusão, os estrangeiros se juntam aos empresários nacionais para continuar a exploração do sistema", é isso que é a teoria da dependência. Ou é mais do que isso?

A riqueza dos países desenvolvidos depende de nossa pobreza?

Não, o que eu quero dizer é o seguinte, não há exploração no sentido do Lenin,7 quer dizer, ele não vem aqui fazer o imperialismo. Ele quando vem se junta com a burguesia nacional e os dois exploram. Durante anos o Brasil crescendo e eles dizendo que o Brasil não podia crescer. Foi só em 76, quando já tinha crescido mesmo, disseram "ah, tem alguma coisa que está errada aí, vamos fazer a independência da teoria da dependência". O que estava errado? É que de fato não há esse processo de espoliação, esse é um processo em que o capital estrangeiro se une ao capital nacional, penetra na burguesia nacional e produz um aumento bom, você quer chamar isso de teoria, pode chamar. Se isso representa realmente um conhecimento profundo, e uma revolução sociológica do entendimento, também você pode, isso é uma questão de gosto.

Na UNICAMP, uma das obras celebradas é Capitalismo Tardio de João Manuel Cardoso de Mello...

⁷ Refere-se a Lenin (1916) Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo.

O Capitalismo Tardio é uma aproximação, eu acho que com a própria visão dele, que usa a história e não usa o método quantitativo formalmente, mas é uma coisa que está sempre tentando se aproximar da realidade.

O senhor gosta desse trabalho?

Eu li e gosto do trabalho. A interpretação em si mesmo não acho lá uma coisa formidável, mas de qualquer jeito, eu acho que é o tipo de approach que você pode usar, sem dúvida nenhuma.

O senhor acha que os países tendem a convergir para uma performance de indicadores econômicos-sociais homogêneos?

Aí tem que ver o tempo.

A longuissimo prazo! (risos)

No tempo infinito ou mudamos de planeta ou vamos todos convergir para alguma coisa parecida. Na verdade, você sente que os países que conseguem engrenar em uma taxa de crescimento de 5%, 6%, 7%, onde controla o crescimento demográfico, converge para esse padrão. Esse padrão está meio estagnado, você vê que esse padrão está em um nível de vinte e cinco, vinte mil. E você ficou com uma faixa aqui, e o pessoal daqui de baixo, tem alguns avançando para lá. Outros avançando menos, outros estagnados e outros regredindo....

É, a África.

Isso é um sonho do Brasil querer ser o país mais ocidental da África, ele lutou muito para ser, não conseguiu. Não é uma idéia totalmente superada.

INFLAÇÃO E DESEMPREGO

O que o senhor acha da teoria da inflação inercial?

Se você quiser chamar de inercial, você pode chamar. Na verdade, eu acredito que toda inflação tenha um forte componente distributivo, isso é líquido e certo. Mas,

por que hoje você tem uma inflação que se acomodou no mundo? Basicamente, salário nominal determina preço. Em um prazo um pouquinho mais longo é isso que acontece. Salário nominal menos a produtividade determina os preços. Variação do salário nominal menos variação da produtividade dá a variação de preços. Na medida em que você tem um enorme desemprego, esse desemprego exerce o papel didático. A variação do salário nominal é muito pequena, a variação da produtividade é um pouco maior, você tem variações de preço muito pequenas. É isso que está acontecendo no mundo. Está acontecendo inclusive no Brasil.

É desemprego estrutural?

Acho que tem uma parte estrutural no desemprego, mas tem uma boa parte conjuntural. Isso exige o quê? Um programa de estabilização que reavaliasse a preparação da mão-de-obra, e que pudesse estimular os investimentos. Isso obviamente não está acontecendo. Como é que você vai eliminar este desemprego? Na Europa tem 35 milhões de desempregados, só que a Europa tem vinte mil dólares de renda per-capita. Um desempregado ganha setecentos dólares, durante doze meses. As experiências são dramáticas, depois que o sujeito ficou seis meses sem trabalhar, perde a destreza, não tem mais jeito de voltar, depois de um ano então! Você tem que montar mecanismos de reaproximar isso.

Outra coisa é o que está nos acontecendo, com uma renda per-capita de três mil e quinhentos dólares, extremamente mal distribuída, você se conformar com esse desemprego. Não adianta dizer que o desemprego é estrutural. Ele é estrutural no sentido de que eu não estou crescendo suficientemente, para fazer uma diversificação da demanda que amplie as áreas de investimento, de tal jeito que eu absorva a mão-do-obra. Você pega o setor automobilístico, houve uma mudança radical nas técnicas, não é só na técnica produtiva não, é principalmente na gestão, houve uma mudança completa. Há uma economia de mão-de-obra extraordinária. Você não pode abandonar isso, senão você sai fora do mundo. Nossas necessidades são diferentes das necessidades européias. Eu não posso chegar no Brasil e propor o que está sendo proposto na França. Vamos trabalhar terça, quarta e quinta, e ficamos em casa sexta, sábado, domingo e segunda. E aí nós vamos realizar realmente o ideal de Marx, cada um de nós sai com um romance, vai ler no *Bois de Bologne*, eu vou

fazer uma poesia, pintarei um quadro, eu só trabalharei três dias onde serei alienado, nos outros dias serei um ser livre. Francês pode brincar desse jeito, não vai fazer, mas pode brincar de fazer isso. Nós não podemos brincar desse jeito, vamos fazer o quê? Reduz a quantidade de trabalho e mantém a mesma remuneração?

Retomando a questão sobre a inflação inercial. Sabemos que os chamados heterodoxos partiram de uma idéia de Simonsen, mais antiga...

Desculpe, essa idéia é velha, está no Friedman, está em qualquer lugar. Na verdade, se você disser o seguinte, a inflação do momento T, depende ou tem ligações com a inflação do momento T-1, é evidente. Se você chamar isso de inflação inercial..., isso nem sequer constitui uma teoria. Por que o que eu faço? Eu faço uma coisa muito interessante, o nível de preços depende da taxa de crescimento do salário, menos a produtividade. Mas o salário em T depende do crescimento da inflação em T-1, que é o *backward*, a visão para trás. Logo, chego que a inflação em T é igual a alguma coisa parecida com a inflação em T-1 menos a produtividade. Meu Deus, se isto aqui for teoria, minha vó era bonde elétrico, e urubu é Boeing 770, que ainda não saiu. Todo mundo fazia isto, isto era uma brincadeira.

Onde é que está o charme, a retórica desta idéia?

Porque você constrói uma explicação fantástica. Isso já estava num livro da ANPES que deve ser de 63, 64, nem me lembro. Isso não constitui uma teoria. Um dos fatores era o déficit orçamentário quando monetizado. Explicar teoria é explicar porque esse déficit existe e porque ele tem que ser monetizado. Esse era o esforço do trabalho da ANPES. Esse déficit existe porque existe realmente algum mecanismo de contradição distributivo. Por que o governo faz um déficit? Agora você volta com a sua teoria do *public choice*. O governo faz um déficit porque ele acredita que vai atender ao seu eleitorado. Por que qual é o primeiro dever do governo? É continuar governo. O déficit é produto de algum tipo de contradição distributiva. E por que ele tem que monetizar? Simplesmente porque não tinha um mercado financeiro desenvolvido, ou porque depois ele começa a dar um cano aqui, um cano ali, e a sociedade se recusa a financiá-lo por outro caminho. No fundo é a visão meio

primitiva que está aí mesmo. E é óbvio, se eu controlar o salário nominal, pode ficar tranquilo que não tem inflação.

A inflação em algum momento da história do nosso desenvolvimento exerceu um papel funcional?

A inflação é aquele velho problema: pequenininha ela exerce um certo papel estimulante, ela é como se fosse um lubrificante, ela facilita o funcionamento. Mas como ela facilita o funcionamento? Ela só facilita o funcionamento na medida em que tem algum grupo que cede renda. A inflação é um mecanismo de transferência. Você diz: "ela é funcional?". Ela é funcional na medida em que eu pego o pobre do aposentado e transfiro a renda dele como lucro para o empresário que vai investir.

Poupança forçada?

É. Que também não é nenhuma novidade. Em 1932, o Costantino Bresciani Turroni publicou na Economics um artigo famoso. O Hayek tem um artigo inteiro. Nada disso é novidade.

O próprio Rangel, não?

O Rangel muito depois. Só que o Rangel tinha um problema complicado, o Rangel interpretava as curvas no espelho (risos). O desenvolvimento estava ampliando e a inflação declinante, então ele interpretava tudo ao contrário, mas não tem importância. Por exemplo, o Rangel, era um sujeito de uma extraordinária intuição, um bom profissional, um profissional sério, decente. Você podia divergir das idéias do Rangel, mas o Rangel era um prof. Não transigia, era um grande profissional.

Um dos primeiros a ser a favor da privatização...

Foi capaz de mudar, porque vocês não conheceram o Rangel quando ele era Rangel com R maiúsculo (risos).

Bresser Pereira alude, em um prefácio da A Inflação Brasileira, que vocês analisaram em seminários...

O Bresser é maníaco com esse negócio, ele tinha uma grande dificuldade com o Rangel. Na verdade, ele imaginava que tinha entendido o Rangel, que é uma coisa interessante. Mas é evidente que a gente não examinava só o Rangel, não. Nós examinamos o Rangel durante muito tempo, eu considero o Rangel um bom profissional, não concordava com algumas das idéias dele, a extravagância com os ciclos de Kondrat'ev, acho que tem um pouco de ilusão ótica, de artefato estatístico nesse negócio, mas eu sempre respeitei o Rangel como um belíssimo profissional. Era um homem que tinha uma noção clara das coisas importantes, ele sabia que havia uma série de recursos ociosos.

Olha, eu vou lhe dizer uma coisa, o que os economistas desaprenderam é o seguinte: o que compete com o investimento não é o consumo, o que compete com o investimento é o recurso não utilizado. Quando você tem desemprego, você está jogando fora um recurso precisoso. Quer dizer, você se conformar com o desemprego, é você jogar fora toda a teoria econômica. O Keynes só veio para isso, na verdade toda a mensagem do Keynes é só uma. Só existe um jeito de salvar o capitalismo, é acabar com o desperdício do desemprego. Para chegar nisso, ele disse: "como o animal spirit flutua, vamos fazer um organismo social que controle os investimentos". E nós perdemos essa perspectiva, eu estou convencido, quando o sujeito se conforma com deixar o recurso ocioso, ele jogou fora a teoria. Porque de duas a uma, ou o sistema de preços é incapaz de produzir a utilização daquele recurso, e aí violou uma das hipóteses fundamentais do mercado, que você sempre tem preços relativos para utilizar; ou você vai se conformar a operar fora do limite superior que você podia. Então, nesse ponto o Rangel sempre teve uma intuição clara. E mais ainda, ele tinha divergências ideológicas e tudo, mas era capaz de uma observação serena, era capaz de reconhecer os fatos que estavam acontecendo. Ainda que a explicação dele fosse uma coisa precária, eu acho.

Qual o poder explicativo que tem o conflito distributivo?

Acho que no processo inflacionário, certamente, o conflito distributivo tem um poder explicativo. Tanto é verdade que você precisa de recessão para combater a inflação, por quê? Porque cinicamente os economistas dizem que a recessão é didática. Ela pega a canalha que não está satisfeita e põe na rua, o cara passa sem comer umas

três ou quatro semanas e verifica que é melhor comer menos do que vir chatear a gente. Esse cinismo absolutamente fantástico é que preside toda essa política econômica, que é apresentada com uma enorme sofisticação, com equações diferenciais extraordinárias, agora com equações diferenciais estocáticas. Cruamente, por que precisa da recessão? Porque, como dizia o velho Carlyle, a ciência lúgubre, não há nada que eduque mais do que uma boa fome.

A oferta de moeda é endógena?

Ah, sim, a oferta de moeda é endógena, não há a menor dúvida sobre esse fato. A sociedade produz a moeda que ela necessita. Quando você atrapalha muito a intermediação, a sociedade começa a inventar moeda. O governo sentiu isso agora, na cara dele, ele fez esse constrangimento absurdo de crédito através de compulsórios sobre operações ativas, o que aconteceu? A sociedade começou a se defender, e criou um sistema paralelo. É o que eu sempre digo, o sujeito que jogava pôquer, com quatro amigos, diz "agora vamos passar a ser banqueiros"; e começaram a descontar cheque pré-datado. Você muda as instituições, isso com um grave inconveniente, porque uma das coisas mais fundamentais em um sistema como o nosso é você ter uma eficiência na intermediação financeira, na verdade isso é fundamental para o desenvolvimento.

Atualmente, boa parte dos estudantes de economia e administração é canalizada para o mercado financeiro, em detrimento do setor produtor de bens e serviços, e da academia. Isso sempre foi assim ou estaria relacionado com os dez anos de inflação?

Não, não é nem inflação nada, isso é no mundo inteiro. No mundo inteiro as finanças passaram a dominar a produção. Hoje, obviamente as finanças atraem as maiores inteligências disponíveis, não é só na economia não, eles vão buscar no cara que está estudando matemática, no sujeito que está estudando física. Toda essa teoria de finanças que está aí, foi feita por físicos frustrados. Não conseguiram produzir uma bomba atômica, mas produziram uma bomba no mercado financeiro! O Black é um caso típico. Um físico que produziu o *Black and Scholes*. A inteligência está sendo atraída, é o mercado que está fazendo isso, quem pode pagar mais.

⁹ Refere-se ao modelo de precificação de ativos desenvolvido em Black e Scholes (1973)

Eu estou brincando, é uma caricatura. Mesmo porque o coitado do Black nunca tentou produzir uma bomba atômica, ele só estudou o problema, mais nada; e a contribuição dele é fundamental. Porque hoje é muito simples, quem é o chato? O chato é o cara que produz parafuso. Ele vai pedir crédito, reserva de mercado, tarifa, compreensão, ele vai pedir ajuda no BNDES. Esse é um chato, está com as mãos sujas de graxa, vem almoçar e suja a gente, é um sujeito horroroso. E quem é o agradável? Chega lá o gravatol, todo limpo, bonito, barbeado, todo arrumadinho, asseado. É o cara que veio vender papel, ele diz: "não tem problema, compadre, deixa esse troço aí que a gente está fazendo uma arbitragem aqui". Nem sequer tem papel, só tem computador, é um negócio maravilhoso. "Você deposita comigo as suas reservas e eu volto a aplicar no Brasil. As reservas dobram, eu pago 6% e você me paga 26% e a gente encontra um jeito de isso ser reduzido para 8%, porque tem sempre alguns derivativos que nós vamos inventar e vendemos isso a três vezes". Isso tudo é um mundo que está sendo vendido como bom. A quantidade de papel que existe para a quantidade de produção deve ser setenta, oitenta, cento e cinquenta vezes. O que significa o seguinte, que mais dia menos dia vai ter uma boa fogueira que vai comer esse papel aqui. Isso é tão certo também como nós estamos sentados aqui. Porque um dia qualquer vai ter que compatibilizar a papeleira com a quantidade de parafusos.

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES (1931)

Maria da Conceição Tavares formou-se em matemática, mas seu interesse pela economia se manifestou no primeiro contato com o tema. Na época não existia um curso de graduação em economia no país. Iniciou-se na área na Fundação Getúlio Vargas e no antigo BNDE. Posteriormente, esteve na CEPAL, no Chile, onde terminou sua formação em economia.

A entrevista ocorreu em seu escritório particular, no Leme, Rio de Janeiro, no final de maio de 1995. A deputada realizou uma série de críticas à amostra de entrevistados (e ao próprio trabalho), o que criou um clima dificil inicial, que se desfez no decorrer da entrevista. Acreditamos ter obtido um bom material.

MÉTODO

Professora, então dando início, qual o papel do método na pesquisa econômica?

Maria da Conceição Tavares: Todo mundo sabe que no Brasil todos os grandes formadores não têm método nenhum! São todos ecléticos, todos! Então a pergunta é completamente desproporcionada, mas que método? Qual é o método? Com exceção do Doutor Furtado e eu, que ainda podemos dizer "método histórico estrutural", eu quero saber qual é o método dos outros? Você vai dizer a mesma coisa que o seu mestre coiso, 10 que os de Campinas são na verdade marxistas-keynesianos-ricardeanos, isso é uma babaquice! Você está em uma altura em que todas as correntes teóricas estão de pernas para o ar. Então você pergunta para as pessoas que você está entrevistando "qual é o papel do método?". Insisto, com exceção do Furtado, eu aqui, poderia ser o Fernando Henrique, mas não está em condição de ser entrevistado, que são do método histórico estrutural, qual o método em voga nesse país?!

Resposta para todos estes e para o estado em que está: sincretismo. Sincretismo é um disparate! Quem é do histórico estrutural, pode usar elementos teóricos de qualquer lugar. Para o teu governo, o Prebisch usou na segunda versão da teoria da deterioração dos termos de troca o método neo-clássico. A definição dele de produtividade, de transferência de gastos, é neo-clássica. Tanto é que pode-se ter uma lei de Walras aplicada ao seu método ou uma lei marxista do desenvolvimento desigual aplicada. Porque ele não tem nada que ver com isso, ele estava cagando e andando! Ele era um keynesiano de origem, e daí? Foi presidente do Banco Central e olhou o sistema internacional e disse: "-A Argentina vai se foder!" e a partir daí fez uma coisa que se chama "método histórico estrutural".

Deve-se a ele e ao Furtado. E nós todos, somos todos históricos estruturais, todos! O Lessa também, o João Manuel também, não importa que o João Manuel critique a teoria da CEPAL, critica nos termos dela, não importa que ele critique a teoria da dependência, nos termos dela, mesmo que o seu fundamento seja schumpteriano ou marxista! Porque ele está no interior da escola fazendo a crítica. O sujeito, "não sou discípulo da CEPAL", não é o caralho! Claro que é, senão não estava nessa linha. Independentemente que as suas inspirações teóricas sejam marxistas, keynesianas, schumpterianas.

A primeira coisa em método é qual é a escolha das hipóteses, qual é a demarcação do território de pesquisa. Serra também foi histórico estrutural, mas agora não se sabe o que ele é. O Malan, na sua tese de doutorado, é histórico estrutural. Como sempre bota institucional, quando se é histórico estrutural as instituições aparecem. Ou vai chamar um institucionalista a isso? Não pode. Institucionalista é outra coisa, e não tem nenhum institucionalista que preste nesse país! Se viesse a ter um alguma vez seria o Delfim, se escrevesse, não escreve. A famosa tese do Delfim sobre o café¹¹ é histórico estrutural!

Contribuição à teoria pura do Brasil tem alguns meninozinhos tentando, com grande dificuldade. Tem o Possas, o Franklin Serrano por outro lado, o Belluzzo tentando

uma espécie de releitura contemporânea da história do pensamento, na tradição marxista. Que é dificílimo de fazer, tem que ter uma cultura maluca.

Ninguém diz vou aplicar o modelo... O modelo quando você aplica, que quem começou para valer foram os da PUC-Rio, você aplica para um problema específico: inflação! Então você diz que é neo-estruturalista, por que? Porque tem conflito distributivo e está nas teses da CEPAL o conflito distributivo. Aí elimina o setor externo. Evidentemente, não pode passar sem ele. Você não entendeu que a tese Larida não junta o problema da balança de pagamentos? E quando junta faz o que? Pega a taxa de inflação no exterior mais a daqui, deduz e é a taxa de câmbio de equilíbrio.

Falando no André Lara, agora virou jornalista, virou um militante, de quem eu também não entendo, porque não está com o governo, não está com ninguém. Aquela do André virar jornalista, poderia ter poupado na carreira dele. Porque ele era um acadêmico quando estava na PUC e um banqueiro. Racionalizava. Claro, as pessoas sempre racionalizam. Mas tinha nível. Os herdeiros dele já são uma confusão medonha que ninguém entende! Então está entrando no jogo, para quê eu não sei. Agora, o Giannetti é um picareta! Não tem outro nome! Um sujeito que é professor militante. Ele deveria se encarregar da administração acadêmica da FIPE que está péssima.

Aqueles dois meninos que estão na PUC, esses que vocês deveriam entrevistar. Pega o Dionísio, e pega o Zé Márcio, 12 que estão segurando aquela escola desde dos anos 70. Honras sejam feitas, não importa se concordam ou não concordam, porque isso é irrelevante. Estão segurando. E tem horror de todos os demais. Por quê ? Porque usaram a PUC, trampolim, para quê? Para foder com a PUC! Depois vão para banco, não voltam para a universidade, isto mata eles de raiva.

Retomando, qual é o papel da matemática da econometria na economia?

Uma bobagem. Da matemática não é nenhum! Está dito. Os últimos ensaios de matemática econômica são antiquíssimos, da década de 50. A econometria é

diferente. Porque a econometria, apesar de estar cheia de furos, estar cheia de problemas, é uma tentativa de testes de hipóteses, não é de verificação da realidade, mas de testes de hipóteses, então, alguma realidade tem. Agora a matemática, zero. Ela só serve para fazer o que? Ou fazer avançar a teoria walrasiana na direção das nuvens, isso não há dúvida nenhuma. E para isso o que eles estão fazendo agora, não é nenhuma contribuição maravilhosa, porque já teve uma escola matemática importante. Do Debreu, aquele francês que deu lugar àqueles que estão em Harvard e no MIT, não aos que estão em Chicago. Ele foi representante da grande escola matemática que foi a francesa. Depois é que passou para os americanos.

Se é para formalizar, crescentemente de forma abstrata, não tem nenhuma derivação, nem de economia aplicada, nem de interpretação. Se os modelos não têm como meter dentro nada que tenha a ver com a realidade, não são nem indutivos nem dedutivos. Então, modelo de escolha pura, que não é dedutivo, nem indutivo, não serve para nada! Serve só para o jogo das contas de vidro, como dizia o velho historiador. Isso é que é importante, vocês têm que ter claro isso, o papel da matemática é mistificar, levar você para o jogo das contas de vidro. Porque a matemática, para ser rigorosa, só é passível de desdobramento ou em modelos de equilíbrio geral, ou em modelos dinâmicos e abstratos. A matemática dos modelos que permitem derivações de política econômica, não é matemática, é elementar. Fazer uma IS-LM não precisa matemática nenhuma. Dado que você não deriva, não deduz nem política econômica, nem pode deduzir do modelo que não tem hipóteses se não formais. Aquilo é uma maxiologia da escolha pura. Lembra do Hahn, não posso nem incluir moeda. Como é que eu não posso meter moeda se a economia capitalista é monetária? Como eu sou keynesiano quero meter o papel da moeda. Mas como vai meter o papel da moeda no modelo de escolha pura? Não é possível! Fica a enésima mercadoria, não dá nada. Como é que se trata um ciclo se o modelo não tem dinâmica? Aquele maluco está até hoje procurando o modelo de ciclo. É, mas dá bolhas. Claro que dá bolhas, se você tem um modelo walrasiano e aparece especulação. Mas aquilo te explica o que? Nada! Mercado financeiro. Nos modelos de aplicação matemática ao mercado financeiro, que são modelos especulativos puros. Não são aleatórios, vêm da teoria do caos. Quem está trabalhando, por exemplo, é aquele menino que está lá em Chicago, não são os grandes teóricos.

Mas a matemática tem também uma força de retórica...

O que eu digo é que a força da retórica exige uma matemática elementar, ninguém trabalha com modelos matemáticos sofisticados para ter força de retórica pura e simplesmente, tem gente que não acompanha. Então, você vai fazer um modelo de dinâmica, mas ninguém acompanha, porque é complicadíssimo. Só serve para modelos especulativos. Na pesquisa econômica, como em qualquer ciência, você escolhe um conjunto de hipóteses, no caso das ciências sociais, que tem algo que ver com a realidade que você quer pesquisar, senão não vai. Isso não é pesquisa econômica. Volto a insistir, o modelo de matemática de escolha pura não é um modelo de pesquisa.

Para fazer pesquisa econômica você tem que ter um conjunto de hipóteses que tenham sido, por um processo de redução teórica, inferidos de alguma realidade histórica. Todos os teóricos relevantes fizeram isso. Gary Becker não propriamente, por isso ele diz as besteiras que diz. Ele estava interessado no comportamento do consumidor numa sociedade de massas, ao invés de fazer uma sociologia econômica. Fez lá como pode, não vale nada no meu ponto de vista, mas não estou dizendo que ele não tenha tentado usar o método científico.

A matemática é um instrumento auxiliar para modelos complexos. O linear não adiantava nada, dado que os fenômenos não são lineares. Os da simetria não valiam nada, dado que a economia não é simétrica, é toda assimétrica. Agora, tem um campo no qual você pode fazer um desenvolvimento eventualmente prático do modelo matemático dinâmico, que é o campo da especulação. Por quê? Porque você supõe que é caos, que não tem lei de determinação, que não tem dedução possível. E assim mesmo é um empirismo rasgado. Você examina durante décadas o comportamento de algum mercado financeiro, verifica que tem três ou quatro figuras, e tenta estudar matematicamente. Isso você pode fazer.

Aí você pega a teoria dos jogos, ela também não foi feita para estudar economias assimétricas com estrutura de mercado, com grandes empresas e pequenas, foi feita para estudar duopólios ou oligopólios simétricos. Se você, em vez disso, tem

oligopólios assimétricos e embaixo uma brutal estrutura dispersa de empresas, para que serve a teoria dos jogos? No Brasil, se há uma simetria de poder brutal nos oligopólios, serve para quê? Não serve para nada, e você embarca!

Então, um dos problemas do método é que você tem que saber para que foi feita a teoria, senão é impossível. Todo o problema do desenvolvimento está ligado ao histórico-estrutural. Tanto o que foi escrito sobre desenvolvimento, como o que foi escrito sobre política econômica, é nessa base. Ah, mas houve uma ruptura com os modelos da PUC. É verdade, dado que os modelos FGV/RJ não tem teoria nenhuma, é uma choldra de quinta categoria, é uma aplicação de quinta escala, uma mixórdia entre Chicago, Harvard, uma confusão! Coisa que o próprio Mário Henrique reconhece, ou pelo menos disse a mim, não sei se reconhece hoje publicamente.

O Mário não tem nenhuma contribuição teórica relevante. "Ah, mas eu fui o primeiro a ver a questão da inflação inercial". Mentira! Ele foi o primeiro a propor uma pactuação autoritária da inflação com o resíduo inflacionário expectacional. Isso sim ele foi, mas não escreveu nada sobre o assunto. É indiscutível que esses originários da PUC tentaram, e quem tentou primeiro foi o Chico Lopes, depois a resposta dos outros é meio precária. Era um modelo de política econômica. Tanto a questão monetária dos juros quanto a questão do câmbio ou abrir a economia, uma economia que estava influenciadíssima por uma crise internacional da dívida externa, tinha que ser levada em conta. O modelo levou em conta? Não! Levou em conta o conflito distributivo, salários e preços. É de uma pobreza! Em plena crise da dívida externa com um choque externo violento.

Essa sempre foi a minha discrepância com eles, minha e do Belluzzo, 13 azar que depois tivemos que apoiar o Cruzado. Todos os modelos que têm sido trabalhados, tanto os de origem keynesiana, quanto os de origem neo-clássica tem como base o mercado de trabalho de um lado e a formação de preços. Ou neo-clássica, ou supostamente keynesiana com "mark-up" em cima. Então não dá conta porque a sociedade não é homogênea, os oligopólios não são simétricos, a dispersão é muito grande.

O método que eu utilizo é sempre histórico estrutural. Eu e todos os demais, os mais velhos que fizeram alguma coisa relevante, neles incluído o Delfim Netto. Ninguém ficou imune a um Furtado, ninguém ficou imune a um Caio Prado, ninguém ficou imune a Gilberto Freire aquele sociólogo que estudou a senzala, aos grandes pensadores brasileiros. E são todos histórico estruturais, todos!

FORMAÇÃO

A senhora é graduada em matemática...

E economia.

Como a senhora decidiu fazer economia?

Porque eu achava que era rigoroso. Eu só tinha lido os clássicos radicais, do ponto de vista filosófico, por exemplo *O Capital*. Naquela altura lecionava-se os clássicos, até o Bulhões dava de Marx ao Walras. Por outro lado, eu estava trabalhando aplicadamente em economia, porque eu era estatística e fui contratada pelo BNDE. Era matemática e sabia estatística. Fiz aquela primeira curva de Pareto da distribuição de renda. A primeira que foi feita, foi feita por mim, no BNDE, para calcular as obrigações de reaparelhamento econômico. Pensei: "não sei o suficiente de economia, e estou no meio de economistas." Então fui estudar.

E a senhora foi fazer a graduação ou fez direto o mestrado?

A graduação. Não havia mestrado nenhum no meu tempo, não tinha um só mestrado. Havia um curso do conselho de economia. Quais eram os três centros de economia que tinham quando eu fui fazer, na década de 50? Tinha aqui, a nossa escola, a F.G.V., que não dava curso a essa altura, era só instituto de pesquisa. Todos os professores eram da fundação, Bulhões, Isaac, Chacel, o Gudin, que a fundou, também. E quais eram os centros? BNDE, desenvolvimentista, e a SUMOC, monetarista. E como, logo que terminei o curso, fiz o curso da CEPAL também, fiquei uma coisa raríssima, que era ser monetarista pela manhã e estruturalista à

tarde, não se usa. Eu fui a primeira, com exceção do Rangel, que é um auto-didata e que apesar de estar no BNDE tentou escrever uma teoria de inflação original, que o velho se preocupava com a coisa financeira, enquanto que o Bulhões se preocupava com a coisa monetária.

Eu peguei todos os mestres, entre SUMOC e BNDE. Naquela altura a escola era uma escola para o serviço público, todos os professores eram do serviço público: ou eram do Itamaraty, para a coisa internacional, ou eram de direito. Ou eram do BNDE ou eram da SUMOC. E da Fundação Getúlio Vargas, onde eram pesquisadores. Não havia curso na Fundação Getúlio Vargas. Se eu pego a Fundação Getúlio Vargas, o BNDE e a SUMOC, eu peguei, entre pesquisadores o Isaac que foi quem me ajudou na minha primeira pesquisa. Com ele eu fui olhar as séries de comércio exterior que a Fundação não tinha, e fazer a conversão da nomenclatura brasileira de mercadoria.

A minha tradição é, desde a origem, pesquisa e política pública. Fatalmente, pois eu só tinha professores de estado e professores pesquisadores. Por isso que era sério. Não importa se era conservadora, ninguém estava discutindo isso. Era conservadora, e daí? Eu era de esquerda. O Bulhões impedia que eu falasse sobre monopólios, oligopólios? Não impedia. Até porque o Dias Leite e o Paulinho Lira davam um curso que chamava "estrutura das organizações industriais". A primeira vez que eu vi estrutura das organizações industriais e ouvi discutir integração horizontal, vertical, concorrência assimétrica, oligopólio, teoria dos jogos, foi com eles. E, ao mesmo tempo, matemática financeira.

Bulhões dizia, o cálculo de lucro não é fácil e mostrava como é que a fórmula do Keynes, se fosse calculada do presente para o futuro dava uma coisa e se fosse calculada pelo desconto dava outra. A primeira vez, ninguém me disse que havia um problema da equação de Fisher de um lado. Ele mostrou empiricamente! Portanto, aquilo estava furado. E mais, que se estivesse discutindo eficiência marginal do capital ou eficiência marginal no investimento, não era o mesmo. Isso o Bulhões me ensinou antes de sair o manual da economia, onde apareceu a coisa do Lerner. Era uma coisa de prática. Como eles eram gente de economia aplicada, uns da SUMOC,

outros do BNDE, os problemas eram postos por eles, ainda que a teoria americana ou a inglesa não tivessem chegado. E quais eram os autores? Os clássicos. Você lia os clássicos todos que tinha que ler. Lia Hicks lia o velhinho da microeconomia originária, Marshall, Walras, lia Marx, Keynes, lia! E qual era o manual de política monetária? O do Gudin, que é um puta manual de política monetária até hoje! Apesar de conservador.

A senhora chegou a ter aula com o Gudin?

O Gudin já estava aposentado. Tive aula com o Campos, que substituiu o Gudin. Aí, quando ele estava dando aquilo, aparece a primeira teoria estrutural da inflação, da CEPAL. E aparece o livro do Furtado. Eu estou em uma escola conservadora, mas que apesar disso está se perguntando sobre o fundo monetário. Você imagina se hoje alguém explica a alguém. Eu tinha eles alí! O Bulhões tinha estado com o Campos, na reunião de Bretton Woods. Você sabe qual é a vantagem? É esta, eu fui discípula de mestres que tinham estado. E quando fui para a CEPAL, fui discípula do Prebisch e de Aníbal Pinto, que tinham estado. Então, como as pessoas tinham estado, elas sabiam a que vinham.

E a senhora esteve com o Kalecki também?

E depois, evidentemente, o velho Kalecki, e o velho Kaldor que eram cepalinos, no sentido que deram a primeira contribuição à teoria do subdesenvolvimento a partir da CEPAL. O doutor Delfim Neto, em 61, trouxe para São Paulo todos, introduziu a Joan Robinson como teoria da acumulação de capital na USP. Doutor Delfim Neto era um estruturalista, e escrevia coisas sobre o café, vinha dar os nossos cursos, era um cobra! O Mário era bem mais atrasadinho. Sabia fazer matemática e modelos que ele desconfiava que não serviam para grandes coisas. E disse que não serviam! Onde é que o Mário começou profissionalmente? Na Confederação de Indústrias. O que eu digo é que ninguém ficava só na academia, mas ficavam nas duas, e eram sérios, relativamente. Estavam interessados em "vender o seu peixe".

O apelo não era apenas ideológico, era a experiência histórica. Todos eram históricoinstitucionais, todos! Não havia hipótese do Campos falar sobre moeda sem começar pelo sistema de Bretton Woods, ele esteve lá, ele viu! Todos detestavam o Keynes, mas mandavam ler. Você não tinha os manuais ainda. Depois eu, como professora, peguei os primeiros manuais de macro e de micro. E tinha que explicar tudo, mostrava esse aqui está errado, não é assim.

Essa que é a minha formação, por isso que eu sou uma economista crítica. Não é que eu nasci crítica, ninguém nasce crítico. Se você é filha de uma escola dessas, na maturidade, aos trinta anos, vira cepalina e continua dando aula com o Bulhões de um lado e o Aníbal Pinto do outro, fatalmente você vira crítico. Você respeita os dois, você sabe que os caras não são uns patifes. Você fica ouvindo qual é a contradição entre eles. A nova geração não consegue mais. Não é por culpa de vocês, é porque não há demarcação de território. Vocês ficam feito navegante perdido na bruma, andando de um território para o outro sem nem saber. "-Qual é a bandeira?" "-Tem a bandeira dos piratas." Aí você percebe que o cara é pirata. "-Não, aquele tem a cruz gamada." Aí você percebe que o cara é nacionalista. É muito ruim para vocês.

Como foi sua experiência na CEPAL?

A CEPAL para mim foi um refresco, porque me permitiu uma leitura crítica, uma leitura nova. Os meus professores na Universidade do Brasil só estavam interessados em inflação, equilíbrio, estabilização e davam as explicações convencionais. Aí vem o outro e diz, "nós não vemos assim, nós somos estruturalistas, precisa se preocupar com desenvolvimento."

Eu fui formada como economista dentro das duas escolas velhas. É por isso que até hoje eu consigo falar com os dois lados, quando tenho paciência. Na convencional, mas aberta. Por que aberta? Porque eram todos institucionalistas. Eram todos neoclássicos, mas institucionalistas. E começar a aprender política monetária lendo o livro do Gudin é, evidentemente, muito melhor que ler em um manual idiota. A idéia de separar, como economista, teoria, instituições e economia aplicada, não me passava pela cabeça! O sujeito que não é capaz de, primeiro separar os níveis, mas ao mesmo tempo juntá-los, não é economista! Quando me formei dentro da CEPAL já estava formada em economia, já era bacharel, aí me formei com essas preocupações.

Outra explicação para a inflação, que não a convencional, tinha a teoria estruturalista. Qual é o objetivo? O desenvolvimento. Para seu governo, Schumpeter, Kalecki e Kaldor eu não tive na escola, tive com meus professores da CEPAL. A CEPAL serviu também para me dar uma preocupação nova do que é a formação histórica, a evolução histórica, o papel dos agentes econômicos em uma sociedade, como é que se desenvolve, portanto, uma perspectiva estrutural histórica. Isso eu não tinha, devo a CEPAL, só tinha uma perspectiva filosófica teórica. Eu era matemática e filósofa, não era capaz de pensar assim e eles me ensinaram. O que não impede que eles também me dessem as bases críticas daquilo que eu aprendi.

Eu tenho sorte. A CEPAL ensinava naquela altura os grandes autores críticos, justamente porque ela sabia que as academias ensinavam uma porcaria neoclássica vagabunda. Ela dava Schumpeter, Kalecki. O Keynes não, porque o Prebisch achava que ele não tinha chongas a ver com o desenvolvimento, o que é verdade. Se no longo prazo estavam todos mortos, ele não tinha uma hipótese de longo prazo. Então não dava para dar Keynes. E a coisa monetária não se aprendia pelo Keynes, dado que a visão era estruturalista. Mas o velho Prebisch era discípulo de Keynes e queria ser presidente do Banco Central. Imagina se ele daria uma economia monetária da produção.

INFLAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A inflação é um obstáculo para o desenvolvimento. Esta é uma colocação que gostaríamos que fosse pano de fundo para a próxima questão. Qual sua proposta para a estabilização, já que a Sra. critica bastante o receituário do FMI e Banco Mundial?

Ora, tenha paciência! "Qual é a sua proposta para a estabilização!?" Todos nós, que somos da escola estrutural, já dissemos que não existe proposta para a estabilização em abstrato. Você não pode ter uma proposta para a estabilização sem um horizonte a longo prazo, essa é a teoria da inflação. Se você não tiver um horizonte de longo prazo para dar aos empresários um caminho para aplicar o capital, não estabiliza. Número dois, numa inserção internacional, em que você está totalmente vulnerável

na balança de pagamentos, não estabiliza. A primeira escola que disse que balanço de pagamentos era importante para a inflação foi a CEPAL, meu bem. Até então, era o déficit fiscal, era a luta distributiva. Quem disse primeiro, "o primeiro obstáculo é a balança de pagamentos", fomos nós, e continua sendo.

Depois veio o Mário, "a crise cambial mata, a fiscal esfola". Sim, mas quem disse primeiro fomos nós. Com uma crise na balança de pagamentos se interrompe tudo, interrompe o desenvolvimento e ocorre uma inflação monstruosa, como as experiências da América Latina demonstram. Você não vê nenhum caso de inflação alta e contínua na América Latina que não tenha o problema da balança de pagamentos tramado. Só por conflito distributivo você não produz mil por cento de inflação ao ano, só por déficit fiscal também não produz. Agora, você apronta uma crise na balança de pagamentos e apronta uma hiperinflação em um ano. Aliás, na Alemanha também foi assim, ao contrário do que dizem.

E como se resolve a crise da balança de pagamentos?

Não se resolve, se "manera", se "toreia". O Brasil nem tão cedo terá a estabilidade. Dado a inserção internacional, tem que estar é na defensiva. E por isso é que tem que pactuar e fazer política de rendas para maneirar, fazer as câmaras setoriais, controlar o câmbio. Isso é que foi a primeira aula do Prebisch. Estar inserido na periferia é isto! Você não tem condições. E ademais não tem progresso técnico. Para ter um desenvolvimento auto-sustentado, é outra coisa. Por isso é que nós temos ciclos curtos. Então você tem duas coisas básicas: ciclo curto, porque não tem progresso técnico para sustentar e a distribuição de renda é uma droga. Mas isso tem raízes estruturais: a terra não foi distribuída, a justiça não foi distribuída e o Estado é sempre privatizado. A CEPAL explicou tudo, está tudo na tradição crítica da CEPAL.

Por outro lado, tem que ver com a Divisão Internacional do Trabalho, está tudo ligado. Se você tivesse progresso técnico autônomo, uma elite que fosse menos patrimonialista e menos predatória, evidentemente você conseguiria combater a inflação, e ter uma moeda crível e conversível. Mas você não tem! Você continua com uma elite predatória, que faz a toda hora mudança de regras. E o déficit fiscal

que vá tomar...! Todos os países do mundo, no momento, têm mais déficit fiscal que o Brasil e não tem inflação nenhuma!

Conflito distributivo também tem em qualquer lugar do mundo.

Tem, em qualquer lugar. E não produz uma hiperinflação. Conflito distributivo produz inflação, mas não hiperinflação. Não inflação alta. O regime de alta inflação continuado é sempre problema no balanço de pagamentos, sempre. O velho Prebisch sabia, por isso inventou cinco taxas de câmbio na Argentina para impedir uma hiperinflação. Ele sabia que era o câmbio, porque é uma variável que você não comanda facilmente. Eu sou capaz de resolver o problema do câmbio? Não. Faço uma maxi para sair dessa coisa? Toma uma híper outra vez, ou não tomo?

Com certeza.

Então pronto. Então não me amole! Trate de fazer o resto, se puder. Tente a coisa fiscal, tente estabilizar as leis. Eu vou morrer sem ver esse país estabilizado. Agora, isso não é agradável à opinião pública. Isso é uma das brigas que eu tenho no PT. O Paulinho Nogueira, quer porque quer uma teoria da inflação e um Banco Central independente. Paulinho Nogueira vai ficar querendo! Eu também quero a lua. Aliás como Keynes diz: "quem sabe me dá a lua quando perde dinheiro." Aquilo é um capítulo magistral. Aí sim eu aprendi com o Keynes, está lá, ele avisou. Ele só não avisou na periferia, mas avisou ao Prebisch, avisou a todo mundo. E ele sabia também, mas estava cagando e andando para a periferia, era um homem de um império decadente.

Coloca-se que um dos fatores de sucesso dos ditos "Tigres Asiáticos" teria sido o fato deles terem investido pesadamente em "Capital Humano" (leia-se saúde, educação, etc.). Por que no seu ensaio Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora este fator não é levado em consideração?

Como não é? Pois se eu estou dizendo justamente que o efeito da modernização é que esta tecnologia é completamente diferente da anterior. Se você tem uma restrição fiscal estrutural é porque você embute no orçamento uma componente financeira

estrutural crescente, por causa da dívida pública e do ajustamento monetário da balança de pagamento. Então, como é que você vai fazer saúde e educação? É por isso que é conservadora, senão não seria conservadora. Se os caras fizessem welfare state não seriam conservadores, está certo? Seriam liberais, seriam sócio-liberais, como gosta de dizer o Bresser. Mas não são social liberais, justamente porque não têm condições. O Capital Humano é um dos braços da acumulação de capital que tem quantas versões você quiser, desde que você possa separar a componente do progresso técnico. Tecnologia é o centro da questão. O problema é que o outro centro da questão é a desregulação financeira. O ajuste da balança de pagamentos monetário, com taxas de câmbio flutuantes, se dá pela dívida pública. Aí você introjeta uma componente financeira nos orçamentos e vai comendo o orçamento e não sobram recursos para educação e saúde. Está lá no meu texto, é por isso que se chama conservadora, senão por que se chamaria? Não é por causa da tecnologia, porque por isso há modernização rápida e acelerada.

A substituição de importações não foi uma estratégia de política formulada ex-ante. O conceito tentava explicar um processo que se deu historicamente, ou seja, não é meramente formal.

Não é um conceito formal, é um conceito estrutural. Então não é assim, pega o coeficiente de importações sobre o PIB: quando ele cai houve substituição de importações, quando sobe não houve. Eu me lembro até o pobre do Chico Oliveira dizendo uma vez, "-eu odeio substituição de importações de bens de capital no período Geisel, porque alí se importou mais do que se produziu". O que é maluquice. Estava se importando bens de capital para fazer a indústria de bens de capital, e ele diz que é substituição. Então que lesse o meu artigo, está dito lá que não é um conceito formal, aliás eu e Kalecki achávamos. Até foi bom que depois o velho, encontrei-o quando acabava de escrever o primeiro artigo, disse: "eu já disse para a CEPAL chamar industrialização tardia e periférica". Industrialização tardia e periférica, essa é mais adequada para uma leitura estrutural, porque se você diz substituição de importações, qualquer aluno de economia pega o coeficiente, mete sobre o PIB e sobre a produção, quando cai houve substituição, quando sobe não houve, quando é exatamente ao contrário. A não ser o meus alunos Malan e Bonelli, que têm um artiguinho explicando o assunto, até porque eu ensinei para eles.

Em econometria então, meu bem, endoida de vez. Eu vi o Pastore endoidar com isso. Escreveu um *paper* sobre substituições que é uma asnice completa! Ele entende de moeda, disso ele não entende nada! Porque ele mete o coeficiente. Entenda você, quando a gente diz que houve o processo de substituição de importação, o coeficiente não caiu. O coeficiente caiu de 1930 a 1950. Em 1950, em pleno início do processo, o coeficiente sobe muito! Então vai um maluco e diz que não houve.

Mas e a questão da inflação...

A inflação é uma derivação dos três preços fundamentais, 14 se você achar que esses três são decisivos -e das teorias conhecidas, realmente o são. Nas teorias desconhecidas de preços relativos não são esses três. Há esses três nos preços relativos, como se fosse um preço qualquer. Não posso juntar laranja, pão, salário, câmbio e juros, tratar como se fossem um preço qualquer. Isso Keynes já explicou e é por isso que existe macroeconomia.

O câmbio tem um problema tramado. Se não existe um padrão cambial universal que, de algum modo, contemple todos os países, se você faz um padrão hegemônico de moeda, vai fixar o câmbio no padrão hegemônico. Disse o Keynes, disse o Prebisch. Isso é a grande contribuição. Câmbio não pode ser determinado pela moeda padrão. Ser flutuante também é complicado, porque aí começa a operar contraditoriamente. No comércio diz uma coisa, nas finanças diz outra. Para se ter uma moeda padrão, quer dizer, ter câmbio fixo, o que facilitaria, teria que ter um sistema monetário completamente diferente. É isso que ele defendeu em Bretton Woods, ele e o Prebisch. E o que é que fez o Bulhões? Não gostou. O Campos também não gostou, tem uma crítica dele.

O anterior seguia o padrão ouro/libra, que também era uma droga! Isso diz o Prebisch. Tinha uma vantagem: era uma ilha, aberta e, portanto, tinha o empuxe. Quando crescia, nós crescíamos juntos. Os Estados Unidos, nem isso! Então nós vamos ter que nos trancar. E o que é a moeda? Se pudéssemos fazer várias taxas de câmbio é que era bom. Foi o que ele fez! Isso é que é a verdade. E estamos fazendo a mesma

coisa, porque isso de dar subsídio para um, credito agrícola, subsídio fiscal para outro, é um problema das taxas de câmbio.

E os mercados comuns, a senhora acha que existe uma tendência de fechamento?

Então, por isso é que eu estou dizendo. Foi os Estados Unidos, tinha que dar nessa tranca, porque ninguém aguenta o sistema. Agora, é um "non system". Você diz, "abre". Abre para quem? Para a piranhagem internacional? Aí fica uma cagada, porque não tem Banco Central que segure, não tem orçamento que segure, não tem equilíbrio macroeconômico possível com este non system, que está aí.

Tudo isso representa um enorme impacto fiscal. Você termina que o seu "welfare state" não aguenta fiscalmente. É por isso é que é uma modernização conservadora. E tome progresso técnico. Ainda por cima, o progresso técnico faz com que a informação seja instantânea, e aí, meu bem, aí é que estamos mal, porque aí realmente os das expectativas racionais, a única coisa que podem prever é bolhas! Corretamente. Dá uma bolha para cá, uma bolha para lá, só dá bolha! O ciclo é que fica dificil. Não adianta pegar o Schumpeter. Como se dá o ciclo de progresso? O Japão já terminou o ciclo de progresso tecnológico? Não. E está em recessão. Foi por causa do ciclo? O Schumpeter explica? Imagina que o Schumpeter explica o Japão. Não explica nada! Eles explicam parte do crescimento do Japão do pós-guerra. Aí você tem que ir lá no velho Keynes. Uma atrapalhada aqui, no padrão monetário, claro! Você tem um padrão monetário que não é dominante e ao mesmo tempo se enfrenta com o outro, e o outro é que determina se você sobrevaloriza ou desvaloriza, fica uma complicação medonha. Então estamos muito mal.

Então nesse sistema você vem me perguntar qual é a minha teoria da estabilidade? Eu sei que o povo está preocupado, todos gostaríamos. Dissemos o quê? Que temos que ter um sistema de desenvolvimento econômico, de distribuição de rendas, compatíveis com uma teoria da estabilidade, que implica negociações e negociações. Se é para zerar a inflação, não precisa desbocar, mas para não desbocar você tem que ter um controle de câmbio pesado. Pode reverter a cagada que eles fizeram? Que o Bulhões, meu bem, só fez indexar, então ele só é responsável pela inercial,

agora claro, mas uma inercial indexada com choque externo.... Bom, então desindexa e põe os choques externos que estão aí para ver o que acontece. Estava indexada na Argentina, na Bolívia, no Peru? Estava no México? Estava no Chile? Não. Então o velho Bulhões só é responsável por umas coisas, que faz com que o capital se defenda melhor. Quando acelera muito, você pode botar a correção monetária que quiser, que tem efeito Tanzi do mesmo jeito. Uma inflação de cinquenta ao mês, porra, não há quem aguente. E nem é mais Tanzi, você desmonta todos os aparelhos.

Então não adianta, você está discutindo o quê? Uma crise brutal, que acabou com o quê? Com tudo. Não é que acabou com a substituição de importação, a substituição de importação já acabou há muito tempo, isso é uma patetada. O que você acabou foi a com a possibilidade de ter um Estado que foge para frente, que vai resolvendo, e continua. Então agora quero que vote a reforma, pago para os agrários. O Serra que se foda, que arrume lá o orçamento como ele quiser. Agora quero um Banco Central independente. Independente de quem? Mas eu tenho trinta bilhões de reserva. Reserva de quê? Está em ouro como nos velhos tempos? Não. De quem, se é dívida? Você já viu algum sistema anterior que as suas reservas fossem dívidas de curto prazo? Imagina! Keynes teria um ataque! Reservas serem dívidas a curto prazo é uma coisa insólita. Não era o sistema de padrão ouro, absolutamente.

O sistema está muito sem âncora. Eles dizem que tem âncora, mas não tem âncora nenhuma, está muito complicado, muito volátil. Está muito incerto, não tem como eu chegar e dizer assim, meu programa de estabilização é o seguinte: vou pactar isso daqui, política de rendas, vou tentar controlar o câmbio, não deixo entrar e sair. Para que serve esses juros? Não serve para nada. Agora, um cara, que diz que precisa de três modelos, âncora cambial, âncora monetária, âncora fiscal, e ao fazer a política cambial fode com a âncora fiscal e monetária, evidentemente deve estar brincando! Estão sarreando com a cara da gente, os mesmos meninos que já fizeram o outro plano.

É claro que o André Lara dirá isso, porque ele não estando no governo pode dizer o que ele quiser. O Pérsio não sabe nada. Realmente entrevistar o Pérsio ou o André, melhor o André, que é o que começou o troço, ou o Chico Lopes, porque se é por

trabalhos que marcaram, entrevista o Chico Lopes, que é o pai da inflação inercial, não o Mário. O Mário inventou uma fórmula, não teorizou nada. Teve o Felipe Pazos que esse sim é um cepalino de origem, por isso é que ele deu o nome neoestrutural. E teve o argentino, o Robert Frenkel que estava na PUC como professor visitante. O artigo do Frenkel¹⁵ é de 1979 e o do Felipe Pazos¹⁶ é de setenta e picos Eles não são pais de nada, mas dado que todo mundo aqui se apropria das idéias alheias. Eu também não sou mãe da substituições de importações, eu sei de onde venho, tenho uma escola atrás. Estou dando uma contribuição na margem, eles também; mas aqui a maior tendência é se apropriar.

^{15 &}quot;Decisão de Preço em Alta Inflação" (1979) in Rego (1990).

¹⁶ Chronic Inflation in Latin América.

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA (1934)

Luiz Carlos Bresser Pereira obteve seu bacharelado em Direito. Em 1959 tornou-se professor da Escola de Administração de Empresas (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, onde permanece até hoje. Obteve o Doutorado e a Livre Docência na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Iniciou sua participação na vida pública no governo Montoro onde foi Presidente do BANESPA e posteriormente Secretário de Governo. Na Administração Federal foi ministro da Fazenda no governo Sarney entre abril de 1987 e dezembro do mesmo ano. Atualmente é Ministro da Administração e da Reforma de Estado do goveno Fernando Henrique Cardoso. No início da década de 80, foi um dos fundadores da *Revista de Economia Política*. Nossos dois encontros foram na sede da revista, no Morumbi, em São Paulo. A primeira entrevista ocorreu em outubro de 95 e a segunda em novembro do mesmo ano.

FORMAÇÃO

Por que escolheu a Economia? Houve algo especial que lhe inspirou?

Bresser Pereira: A minha família, e também o tempo em que eu estudava, me levaram a fazer Direito, meu pai era advogado. Quando eu cheguei no terceiro ano da faculdade de Direito, li um grande artigo, publicado no *Cadernos de Nosso Tempo*, que era do grupo que depois formaria o ISEB, ¹⁷ onde Hélio Jaguaribe, que não assinava o artigo, fazia uma grande análise do que seriam as eleições de 1955, a partir do desenvolvimento econômico e da industrialização brasileira, desde a colônia até aquele momento, mostrando as grandes coalizões de classes que havia: de um lado, os prós-desenvolvimentistas, os industriais, os trabalhadores e os técnicos ou burocratas; e de outro lado a oligarquia agrário-mercantil aliada ao imperialismo. Eu fiquei absolutamente fascinado por esse artigo, por essas idéias. Naquela época eu já lia um pouco de marxismo e as coisas bateram, ainda que o Hélio não fosse um marxista.

Naquele dia, eu tinha vinte anos, decidi que não iria mais ser juiz para trabalhar com desenvolvimento econômico, seja como economista seja como sociólogo, não estava absolutamente claro qual dos dois. Mas como estava para casar, tratei de terminar a Faculdade de Direito. A partir do término da Faculdade de Direito comecei a procurar oportunidades em pós-graduação para mudar de profissão. Nessa época, já casado, trabalhei em jornalismo, em publicidade, mas tudo o que eu queria era sair dessa área e passar para Economia ou Sociologia. Depois de algumas tentativas fracassadas, afinal consegui fazer o concurso para professor da Fundação Getúlio Vargas, onde bastava ter curso superior. Passando no concurso, poderia ficar um ano trabalhando com os professores americanos aqui e depois ir para os Estados Unidos, ficar dezoito meses lá, 18 fazer um Mestrado em Business, e finalmente passar seis meses em Harvard.

Quando voltei para o Brasil, uns dois meses depois, houve um seminário patrocinado pela UNESCO na FEA. Vieram Kaldor, Kalecki e um grande economista matemático francês que não me lembro o nome agora. Passisti e participei ativamente desse seminário. No final conversei com Delfim que me aceitou como orientando. Passei muitos anos para conseguir terminar o Doutorado. Fiz muitos seminários com o Delfim e com o grupo dele entre 62 e 65.

Eu defendi o meu Doutorado em Economia na FEA-USP em 1972, sobre origens étnicas e sociais dos empresários paulistas. Esse tema estava ligado a um dos temas centrais da minha preocupação nos anos 70. É a preocupação muito mais com sociologia política ou filosofia política do que com economia, que é o problema da natureza das sociedades contemporâneas, e o fato de que nas sociedades contemporâneas existem não duas mas três classes relevantes: a classe capitalista, a classe trabalhadora e a classe burocrática (ou a nova classe média, ou a classe média assalariada, ou a classe tecno-burocrática). Acho absolutamente impossível você entender as sociedades contemporâneas sem entender isso. Desenvolvi uma teoria, usando conceitos marxistas, como modo e relação de produção, classe social, para chegar a conclusões não marxistas, ou seja, de que havia uma classe, e que essa classe era muito importante.

Quem foram seus mestres mais importantes?

Em termos de formação, no Brasil, os meus três mestres são: Rangel, Jaguaribe e Furtado. Fora do Brasil os meus mestres foram Marx, Keynes e Weber, que foi muito importante na minha formação. E depois o Kalecki e o Galbraith. Depois não existem mais mestres, depois a gente cresce e tem que tratar de pensar por conta própria. Mesmo em relação a esses mestres, eu nunca fui furtadista ortodoxo, keynesiano ortodoxo, marxista ortodoxo, nada ortodoxo, quer dizer, nunca fui de carteirinha para nada. São pessoas que tiveram, ou no plano da teoria geral ou no plano da análise do Brasil, contribuições muito importantes, mas são contribuições datadas, como certamente serão as minhas.

Um ponto importante que gostaríamos que comentasse é a criação do centro de pós-graduação na FGV.

Em 65 tinha saído um parecer 977/65 do professor Newton Sucupira que foi a base da definição da pós-graduação no Brasil, mas eu não cheguei a ter conhecimento desse parecer naquele ano. Mesmo assim adotamos o título de mestre. Então, o Mestrado em Administração de Empresas surge na G.V. em dezembro de 65. Em 70 o governo lança o seu plano nacional de pós-graduação. Em 73 há uma grande reformulação no meu programa, contra mim, contra toda a minha vontade. O Mestrado de Administração de Empresas, era um Mestrado profissional, destinando a parte acadêmica para o Doutorado. Abandonaram esta idéia e fizeram um Mestrado em Administração de Empresas puramente acadêmico, o que me deixou indignado. Vinte anos depois eles voltam ao caminho correto.

Em 73 é criada uma área de concentração em Economia, dentro do Mestrado de Administração de Empresas. E a partir de meados dos anos 70 nós tentamos transformar essa área de concentração em um Mestrado de Economia e um Doutorado de Economia tout cours, mas há uma resistência muito forte, primeiro da própria escola, depois do Rio de Janeiro. Na escola depois de alguns anos os professores, especialmente os de finanças, percebem que seria muito bom se houvesse um curso de Mestrado em Economia na G.V. autônomo, e passam a dar apoio. Mas aí a resistência do Rio de Janeiro, especialmente do Doutor Luiz Simões Lopes continua

firme. E só depois que sou Ministro da Fazenda, em 88, o Mestrado e o Doutorado em Economia são autorizados. Acho que é um bom trabalho que está sendo feito.

A entrada na ANPEC quando foi?

Foi logo em seguida, nós tentamos entrar na ANPEC antes mas não deixavam, porque era uma área de concentração e não um Mestrado. O Departamento de Economia teve sempre dentro da escola um caráter rigorosamente liberal. Liberal no sentido que nós jamais admitimos que uma orientação prevalecesse. Eu pessoalmente fiz a minha própria transição de posições mais cepalinas para posições mais neo-estruturalistas. É o que me chamam hoje, jamais ortodoxo, jamais um neo-clássico. Mas eu achava fundamental que houvesse pessoas de todo tipo dentro do Departamento, que os cursos de microeconomia fossem dados por neo-clássicos, os de política monetária por monetaristas, os de macroeconomia básicos fossem dados por keynesianos, e assim por diante.

Isso tem sido preservado bastante na escola, isso que eu chamo de uma perspectiva liberal, no sentido político da coisa. Além disso, desde a fundação do Departamento, nós montamos um princípio: que haveria rodízio na chefia, de forma que o chefe fica dois anos e depois vai embora, e não volta o chefe anterior. Isso significa que importante é o Departamento e não o chefe. O chefe tem alguns papéis que ele tem que desempenhar naqueles dois anos e quase todos desempenharam muito bem os seus papéis. Houve um que desempenhou mal porque realmente é um desastre administrativamente, embora um excelente acadêmico. Mas de um modo geral, o saldo desse tipo de política liberal ou democrática dentro de um Departamento é ótimo, as relações entre os professores são boas e se consegue uma boa qualidade.

Qual o papel do método na pesquisa econômica?

Acho que é impossível fazer pesquisa econômica e antes disso, teoria econômica, se você não pressupõe antes o método que utiliza. O método usado pelos economistas

geralmente não é discutido por eles, ou então se lê aquele artigo clássico do Friedman e pensam que estão usando o método positivista. Na verdade, o que os economistas usam, fundamentalmente, é o método lógico-dedutivo.

É radicalmente lógico-dedutivo porque a ciência econômica, ou mais especificamente a microeconomia dentro da ciência econômica, que é onde está o modelo fundamental neo-clássico e o modelo do equilíbrio geral, é uma ciência rigorosamente lógica-dedutiva, porque é a única ciência substantiva, a única que trata da realidade concreta e não do método. A matemática e a lógica são ciências subjetivas, pressupõem que os agentes que ela examina sejam racionais, quer dizer, o homem é um animal racional. Na física, essa ciência de segunda, (risos) na biologia, nem os átomos e nem as células são racionais, não é? Então a partir desse pressuposto heróico, o método usado pelos economistas é radicalmente, violentamente, e às vezes escandalosamente lógico-dedutivo. Depois eles dizem que vão checar na prática, que vão fazer pesquisa, etc. De vez em quando fazem, mas toda vez que fazem pesquisa e ela não bate, vão dizer que é a realidade que está errada. O que é verdade, a partir deste pressuposto não é falso, é verdade.

É por isso que eu tenho dito que a microeconomia e o modelo de equilíbrio geral, que dela deriva, são um grande avanço da ciência econômica, mas que é preciso também ter uma ciência econômica autônoma da microeconomia, que seja mais fundamentalmente histórico-indutiva. Também lógica-dedutiva, sempre há uma alternância entre um e outro, mas principalmente histórico-indutiva. E esse ramo da ciência existe, na verdade são dois: a teoria do desenvolvimento econômico, a clássica, que vem de Adam Smith, passa por Marx, Schumpeter, pelos estruturalistas latino americanos. É uma teoria do desenvolvimento histórico-indutiva. E há, talvez a mais importante, a teoria macroeconômica keynesiana, que é essencialmente histórico-indutiva. Depois você pode buscar ad hoc microfundamentos e montar também um raciocínio lógico-dedutivo que ajuda, não há nenhuma objeção a isto. Mas esta aspiração de certos economistas neo-clássicos, de muitos, em buscar o microfundamento da macro e reduzir a macro à micro, é mera arrogância. Arrogância como a dos marxistas que queriam reduzir a Economia ao marxismo e até de alguns keynesianos que queriam reduzir a Economia ao keynesianismo. Quer dizer, se a

física não consegue ter um único modelo, por que os economistas vão ter um só? É verdade que a partir da teoria do equilíbrio geral, a Economia é uma ciência muito mais avançada do que a física (risos), mas talvez alguém tenha dúvidas a respeito!

O que você está chamando de microfundamentos?

O microfundamento é afirmar que o homem é um animal racional e que maximiza os seus interesses. E a partir daí você pode perfeitamente montar o modelo de equilíbrio geral sentado na sua armchair. Agora em macroeconomia isto é ridículo! Você faça uma distinção entre os livros-texto de micro e de macro publicados no começo dos anos 90, e os publicados nos anos 50. Os de macro são completamente diferentes, os de micro são muito parecidos. A única coisa que aconteceu foi que se acrescentou a teoria dos jogos, que aliás abriu um belíssimo campo de indeterminação para a Economia, porque agora você tem microfundamentos que não são determinísticos, que não há uma única solução, tem decisões. A maravilha da teoria dos jogos é que recuperou a idéia de decisão, que era uma idéia que existia exclusivamente na área da administração de empresas. Decisão é uma escolha entre alternativas em uma situação de incerteza, que em Economia não existe. Em microeconomia clássica não existe, porque você maximiza sempre, mas agora isto está sendo revisto, o que é um grande avanço.

Qual o papel da matemática na pesquisa econômica?

Em geral, o que vemos é que quem sabe muita matemática geralmente sabe pouca Economia. Agora, saber matemática ajuda muito, ajuda não só a raciocinar, a montar modelos, etc., como também ajuda a você ser respeitado. Até desconfio que ajuda mais a você ser respeitado do que a montar modelos, porque os modelos de repente vão ficando ridículos. Por exemplo, quando nós, Nakano e eu, desenvolvemos a teoria da inflação inercial, não foi desenvolvida com nenhuma matemática, com nenhum modelo, era uma observação de fato que nos levou a chegar a isso. Hoje tem cada modelo em cima disso, mas é quinze anos depois, uma bobajada! Umas equações quilométricas inclusive.

E quanto à força de retórica da matemática e o papel da retórica na Economia?

Veja, o que aconteceu em Economia, ou nas ciências de um modo geral, foi um processo muito simples. No final do século passado, o neo-positivismo dominava amplamente. Aí aconteceram duas coisas, aconteceu o Einstein, e o realismo ou positivismo filosófico entrou em crise. Como resposta a isso, no campo especificamente metodológico, chegou Popper com a sua teoria do falsificacionismo, que era uma forma de se manter fiel ao positivismo, mas era uma forma de destruílo ao mesmo tempo. Esses dois fatos abalaram todo o sistema positivista. Em 1960 surge Kuhn, uma grande revolução: ele, que não era sociólogo, que não era filósofo, era cientista, físico e, portanto, acima de qualquer suspeita, escreve uma obra-prima. Eu acho que é o livro mais importante de metodologia que foi feito neste século, em que ele mostra que a verdade científica era aquela que a comunidade científica aceitava como tal. Essa é a idéia fundamental do Kuhn.

Naquele momento isso provocou muita reação, mas aos poucos foi se tornando um dado de realidade, criou-se um consenso a respeito disso. O método científico continua válido, a honestidade e o rigor continuam sendo coisas extremamente importantes para se fazer pesquisa científica. Mas o que valia, em última análise, era a aceitação da comunidade científica. Isso feito, é óbvio que estava aberto o espaço para a retórica, porque a retórica não é outra coisa senão a arte de convencer a comunidade científica de que aquilo é verdade. E foi por isso, provavelmente, que o Pérsio Arida e o McCloskey escreveram em 83, simultaneamente, duas obras primas, que são os seus artigos sobre esse assunto. Eu acho que a retórica é apenas uma decorrência das conclusões do Popper e do Kuhn. E deve ser entendida também relativisticamente, porque é evidente que a minha posição é relativista em relação a verdade.

Eu sempre me lembro de um curso de Metodologia Científica na G.V. em que de repente uma aluna minha, candidata a doutoramento, abre um olho muito grande e diz assim: "mas então professor, quer dizer que a verdade não existe?", nós demos uma grande gargalhada! É claro que a verdade existe, mas a nossa avaliação dela é que sempre muito relativa.

INFLAÇÃO

Poderia falar da sua produção teórica sobre inflação?

Tenho um artigo do começo da década de 70 falando sobre inflação de custos, e no final da década de 70 faço um artigo mais geral sobre a inflação brasileira, publicado em 1979, eu acho. Em 1979, eu tive que dar uma aula na G.V. sobre inflação em um curso noturno do CEAG. Fiquei pensando, pensando e apresentei uma aula que é a base de um artigo que está publicado no primeiro número da *Revista de Economia Política* e também como primeiro artigo do livro *Inflação e Recessão* chamado "A Inflação no Capitalismo de Estado e a Experiência Brasileira Recente". Nesse artigo eu misturava as minhas teorias sobre Burocracia e sobre Estado, o meu conhecimento de Kalecki, que eu tinha estudado bastante, sempre me julguei um keynesiano-kaleckiano, e o que eu aprendera com o Ignácio Rangel sobre inflação de custos (ou inflação administrada).

Tudo isso eram as coisas velhas mas, ao mesmo tempo, observando o que estava acontecendo no Brasil naquela época, em fim de 79 ou começo de 80: nós estávamos em plena recessão e com uma inflação que não caia em hipótese alguma. Já estava batendo 100% ao ano e não cedia. Então eu tive a idéia de explicar aquilo através de um processo defasado de aumento de preços em que as empresas A, B e C aumentavam seus preços defasadamente.

Você e o Nakano tinham um seminário na época, não é?

Sim, mas um seminário de nós dois, nós líamos os livros e discutíamos. Aí eu disse que estava na época de nós fazermos um artigo, e eu propus que nós fizéssemos um artigo sobre a inflação e em 82 escrevemos esse artigo. Discutimos muito o artigo com muita gente. É a base da nossa visão da teoria da inflação inercial: "Fatores Aceleradores, Mantenedores e Sancionadores da Inflação". A palavra inercial nós não usávamos ainda, nós passamos a usar a expressão "inflação autônoma da demanda". Esse artigo vai ser apresentado na ANPEC em Dezembro de 1983, em que o meu caríssimo amigo Chico Lopes é debatedor do Nakano, dado que eu não pude estar presente. É o momento exatamente que os meus amigos da PUC, Pérsio

Arida, André, Chico Lopes e Bacha, com os quais naquela época tínhamos pouco contato, estavam também desenvolvendo suas idéias sobre a inércia inflacionária. O ano de 84 é ao meu ver crucial para o desenvolvimento da teoria da inflação inercial. O nosso artigo é de 83.

Belluzzo destaca que Inflação e Recessão, é uma das boas coisas produzidas pelos economistas brasileiros. Como você caracterizaria esse livro hoje?

Acho que o livro marca a transição da nossa visão rangeliana da inflação, que já era um avanço, que é a visão de que a inflação decorre em grande parte do poder de monopólio das empresas, para a visão inercialista da inflação, que está colocado no meu primeiro artigo escrito em 80.21 E depois a minha associação com o Nakano, que aí então dá para o trabalho uma sistematicidade. Em 84, o André Lara Resende vai para a Argentina comigo em julho e temos enormes conversas...

Antes dele lançar aquele artigo na Gazeta Mercantil?

É, o artigo dele na *Gazeta* é de setembro. *Inflação e Recessão* é o primeiro livro publicado no Brasil sobre inflação inercial. Uma das últimas *Revista de Economia Política* tem todos esses artiguinhos explicados, datas, etc. O Pérsio já tinha feito em 83 um pequeno artigo que eu nem tinha lido, só recentemente descobri, em que ele colocava as bases dessa idéia da neutralização da inflação via URV.²² Em 84 ele volta a escrever alguma coisa nesse sentido e o André faz o artigo que fica famoso na *Gazeta Mercantil*. No final de 84, o Chico Lopes escreve um artigo, depois de algumas "brigas" entre eles. Em agosto o Chico Lopes propôs o choque heterodoxo, uma pequena nota,²³ que foi um pouquinho depois da nossa proposta do choque heterodoxo, que Yoshiaki e eu chamávamos de "política heróica de combate à inflação".

Neste artigo também era proposto o congelamento?

²¹ Bresser (1981).

²² Arida (1984).

²³ no boletim do Conselho de Economia, Lopes (1984).

Claro, congelamento, tablita, tudo isso, só que publicado na Revista de Economia Política que saiu em julho de 84, isso quer dizer que o artigo ficou pronto no começo de 84. Chico Lopes escreveu em julho e saiu em agosto, porque é um Boletim. Então, é bem anterior. Finalmente, no final de 84, Chico Lopes escreve o melhor artigo que conheço sobre inflação inercial, "Inflação e Hiperinflação: Notas e Conjecturas" apresentado na ANPEC de 84, publicado também na Revista de Economia Política, e depois no seu livro O Choque Heterodoxo.

A teoria da inflação inercial foi um grande avanço teórico, certamente a coisa mais importante que os brasileiros fizeram em macroeconomia. Batia com a teoria estruturalista do Ignácio Rangel apenas em uma coisa: a moeda era vista como endógena, isso é fundamental. Mas o próprio Ignácio Rangel não conseguiu entender a inflação inercial, que era um passo adiante.

O que é um plano heterodoxo?

Muitas vezes, quando eu vou aos Estados Unidos, eu vejo a palavra heterodoxia ser identificada com populismo, isso é ridículo! Heterodoxia é toda política macroeconômica que não está baseada simplesmente em ajuste fiscal e monetário. O bom economista, policy maker, é normalmente ortodoxo, mas quando surgem problemas excepcionais que a ortodoxia não resolve, ele tem a coragem de buscar soluções heterodoxas que cabem naquele momento. Isso não tem nada a ver com populismo. Pensar que um bom economista é simplesmente aquele que põe taxas de juros altas, controla moeda, o câmbio, os juros, controla o déficit público, ou seja, segue o livro texto, é ignorar que o processo econômico é um processo político em que você tem uma série enorme de restrições, frente as quais você precisa agir competentemente.

Uma vez eu fiz um levantamento dos doze planos de estabilização que fracassaram no Brasil antes do Plano Real, entre 1979 e 1992. A grande maioria foi ortodoxa. Houve alguns heterodoxos. O único heterodoxo para valer, além do Plano Real que é o décimo-terceiro, foi o Plano Cruzado.

O seu Plano de Consistência Macroeconômica não foi heterodoxo?

Foi heterodoxo, mas não era um plano para valer, era um plano pela metade, era um plano band-aid que tinha que ser completado. Como não havia condições políticas para fazê-lo, eu saí do Ministério. Tinha que ser completado com um segundo choque, com ajuste fiscal, com os preços mais equilibrados, partindo de um equilíbrio de preços relativos um pouco melhor, que aí poderia ser corrigido com tablitas. Nós discutimos também naquela época a idéia da otenização, que corresponderia a URV, mas estávamos mais inclinados ainda pelo congelamento, dado o medo do Chico Lopes e do Yoshiaki que a otenização resultasse em hiper inflação.

Na análise dos doze planos, a conclusão mais geral que eu chego é que a causa fundamental do fracasso desses planos não foi em absoluto a falta de apoio dos políticos, foi rigorosamente a incompetência dos economistas. Economistas que não foram capazes de entender que havia inércia quando a inércia já era fundamental. Isso vale para os quatro planos anteriores ao Plano Cruzado. Incompetência populista não dos autores, mas dos implementadores do Plano Cruzado. Depois todos os outros planos, sem exceção, o meu fica de fora, claro que eu nunca vou dizer que foi falta de competência (risos), revelam um grande desconhecimento de inércia inflacionária e pouca capacidade de fazer um ajuste fiscal.

O ajuste 81-83 foi eficiente para melhorar a balança de pagamentos mas não teve o efeito que se esperava sobre a inflação. Nesse mesmo período surgem novos diagnóstico sobre a inflação, especialmente a idéia de inflação inercial. O problema no combate à inflação era o diagnóstico?

Sem dúvida uma das causas fundamentais do fracasso repetido dos economistas e políticos brasileiros de controlar a inflação, que ocorreu a partir de 79, foi o diagnóstico equivocado e, portanto, o desconhecimento quanto a estratégias adequadas para combater esse tipo de inflação. Antes de 81 havia indícios suficientemente grande de que havia uma inflação inercial no Brasil. Em 81 nós temos um ajuste fiscal muito forte e uma recessão, no entanto a inflação permanece no patamar de cem por cento ao ano. Em 83 nós temos uma maxi que promove a inflação a duzentos por cento, apesar de um outro ajuste fiscal de 83 ainda mais forte, que provocou uma forte recessão no país.

É claro que os economistas ortodoxos sempre tiveram uma grande dificuldade em compreender este conflito. Eu considero Pastore um excelente economista. Em 83, ele era Presidente do Banco Central e eu Presidente do Banespa. Fui visitá-lo e deilhe meus dois papers sobre inflação inercial, o de política administrativa e o outro sobre os fatores mantenedores. Um ano depois, no final de 84 eu voltei a visitá-lo. Ele tinha feito um esforço brutal de ajuste fiscal e de ajuste monetário para controlar a inflação, virou-se para mim e disse: "Bresser, fiz tudo que tinha que fazer contra a inflação e não cai", naquele tom dramático dele. Aí eu brinquei: "Pastore, não caiu porque você não leu os meus papers!"(risos). Ele estava perplexo. Isso me lembra muito uma outra frase do Ibraim por volta de outubro de 90, quando a inflação já estava começando a explodir, apesar do maior arrocho monetário. Aí o Ibraim diz -e sai na Gazeta Mercantil na primeira página - "não é a Economia que está errada, é o mundo!"(risos). Isso era muito parecido com o Pastore, mostrava a perplexidade desses economistas que não tinham tido a oportunidade de estudar até aquela ocasião a teoria da inflação inercial, e em função disso não entendiam o que estava acontecendo e as suas estratégias não funcionavam.

No seu prefácio à obra de Rangel, A Inflação Brasileira, o senhor coloca três momentos paradigmáticos no diagnóstico estruturalista da inflação. Primeiro da CEPAL do estrangulamento da oferta, depois o do Rangel, mostrando o caráter endógeno da moeda e finalmente a inflação inercial, mostrando o componente autônomo da inflação. Não se está reinventando tradição?

Se há reinvenção é no bom sentido. Eu acho que as idéias não nascem do nada, e acho que uma idéia absolutamente central na teoria da inflação inercial é o caráter endógeno da oferta de moeda. Isso é fundamental, quer dizer, não há teoria da inflação inercial sem o caráter endógeno. Isso já está no Rangel. E na verdade isso já está nos estruturalistas antes do Rangel, só que o Rangel foi mais claro e mais preciso. Portanto, sem essa perspectiva da endogeneidade é impossível a teoria da inflação inercial. A teoria inversa é aquela que o aumento da quantidade de moeda é a causa. Existe uma teoria keynesiana que eu acho respeitável e existe a teoria das expectativas racionais que é ridícula, porque tudo acontece através de expectativas, não existe um mecanismo. No esquema keynesiano pelo menos você tem um mecanismo, aumenta a quantidade de moeda, baixa a taxa de juros, aumenta a

demanda, aumenta os preços. Já no modelo expectacional, aumenta a quantidade de moeda e aumenta o preço por obra e graça das expectativas, ou do Espírito Santo que é a mesma coisa.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Qual é a sua concepção de desenvolvimento econômico?

O desenvolvimento econômico para mim é um processo histórico de acumulação de capital, incorporação de progresso técnico e aumento sustentado da renda por habitante. Agora, as discussões relevantes a respeito de desenvolvimento econômico são: quais as causas do subdesenvolvimento e quais as estratégias para superá-lo. Quando era jovem, aprendi que a causa fundamental do subdesenvolvimento, e o meu primeiro aprendizado foi equivocado, era o imperialismo, particularmente o imperialismo inglês do século XIX. Aquilo que aprendi no ISEB, o ISEB e o PC pensavam assim. Na verdade, as origens do subdesenvolvimento brasileiro estão situadas na colônia e não no império. O meu livro, Economia Brasileira, uma Introdução Crítica, que é um livro didático, é um ensaio que discute esse assunto, entre outros. Ao meu ver, o tipo de colonização que o Brasil foi submetido, uma colonização do tipo exploração capitalista, em que dada a existência de uma área complementar à Europa do ponto de vista de clima e solo, é que levou ao subdesenvolvimento brasileiro. Enquanto que no norte dos Estados Unidos, por exemplo, se fez uma colonização do tipo povoamento, fazendo uma sociedade semelhante àquela existente na Inglaterra na mesma época. Isso deu base para um processo de desenvolvimento muito grande. Em 1800, em dólares de 1950, a renda per-capita da Europa e dos Estados Unidos era mais ou menos quatrocentos ou quinhentos dólares, e a brasileira cinquenta!

Por que eu peguei 1800? Porque 1800 é exatamente o fim do período colonial e o começo do imperialismo britânico e do modelo exportador. Se isso é verdade, o subdesenvolvimento brasileiro já estava definido em 1800. O subdesenvolvimento era um fenômeno que vinha da colônia. Quando o país se torna independente e

entra o café, o Brasil passa a se desenvolver a taxas bastante elevadas. No Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*, você vai encontrar isso muito claramente. A origem do subdesenvolvimento ao meu ver, é uma coisa anterior, é um tipo de colonização que nós tivemos nos séculos XVI, XVII e XVIII. É a colonização tipo *plantation* e de mineração, com mão-de-obra pouco qualificada, etc...

Aí vem o segundo problema, como é que sai do subdesenvolvimento? Ao meu ver pode-se fazer muitas teorias, mas não existe muito mistério a respeito disso. Você pode pensar em termos institucionais e em termos, vamos chamar, tecnológico-educacionais. No segundo termo é o óbvio ululante: quanto mais você tiver educação e tecnologia embutida nas pessoas, quanto mais você educar e educar tecnologicamente, mais você desenvolve. Hoje está absolutamente reconhecido, verificado, o retorno do investimento em educação e tecnologia é imenso.

Aí já entra a questão institucional. Que tipo de instituição você usa para isso? Existe uma teoria geral: você precisa ter um sistema que respeite os direitos de propriedade. Existe toda uma teoria institucionalista conservadora nesse momento, Douglass North entre outros, que diz que o segredo de todo o desenvolvimento é respeitar o direito de propriedade. É óbvio que é. Sem direito de propriedade você não tem mercado, sem mercado você não tem capitalismo, sem capitalismo você não tem desenvolvimento. No ano passado lecionei um curso de desenvolvimento econômico e resolvi pegar o excelente texto do Douglass North e comparar com o texto do Celso Furtado, escrito trinta anos antes, e eram incrivelmente parecidos. Só que o Celso Furtado não dava ênfase ao problema do direito de propriedade. Bom, então é fundamental que os comerciantes e industriais tenham seguras suas propriedades e seus contratos, senão não há a possibilidade de desenvolvimento econômico.

E o Estado, qual é o papel? O papel do Estado é só garantir a propriedade e os contratos? Isso é tolice. Essa é a condição si ne qua non. Se o Estado não garantir a propriedade e os contratos não tem desenvolvimento. Agora ele pode fazer mais. O que se percebe é que o Estado quando vai agir na área econômica é ineficiente, e é mesmo. O setor privado é muito mais eficiente, flexível, muito mais criativo,

muito menos controlado. O Estado, por definição, tem que ser altamente controlado para evitar corrupção, nepotismo, etc. Quando o empresário capitalista está usando o seu próprio dinheiro, não há muito problema quanto à corrupção e nepotismo. A grande contribuição que o Estado realiza, a fundamental contribuição, é muito pouco falada na literatura: o Estado promove poupança forçada e eleva a taxa de acumulação, através de impostos e monopólios, isso que é o fundamental. Foi o que aconteceu por exemplo na telefonia, no petróleo e na enrgia elétrica. Lucros brutais realizados por estas empresas a partir do monopólio do Estado e de reinvestimento deles.

Agora, há certos momentos em que a capacidade do Estado de realizar poupança forçada desaparece ou torna-se estrategicamente menos importante, porque depois de fazer a poupança forçada você quer que os investimentos produzam. Na União Soviética, por exemplo, você tinha taxas de poupança de 35% e o país não crescia, porque você usava mal os recursos. Esse papel de poupança forçada é fundamental no período da acumulação primitiva. Quem não leu o capítulo do Marx²⁴ da acumulação primitiva, não sabe o que está perdendo. A acumulação primitiva é um capítulo fundamental na história do pensamento econômico. Agora, quando você terminou a acumulação primitiva, quando os capitalistas já estão dotados de um nível de capacidade de acumulação própria razoavelmente elevado, torna-se cada vez mais difícil legitimar o Estado, realizando poupança em nome dos capitalistas. Isso, mais as distorções decorrentes do mau uso de recursos faz com que o Estado perca a sua capacidade, não apenas econômica mas política, de realizar poupança forçada.

E é o que nós estamos assistindo hoje. Quando isso acontece, a acumulação tem que passar a ser realizada pelo setor privado. É por isso que aquele clássico trabalho do Gershenkron mostra que o papel do Estado é fundamental nas fases iniciais do desenvolvimento, que é justamente o momento em que você tem que fazer a acumulação. Depois o papel do Estado continua fundamental, mas em pontos mais específicos, de promoção de educação, saúde, tecnologia e em determinadas áreas como comércio exterior, e não um processo generalizado de intervenção como é próprio das fases iniciais de desenvolvimento.

Quanto à mudança do papel do Estado, que comparações podemos fazer entre a política econômica dos tigres asiáticos e a dos países da América Latina?

Quando você compara Brasil com Coréia ou Taiwan, você vai verificar que o Brasil até 1980 continuou crescendo a taxas semelhantes às da Coréia e Taiwan, que começaram a crescer nessas taxas nos anos sessenta. Só que o Brasil vinha crescendo há mais tempo. A grande diferença é a partir de 1980, quando o Brasil estagna em termos de renda per-capita. Isso nunca aconteceu na história do Brasil desde que é um país independente, desde que há estatísticas razoáveis, enquanto que a Coréia e Taiwan continuaram a crescer fortemente. Por que? Qual é o motivo fundamental? O motivo fundamental é que em 1980 ou 79 o Brasil, como toda a América Latina, entrou em uma grande crise, que eu identifico como a crise do Estado. O mesmo aconteceu no Leste Europeu, o mesmo aconteceu em menor grau, mas também aconteceu no primeiro mundo. Na África nem se fala, aquilo é uma crise crônica da qual não se sai.

A única região que não passou por nenhuma crise do Estado e fez a transição de um Estado mais interventor para um Estado mais regulador, neste período, sem nenhum trauma, foi o leste e o sudeste asiático, ou seja, foi o Japão e principalmente a Coréia, Taiwan e China. Depois você pode colocar também Hong Kong, Singapura, e novos países que estão se aproveitando nesses últimos vinte anos de uma onda de investimentos sem crise do Estado.

O senhor acha que os países tendem a convergir para uma performance econômica e nível de bem-estar homogêneos?

Veja, isso é um processo de longuíssimo prazo que não sei se é muito importante agora. O que você está vendo no mundo é a globalização. A globalização é um aumento brutal do comércio, das comunicações e das imigrações, porque o transporte ficou muito barato, não só de coisas mas também de pessoas, a nível mundial. Os países ricos tentam proteger as suas fronteiras de tudo quanto é modo, viraram violentos protecionistas, exceto os Estados Unidos, porque o Japão e a Europa são violentamente protecionistas. Mas o fato concreto é que a globalização é um fenômeno que você pode segurar até um certo ponto, a força do elemento tecnológico

é muito forte, muito grande. A globalização acabou com o monopólio das grandes empresas. Ai é que se torna fundamental o fortalecimento do Estado.

Houve, entretanto, uma mudança fundamental em termos da estratégia que cabe a um país como o Brasil realizar. A estratégia anterior era proteção, ponto. Quer dizer, nós somos fracos, vamos nos proteger, nos fechar, nos encolher no nosso canto. Hoje a estratégia fundamental é dar condições para que você possa competir. Você pode proteger mas por muito pouco tempo, na verdade a sua proteção é estimular a competição. A proteção não é preservando o mercado interno, a proteção é dando estímulos e vantagens para você competir internacionalmente. Que foi aliás a estratégia original do leste asiático, que é uma estratégia muito superior à estratégia meramente protecionista, de fechamento de mercado, porque está sempre sendo checada pelo próprio mercado, enquanto que a estratégia do fechamento é uma estratégia que o mercado pode ser totalmente excluído. Então a convergência acontecerá, mas a longuíssimo prazo. Sou um homem otimista e dado o caráter universal do sistema capitalista, acho que acontecerá. Mas não nas nossas vidas.

Voltando para a Teoria da Dependência, como o senhor analisou esta teoria na época e como a vê hoje?

Nos anos 50 domina no Brasil a teoria do imperialismo e o pessoal do ISEB, com Ignácio Rangel como principal economista, e da CEPAL onde o principal economista seria Celso Furtado, ainda viam o subdesenvolvimento brasileiro como causado em grande parte pelo imperialismo, que impedia de nos industrializarmos. Mas fica claro, durante a segunda metade dos anos 50, que isso é falso. No final dos anos 50 escrevi uma carta, depois um artigo, mostrando quais eram os fatos novos que mudavam a natureza da relação do Brasil e da América Latina com o primeiro mundo. Deixava de ser uma mera relação de nação ou países imperializados, mas passava a ser uma relação que nós chamamos de uma nova dependência. Aliás, eu estou profundamente envolvido no surgimento da teoria da nova dependência.

Esse tipo de preocupação que vai dominar na segunda metade dos anos 60 os economistas e sociólogos que vão para o Chile. O melhor livro que sai a respeito desse assunto é o livro do Fernando Henrique e do Faletto. Um problema fundamental,

que estava correlacionado, era explicar a retomada do desenvolvimento brasileiro, depois das chamadas teorias da estagnação que tinham dominado os anos 70. Eu não creio inclusive que eu tenha lido esta obra exatamente na época que ela saiu, li alguns anos depois. Eu estava muito ativamente, por outro lado, trabalhando na mesma área. Eu não fui para o Chile nos anos sessenta, fiquei aqui no Brasil, mas estava vendo toda a análise da estagnação da América Latina, especialmente no livro do Celso Furtado, e comecei a perceber que essa análise não batia com a realidade.

O livro do Fernando Henrique e esses artigos estavam na base do repensar América Latina, que não era necessariamente explorada pelo imperialismo, mas que tinha o seu desenvolvimento distorcido, especialmente em termos de concentração de renda, em função do papel preponderante que tinham as empresas multinacionais e os padrões de consumo do exterior reproduzidos no Brasil e na América Latina para as classes média e alta. Nesse assunto, na verdade, eu já vinha trabalhando desde 1960. Em 1960 quando eu estava nos Estados Unidos, escrevi uma série de cartas a um amigo, em que faço a crítica ao modelo do ISEB. Explico porque Jânio Quadros, um candidato que o New York Times chamava de esquerda, apoiado pela direita, tinha derrotado um candidato da direita apoiado pela esquerda, que era o Lott. A partir disto mostro como uma série de fatos novos haviam inviabilizado o pacto nacional desenvolvimentista populista do Getúlio Vargas nos anos 30, e que prevalece até a eleição de Kubitschek. Há um vácuo político no começo dos anos 60 e depois o regime militar a partir de 64, como resposta a essa crise, a esse vácuo. Mas isso tudo mostrava que o Brasil tinha mudado muito, que era preciso uma nova interpretação, que o livro do Fernando Henrique e do Faletto é o trabalho mais acabado e mais brilhante.

A interpretação da nova dependência ainda vigora? Ela se atualiza incorporando algumas contribuições consensuais, inclusive advindas do próprio consenso de Washington?

A interpretação da nova dependência respondia a uma problemática do final dos anos sessenta e dos anos setenta. Era uma crítica à velha teoria do imperialismo, era a afirmação de que afinal uma associação com os Estados Unidos e a Europa não

era prejudicial ao Brasil. Mas era para se tomar determinadas cautelas porque ela provocava certa distorção, especialmente distorção de caráter distributivo. É essa a idéia básica em termos de política da teoria da dependência. Isso hoje é coisa pacífica. A teoria da dependência não tem mais nenhuma proposta a fazer.

Essas idéias iam contra não só as idéias de uma estagnação eterna da América Latina, como também iam contra a um tipo de interpretação que foi muito em voga no Brasil naquela época, logo após 64, que é a interpretação ressentida, funcional capitalista, do Caio Prado Júnior, do Chico de Oliveira, de muitos outros. Acusavam todos aqueles que tinham falado de uma possível aliança entre a burguesia nacional, os trabalhadores e as classes médias tecnocráticas, como pessoas que tinham traído a revolução, ou tinham traído o desenvolvimento brasileiro. Eles eram incapazes de perceber os fatos novos que estavam acontecendo. A teoria da nova dependência foi exatamente capaz, a partir de todas as contribuições que eu estava me referindo, de perceber após a crise do início dos anos 60, que o Brasil havia mudado, que a América Latina havia mudado, que era preciso pensar em novas alianças inclusive com as multinacionais.

Diante da crise dos anos oitenta é preciso uma nova interpretação. Eu proponho que essa nova interpretação se chame "Interpretação da Crise do Estado". Isso tem um defeito, porque eu faço uma proposta de dar um nome da causa da crise e não da solução para ela, embora eu ache que o melhor nome é esse. A teoria da dependência também era a causa da crise, agora a causa é a crise do Estado. Quando eu comecei a falar sobre isso em meados dos anos oitenta, era absoluta novidade. Hoje as pessoas começam a perceber, mas ainda assim toda a vez que eu faço uma palestra as pessoas abrem o olho, "mas que coisa extraordinária, nunca tinha pensado nisso".

Como o senhor analisa Capitalismo Tardio de João Manuel Cardoso de Mello?

Eu acho aquele livro um equívoco, faz parte tipicamente da visão funcional capitalista ressentida. João Manuel é discípulo, naquele livro, do Caio Prado Júnior e do Fernando Novaes, dois grandes intelectuais, sendo que o Fernando Novaes além de fazer uma maravilhosa análise do Brasil colonial, é um típico representante dessa

visão ressentida de 64. Que depois foi influenciar o João Manuel e o levou a fazer com que a revolução de 30 deixasse de ser importante. Quer dizer, para negar que tinha havido no Brasil uma aliança entre empresários industriais, trabalhadores e tecnocratas, entre 1930 e 1960, para acelerar a industrialização, fato que é concreto e objetivo, a estratégia desse grupo é a de desqualificar a importância da revolução de 30 e ir buscar as origens da industrialização brasileira no final do século XIX, quando de fato houve um importante momento também, mas realmente o grande momento da industrialização brasileira foi a partir de 30. Houve essa aliança que se rompeu nos anos 50 dado os fatos novos, que estão examinados nessa carta de 1960, em um artigo de 1962 e no capítulo quatro, salvo engano, do meu livro Desenvolvimento e Crise no Brasil, de 1968.

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN (1935)

O professor Mário Henrique Simonsen fez sua graduação na Escola Nacional de Engenharia. Foi um dos fundadores do Curso de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro que daria origem à Escola de Pós Graduação em Economia (EPGE) em 1966. Foi presidente do Mobral (1969-74) assumindo em seguida a pasta da Fazenda no governo Geisel (1974-79). No governo Figueiredo assumiu o Ministério do Planejamento por apenas cinco meses. Atualmente é professor da EPGE e Vice-Presidente da Fundação Getúlio Vargas, onde foi realizada a entrevista em outubro de 1995, num clima muito cordial.

FORMAÇÃO

Para começar, gostariamos alguns dados sobre sua formação acadêmica.

Mário Henrique Simonsen: Eu me formei primeiro em Engenharia na Nacional de Engenharia, que hoje é a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Depois me formei em Economia, e fiz doutorado em Economia, aqui mesmo na Fundação. Lecionei em muitos lugares, sobretudo aqui.

O que o levou a passar da Engenharia para a Economia?

Fui para a Engenharia porque gostava de matemática e comecei a fazer aplicações de matemática na Engenharia, depois eu estudava em paralelo matemática pura, no Instituto de Matemática e na Faculdade de Filosofia. Lá pelas tantas, comecei a me interessar por Economia, porque era moda na época, aplicações da matemática na Economia, isso na década de 50.

Chegou a cursar matemática?

Formalmente não, quer dizer, não tirei nenhum diploma. Mas fiz vários cursos, naquele tempo era proibido fazer duas universidades ao mesmo tempo.

Como foi sua participação na criação da EPGE?

A EPGE começou com o CAE, o Centro de Aperfeiçoamento de Economistas, no qual eu comecei a lecionar em 1961. O CAE, se não me engano, tinha sido fundado um ano antes; e era um curso para preparar bolsistas para irem para o exterior. Depois, em 65, com o nome EPGE, fizemos-a transformação em escola de pósgraduação. Foi o primeiro curso de pós-graduação em Economia no Brasil.

Quais foram os seus professores mais importantes?

Vamos começar pelo científico: tive dois professores franceses que bitolaram muito a minha formação, e me influenciaram muito pelo meu gosto pela matemática. Na Engenharia eu tive alguns professores importantes. Na área de matemática os mais importantes foram dois, Leopoldo Narbi e Maurício Matos Peixoto. Depois Kafouri e Dias Leite, na escola de Engenharia. E nas minhas andanças pela Economia conheci Gudin, que era meu parente, era primo-irmão de meu pai, Bulhões, que conheci na casa do Gudin, e Roberto Campos.

Quais os economistas com quem o senhor mantém contato e gosta de trocar idéias sobre Economia hoje?

No Brasil eu troco idéias praticamente com todos os economistas.

E entre os economistas estrangeiros?

Tenho muito contato com vários economistas estrangeiros, tem professores que vêm aqui frequentemente. Se você quiser falar do mais notáveis com quem eu tenho contato, se bem que hoje um pouco bissexto, eu diria Solow, Modigliani e Bob Lucas.

Roberto Campos comentou muito da sua participação no PAEG. Como foi essa experiência? O senhor era muito jovem na época...

Eu tinha vinte e nove anos em 1964, quando foi feito o PAEG, e acho que foi uma experiência importante de planejamento macroeconômico. Foi a primeira vez que se fez um plano consistente de política, de desenvolvimento, de política monetária,

cambial, salarial e fiscal, com forte aspecto institucional. Na realidade, eu não tive nenhuma função formal no PAEG, era uma espécie de assessor informal do Roberto Campos e do Bulhões, mas realmente foi uma experiência muito importante para mim.

Como foi seu contato com Roberto Campos?

Conheci Campos na Consultec, que era um escritório de consultoria onde ele era sócio e eu também. Ele era sócio senior e eu era sócio júnior. Depois criou-se uma associação chamada ANPES, Associação Nacional de Programas Econômico e Social, da qual o Campos era o presidente e eu era diretor técnico.

Depois foram substituídos por Delfim e Pastore.

Não, o Delfim me substituiu e Sérgio Mellão substituiu Campos na presidência.

Quais livros o senhor considera clássicos na literatura econômica brasileira e internacional?

Na literatura econômica brasileira você tem livros clássicos, eu diria o livro do Gudin, *Princípios de Economia Monetária* e o livro do Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*. Há muitos livros de análise, *text books* recentes e que são muito importantes, mas aí seria uma listagem grande. Na literatura internacional aí você vai longe, vai começar com Adam Smith pelo menos, vai passar pelo Ricardo, vai passar pelo Stuart Mill, vai passar pelo Marx, vai passar pelo Marshall, vai passar pelo Keynes.

E nesse século?

Nesse século você tem pelo menos os livros do Keynes, do Schumpeter, do Hayek, de muitos outros também, eu estou botando estes só como os livros mais básicos, mas aí você não pode esquecer *Foundation* do Samuelson, e o próprio livro introdutório do Samuelson²⁵ que foi um livro revolucionário na didática da Economia.

O senhor já se envolveu em algum episódio acadêmico controverso?

Várias vezes, as controvérsias que você tem na Academia são frequentes. Sempre que você faz um artigo acadêmico surgem controvérsias.

Até porque a Economia avança por controvérsias.

Exatamente, a Economia avança por controvérsias. Cada vez que você faz um artigo você é objeto de críticas. Quantos debates eu tive com a Maria da Conceição, com o Belluzzo, são debates importantes...

METODOLOGIA

Qual o papel do método na pesquisa econômica?

Depende do tipo de pesquisa que você esteja fazendo. Quer dizer, você tem que ter um método de pesquisa geral, o que você vai fazer? Você vai sempre colher as informações disponíveis, examinar as teorias que existem para interpretar os fatos e, eventualmente, contribuir em alguma coisa para essas teorias ou para os métodos de pesquisa. Aí depende muito do trabalho específico que você está fazendo.

Como o senhor vê a aproximação metodológica através da história?

Eu acho que a história é muito importante, no sentido que ela te conta experiências que foram feitas nos vários campos. Você não pode fazer nenhuma pesquisa sem que ela tenha algum componente histórico em Economia. Pelo menos em Economia, você nunca fará uma pesquisa que não tenha alguma componente histórica, você tem que relacionar com fatos ocorridos.

Mas os artigos essencialmente técnicos e especializados não carregam nada de histórico...

Quando você entra em artigo técnico de detalhe, também está entrando em um detalhe técnico, que pressupõe que você está se referindo a algum outro artigo, mas que no fundo deve ter alguma história por trás disso, em algum momento.

A nova literatura sobre teoria do crescimento carrega um componente histórico?

A maioria dos artigos modernos te dão exemplos, exercícios onde você faz cálculo de variações em cima de determinadas hipóteses, ou modelos de controle em cima de determinadas equações, mas nas quais você acaba indicando certos efeitos, efeitos de capital físico, capital humano. Mas por trás disso tudo você, obviamente, tem a referência de uma história de experiências de desenvolvimento que te mostraram que o desenvolvimento ocorre, em geral, naqueles países que investem mais em capital físico e mais em capital humano. Por trás de um modelo desse você tem uma acumulação de evidências históricas. Agora, é claro, não necessariamente em todo trabalho você vai fazer ao lado uma coisa histórica. Muito trabalho é detalhe, derivado de outro trabalho.

E qual o papel da matemática e da econometria na pesquisa econômica?

O papel da matemática é o de servir de linguagem. A matemática pura e simplesmente serve tanto quanto o português e o inglês e você pode ter erros de matemática como pode ter erros de português ou de inglês. Simplesmente a grande vantagem da matemática é que ela te dá uma linguagem que sintetiza raciocínios estereotipados. Quantas vezes você teria que fazer raciocínios complicados para dizer que uma derivada é igual a zero? Então o uso da matemática evita exatamente que você seja obrigado a se prolongar literariamente em uma porção de coisas. A matemática evidentemente está a serviço de hipóteses, então a beleza matemática do modelo não garante a sua eficiência. E a econometria é uma parte pura e simplesmente estatística. A econometria te dá pura e simplesmente técnicas de aferição estatística, técnicas de verificação de hipóteses que são essenciais para qualquer análise empírica que você faça.

Algumas pessoas têm colocado que a matemática atingiu um ápice agora e que está havendo uma certa desilusão. O senhor concorda?

Assim como você tem a economia literária, muita gente se desenvolveu no passado como economistas que faziam belíssimas frases mas que espremidas não diziam nada. Isto você pode fazer tanto na linguagem comum quanto na matemática, quer

dizer, você também tem muita gente que faz modelos matemáticos que espantam pela elegância matemática, mas que não tem substrato. Então, esse problema existe em qualquer linguagem que você use, seja matemática ou não. Agora é claro que é um perigo grande, em Economia ou em qualquer outra ciência, você usar a linguagem como objetivo da linguagem. A menos que você seja um gramático, a linguagem nunca deve ser o objetivo do seu próprio trabalho, deve ser apenas um instrumento. Isso acontece com a matemática frequentemente e acontece com qualquer outra linguagem também.

Celso Furtado coloca que apesar do esforço enorme que se fez em matemática, os ganhos diretos destes esforços para a teoria econômica foram pequenos...

Eu não acho que os ganhos tenham sido pequenos, eu acho que os ganhos foram grandes. Você consegue com a matemática provar muita coisa que era cogitado, ou pelo menos deixar claro o que é cogitação, o que depende de hipóteses, quais são as hipóteses, isso em teoria de mercado chama-se eficiência de Pareto. Quando é que os mercados são eficientes no sentido de Pareto? Com a matemática você realmente explica essa questão com extrema clareza. Você explica claramente o que é o efeito ou não de externalidades, o efeito ou não de bens públicos e assim por diante, o efeito ou não de determinadas descontinuidades, ou de determinadas anomalias no tipo de funções de utilidade; tudo isso você consegue fazer com a lingugem matemática, então ela esclarece muito as questões. Eu acho que você, através da matemática, conseguiu melhorar muito substancialmente a qualidade da teoria econômica. Agora, é claro, você não resolve todos os problemas.

Será que hoje em dia estaria ocorrendo um refluxo, uma volta para o que se chamava antigamente de Economia Política?

Eu diria que sim e que não. Quer dizer, você não vê essa tendência nas revistas técnicas, se você ler as revistas técnicas eles continuam cada vez mais acentuadas no formalismo econômico, até às vezes com muito exagero. Alguns grupos sim, que realmente tendem voltar um pouco mais a idéia de Economia Política, mas não creio que seja uma tendência geral.

O trabalho de Nelson e Ploser (1982), e uma série de trabalhos que se seguiram, indicou a presença de raiz unitária em quase todas as séries macroeconômicas. A partir deste ponto, teve início um grande esforço para ampliar o campo de análise, para incluir também séries não estacionárias. O senhor acha que isso representou uma mudança de paradigma na econometria ou foi uma evolução natural?

Foi uma evolução natural, um passo muito importante, mas não chegou a ser uma mudança de paradigma. Mudança de paradigma acho que seria querer demais. Acho que é uma coisa importante porque mostra um problema de auto-regressividade, que você começa a ter inércia nas séries econômicas, creio que raiz unitária signifique isso.

O senhor acha que o fato de todos os testes econométricos testarem simultaneamente eficiência de mercado e o modelo em si, torna a econometria inválida?

Não torna nem válida nem inválida. Mas é preciso você verificar o seguinte, o que é um teste de hipótese? Um teste de hipótese é um teste que você faz, que pura e simplesmente diz se você tem razões para rejeitar a hipótese ou não. Normalmente as hipóteses são contra parâmetros de modelos, quer dizer, nunca um teste de econometria é suficiente para lhe dizer que a teoria está certa, o que ele pode é te dizer que a teoria está errada. Toda a teoria de inferência estatística é isso.

Na década de 50 você tinha a econometria começando e a teoria dos jogos também, com o teorema de Nash, etc. Todo mundo achava que esses dois ramos iriam decolar, mas a teoria dos jogos ficou estagnada até a década de 80, quando desenvolveu-se novamente. Como o senhor a avalia?

A teoria dos jogos teve um grande desenvolvimento na década de 80, com Selten, Harsanyi e outros, com o desenvolvimento da teoria dos jogos repetidos. É uma teoria que dá muitos *insights* sobre como você toma decisões que envolvem conflitos de interesse. Agora realmente as aplicações práticas de teoria dos jogos ainda são muito limitadas, em relação ao potencial. O próprio conceito do equilíbrio de Nash é bastante discutido e controverso.

A teoria dos jogos, ao considerar que as pessoas podem agir estrategicamente, confirma ou ataca os princípios walrasianos?

Não ataca nem confima. Você tem alguns problemas, que são problemas da teoria de expectativas racionais, por exemplo, em que você supõe que o comportamento racional de jogadores, em um jogo não cooperativo de perfeita informação, é todo mundo jogar a estratégia de Nash; o que não necessariamente é como as pessoas se comportam na realidade. Você joga racionalmente na estratégia de Nash se você tiver certeza de que todos os jogadores jogarão também na estratégia de Nash, só que nem sempre você tem essa certeza.

No primeiro capítulo de Ensaios Analíticos o senhor faz uma profunda e didática apresentação da relação filosofia e ciência, da epistemologia, e uma das conclusões é a limitação da lógica na fundamentação matemática, baseando-se no teorema de Gödel. A partir do teorema de Gödel, Chaim Perelman desenvolveu os estudos da nova retórica que vai influenciar uma série de trabalhos, especialmente do McCloskey, do Klamer, do Arida. Por que o senhor não trata do aspecto de retórica no seu livro?

Tinha que limitar o livro. Se você perguntar por que eu não trato de determinado assunto naquele livro, é que é um livro de generalidades, se fosse tratar de tudo virava uma enciclopédia.

E qual a importância da retórica para o pensamento econômico?

Eu acho que a retórica tem importância para o pensamento econômico. As grandes discussões têm grandes componentes retóricos. Agora qual é essa importância definitiva é alguma coisa que não está estabelecido, está ainda em campo aberto.

A FGV/Rio é pioneira no trabalho de recuperação da história oral, com a criação do CPDOC. O senhor acha que o recolhimento de depoimentos é útil para compreender a história? Mais especificamente, como o senhor vê esse nosso trabalho, utilizando técnica de entrevista para recuperar um pouco da história do pensamento econômico?

Eu acho extremamente útil, porque se você quer saber como pensavam determinadas pessoas, a melhor maneira é perguntar a essas pessoas. É uma maneira mais objetiva do que ter que fazer interpretações. E a mesma coisa a respeito da história oral, a história dá um conjunto de depoimentos de pessoas que participaram de fatos importantes. Então, frequentemente você faz grandes teorias sobre porque as pessoas foram levadas a tomar determinadas decisões e as teorias não têm nada a ver com o "peixe". A vantagem da história oral é que ela limpa a história dessas interpretações.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Qual é a sua concepção de desenvolvimento econômico?

A minha concepção de desenvolvimento econômico é de crescimento. A única explicação inteligível de desenvolvimento econômico é essa, crescimento do produto real per capita. Obviamente aí você começa a indagar outras coisas, você quer que junto com o desenvolvimento você tenha uma razoável distribuição desse desenvolvimento sobre os vários níveis de atividade, você quer que tenha uma melhoria de qualidade de vida associada à melhoria da renda per capita, mas se você começar a querer definir em termos de muitos parâmetros, você não define nada.

Mas aumento da renda per capita não está diretamente associado à melhoria do bem-estar...

Não necessariamente, mas em geral, quando você despreza esse elemento você acaba piorando o próprio bem-estar. Foi a política brasileira da década de 80. O Brasil resolveu deixar de se preocupar com o crescimento e voltar tudo para o social. E depois de 1985, quando o Brasil voltou-se todo para o social, nunca o social foi tão mal tratado.

É o velho dilema entre produtivismo e distributivismo?

É. Só que teve distribuição do que não havia na produção.

Mas alguns autores acreditam que o fato dos tigres asiáticos terem investido pesadamente no social, terem feito a reforma agrária, etc., é o motivo do seu sucesso atual.

Depende de quais são os investimentos sociais. O grande investimento social que fizeram nos tigres asiáticos não foi a reforma agrária, o caso de reforma agrária importante foi do Japão, mas que é completamente diferente. Na Coréia você não teve nenhuma reforma agrária igualmente importante, nem Taiwan, nem Cingapura. Teve alguma coisa, mas nada de transcendental. O que você teve de muito importante de investimento social foi a formação de recursos humanos, isso é claro, e que infelizmente foi muito desprezado nos últimos anos no Brasil.

Qual o conceito de desenvolvimento por trás do PAEG?

Era um conceito de desenvolvimento baseado em crescimento do produto real e, ao mesmo tempo, estendendo esses beneficios ao campo social através de educação, saúde, enfim, ações que deveriam ser feitas pelo governo.

O senhor acha que os países tendem a convergir para uma performance e para um nível de bem-estar homogêneo?

Não, não tem nenhuma razão para convergir.

Algumas teorias atuais sobre crescimento apontam para isso...

Não há nenhuma evidência empírica, você tem tantas desigualdades no mundo, a África por exemplo.

O senhor ainda concorda com a sua análise sobre modelo de desenvolvimento brasileiro no período de 68-73, realizada quando era presidente do Mobral?

Eu diria a você que em grande parte sim. Quer dizer, o Brasil cresceu muito naquele tempo. Primeiro, que você havia se preparado para crescer durante o governo Castello Branco, nós havíamos botado o 10% ao ano como sendo uma tendência, porque em 68-78 você tem uma média de 11% ao ano, mas no fundo você tem que dissolver essa média em um perído maior que vai dar uns 7% ao ano, mas que ainda é uma média muito alta. Mas se você pegar o porquê que o Brasil crescia naquele tempo, fundamentalmente porque a taxa de investimento do Brasil era alta, o Brasil investia

25% do PIB. Porque o Estado, apesar de intervir demais na Economia, pelo menos fornecia uma base de poupança grande, poupava 4%, 5% do PIB, hoje despoupa.

Como o senhor analisou Dependência e Desenvolvimento na América Latina do presidente e do Enzo Faleto na época do lançamento? E como o senhor vê hoje a teoria da dependência?

Eu não li. Não conheço direito a teoria da dependência para poder julgar.

O senhor chegou a ler Capitalismo Tardio de João Manuel?

Também muito precariamente, não para dar uma opinião.

Qual sua opinião sobre a chamada Controvérsia de Cambridge?

Aquilo foi uma grande perda de tempo realmente, saber se era a relação capital produto que determinava a taxa de poupança, se era a taxa de poupança que determinava a relação capital-produto. No fundo, eram grandes variantes em função do modelo de Harrod e Domar, do Solow, do Kaldor e de Pasinetti. Realmente, você teve uns quinze anos de patinação da teoria do desenvolvimento em torno desses modelos. É verdade que nesse período surgiu a teoria do capital humano, do Schultz. Ela surgiu como um ramo à parte, mas surgiu.

Exerceu influência no seu pensamento?

Exerceu. No fundo você pode perguntar se aquilo era tão novo, que afinal de contas o Adam Smith estava farto de falar da importância da educação. No fundo, a grande contribuição da teoria do capital humano é mudar o nome de educação para capital humano e criar métodos de mensuração realmente adequados.

E o que há de novo na teoria do desenvolvimento?

Você tem hoje vários modelos interessantes, inclusive começados pelo Bob Lucas, que mostram como você integra a teoria, quando você sai da famosa controvérsia Cambridge x Cambridge pela integração do capital humano nos modelos de desenvolvimento.

Como o modelo do Romer?

E muitos outros. O primeiro mais importante a meu ver é o do próprio Bob Lucas, mas os outros todos são na mesma linha.

A variável progresso técnico, o fato dela ser exógena ou endógena ainda é relevante no debate econômico?

É, mas ela entra no capital humano. Foi incorporada ao capital humano.

E como estão relacionados educação e desenvolvimento?

Hoje você relaciona educação e desenvolvimento através dos vários índices de rentabilidade e produtividade da educação. Você introduz uma função de produção que leva em conta capital físico e capital humano. E capital humano você mede nível de escolaridade, por exemplo.

INFLAÇÃO

O ajuste de 81/83 foi eficiente para melhorar a balança de pagamentos, mas não teve o efeito que esperava em relação à inflação. A partir desse ponto surgiram novos diagnósticos sobre inflação, especialmente o conceito de inflação inercial, que era baseada em uma idéia que já estava implícita em um artigo seu de 70.

Não era implícita não, já era um livro. Era explícita e era um livro.

O senhor acha que o problema de combate à inflação era o diagnóstico?

Em grande parte era. Eu me lembro que falei muito sobre o problema da necessidade de desindexação quando estava no Ministério da Fazenda, mas qualquer pequena medida que eu tomasse encontrava uma brutal reação dos políticos, da opinião pública. Quer dizer, ninguém, na época, tinha percepção de que, com uma economia amplamente indexada, era inteiramente dar murro em ponta de faca querer aplicar a receita ortodoxa do Fundo Monetário. Em primeiro lugar, você nunca conseguiria

fazer uma política monetária contracionista, depois você teria que elevar a taxa real de juros ao infinito, segundo lugar você teria sempre poucos dividendos anti-inflacionários e muitos dividendos recessivos, nesse tipo de política. Agora, isso para mim era visível já no meio do governo Geisel, se não no princípio do governo Geisel. Escrevi muita coisa na época a esse respeito. Agora, de um modo geral, a sociedade e a academia brasileira também só se conscientizaram da necessidade de desindexar após esse período.

Por que fracassaram tantos planos de estabilização? Existe algum elo comum?

Você teve só dois tipos de planos, os planos que se basearam só na oferta, que foram o Plano Cruzado e o Plano Bresser, que admitiam que a inflação fosse pura e simplesmente inercial, esses todos fracassaram porque ela não era só inercial. E os planos que foram de 81 a 83, depois o feijão com arroz do Maílson em 88 e o do Collor, a partir da entrada do Marcílio no governo, onde se considerava que a inflação era apenas inflação de demanda, sem nenhuma componente inercial. Então, o primeiro programa que levou realmente em consideração os dois lados da tesoura foi o Plano Real.

Ao mesmo tempo tem uma tentativa de ajuste fiscal...

E política monetária séria.

Também o Plano Real foi o único que usou a idéia da moeda indexada, os outros partiram para congelamentos.

Mas aí foi para a transição para o Real, que foi muito hábil.

No Plano Real o elemento inércia foi tratado diferente do que nos outros planos?

Foi. Mas eu acho que a moeda indexada foi o menos importante, você teve a transição da URV, que foi importante a meu ver, como uma maneira de você acostumar a sociedade, quase que dar um choque de violência hiper-inflacionária na sociedade,

para depois ela se habituar, uma vez raciocinando em URV a trabalhar com uma moeda estável. Mas o importante é que não houve congelamento de preços. O congelamento de preços é tentar curar a febre através da quebra do termômetro, quer dizer, você perde os sensores e na hora de reagir, é tarde demais.

André Lara Resende acha que o congelamento é uma falta de respeito ao mercado.

É claro que é falta de respeito ao mercado, mas ele tem um problema, ele é muito traiçoeiro. Em geral, todo congelamento funciona muito bem a curtíssimo prazo, porque a curtíssimo prazo quase todos os custos são fixos, já temos estoques, então a curtíssimo prazo, uma semana, quinze dias, o congelamento funciona mesmo, depois é que ele vai degenerando, começa a surgir o desabastecimento, o ágio envergonhado e finalmente o ágio escancarado, e o próprio colapso do sistema.

Mas na sua gestão houve um controle...

Havia um controle de preços oligopolizados, através do Conselho Interministerial de Preços. Congelamento de preços nunca!

Roberto Campos, em A Lanterna da Popa, coloca que tanto o senhor quanto o Delfim nunca deixaram de utilizar o controle de preços.

É verdade.

Para ele seria um pecado.

Não era um controle violento. Você pode dizer que, de alguma forma, aquele controle protegia muito os oligopólios existentes. Hoje eu tenho dúvida. Tive um episódio interessante nesse sentido, que foi em 77 quando resolvi liberar a indústria automobilística do controle de preços, e a indústria automobilística não queria ser liberada. Era a prova evidente de que a competição iria fazer abaixar os preços como fez agora, e fez na época também.

O senhor acha que as teorias macroeconômicas disponíveis atualmente apresentam diagnóstico e soluções adequadas para a situação brasileira?

Acho que sim. Hoje a inflação brasileira está bem equacionada.

O problema não é mais do diagnóstico?

Agora não é mais problema de diagnóstico, agora é um problema de ação.

Voltamos à inflação clássica, antiga.

Concordo.

E o conflito distributivo, tem algum poder explicativo?

O conflito distributivo existe na medida em que o governo resolve arbitrar as fatias distributivas. O conflito é muito mais um problema de política do que da economia, porque a economia de mercado é uma solução. Não importa se boa ou ruim, mas o mercado é uma solução automática para o conflito distributivo, que existe sempre e em toda parte. Explicando a inflação pelo conflito distributivo você não explica nada. Você explica um pouco do que se passa na cabeça do político que faz a inflação. Ele resolve prometer distribuir o bolo, faz várias promessas separadas de distribuição, e quando ele soma as fatias dá três vezes o bolo. Então ele tenta compatibilizar isso com a inflação. Mas isso não é uma explicação para a inflação, é uma explicação para o que está na cabeça do político que provoca a inflação.

André Lara Resende coloca que quando lançou aquele artigo na Gazeta e houve uma grande crítica, o senhor foi um dos poucos que o apoiou.

Exatamente. Foi extremamente importante. O primeiro artigo dele foi o da ortenização pela média, que era exatamente o artigo que ia levar o conceito que gerou o Plano Cruzado, que gerou a idéia da URV. Você primeiro coloca tudo na média e depois faz a reforma monetária.

E a contribuição de São Paulo para a teoria da inflação inercial, especificamente Bresser e Nakano, como o senhor analisa?

Eu acho que foi interessante, mas realmente a contribuição decisiva foi do André e do Arida.

Atualmente uma grande parte dos estudantes de Economia e de Administração é absorvida pelo setor financeiro, em detrimento do setor produtor de bens, e da academia. Isso sempre foi assim, ou tem a ver com os dez anos de inflação?

Em parte tem a ver com os dez últimos anos de inflação, em parte sempre foi um pouco assim, em parte é uma tendência internacional, porque isso não está acontecendo só no Brasil, isso está acontecendo em muitos outros países do mundo. Não sei se é ruim, se é bom, mas é um fato, quer dizer, não adianta você querer fazer julgamentos de valor, sobre se é bom que boas cabeças vão trabalhar no setor financeiro ou não, mas é um fato.

AFFONSO CELSO PASTORE (1940)

Affonso Celso Pastore é graduado em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, onde também realizou seu Doutorado, sob a orientação de Antônio Delfim Netto. Sua experiência no setor público compreende uma passagem pela Secretaria da Fazenda do Governo Maluf. posteriormente, foi Presidente do Banço Central do Brasil no Governo Figueiredo.

A entrevista se deu na manhã de uma quinta-feira, em julho de 1995. Pastore nos recebeu em seu escritório próximo à Avenida Paulista. Inicialmente relutou em fazer parte do rol de entrevistados, argumentando que o economista brasileiro não contribui para a Teoria Econômica, mas sim para a Análise. O Professor não se recusou porém a conversar conosco, e, após alguns minutos decorridos de importantes observações, pedimos para acionar o gravador.

Tanto as teses dos estruturalistas, quanto o seu trabalho,26 sustentando que a agricultura responde a choques de preços, foram contribuições importantes para o pensamento econômico do Brasil...

Affonso Celso Pastore: Para a análise econômica brasileira, para a análise dos problemas concretos do Brasil. Não para a contribuição da teoria.

Nosso trabalho objetiva estudar a história do pensamento econômico brasileiro, resgatar quais foram as contribuições importantes...

Chamem esse trabalho de história da análise econômica no Brasil, não do pensamento econômico no Brasil. Aí você já avançou. Não há pensamento econômico no Brasil, isso não existe. O que existe são linhas de análise econômica, umas com mais impacto, outras com menos, mas são linhas de análise econômica, não de pensamento econômico, que é uma coisa um pouco diferente. Quando eu li Tobin, Solow, Modigliani, Lucas, ou Sargent, enfim, o pessoal que Klamer entrevistou lá fora, percebi visivelmente linhas de pensamento econômico sendo construídas. Os caras construíram teoria, aquilo foi um *break through* teórico, estavam fazendo o

²⁶ Pastore, A. C. (1971) "A oferta de produtos agrícolas no Brasil" Estudos Econômicos, IPE-USP, v. 1, nº 3, 1971, p. 35-69.

pensamento econômico. Por exemplo, o Modigliani foi um dos pilares da Teoria do Consumo. Inserindo o efeito riqueza no consumo, como ele fez, muitas proposições de política econômica desaparecem e outras surgem. Quando eu uso um instrumental do Modigliani para fazer análises no Brasil, eu não estou fazendo pensamento econômico, eu estou fazendo análise econômica.

Para o economista brasileiro, o sujeito que tiver condições, competência e escolher ser um produtor de ciência, a melhor coisa que ele pode fazer é sair do Brasil e ir para uma universidade na qual exista massa crítica, ambiente, número de pessoas, onde ele possa escrever seus *papers* teóricos e submeter suas coisas a teste. Se ele quiser, no entanto, ser um analista de bom nível, aí ele pode ficar aqui, tem acesso a teoria, não perde o contato lá com o exterior, observa o que está andando na linha de produção teórica, porque aí ele está aumentando o volume da sua caixa de ferramenta, e com isso, no fundo, ele está produzindo boas análises. Este é o ponto.

Pastore, podemos mantê-lo fazendo essa adaptação para a história da análise econômica, podemos mantê-lo no nosso projeto?

Vocês foram subversivos, pô! Vai, vai em frente, vamos lá.

FORMAÇÃO

Você participou da criação da FIPE?

Não, deixa eu te dizer. Foi criado o IPE, o Instituto de Pesquisas Econômicas, a FIPE bem depois. A FIPE foi só um arranjo jurídico, está certo ? Havia lá um problema, que não poderia ser instituto complementar, tinha que ser uma fundação, aí fez-se a FIPE. O IPE é que era importante.

A história é a seguinte, talvez o Delfim te conte... Deixa eu ver o que eu me lembro. Ele, o Ruy Leme, o Sebastião Admícula da Cunha e Diogo Adolfo Nunes Gaspar foram quatro economistas chamados pelo Carvalho Pinto para fazer um plano de governo. Foram escrever o plano de investimento, e tinha que calcular custo/

beneficio, enfim... Os caras começaram "-como é que nós vamos decidir o que é que gasta em educação, o que que gasta em estrada? Vamos fazer custo/benefício". E precisava levantar dados, enfim, tinha que ter informações, coletar. Pensaram: "pô, o que nós precisamos ter aqui é um instituto de pesquisa que faça isso". Naquele momento, o Delfim e o Ruy disseram o seguinte: "vamos criar isso na universidade, que é o lugar ideal", começaram a se mover para isso e acabaram criando na universidade um instituto. Quer dizer, o Carvalho Pinto foi governador nessa época, depois veio o Adhemar de Barros. E o Adhemar precisou fazer de novo um plano, era o Antenor Negrini, que também era da escola. E o Antenor Negrini chamou uma turma para escrever os capítulos do plano, nessa época aí é o Rocca, o Eduardo de Carvalho, o Delfim, todo mundo ali escrevendo isso. Nesse tempo o IPE já estava criado, já tinha tido uma verba da Fundação Ford para uma revista, para mandar gente para o exterior, etc. A Ford deu a metade do dinheiro para comprar um computador, um 1130 e o Adhemar em troca desse trabalho deu o resto. Aí foi o processo de criação, aparelhando com verba da Ford para ter revista. Eu participei não ativamente, eu não era figura chave para criar aquilo, mas eu estava dentro do processo. As figuras chaves foram inicialmente o Delfim e o Ruy Leme, que foi diretor da faculdade também, e uma peça muito importante naquela criação inicial.

O senhor poderia relatar um pouco mais esta época?

A USAID²⁷ tinha um programa junto com a Ford, de criação de um *expertise* institucional e começaram a abrir os cursos de pós-graduação. Já existiam os cursos de pós-graduação da EPGE, no Rio, que nesse tempo tinha um outro nome, CAD, Centro de Treinamento de Economistas, alguma coisa parecida... E tinha o Conselho Nacional de Economia, que era um embrião desses cursos de treinamento que o IPEA teve lá atrás, que mandou muita gente para o exterior, por exemplo, eu me lembro do Langoni, do Cláudio Haddad, do Zé Julio Sena, tendo aula nesses cursos do Conselho de Economia antes de irem fazer curso no exterior. Eu dei aula lá, nesse curso aí. Puta, um saco de tempo! O embrião de pós-graduação que existia era o da Fundação e esses outros.

Aí o IPE nasceu, veio verba da U.S. AID, fez-se esse acordo com a universidade de Vanderbilt, e muitos economistas foram fazer o PhD: Luiz Paulo Rosenberg, o Sarandini, o Ibrahim Eris, A Yeda Crusius, enfim, tem muita gente que foi para lá. E outros foram para outras universidades.

Quais eram os principais problemas?

A massa crítica que tinha de gente aqui para dar aula era muito baixa, não tinha praticamente ninguém, e quem era bom, era imediatamente pinçado para trabalhar no governo. Ficava muito dificil você reter gente, o grande problema naquele momento era reter gente nos centros. E você não tinha professores, então tinha que trazer professor de fora e o grande processo era mandar gente para fora para treinar. Aquela massa enorme de gente que foi tirar PhD no exterior foi o grande produto do centro no primeiro momento. Quem carregava o piano nas costas eram os americanos que vinham dar aula, mesmo no Rio de Janeiro, mesmo na EPGE. Tinha o Mário lá, que nunca largou esse troço, mas sempre tinha um, ou dois, ou três, ajudando a empurrar aquilo, porque podia ter um cara bom em econometria, mas faltava o cara de preço, faltava o cara de macro, faltava o cara de comércio internacional, o cara de desenvolvimento econômico, etc. Aqui em São Paulo era igual. O peso dos estrangeiros foi se reduzindo e o peso dos nacionais foi crescendo, mas continuou aquele problema de dificuldade de reter gente na universidade, a universidade paga mal para burro. Eu estou dando aula lá, estou com dois cursos atualmente: um curso de moeda, que eu acabei de dar agora no primeiro semestre e vou dar um curso de séries temporais, esse negócio de domínio de tempo, domínio de frequência, etc., na pós, que é o instrumental que a gente usa para fazer pesquisa ligada a moeda.

Moeda e Bancos na graduação?

Os dois são na pós. Eu parei de dar na graduação, pois eu botei no pau uma turma inteira. Para a minha sanidade eu resolvi não dar mais. Quer dizer, você pega uma turma que não responde, é absolutamente frustrante, principalmente quando você dá aula quarta-feira à noite, que é o dia dos concertos na Sociedade de Cultura Artística. Estou velho demais para perder isso.

Quais foram os professores mais importantes?

Luis de Freitas Bueno foi um sujeito importante. Alice Canabrava, de história, era fera, era uma coisa incrível. Em 58 tinha acabado de sair o livro do Celso Furtado, Formação Econômica, que não cita o Caio Prado. Ela deu um curso de um ano, que era o seguinte: a primeira parte era a história econômica da Idade Média, com o livro do Henry Pirene, a segunda era a história econômica dos Estados Unidos, com o Hamilton, e o terceiro era história econômica do Brasil, que foi com Formação Econômica do Celso Furtado, Formação do Brasil Contemporâneo do Caio Prado e Formação Histórica que era do Roberto Simonsen. Ela dizia o seguinte: o Simonsen é o cara que fez, que levantou os dados todos, que levantou a bola, e os outros dois escreveram o livro em cima do Simonsen, um em uma linha marxista e o outro em uma linha... enfim, tentando aplicar Keynes, ou o que seja. O trabalho do Celso Furtado foi o trabalho que cutucou a cabeça do Fishlow para aquele trabalho sobre o problema dos mecanismos de defesa. Celso Furtado não intuiu o problema da taxa de câmbio, que o Delfim tinha intuído, que em um certo sentido a Conceição Tavares intuiu, daquele jeito confuso dela, mas intuiu. Então, vamos dizer, nós seguimos a discussão do Fishlow e da Conceição.

Delfim certamente foi um dos mais importantes, foi meu professor na graduação no curso de Estatística Econômica. Mas não foi importante por causa do curso, ele foi importante por causa dos seminários. Havia o seminário de teoria neoclássica às quartas-feiras e o seminário de teoria marxista, às sextas.

Delfim estava nos dois?

Sim, Delfim estava interessado em desenvolvimento econômico, o que era ótimo para mim. Começou com os artigos de Harrod e Domar, Solow, Pasinetti, Kaldor, foi em frente e aí fomos entrando em macro, no livro do Ackley, que tinha acabado de sair.²⁸

O senhor passou um período em Chicago?

Não, eu fui várias vezes a Chicago, mas o máximo que eu passei lá foi três meses, fazendo o pós-doutorado.

28 Ackley, Gardner (1961) Teoria Macroeconômica

SOBRE O ENSINO, A IMPRENSA, E A ATIVIDADE DO ECONOMISTA

Como é que está hoje o ensino de economia no Brasil?

É difícil você fazer uma avaliação disso, para mim ele está muito insatisfatório, ele poderia estar muito melhor, tinha que estar tendo capacidade de reter mais gente na universidade e de estimular mais a pesquisa. Mas aos trancos e barrancos eu acho que está tendo uma evolução, lenta, muito devagar, não é uma coisa que caminha na direção que eu acho que deveria caminhar, mas está caminhando.

Mas não conseguimos obter um grau de especialização que existe, por exemplo, nos Estados Unidos. Os economistas brasileiros acabam impelidos a comentar sobre vários assuntos, dando tiros para todos os lados, escrevendo na imprensa, não acha?

Sou muito crítico com esse negócio da discussão na imprensa, eu participo dela, vira e mexe você vê um artigo meu, são coisas que precisamos discutir para explicar o que você julga que é relevante. Entrei recentemente duas vezes nessa discussão de câmbio, e a tentativa era dizer o seguinte, presta atenção que aqui tem um negócio que é importante, eu não estou tentanto xingar o governo, estou tentando escrever isso em uma linguagem fria, minimizando a utilização de adjetivos lá dentro. Quando eu exponho um negócio, procuro explicar de uma maneira que não diz respeito diretamente ao profissional, diz respeito ao issue técnico que está ali dentro. Agora essa discussão do tema atual de política econômica é sempre uma discussão muito emocional, enfim, tem quem seja a favor, tem o contra, o cara que é de um partido, o cara que é de outro, então você faz uma crítica e o sujeito acha que você está pixando, diz que essa crítica é política, enfim. E acaba você perdendo a objetividade do que você quer mostrar. Eu não acho que alí é o lugar, a imprensa tem que ser usada para você fazer um ponto, mostrar um negócio que o pessoal não está olhando direito, alertar, chamar a atenção, e se retira.

Fala-se demais de conjuntura. Dá-se palpite demais. Por exemplo, o sujeito chega "-quanto você acha que vai dar a inflação no mês que vem?", bom, eu me recuso a responder essa pergunta, eu digo o seguinte, vamos pegar os dados do Juarez Rizzieri,

vamos olhar, vamos ver o que está acontecendo, vamos ver se tem algum reajuste de preços. Pergunta para um estatístico que compila os dados e ele te dá uma resposta. Mas não há teoria econômica que responda a inflação do mês que vem no Brasil. A economia trata das tendências, do que pode acontecer.

E sobre o trade-off produção acadêmica versus ganhar dinheiro?

Eu acho o seguinte, o economista ou ele é economista, ou ele é financista, quer dizer, a escolha de ficar na vida acadêmica ou de ir para um banco, ou para uma indústria, etc., depende se a utilidade marginal da renda é maior, menor ou igual à utilidade marginal do conhecimento científico. Eu respeito plenamente as pessoas para as quais a utilidade marginal da renda supera a utilidade marginal do conhecimento científico. Para mim, a utilidade marginal do conhecimento científico não é tão maior do que a utilidade marginal da renda, tanto que eu não consigo ficar full time na universidade, eu tenho que ser um consultor. Mas ela é suficientemente maior para eu não usar o meu tempo inteiro, para eu estar cheio de papers aqui em cima, estar com paper no micro, estar trabalhando. E ter escolhido um tipo de atividade que me dá o tempo de eu parar o número de clientes com os quais eu ganho dinheiro e sobrar um tempo que é um grant implícito de pesquisa que eu me dou para fazer o paper que eu quero colocar na universidade. Foi aí que eu otimizei a minha utilidade. O problema é puramente um problema de escolha. Quer dizer, eu acho que as pessoas estão fora, é legítimo que eles estão fora, respeito todos eles, mas visivelmente que a utilidade marginal da renda é maior que a utilidade do conhecimento científico, por preferência revelada, não por vaidades...

E voltar para o governo, o senhor pensa nesta alternativa?

Não, aí não tem utilidade marginal nenhuma! (risos)

SOBRE ALGUNS ECONOMISTAS BRASILEIROS E SUAS OBRAS

Roberto Campos

Eu gosto muito dele, eu tenho contato com ele sem dúvida. Tem um episódio em seu livro de memórias que ele me cita, na crítica a pré-fixação do Delfim. Eu era Secretário da Fazenda do governo Maluf e havia escrito um paper com Ruben Almonacid sobre a pré-fixação. Roberto era embaixador em Londres e numa ocasião jantamos juntos e discutimos o assunto.

Sempre encontro com o Campos, eu sempre discuto com ele. De vez em quando mando algum artigo meu para ele. Eu o respeito muito. Ideologicamente é o economista mais consistente que a gente tem aqui. Tem uma linha da qual ele não se afasta, Campos hoje é um economista teimoso, exatamente porque ele tem uma linha rígida. Não teimoso no mal sentido, não teimoso irracional, ele é um teimoso absolutamente racional, absolutamente coerente, e eu acho que é até um sinal de maturidade, da própria idade, quer dizer, ele acha que o custo dele ter que transigir para outras idéias é alto demais então ele fica na dele. Então nesse sentido ele influencia qualquer um. Mas se você for perguntar se ele tem influência na minha formação como economista, aí eu já tenho que dizer que não, a não ser o exemplo, a atitude de consistência dele, de coerência e correção lógica.

Celso Furtado

Olha, aquele livro do Celso Furtado para mim foi uma coisa extraordinária, depois daquilo as coisas não fizeram o impacto que aquilo fez. Foi o ponto alto dele na carreira, foi um trabalho científico de grande repercussão, envergadura e importância. Os outros eu acho que são menores, pelo menos no meu entendimento, enfim, eu também não segui mais, ele escreveu muito depois, várias daquelas coisas foram repetições, enfim, ele já não tinha mais o insight que ele teve naquele livro.

Mario Henrique Simonsen

Mário Simonsen tem trabalhos importantes, e é um professor altamente aplicado. Ele tem a produção dele, produção que todo professor faz, de livro texto, de texto didático, os livros. Ele tem um livro chamado Dinâmica Macroeconômica que é uma coisa extraordinária! É pena que tirou uma edição só, ficou escondido lá em um canto, e nunca mais foi mexido. Bom, o que aconteceu com aquilo ? Eu estava um dia conversando com ele, ele tinha acabado de sair do Ministério, ele foi estudar o Macro-economic Theory do Sargent.29 Ficou pouco satisfeito com a forma como o Sargent expôs aquelas várias coisas e haviam vários pontos que na visão dele, do curso, estavam maltratados, ou pouco tratados, ou pouco cobertos. Quer dizer, ele não estava crítico ao livro do Sargent, achando que o livro do Sargent não servia, quer dizer, aquilo não cobria, aquilo era insatisfatório para o tipo de curso que ele estava dando. Bom, ele foi lá, sentou, trabalhou um ano inteiro, em um ano produziu aquele livro. Aquele livro foi produzido e sumiu! Quer dizer, por alguma razão, o economista brasileiro, que é altamente dependente intelectualmente do professor que ele teve lá no exterior, não é capaz de pegar um livro daquele e usar. E a forma que está impresso, está mal impresso, é desagradável de se ler aquilo, a composição gráfica é uma desgraça. Mas aquilo é uma contribuição muito importante, quer dizer, é um livro de macro que é parelho com muitos ou melhor do que livros que você tem no mundo.

Antonio Delfim Netto

Recua no tempo e pega a tese de café do Delfim feita em 1959, eu me lembro, eu estava no segundo ano de faculdade, é a tese de livre docência. Bom, é uma tese de história, com econometria, com teoria econômica, quer dizer ele pegou um período histórico, analisou aquelas intervenções do café, aplicou, eu estou falando em 59, presta atenção, a análise de séries temporais era impossível você fazer com processos estocásticos, os calculadores eram de mesa, era a Facit, esse era o instrumental. Logarítimo era na tabela de logaritimo, quer dizer, a capacidade de você fazer análise

econométrica era uma coisa absolutamente maluca. Bom, apesar daquilo, ele foi buscar métodos que estão lá dentro que eram os métodos mais *up to date* que você poderia encontrar, quer dizer, ele estava seguindo a metodologia, fez o melhor que pode do ponto de vista de análise quantitativa, num tipo de orientação, que é esse tipo de orientação desse pessoal que andou tirando o Nobel de economia há uns dois anos atrás, o Fogel e o outro historiador lá da Califórnia, Douglass North... Delfim faz uma tentativa de aplicação de métodos de análise econômica, métodos quantitativos, a um evento histórico. Aquilo acho que é o ponto alto, de toda a produção do Delfim, dalí para frente ele reduziu a produção, foi caindo para a política, continua sendo um analista muito importante. Talvez ele tenha tido alguns trabalhos posteriores a esse, que no fundo estavam na ponta de uma discussão, seriam trabalhos que se fossem traduzidos para uma língua estrangeira, teriam sido seguramente publicados lá fora.

MÉTODO

Percebemos nos seus trabalhos o forte o uso da matemática em geral e especialmente o uso da econometria. Como o senhor vê estes instrumentos aplicados à economia?

Continuo mexendo com eles, eu não consigo trabalhar sem conteúdo empírico. Quer dizer, para fazer análise econômica é preciso testar hipóteses,trabalhar com afirmações falseáveis. Na linha de Popper, que muito me influenciou, o critério de demarcação é este, a proposição é testável, quer dizer, você nega ou não nega, ela faz parte da teoria econômica enquanto ela não for negada. E para a análise econômica é fundamental isso.

Conversamos com Eduardo Giannetti, que também é da USP...

E que não é popperiano e não usa matemática. Eu gosto muito do Giannetti, eu vivo conversando com ele. O problema é o seguinte, a gente não consegue trabalhar junto, porque não há como, mas nós conseguimos ter críticas mútuas muito interessantes; ele critica mais a mim do que eu critico a ele, mas eu mando todos os

meus papers para ele, e fico sempre esperando a resposta porque é uma resposta muito importante, muito inteligente, eu não acho nenhuma incompatibilidade nisso; a única pena é que ele com aquela cabeça toda não está em um campo mais próximo do meu, onde a gente pudesse interar mais, isso é a única pena que eu tenho, mas eu acho ele um dos ótimos da nova safra.

E esse crescimento da teoria dos jogos recente, como o senhor está vendo?

Com curiosidade. Na Macroeconomia, que é meu campo, quando eu enveredo por expectativas racionais, encontro lugares onde a teoria dos jogos entra com aplicações interessantes, e eu consigo ver que ela tem um impacto muito importante na micro. Mas eu não tenho trabalhado em cima de teoria dos jogos. A minha impressão pelo o que eu leio, pelo o que eu cisco em teoria dos jogos, pelo o que eu cisco em escritos que usam teoria dos jogos, é que ele acabou virando um campo fértil, importante. Acho que ele tem uma contribuição importante; mas eu não consigo, enfim, eu não tenho suficiente domínio, estou em um ponto da minha atividade profissional que o custo de oportunidade de fazer incursões em certos campos é muito alto.

O trabalho de Nelson e Ploser (1982), indicou que diversas séries econômicas apresentavam raiz unitária. A partir deste ponto, teve início um grande esforço no sentido de ampliar o campo da análise para incluir séries não-estacionárias. O senhor acha que isto representou uma mudança de paradigma na econometria?

Não, ela não é uma mudança de paradigma. Você abriu uma caixa que não podia abrir. Eu acho que a grande revolução da análise de séries de tempo está aqui na sua frente, é o computador. No começo dos anos 60, Luis de Freitas Bueno me botou na mão um livro do Kendel Stuart, três volumes, que é um livro muito importante de estatística, de probabilidade clássica, o terceiro volume é sobre séries temporais. Esses teoremas que a gente usa hoje, teorema da decomposição, o processo autoregressivo, está tudo lá. Mas para fazer um correlograma, o que eu tinha na minha frente era uma máquina de calcular de mesa Marchante; e era preciso pegar uma tira de papel com a série, aí fazia outra tira com a série, aí você ia defazando a série

e ia calculando o movimento cruzado, acumulando. Quando você chegava na décima quinta autocorrelação, já tinha passado o dia. Quer dizer, ou você estudava ou você fazia correlograma. Não tinha como. O computador começou a abir uma caixa que era dura de ser aberta e você não podia descobrir o que tinha lá dentro. Dentro da econometria, a grande alteração que aconteceu foi você esquecer os modelos simultâneos, aqueles modelões enormes. Enfim, os modelos hoje são muito menores, e você extrai muito mais informações de uma série.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Qual a sua concepção de desenvolvimento econômico?

Bom, eu não sei se eu tenho uma concepção de desenvolvimento econômico. Eu tenho uma concepção do que é um país desenvolvido.

Qual seria?

País desenvolvido, para mim, tem que ter sustentabilidade no processo no qual o grau de bem estar material é grande para a sociedade como um todo. Então ele tem que ter o nível de renda per capita alta e ele tem que ter um grau de uniformidade de distribuição muito grande, e tem que ter capacidade de manter isso ao longo do tempo. Portanto ele tem que ter capital humano, ele tem que ter tecnologia, tem que ter educação, tem que ter qualidade de vida, tem que ter saúde, enfim, essas são as características fundamentais que distinguem um país desenvolvido do outro. Eu acho que o processo de desenvolvimento é um processo através do qual se produz isso, é um processo muito mais complexo do que simplesmente o processo de acumulação de capital, quer dizer, de capital físico. Até porque as fontes de crescimento econômico que vêm do capital físico, hoje a gente já sabe que não são dominantes, relativamente a aquelas que vêm do capital humano.

O senhor acha que os países teriam uma tendência a convergir para um nível homogêneo de bem estar medido por esses indicadores que o senhor citou?

Tendência para um nível homogêneo não, porque você tem diferenças de crescimento econômico muito claras, talvez lá no futuro sim.

Há um ponto, quem me chamou a atenção disso foi o Samuel Pessoa que está mexendo com esse assunto. Nós estávamos discutindo esse problema do rent seeking process, eu estou olhando a economia brasileira e estou dizendo o seguinte, o Brasil montou uma sociedade rent seekness, quer dizer, todo mundo está seeking some kind of rent. O processo de rent seeking é um processo que no fundo desvia o esforço sobre a construção econômica do desenvolvimento econômico, de uma maneira altamente perversa. Por exemplo, o sistema bancário brasileiro virou um setor que é absolutamente rent seeker, essa discussão sobre cotas de importação é basicamente uma discussão sobre rent seeking. Há representantes do processo de rent seeking dentro do governo, José Serra hoje em dia é um agasalhador desse tipo de tendência lá dentro.

Aí você começa a olhar isso e você começa a ver o seguinte: países que se desenvolvem, são países que de alguma forma conseguiram acabar com esse processo de rent seeking, e os países que ficam estagnados são países que estão presos nisso. Bom, nós estamos estagnados e nós estamos presos em um gigantesco processo de rent seeking.

Esse processo para mim está muito pouco estudado, dentro das teorias do desenvolvimento, quer dizer, o pessoal está preocupado com crescimento, capital humano, etc., e isso está fora do jogo, a minha intuição é de que aí tem um campo.

Essa é uma área que está voltando a ser importante, ela dormiu, você teve esse grande arranque na macro, na teoria dos jogos. Agora eu acho que essa área de desenvolvimento está voltando a ser mais importante, voltou a crescer, é uma área que vem subindo.

Como o senhor analisou o processo de substituição de importações pelo qual o Brasil passou?

Olha, aquilo é um desses produtos da ideologia da época, no meu modo de ver. Começam a vir aqueles artigos que eram as justificativas econômicas do protecionismo. A CEPAL tinha uma influência gigantesca na América Latina, e a CEPAL vinha com essa corrente, que no fundo foi o núcleo da teoria da indústria nascente, com um particular tipo de economistas trabalhando com o desenvolvimento econômico. Aquilo em mim fez um impacto, e eu cheguei a acreditar, em uma certa fase, que fechar a economia era muito mais produtivo do que abrir. Em 1964 o Campos trouxe para cá um bando de economistas da Universidade de Berkeley, lá no IPEA. Eu comecei a participar desses seminários, aí a minha cabeça começou a sofrer um processo de repensar esse negócio inteiro. Eu achei, durante algum tempo, o processo de substituição de importações um processo importante, eu não tenho dúvida nenhuma de que o processo de substituição de importações foi um processo importante, mas não sei se foi útil. Ele foi um processo que trouxe capital estrangeiro.

E o II Plano Nacional de Desenvolvimento, no governo Geisel?

O II PND foi uma loucura! Começou a fazer substituição de importação lá em baixo, exatamente onde começa a explodir custo para o resto, quer dizer, isso não podeira acontecer. O II PND foi um erro lógico, e um dos mais importantes.

INFLAÇÃO INERCIAL

Deixa eu pegar esse negócio da inércia, que vocês mencionaram. Em primeiro lugar não há uma teoria da inflação inercial, no meu modo de ver. Existe um fenômeno de inércia, mas se você pensar o que é inércia, você vai descobrir que é uma coisa muito interessante. Em primeiro lugar, inércia não foi criada pelo André nem pelo Pérsio, inércia é um fenômeno de *low frequence*, em séries temporais. Todas as séries temporais que tem movimentos de baixa freqüência dominantes, são séries que têm inércia. Se você for buscar isso lá atrás, em 1966 tem um trabalho importante de um sujeito chamado Clive Granger, publicado na Econometrica, chama "The Typical Spectral Shape of Economic Variables". Ele mostra que a maior parte das variáveis econômicas, como produto, emprego, salários, nível de preços e taxa de inflação, têm densidade espectral concentrada nas frequências baixas...

Todas integradas de grau um.

Tudo AR positivo baixo. Isso é inércia. A taxa de inflação do Brasil tem AR positivo baixo, a taxa de inflação nos Estados Unidos, no Japão, na Inglaterra e na Alemanha, tem AR positivo baixo. Se você olhar as funções de auto correlação, em qualquer um desses países, você vai achar todos eles são movimento de *low frequence*. Olha as funções de auto correlação, nos Estados Unidos, no Japão, na Inglaterra, na Itália, todos têm uma enorme inércia, certo? Agora vem para o Brasil, nós estamos falando de 10, 20, 30, 40% por trimestre, de 500, 1000, 1500, por ano. Por favor, olha a função de auto correlação da Itália e olha função de auto correlação do Brasil, veja se você acha alguma diferença. A inércia que tem aqui tem lá, esta é a inércia produzida pela auto regressividade. Será que nós inovamos alguma coisa com isso?

Os inercialistas dizem: "a inércia é produzida pela indexação", bom, a inércia é produzida pela rigidez de preços. Qualquer mecanismo que introduza rigidez de preço produz inércia? Todos os países têm rigidez de preços, lá e cá, por que que lá dá o choque e dissipa e aqui dá o choque e não dissipa? Tem alguma coisa lá que produz a dissipação e tem alguma coisa aqui que produz a persistência do choque. Pega o modelo onde tem a rigidez de preço, um tipo de rigidez de preço, que é ou indexação ou expectativa adaptativa, deixa o governo operar fixando a taxa de juro, portanto tendo moeda passiva. Quando isso aqui acontece, aparece a raiz unitária, que gera aquele fenômeno. Quando você fixa moeda e não fixa taxa de juro, o governo produz alguma força que produz a dissipação, desaparece a raiz unitária, sempre.

Eu estou dizendo o seguinte, inércia é também fenômeno monetário. Onde eu vou buscar essa idéia? Aqui no Brasil? Lá fora, só. Isso aqui está tudo na literatura, isso não tem uma inovação em cima da literatura.

O que tem de interessante nisso é a idéia de que você pode escorregar sobre uma curva de Phillips vertical quando você tem uma inflação muito alta. Quer dizer, se você tiver esse processo todo de indexação acumulado com passividade monetária, você pode fazer exatamente o que foi feito no plano real, indexa tudo. Assim eu interpreto a URV. A URV é um processo através do qual você separa duas funções

da moeda completamente: a função de meio de pagamento você deixa, o teu instrumento de troca continua fazendo, que era o cruzeiro real, e a função de unidade de conta, de indexador, de unidade de referência para contratos, você joga inteirinha para a URV, empurra todos os contratos para essa unidade, o contrato da mão-de-obra, o câmbio, os preços dos bens, tudo com reajuste diário, sincroniza tudo.

Mas esse processo só pode ser usado como uma transição. O segundo estágio é o estágio no qual você reunifica as funções da moeda, quando você reunificou as funções da moeda, você criou um ativo chamado Real, que é um ativo que no fundo ficou sendo agora a unidade de conta e o meio de pagamento. No que a unidade de conta deixou de ser o ativo indexado, passou a ser o ativo com valor nominal fixo, você produziu a desindexação da economia naquele.

O Plano Real foi aquele dia.

Sim, o Plano Real foi aquilo. Se percorrer a literatura você vai achar, pega tudo que o Stanley Fischer escreveu, tudo que a Diona Gray escreveu, tudo que o Mário Henrique escreveu, que vem de 73 para cá. Toda a contribuição dos novos keynesianos sobre os mecanismos de rigidez, inclusive o *stagering* do John Taylor, essas questões de inércia em preço, do Olivier Blanchard, a literatura está entupida disso, entupida! Toda a contribuição dos novos-keynesianos é essa. Como primeiro estágio de saída de uma inflação grande, você pode usar esse tipo de artifício (a moeda indexada), que eu acho que é um artifício bem concebido, engenhoso.

Mas isso é diferente de estabilizar a economia. Agora temos um outro problema, o manejo de política monetária, fiscal e cambial, para manter a estabilidade, não é mais plano real, é política econômica clássica. A inércia pode ser remontada no processo, isso não tenha dúvida. Se continuarem com o juro alto e moeda passiva, vai recriar isso tudo, vai destruir qualquer ajuste. Qualquer esforço fiscal que se faça, vai privatizar as empresas, vai ficar sem o ativo e vai reconstruir o passivo porque vai trazer a dívida de novo, vai gerar um problema com a oferta agregada, está certo?

ANDRÉ LARA RESENDE (1951)

André Lara Resende formou-se em economia pela PUC-Rio e obteve seu PhD pelo MIT. Foi professor do curso de mestrado da PUC e trabalhou no Ministério do Planejamento com João Sayad em 1986 (Plano Cruzado) e no Banco Central em 1994 (Plano Real). Atualmente é um dos sócios do Banco Matrix, em São Paulo.

A entrevista foi realizada em dois encontros, o primeiro no final de abril de 1995 e o segundo, logo em seguida, no início de maio. Nas duas oportunidades, ele nos recebeu na sede do Banco Matrix, na Avenida Paulista. A seguir os principais trechos dessa entrevista.

FORMAÇÃO

Por que escolheu economia? Houve algo especial que lhe inspirou?

André Lara Resende: É até curioso. Eu escolhi economia por um acaso, por uma razão totalmente circunstancial. Meu interesse a vida inteira foi em engenharia. Eu sempre tive interesse em automóvel, em engenharia mecânica, e sempre imaginei ser engenheiro. Acontece que meu pai foi ser adido cultural do Brasil em Portugal, quando eu estava no primeiro ano científico para o curso de engenharia. Eu passei um ano em Portugal e voltei no meio do segundo ano científico, com uma professora muito chata de química, que me disse: "-ou viaja ou passa de ano!" Eram cinco notas que faziam a média - eu sempre fui muito bom aluno, sempre fui o primeiro aluno da turma - e ela me deu três zeros no primeiro semestre de química. Eu tinha que tirar a média com as duas notas do segundo semestre. Evidentemente não consegui e fiquei em segunda época. Como eu estava muito interessado em uma menina que estava nas férias em Cabo Frio, acabei desistindo de engenharia e resolvi estudar economia. Tinha uma certa curiosidade com economia. Tinha lido a História da Riqueza do Homem do Leo Hubermann, que estava meio na moda na época e tinha ficado meio interessado em economia. Foi por isso que eu fui estudar economia.

Quais foram seus professores mais importantes?

Eu fui fazer economia na PUC do Rio e o primeiro ano era um curso de ciclo básico e o livro de introdução à economia era um livro do Castro e Lessa.30 Era um livro que as pessoas não gostavam, e eu gostei. Imediatamente eu gostei muito de economia. Gostei do livro, achei interessante a concepção. No curso de graduação da PUC certamente o professor mais importante foi o Aluisio Araújo. Na época ele trabalhava no IPEA, depois fez doutorado na França. Lecionava o curso de macroeconomia, e sempre foi muito bom macroeconomista. Tínhamos um seminário uma vez por mês na casa dele, à noite, de leitura de textos. Foi o que despertou maior interesse por economia e por macroeconomia. E, depois, na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, onde eu fui fazer o mestrado. Foi um período diferente, tinha uma certa referência. O mais estimulante do ponto de vista de desafio, certamente, foi o curso do Francisco Lopes, que tinha recentemente chegado de Harvard, com quem a gente tinha um curso-seminário também de macro, a leitura do Tratado da Moeda de Keynes. Dionísio Dias Carneiro dava um curso interessantíssimo de equilíbrio geral, em microeconomia, muito matematizado, formalizado, o que eu sempre gostei muito. Apesar de ser menor o interesse, eu sempre gostei muito de estatística, de econometria. O Jessé Montello era um professor meio entediado, mas quando via um aluno interessado, era fantástico.

Você reconhece algum mestre?

No Brasil, o curso de economia é muito engraçado. Quem dá aula de economia no Brasil, ainda está muito próximo do aluno. Você acabou de fazer o seu curso e tá dando aula. Se você olhar hoje, eu já sou professor avô, já tem aluno de aluno meu e eu tenho 44 anos de idade feitos a semana passada! Francisco Lopes, Dionísio Dias Carneiro, Aloísio Araújo são pessoas praticamente da minha geração. Então, nesse sentido, é muito mais as pessoas que estimularam o seu interesse, a sua curiosidade, quase como colega e parceiro de interesse intelectual e da matéria, do que mestre. No MIT, aí sim você tinha. Eu fiz o curso do Solow. Era um curso interessantíssimo, extraordinariamente interessante, o Solow é um fantástico professor. Eu fiz dois cursos do Samuelson, também muito interessantes, e fiz o último curso do Kindleberger de economia internacional, antes dele se aposentar.

Ele dividiu o curso com o Rudge Dornbusch, que estava chegando para ser professor no MIT. O Kindleberger estava saindo e eles deram o curso juntos por um período. Fiz um curso de História da Russia com o Evsey Domar. Então, o MIT, nesse período particularmente, foi extraordinariamente estimulante, do ponto de vista de colegas e de professores.

A relação aluno-professor é diferente, do que no Brasil?

A relação é muito próxima. Eu fiquei muito amigo do Lance Taylor e do Rudge Dornbusch, que foi meu orientador de tese. Agora, no Brasil, um sujeito que é quatro anos mais velho que você, dificilmente pode ser mestre, nesse sentido. É mais companheiro, com mais experiência, mais aprendizado. O Solow é um excelente professor. O Stanley Fischer, com quem eu fiz cursos de macro, também era um excelente professor. Agora, mestre eu diria que era Franco Modigliani. Depois que você termina os generals (cursos genérico) e faz os exames, você faz os workshops, seminários da tese que você está fazendo. Eu fazia o chamado Monetary Workshop, que é o workshop de macroeconomia. Na época, era o Modigliani, o Dornbusch e o Stanley Fischer que lecionavam. Eu diria que esse macro workshop foi extraordinário, e do ponto de vista de visão, inteligência, curiosidade intelectual, Franco Modigliani certamente seria um mestre em Macroeconomia, mais do que todos os outros, um inspirador. Com quem eu me dou muito bem até hoje, adoro ele, excelente, sempre que posso estou com ele.

Entre os economistas brasileiros que você respeita, pode citar três que considera fundamentais?

Eu certamente acho, do ponto de vista de influência, Celso Furtado. O livro Formação Econômica do Brasil, tendo dado margem depois a tantas contra-teses, é um clássico. Uma pessoa como o Furtado tem uma contribuição extraordinária do ponto de vista de economia, de economia brasileira. Certamente Mário Henrique Simonsen, pelo seu gosto, sua vocação didática mais do que qualquer outra coisa. O grande talento, o grande gosto do Simonsen é ser um extraordinário professor, no sentido de formalização. Se você pode fazer uma crítica ao Simonsen é ele ter sido pouco criativo, no sentido da novidade, mas ele é um extraordinário professor, uma vocação

de professor. Eu não o cito entre os meus professores no Brasil porque no período que eu fui para o EPGE, ele estava no ministério e não foi meu professor. Mas é uma pessoa extraordinária, sem dúvida. Os livros dele de microeconomia são livros de altíssimo nível, avançadíssimo na época, para qualquer lugar do mundo. Depois, você tem economistas brilhantes com contribuição em várias áreas, acho meio difícil, meio perigoso ficar singularizando três. Isto é muito complicado porque você singulariza e cada um tem contribuições em uma área.

Quais são os economistas que você gosta de conversar, de ler, economistas que são referência para o seu pensamento?

Uma parte do departamento da PUC era muito próxima, muito estimulante. O grupo que discutia macroeconomia; com quem a gente tinha uma certa vantagem, eu diria que era Francisco Lopes, com quem eu sempre trabalhei muito junto, Pérsio Arida, que foi meu colega no MIT e que eu acabei convencendo a ir para a PUC (onde passou dois anos como professor) e o Edmar Bacha. Nós quatro trabalhávamos, num certo sentido, no grupo de macroeconomia. O trabalho todo de inércia inflacionária, desde o início comecei com Francisco Lopes, depois com Pérsio e Edmar Bacha.

O que você acha que é fundamental um economista ler, para ter uma boa formação em economia?

Ah, tudo! Rigorosamente tudo! Com a idade, cada vez mais me convenço. Eu nunca me restringi exclusivamente sobre um trecho de economia. Eu acho até que todo bom economista é uma pessoa com um interesse geral, por cultura em geral, por ciência social, por filosofia, por história. Não existe, (e isto é um dos defeitos muito discutido de como a economia tem sido vista, recentemente, nos Estados Unidos, especializada) a idéia de uma fronteira. A idéia que você só tem que ler a fronteira, e você não precisa ler mais nada, não tem que ter noção de história do pensamento. Que a fronteira englobaria tudo o que você precisaria saber. "lê o último livro de micro sobre não sei o que, lê o último livro de econometria, que você não precisa mais saber nada." É absolutamente equivocado. Economia não é uma ciência exata e mesmo em ciências exatas, a questão de cultura geral é absolutamente fundamental.

Eu diria, para um economista, "se você quer ter uma boa formação, nunca deixe de ler e releia, por que a releitura, como você já leu mais coisa, sabe mais, tem mais experiência, incorpora coisas que você não entendeu na primeira leitura". E não há regra de bolso para a formação do bom economista.

Tem algum episódio acadêmico controverso que você viveu, que você acha interessante relatar, alguma controvérsia que você tenha se envolvido, alguma discussão, algum problema?

Acho que a academia e as idéias avançam por controvérsia. Por exemplo, a questão de inflação. Uma coisa que me dá enorme prazer é ver a velocidade com que toda a teoria de inércia -eu tinha uma claríssima consciência disso- se desenvolveu. A teoria de que estava-se discutindo dois fenômenos diferentes. Mesmo nos Estados Unidos, a minha tese foi extremamente dificil de ser digerida. O Rudge Dornbusch, por exemplo, achava que eu estava desperdiçando um talento. Eu tinha feito dois ensaios sobre teoria de mercados competitivos em câmbio, que estava muito na moda, um teste estatístico, econometria, que ele adorava. E eu resolvi fazer uma coisa sobre preços oligopolísticos, enfiar um embrião da idéia de uma certa inflação inercial, que ele achava, certamente, fora de propósito, um desperdício: "isso é coisa de aluno que tá fazendo curso de desenvolvimento, não é para você."

Até a palavra inércia, que foi posta em discussão entre eu e o Chico, era extremamente controvertida e foi vista como uma visão heterodoxa, por oposição a uma visão mais clássica. Eu acho que estávamos discutindo dois fenômenos diferentes, a inflação moderada e a crônica, conforme o artigo que está neste livro (aponta para o livro Aceleração Recente da Inflação: A Teoria da Inflação Inercial Reexaminada, Rego, J.M. -Org.). Dentro desse contexto geral de controvérsia, de interpretação da inflação com uma visão diferente, eu acho que era mais correta, mais adequada para entender o fenômeno de inflação crônica, inflações bem estabelecidas, com indexação. Acho que um episódio traumatizante para mim, foi quando escrevi o meu primeiro artigo sobre a moeda indexada, na Gazeta Mercantil.³¹ Eu viajei para um seminário e quando voltei o Simonsen tinha feito uma grande propaganda do artigo, defendendo e a idéia estava em debate.

^{31 &}quot;Moeda Indexada: Uma Proposta para Eliminar a Inflação Inercial"

A idéia que eu tive para sair do impasse da inércia veio de uma discussão com o Chico Lopes, que tinha proposto um choque heterodoxo, que era um congelamento de preços. Eu já trabalhava no Banco Garantia, no sistema financeiro, tinha uma visão prática e falava "é impossível, você não pode congelar os preços que você vai quebrar os contratos todos". Os contratos pressupõem uma taxa implícita, se você quebra tão drasticamente você faz transferências brutais de renda e ativos entre credores e devedores que são insustentáveis na economia. Além do mais, eu sempre tive uma grande implicância com congelamento. Eu sempre tive um certo respeito e gosto pelo sistema de preços. Eu nunca gostei muito de, o próprio Chico Lopes diz isso, economia de engenheiro, só brincando com identidade, que não tem preço. Então eu disse, a saída é a indexação geral. Pressão por indexação instantânea geral, saída pela moeda indexada. E eu tive uma absoluta consciência que aquilo era um break through. Eu tive a idéia e a todas as perguntas, as respostas vinham naturalmente. Quando você sabe que a idéia é uma tese correta, naturalmente, se alguém pergunta, ela desenha a própria resposta, a resposta é natural. Você não fica tentando resolver a coisa de todos os lados. Então eu escrevi o artigo e fiquei numa excitação enorme.

Quando eu voltei, choveu uma violência inacreditável de crítica, por todos os lados. Há um lado psicológico invejoso na discussão acadêmica no mundo todo. Eu fiquei muito ofendido, e escrevi um artigo de resposta, que chama, "Moeda Indexada: Nem Mágica, nem Panacéia", que era uma espécie de resposta aos críticos. O Chico Lopes ria, e por muito tempo depois falava: "Aquele seminário promovido pelo Dr. Bulhões era a sua fantástica vitória e você estava esgrimando, teimando contra demônios que não estavam ali!" Mas o fato é que a discussão acadêmica é muito complicada.

Quando resolvi ir trabalhar no Banco de Investimentos, que foi uma lição dificílima, inclusive o Carlos Diaz-Alejandro, que era um professor de macroeconomia cubano, radicado nos Estados Unidos, foi professor de Yale muitos anos, um grande macroeconomista, professor visitante na PUC, dizia para mim: "Mas, André, isso é uma loucura! Pessoas que são assim, os young turkeys, os jovens com talento acadêmico como você, não podem trabalhar em banco!".

A decisão passou muito por uma percepção minha, na época, que a competição do mundo das idéias acadêmicas é pouco saudável, porque não há critério objetivo de julgamento, o que eu chamei, talvez um pouco injustamente, de uma "competição feminina", por oposição à "competição masculina". A forma de se destacar é convencer aqueles com quem você está concorrendo que você é bom. Você precisa seduzí-los, para que eles o elogiem. É uma coisa muito indireta, quer dizer, quem é competente academicamente? Os que você considera, os que são considerados dizem que é. Você na verdade quer seduzi-lo para que ele o ache inteligente, original, competente. São alianças cambiantes, variáveis, de elogios e auto elogios, troca de fumos, uma competição muito complicada, muito enrolada, de clero, de coisa fechada, por oposição ao mercado financeiro, que tem um score claro: "-você ganhou quanto?" "-um tantão!" Acabou, não tem conversa. (risos). Eu não gosto dele mas ele ganha mais que você, então...

Eu sou uma pessoa muito competitiva e gosto da competição esportiva, sempre fiz esporte, então era um alívio. Mas você estava perguntando a questão da controvérsia. Hoje é um prazer quando eu vejo pessoas, que alguns anos atrás tratavam com ironia, referindo-se à inflação inercial como um dado. Veja como as idéias vencem. Dentro dessa controvérsia, especificamente, a idéia da moeda indexada foi um trauma, foi especialmente difícil. Eu percebi que você precisa ter aliança, para defender uma idéia. Então, eu e o Pérsio, que desde o início gostou da idéia, resolvemos escrever um artigo juntos. A controvérsia é saudável, necessária, é assim que as idéias avançam, mas como tudo na vida, é recheada de questões psicológicas, extremamente complexas.

Você seguiu uma carreira profissional simultaneamente na academia e no mercado financeiro. Como foi esta experiência?

Sempre tive interesse por assuntos monetários financeiros, e sempre tive uma grande vontade de entender de Banco Central, do funcionamento, da condução de política monetária. Sempre achei que a economia não é para ser puramente acadêmico. Para isto, eu não seria economista, iria trabalhar em outra coisa que não economia. Então, o meu interesse por economia sempre foi ligado à política econômica. Eu tenho um

interesse teórico, eu sou uma pessoa que gosta de teoria, mas eu só entendo a teoria, especialmente em economia, mas isso vale para tudo, como algo com uma ligação direta com o mundo, com interferência no mundo.

Eu fui parar no Banco de Investimentos Garantia quando o Cláudio Haddad, que foi meu professor na Fundação Getúlio Vargas, no EPGE, foi ser diretor do Banco Central, O Langoni era presidente do Banco Central e criou a diretoria da dívida pública e mercado aberto, e ele foi ser o diretor. No dia que ele foi nomeado, eu li o jornal, e falei: "Puxa! Esse é o tipo de lugar que eu gostaria, a prática!" Às dez horas da manhã ele me telefona, eu falo: "-Cláudio, estava aqui pensando em você..." "-Eu estou ligando meio com pressa, mas é porque eu trabalho em um banco de investimentos e eu gostaria de ter uma pessoa para me substituir e pensei em você." E assim eu fui trabalhar no Banco Garantia, três meses part time, depois full time. Eu continuava dando aula na PUC, consegui uma coisa rara, tanto na PUC como no Garantia. Todas às sextas-feiras eu ficava o dia inteiro na PUC, inclusive participava da reunião do departamento. Continuei como professor, participando das decisões do departamento. Eu fui muito criticado, e, como disse, na época as pessoas ficavam assim, como se fosse uma traição, como se eu estivesse saindo do convento para ir para o bordel. Eu acho que foi extraordinariamente importante para mim, foi fantástico, foi uma grande experiência, inclusive para saber criar a idéia dos temas, é muito mais produtivo, sua capacidade de ser criativo, de ter relevância é infinitamente maior, com uma experiência prática. E a experiência prática para o economista, é naturalmente o mercado financeiro, seja do lado do Banco Central, seja do lado do mercado privado. Por quê? Porque no mercado financeiro, a análise macroeconômica é permanente e fundamental.

MÉTODO

Na sua opinião, qual é o papel do método na pesquisa econômica?

(Pausa) Lato sensu, você precisa ter método, precisa ter disciplina e uma certa forma de organizar a pesquisa econômica. É preciso ter conhecimento da realidade.

Eu sempre tive uma enorme desconfiança com a visão empiricista, toda a idéia de que, primeiro pega os dados, formula uma hipótese e checa se dá. Eu nunca pensei que fosse gostar tanto, rir tanto e ter tanta influência de Nelson Rodrigues, que era muito amigo de meu pai. Ele dizia: "-Se os fatos não confirmam, pior para os fatos!". Eu sempre gostei disso. É uma brutal ilusão a idéia de que existem fatos. Existem dados empíricos, à luz de uma certa concepção, de um certo *insight*. Então, eu não gosto da idéia que você observe o mundo, os fatos, formule uma hipótese e teste, não acho que é assim que deve ser um método empiricista em economia.

É preciso ter uma certa imersão, uma certa percepção do funcionamento social, do funcionamento da economia. Sem dúvida nenhuma, é preciso ter respeito pelos números, mas eu tenho muita desconfiança, inclusive por experiência própria. Quando eu fiz um artigo, que era para ser um dos três ensaios que equivaleriam à minha tese, tratava-se de um teste sobre taxa de juros e câmbio, mostrando que o mercado era eficiente. Eu nunca gostei, porque eu percebi que havia tanto ruído naqueles dados, que qualquer hipótese de eficiência de mercado testada seria aceita. Depois, quando eu aprendi a entender o que eram aquelas séries, como é que eram aqueles dados de taxa de juros de LTN, eu vi que estava absolutamente errado, quer dizer, usar dados que não se sabe como foram feitos, é uma coisa inacreditavelmente perigosa, dá as coisas mais malucas. Você precisa entender como são os dados, como são feitos e ter um certo respeito pela observação dos dados, senão você entra em delírio. Sem ir ao extremo empiricista nem ir ao extremo teórico, sem nenhum respeito pelos fatos.

Então, existe um método em economia, mas ele é muito mais, como tudo, uma arte, um bom senso, uma imersão, do que algo que você possa descrever rigorosamente. Muito mais uma capacidade de sensibilidade. Agora, aprende-se a forma de pesquisa, o que é a formulação de hipótese, quais são as questões, quais são os problemas, como abordá-la, como tratá-la.

E qual é o papel da matemática e da econometria na economia?

Eu tenho uma enorme desconfiança da econometria, até por causa da minha desconfiança pelo método empiricista. Eu gosto muito de econometria, e fiz

econometria bastante a sério, bem profundamente. Mas eu gosto porque eu gosto da matemática da econometria, da estatística. Mas eu tenho uma grande desconfiança do método econométrico em economia. Usado por quem desconfia dele, eu acho que é muito interessante. Usado por quem acredita piamente, é perto da cretinice.

A matemática não, a matemática é extremamente útil na economia. Porque a matemática, no fundo, é uma linguagem, uma linguagem concisa e de cheques de consistências lógicas e é extremamente eficaz. Por exemplo estava tendo aqui no banco, umas aulas de finanças. Tinha um professor da PUC que fez todos os cursos de finanças e vinha aqui uma vez por semana dar uns cursos e fez umas apostilas. Eu fui ler algumas das coisas novas que não tinha lido e confesso que a minha paciência para ler o que não está em matemática é zero. Tem trinta páginas, se tivesse matematizado, eu leria em duas. Para quem tem a fluência na matemática, ela é um instrumento extraordinariamente eficiente. Não só é conciso, como reduz ambiguidades que o texto muitas vezes cria.

A matemática tem um enorme espaço na formulação econômica, mas o coeficiente de impostura com que a matemática muitas vezes é usada é enorme. Porque está dito matematicamente, tem um ar de lei, de verdade suprema, que ameaça aqueles que não têm este conhecimento. Isso que é o erro do uso da matemática. Também a econometria é mais ainda, um poder de impostura ameaçadora para os ignorantes, quer dizer, "olha essas equações, teste não sei quanto, equação simultânea, está provado! Você não fale bobagem!". Mas eu acho que a economia avançou muito, se destacou entre as ciências socias porque ela se permite, mais do que as outras, o uso da matemática.

A respeito da competição acadêmica, a questão da sedução, como você vê o papel da retórica na economia?

Isso, hoje em dia, é um campo em economia. A primeira vez que eu li sobre retórica em economia, foi no artigo do Pérsio Arída, "História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica" que acabou sendo publicado bem mais tarde, no seu livro³². Eu e Pérsio estávamos na casa dos meus pais em Correias, no Estado do Rio, num

³² REGO, José Marcio (org.). Revisão da crise, Metodologia e Retórica na História do Pensamento Econômico. 1990.

fim de semana, Pérsio me deu: "-leia, acabei de escrever". Eu li o artigo, achei o máximo! Falei: "-Pérsio, mas esse seu artigo é brilhante! É absolutamente outstanding!" E o Pérsio ficou meio assim "-você acha?". "-Extraodinário!". Fiquei fascinado! Ficamos o fim-de-semana inteiro conversando sobre aquilo. "-Pérsio, manda imediatamente para publicar!" "-É, eu estou pensando o que vou fazer." Com aquele jeito assim de vou dar uma arrumada. Aí o Pérsio liga: "-André, saiu um artigo do McCloskey, no Journal of Economic Literature - se não me engano - exatamente o meu artigo!". O Pérsio teve uma decepção, porque achava que estava com um artigo original na mão. Ele me deu o artigo, eu li. Muito interessante esse artigo do McCloskey, tanto que ele abriu um campo em economia. Eu confesso que acho o artigo do Pérsio muito melhor (risos). Melhor não é bem a palavra, o artigo do Pérsio é mais elegante em termos de beleza do argumento. E o Pérsio com isso se desanimou e falou: "-perdi!". Depois houve um seminário com o McCloskey. Realmente, isso foi uma visão extremamente original.

Eu acho que aquilo marcou o Pérsio, que nunca foi um economista restrito, *stricto sensu*, sempre teve interesse por tudo, sempre foi extremamente culto. Aquilo foi o testamento dele sobre economia, quando ele entendeu, que falou "chega, já entendi tudo, isso aqui é o que eu acho de economia." Como se ele tivesse chegado a uma síntese do que era a teoria econômica e do que era fazê-la. E eu acho extremamente bem observado, economia é uma arte retórica. E é verdade para todas as ciências, a capacidade de expor é fundamental, e os métodos, os truques da sua capacidade de vencer os argumentos são muito importantes, especialmente em uma ciência social, onde se tem pouca capacidade de teste, a retórica é fundamental! E o uso da econometria e da matemática são apenas algumas das armas da retórica. Então, é um achado, é muito inteligente, e é muito importante para um economista. Isso não deve levá-lo a um ceticismo completo, que não é possível fazer boa economia, mas é muito importante para ele ter uma percepção dos limites, do que é possível, da argumentação, ter consciência do que está fazendo. É uma coisa muito inteligente! Acho que foi realmente um achado, um *break through*, essa percepção.

Qual o método que você usa nas suas pesquisas e análises?

Eu não faço pesquisa e análise, nesse sentido, há muito tempo. Eu nem me vejo mais como um economista no sentido restrito, fazendo pesquisa e análise. Há uns dez anos, quando eu saí do Banco Central, queria tirar um ano sabático e ir para a universidade. Na época eu tinha um interesse, um método claro do que queria fazer. Achava que toda a formulação da teoria da oferta da moeda estava totalmente equivocada. Como os modelos macroeconômicos assumiam que a oferta de moeda é exógena como um dado, o entendimento do funcionamento de oferta de moeda era um desastre. O pressuposto de que o Banco Central controla a oferta de moeda é rigorosamente falso. O Banco Central não tem como controlar a oferta de moeda, a não ser por via indireta, pela taxa de juros.

Então você tem um tema, um tema relevante, tem uma razão de explicar porque ele é vítima de uma simplificação falseadora, então tem aqui um trabalho que é uma boa tese. Grande parte do método de pesquisa em economia é encontrar o tema. Assim como é o grande desafio de um estudante de doutorado. Quando você é posto diante da questão "muito bem, agora você vai fazer sua tese". E esse que é o exemplo, do que é relevante, do que fazer. Então acho que o método é muito mais isso, é uma percepção do que é um tema relevante, como ele vai ser tratado e formulado. Isso é 90% do método.

Uma coisa à qual dou muita importância e que, infelizmente, em economia é muito ruim: escrever bem é fundamental. E a maioria dos economistas, especialmente acadêmicos, quando vão escrever uma tese, têm uma forma dura, pretensamente científica, muito chata para leitura. Você me pergunta sobre método e eu penso um pouco sobre esse livro, até hoje eu gostaria de fazer alguma coisa sobre isso (oferta de moeda exógena), sempre penso: "o ano que vem eu vou conseguir fazer sabático" e não consigo. Entender qual é o tema, por que a razão do erro, por que a organização, como é feito e como deveria ser. Nesse sentido, a *Teoria Geral* do Keynes para mim é um livro extraordinário como obra de retórica, como obra de imaginação, de originalidade de pensamento, uma extraordinária obra de retórica. Acho até que o Pérsio usa um exemplo de mostrar o caso clássico como um subcaso do modelo geral que ele está expondo. Isso é uma arma fantástica de retórica, é o método do funcionamento da exposição da teoria econômica.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O que é desenvolvimento econômico?

O Chico Lopes sempre dizia, repetia com uma certa ironia: "subdesenvolvimento é um fenômeno global" - toda vez que tinha um problema na PUC, quebrava um giz, você tinha que pedir um papel para reitoria, ele falava - "não adianta, subdesenvolvimento é um problema global". (risos). É, realmente subdesenvolvimento e desenvolvimento são fenômenos globais, é um todo. Eu acho que desenvolvimento econômico é essencialmente um processo educacional. É lato sensu, educação exclusivamente, ou quase que exclusivamente educação. Depois você entra na capacidade de mobilização de poupança, de organização institucional, de contrato, de democracia, de política, é tudo.

A palavra desenvolvimento econômico perdeu um pouco de sentido. Isso é muito dos anos 50, do período do desenvolvimentismo, a visão de que existiam economias atrasadas e economias adiantadas e você tinha uma forma de induzir um crescimento forçado, acelerado, que era a tese desenvolvimentista. Havia uma certa ingenuidade no desenvolvimentismo, a idéia de que era um processo exclusivamente de mobilização de poupança, de crescimento. E, todas as crises dos países que vinham neste processo de industrialização forçada desenvolvimentista dos anos 50 e 60, mostram que desenvolvimento é muito mais um fenômeno global do que parecia. É verdade que a geração de riqueza gera a possibilidade de excedentes, a possibilidade de educação. Se você cresce a taxas muito altas, por mais gargalos e problemas que você enfrente, o país se aproxima do país desenvolvido. Mas todo o questionamento, o que é desenvolvido, o que é subdesenvolvido, é muito complicado. Eu acho que a resposta realmente diz que um país desenvolvido é um país com um alto nível de educação e grande grau de homogeneidade entre os cidadãos, transcende o essencialmente econômico.

Sua visão de desenvolvimento como educação se aproxima um pouco da visão de capital humano, de que para ter desenvolvimento deve-se investir em capital humano. Como que você vê o teoria do Capital Humano?

Quando eu era aluno do EPGE, tinha uma grande implicância com a noção de capital humano, que era uma coisa muito Chicago. E eu, particularmente, apesar de achar curioso os modelinhos do Gary Becker, achava uma cretinice aquela coisa da economia do casamento (risos). É como usar o metodozinho limitado da maximização de utilidade, da maneira mais tacanha, mais sem inspiração. Você com isso pode fazer qualquer coisa. Você aprendeu aquele método de maximização da utilidade, redefine, tira as derivadas, sinal para um lado e para o outro... A idéia do capital humano, de tratar as pessoas como capital, me irritava, eu tinha uma visão humanista. Hoje, com mais maturidade, vejo que há valor na teoria.

O problema da teoria do capital humano, contudo, é uma questão de convencimento e de retórica. Acho que ela é um mal uso da retórica, porque dá a impressão que você está tratando as pessoas como um simples investimento. Se você usar isto para um modelo que está formulando faz sentido e ele foi ao ponto importante, que é o ponto em que desenvolvimento é educação. Agora, educação não é exclusivamente treinamento, "qual é a taxa de retorno, se você vai fazer doutorado ou não?", parece que é um joguinho, que você levou ao limite a brincadeira de fazer um modelinho com essas coisas. É muito Gary Becker, nesse sentido. Mas a intuição está correta. De fato, quando você diz desenvolvimento, crescimento, é investimento em capital humano, e você está com isso dizendo, de uma maneira pretensamente formal, que é uma questão de educação, investimento nas pessoas, eu acho que a idéia é corretíssima. Hoje em dia, eu tenho muito mais boa vontade com isso do que eu tive.

Você acha que existiria uma tendência para os países, globalmente, atingir um nível de desenvolvimento homogêneo? Existiria uma tendência para um nível de bem estar homogêneo entre os países?

A longo prazo, acho que é inevitável, a longuíssimo prazo. Estamos muito longe disso e tem sinais ao contrário ainda, de aumento das desigualdades. Mas eu acho que se você olhar regiões, como a Europa, a tendência é homogeneizar. Você vai homogeneizar intra-regiões, depois você tende a homogeneizar. Este é o grande desafio. A forma existente de se organizar a economia das sociedades é o mercado, inegavelmente. Com o fracasso das experiências socialistas e comunistas, de

economias planificadas, só nos restou, de certa forma, o mercado. Se há uma crítica à organização da economia de mercado, é sobre a capacidade de distribuir mais homogeneamente riquezas. Vale entre indivíduos, entre nações e entre regiões. Com a modernização, a redução do espaço, das diferenças, das barreiras, o mundo vai ficando cada vez mais internacionalizado, a idéia de Estado-nação vai perdendo sentido. O capital, a população está cada vez mais móvel entre fronteiras, queiram ou não. Porque tem avião, tem comunicação, tem antena parabólica, telefone, vai barateando comunicações, etc. A tendência à homogenização fica meio inevitável.

Mas afinal de contas, por que o Brasil é subdesenvolvido?

Essa resposta exige anos e anos. Eu acho que a resposta está na história. Posso até concordar com o Mangabeira, "-o que é possível fazer hoje, não é escravo totalmente dependente de sua história". Mas o que você é hoje, é a sua história. Dizer que é possível mudar não desmente o fato do que você é fruto exclusivo da sua história. O Brasil é subdesenvolvido pela sua história. Você pode pegar desde o início para explicar porque somos desenvolvidos ou subdesenvolvidos até hoje.

INFLAÇÃO

O ajuste de 81 a 83 foi violento e no entanto a inflação não cedeu. Neste momento, alguns autores começaram a procurar uma teoria alternativa para a inflação. Na sua opinião, além de você, quem são os autores relevantes das novas teorias nesse período? Você acha que essas teorias convergem de alguma maneira ou não?

Do ponto de vista da minha evolução de pensamento sobre isso, eu diria que o fato do ajuste de 81-83 não ter sido capaz de derrubar a inflação teria suas razões primeiro nas causas da aceleração da inflação. Tem um artigo meu com o Chico Lopes que se chama "Sobre as causas da recente aceleração inflacionária" que, no meu ponto de vista, é onde está a raiz dessa discussão. Se não me engano, está centrado em torno de uma explicação da aceleração da inflação com a passagem dos reajustes salariais de anuais para semestrais, que depois é colocada em um artigo do Pérsio, muito interessante, que ele apresenta na ANPEC.

Nós estávamos fazendo um modelo macroeconômico para o Brasil, que virou o embrião da Macrométrica. Era uma pesquisa que estávamos fazendo na PUC para o IPEA, eu e Chico Lopes. Desse modelo da equação de preços e salários fizemos esse artigo. Acho que aí você tem uma primeira explicação com uma visão alternativa, já heterodoxa, das causas da aceleração da inflação. A equação de preços mostra que o trade off da curva de Phillips brasileira era extremamente inelástico, ou extremamente insensível. A taxa de inflação era muito resistente ao ajuste recessivo devido à mecânica de indexação salarial. Basicamente, toda a análise era feita sobre os salários como determinante, mas vale para todas as variáveis de contratos indexados.

Eu já tinha escrito um artigo sobre o Plano Trienal do Celso Furtado, pré 63 e depois do ajuste Campos-Bulhões de 64-68. É um artigo que saiu na PPE, originalmente. Era uma comparação entre os dois planos, mostrando que, no fundo, o programa trienal de Celso Furtado era muito mais ortodoxo do que se dizia, e que Campos-Bulhões era, na verdade, heterodoxo, no sentido de focado sobre a questão de indexação e do reajuste, a origem dessa análise da distribuição da dinâmica inflacionária via reajustes salariais e valores médio reais dos salários, é uma análise do Simonsen. O famoso gráfico dentado de salário real é original do Simonsen no livro Brasil 2001. Um livro do Simonsen também, muito interessante, sobre a inflação brasileira se chama Gradualismo versus Tratamento de Choque. As coisas se repetem um pouco, estão todas nessa linha, então acho que isso já está na origem da discussão.

Da equação de preços, você mostra que há uma grande insensibilidade da taxa de inflação à taxa de desemprego. Alternativamente, das equações de comércio, de importação e exportação, você mostra que o ajuste da conta comercial e, portanto do balanço de pagamento, é extremamente sensível à demanda interna. Então, você já tinha uma indicação muito clara que uma política recessiva, de controle de demanda, teria um efeito muito positivo na reversão do desequilíbrio externo, da balança comercial, das contas externas, mas seria mal sucedida do ponto de vista da inflação. Essa foi uma conclusão meio pessimista, cética, sobre as possibilidades de combater a inflação em um contexto de indexação formal, que ficou muito clara nesse período entre 81e 83. A qual se somou a experiência chilena da época, uma experiência de profundo ajuste recessivo, sem efeito sobre a inflação.

Eu sempre tive um enorme desconforto com o argumento de que não foi feito o ajuste monetário, que a política monetária foi passiva. Acho que a definição de política monetária e o próprio conceito de moeda não está fazendo muito sentido. É sempre possível encontrar um gargalo monetário que mostra que não houve ajuste. Então, eu diria que esta foi a posição de um grupo de economistas que estava principalmente concentrado na PUC, Francisco Lopes, eu, o Pérsio, Edmar Bacha. Ficou uma visão pessimista sobre as possibilidades da inflação. A nossa posição sempre permitiu uma certa leitura, que nós éramos condescendentes com a inflação. Quando se dizia que não tem ajuste recessivo que vá resolver a inflação, ficou essa leitura: os heterodoxos, ainda não havia essa palavra, têm uma posição condescendente com a inflação. Aliás, tem um outro artigo meu e do Pérsio que trata um pouco disso, que chama "Taxa de Juros e Ajuste Estrutural". Esse artigo saiu na Revista de Economia Política, editada pelo Bresser. O que também é um pouco nessa linha, uma discussão um pouco do ajuste, como fazer o ajuste. Coisa que, no meu caso pelo menos, nunca foi verdade. Eu sempre tive conviçção dos custos altíssimos da inflação. Inclusive minha tese de doutorado, que eu não gosto, era que a inflação foi funcional durante o período do desenvolvimentismo brasileiro, dos anos 50, da substituição de importação como um instrumento de industrialização acelerada e poupança forçada.

É a tese do Rangel.

É, teoria brasileira estruturalista clássica, quer dizer, não exatamente. Sob a denominação estruturalista tem muitas subteses, mas é a visão dos anos 50 com uma certa condescendência com a inflação. É a visão que Fishlow nos Estados Unidos andou muito tempo defendendo, visão dos que tinham entendido que o processo inflacionário na América Latina tinha algumas outras funções, algumas racionalidades. Eu sempre tive uma visão muito crítica da inflação, especialmente quando ela começou a se acelerar e se acentuar. Uma defesa do ceticismo das possibilidades de controle da inflação, via controle de demanda agregada, e no instrumento clássico de curva de Phillips, levou a uma posição que nos fazia parecer condescendentes com a inflação.

Quando houve a chance, a idéia do Tancredo se eleger, houve uma demanda explícita, inclusive na PUC. Eu me lembro de uma conversa minha com o Francisco Lopes, dizendo que estavam nos chamando: "vocês têm que dizer o que fazer com inflação". Então, nós teríamos que sair de uma posição negativista, para dizer o que fazer. Se o controle clássico de demanda é extremamente ineficaz, ineficiente, no combate da inflação, embora muito eficaz no combate ao desequilíbrio externo, que propostas teríamos?

O Chico então escreveu o artigo dele para uma publicação mensal do Conselho de Regional de Economia, chamado "O choque heterodoxo", em oposição à proposta do choque ortodoxo do Dr. Bulhões. Eu, quando li o artigo do Chico, fiquei horrorizado, pois eu sempre tenho horror de congelamento de preços. Eu falei: "-Chico, isso é um desastre!". O Pérsio se juntou à idéia e fizemos então o artigo em inglês que foi apresentado em Washington, no Institute of International Economics, do John Williamson e Fred Bernstein. O grupo central, o núcleo dessa discussão ou dessa visão, foram as pessoas que faziam macroeconomia na PUC do Rio. Eu diria que eu, Chico, Pérsio, Edmar Bacha certamente tínhamos uma convergência muito grande. Esses eram os que estavam trabalhando mais diretamente nisso, eu me lembro.

A visão com quem nós estávamos nos opondo mais explicitamente, era o pessoal da FGV do Rio, o Lengruber, o Cláudio Contador. O fato de enfatizarmos a questão da inércia, via indexação, nos deixou muito tempo acusados de termos uma visão extremamente liberal, condescendente, irresponsável na questão fiscal. No início, o foco para chamar atenção à questão da inércia e da indexação tendia a deixar de lado a questão do ajuste fiscal. Como eu escrevi: suponha que o equilíbrio fiscal esteja garantido. Esta era uma hipótese de trabalho, nunca disse que aquilo era verdade. Mesmo porque as estatísticas brasileiras não existiam; por exemplo, em 81, 82 e 83, os números divulgados pelo Delfim indicavam o déficit operacional como zerado. Depois descobrimos que era tudo mentira, que estava tudo errado. O governo brasileiro durante anos não teve estatística nenhuma sobre déficit público, e quando tinha era para mentir para o Fundo Monetário, exclusivamente, tudo fantasiado para mentir para o Fundo. Quando nós fomos para o Banco Central e

criamos o conceito de dívida líquida, dentro do departamento econômico do Banco Central, é que começamos a ter a percepção do déficit lato sensu. Aí ficou evidente.

Muita gente se encantou com a visão de uma alternativa heterodoxa ao combate à inflação, acreditando que nenhum dos componentes ortodoxos, o ajuste fiscal e o controle monetário teria que ser feito, o que eu nunca defendi, nem nunca defenderia. Eu sempre disse que há muito menos oposição entre ortodoxia e heterodoxia do que complementariedade. A grande briga, pelo menos do ponto de vista da heterodoxia, se assim pode ser chamada, é a idéia de que existem alguns componentes que têm que ser incorporados ao receituário ortodoxo.

O que você acha do esforço teórico de explicar a inflação, por parte de Bresser e Nakano aqui em São Paulo? Vocês acompanharam ou tomaram conhecimento a posteriori?

Acompanhamos. Acho que tem enorme convergência. O Bresser antigamente ficava muito irritado: "Não estão vendo!? Nós estamos falando a mesma coisa e vocês não estão ouvindo!" Mas é isso aí, as idéias tendem a ser mais ou menos simultâneas em vários lugares, é sempre assim. Toda tentativa de apontar onde começou é dificíl, as coisas são muito conjuntas. O artigo do Pérsio sobre a retórica foi uma enorme coincidência com o do McCloskey. Eu não tenho dúvida nenhuma que havia uma enorme convergência com o que eles estavam fazendo aqui. O Luiz Carlos Bresser sempre fez um enorme esforço de aproximação. Eu tinha uma certa resistência à chamada economia sem preço, como eu já falei anteriormente. Eu achava que o Bresser e o Nakano faziam um pouco de economia sem preço demais. O Chico Lopes, especialmente, tinha uma particular resistência a isso.

O que você acha da interpretação do Rangel em A Inflação Brasileira?

Eu acho o Rangel um economista extremamente criativo. O Bresser adora! Diz que nós não damos atenção suficiente para o Ignácio Rangel, fica irritado! Eu acho o Rangel extremamente criativo. Criativo e meio confuso. Ele tem a vocação de ser do contra, de encontrar derivadas ao contrário, é um pouco exagerado, com recessão há um aumento da inflação. É ser heterodoxo demais. A Inflação Brasileira é muito interessante, de alguém que reflete por conta própria. Ele tem todas as qualidades

de um pensador solitário: a originalidade, a criatividade. E a deficiência de não estar inserido num contexto de referências.

Por que que fracassaram tantos planos de estabilização? Existe algum elo comum?

Não foi feito plano de estabilização nenhum! Foram feitos vários congelamentos... (risos). Plano de estabilização nenhum.

O que que faltou?

O Cruzado era uma sofisticadíssima mecânica de indexação, de conversão de contratos, com uma situação de preços estáveis, com um congelamento ridículo, nada mais foi feito. Depois disso nem a mecânica de indexação não foi feita direito. Foram congelamentos cada vez mais rústicos. E foram um exemplo de repetição como farsa.

Durante o Plano Collor eu tinha arrepios físicos de ver a equipe econômica com aquele pano amarelo atrás, falando. Eu tenho um problema psicológico, um trauma! O Cruzado foi tão forte na imaginação nacional, que as pessoas ficaram com uma obsessão de fazer o Cruzado certo. Só que não existe o Cruzado certo, o problema não está na conversão, por isso que eu não gosto até de plano. "-Acha que o plano vai funcionar?" Plano? Que plano, nada! Estabilização é um programa, um projeto, um processo, essa é a palavra que o Fernando Henrique tem repetido, que nós discutimos isso a náusea, internamente, para entender isso. "-Olha, não é assim, não tem mágica". Fui em uma reunião que tivemos com o Itamar e falei "presidente, baixar a inflação é facílimo, nesse começo, dificil é sustentar a inflação baixa. Baixar é muito fácil, mas o problema é quanto tempo você segura baixa". E as pessoas não entendem, os políticos não entendem. Acham que quando a inflação está muito alta a gente chama os chatos economistas, eles precisam resolver, infelizmente nós vamos ter que aguentar os economistas. Aí baixou a inflação, manda os economistas de volta para parar de encher o saco, no negócio de orçamento, de déficit público...

EDUARDO GIANNETTI DA FONSECA (1956)

Eduardo Giannetti formou-se em economia pela Universidade de São Paulo e obteve seu PhD pela Universidade de Cambridge. Atualmente leciona na FEA/USP, é pesquisador do Instituto Fernand Braudel e escreve para o jornal *A Folha de São Paulo*. A entrevista deu-se em abril de 1995, numa tarde de sábado ensolarada. Eduardo nos recebeu em sua casa, na Vila Madalena, zona oeste de São Paulo

FORMAÇÃO

Porque escolheu economia? Houve algo especial que lhe inspirou?

Eduardo Giannetti da Fonseca: Acho que escolhi economia por prudência, meu desejo original era fazer alguma coisa mais de ciências humanas ou talvez filosofia, mas temia que, fazendo um curso de ciências humanas ou de filosofia, não fosse encontrar emprego. Achei que a economia era uma maneira de garantir um caminho de independência financeira, que eu desejava conquistar o mais rapidamente possível, sem sacrificar totalmente a minha aspiração de estudar filosofia e idéias. A outra razão foi a perspectiva de estudar fora do Brasil. Eu achava que um caminho muito mais fácil para sair do Brasil e fazer uma pós-graduação era estudando economia. Então foi de um pragmatismo muito grande eu escolher economia. Acho que a minha família também influenciou muito. Meus dois irmãos mais velhos eram economistas, já tinham trilhado um caminho nessa direção, e eu segui um pouco no vácuo que eles abriram. Agora, o curso de economia na USP me desapontou terrivelmente.

Você entrou na FEA?

Entrei na FEA e fiz no mesmo ano vestibular para a Escola de Sociologia e Política, lá do centro. Comecei a cursar os dois juntos. No ano seguinte, fiz um outro vestibular para entrar na Ciências Sociais da USP, porque na época, o que realmente me interessava, o que eu estava obcecadamente querendo fazer, era estudar marxismo e militar no movimento estudantil. O resto tudo para mim não tinha grande interesse. Por conta disso, meu aproveitamento na faculdade de economia foi muito baixo,

meu nível de interesse, de empenho, de motivação para estudar o que era oferecido na Faculdade de Economia era muito pequeno. Depois, acho que a maneira como Economia foi apresentada para mim, naquela época, não era nada atraente. Eram manuais americanos de micro e macro economia muito pasteurizados, um material muito *standard* e transmitido de uma forma pouco instigante para reflexão e para o pensamento. Eram pacotes de livro-texto americano, mecanicamente reproduzidos em aula e o que se esperava era que os alunos reproduzissem as respostas padronizadas também nas provas.

Você entrou em 75?

Entrei em 75. Além disso, uma falha grave do curso de economia, naquela época, é que a matemática não tinha nenhuma integração com a teoria econômica. Eram duas coisas que ficavam completamente distantes e separadas uma da outra. Então o curso, na minha avaliação retrospectiva, era ruim, era muito fraco e a minha motivação para estudar economia era muito baixa. Então, acabei fazendo o curso de maneira muito sofrível e me dedicando violentamente, e isso eu fiz bem, a estudar Marx, os clássicos do marxismo e os marxistas da moda naquela época. Eu "perdi" muito tempo fazendo isso. Eu estudei todos os modismos de marxismo que passaram pelo Brasil no final dos anos 70. Eu me meti a estudar Hegel, fiz cursos sobre Hegel na Faculdade de Filosofia. Achava, com razão, que para se conhecer realmente o marxismo era preciso estudar filosofia alemã. Estudei bastante, foi uma coisa na qual eu investi muito, pesadamente, no estudo de Hegel e de filosofia alemã desta época. Acho que o melhor professor que eu tive na graduação, contando tudo o que eu fiz, foi o Gerard Lebrun, foi realmente um privilégio ter o Lebrun como professor.

Depois você acabou indo para Cambridge, e como falou, já era um desejo anterior, e muito importante para você, ir para fora do país. Por que a Inglaterra?

Trabalhei dois anos como pesquisador na FIPE, com trabalhos na área de energia. Era uma época em que a questão energética e a crise do petróleo estavam no centro das atenções. Tinha um desejo de fazer pós graduação, mas não queria fazer essa pós-graduação de economia técnica padrão americana, tanto aqui no Brasil quanto nos Estados Unidos, muito menos nos Estados Unidos, até porque eu não teria

nenhuma condição de sobrevivência acadêmica na competição muito violenta da academia americana em economia. Queria uma coisa bem mais para o lado de História do Pensamento Econômico e até de Filosofia e a Inglaterra era, sem dúvida alguma, o espaço que me parecia, com razão, mais propício, mais adequado para esse tipo de trabalho.

Uma coincidência ajudou muito na definição por Cambridge. Roberto Macedo foi passar um ano lá como professor visitante. Fiz uma viagem, a convite de meu irmão, para Nigéria, onde fiz um estágio numa empresa na qual ele trabalhava. Na volta dessa viagem, onde passei dois meses, fiz uma escala na Inglaterra e fui visitar o Roberto Macedo, e ele insistiu muito que eu deveria tentar me candidatar a um lugar para ser estudante de pós graduação em Cambridge. Relutava muito pois achava que não tinha a menor chance de ser aceito em Cambridge porque eu não tinha nenhuma formação de economia, não falava inglês muito bem, não tinha feito mestrado no Brasil, nem isso eu tinha feito. Achava que minha chance de ser aceito era praticamente zero, mas, quase que por desencargo de consciência, tentei. E só tentei para Cambridge. Para minha surpresa fui aceito para fazer o MPhil, que é um ano probatório. Se conseguisse passar no MPhil conseguiria ficar para o doutorado. Com a aceitação de Cambridge, saí à caça de uma bolsa. E acabei conseguindo uma bolsa do CNPq para fazer o mestrado e o doutorado.

Você já era professor?

Não, era um pesquisador da FIPE. Estava produzindo muito, nessa área de energia. Publiquei um livro com Fernando Homem de Mello sobre pró-álcool, publiquei um artigo na *Estudos Econômicos*, sobre energia e economia brasileira, e depois saiu uma coletânea de artigos sobre energia na qual escrevi três capítulos, publicado pela Editora Pioneira. Estava produzindo numa área muito específica, que era a questão energética. Sem muito interesse vocacional, mas era a oportunidade que se ofereceu naquele momento para trabalhar. Aí, para minha surpresa, fui aceito em Cambridge e recebi uma lista de material para já ir estudando, para me preparar. Percebi que ia ser um inferno. (risos).

Quais professores você considera mais importantes na sua formação? Tem algum que você considera realmente um mestre?

Olha, o meu aproveitamento de curso sempre foi muito baixo. Praticamente tudo o que aprendi foi lendo ou estudando sozinho. Acho que o curso te estimula para ir, arregaçar as mangas para procurar as coisas. Mas não acho que o curso em si é o espaço do aprendizado propriamente. Me impressionava muito com o espetáculo de uma aula do Lebrun, e me parecia muito diferente do estilo e do padrão que estava acostumado, tanto nas ciências sociais quanto na economia. Nas ciências sociais, a maioria dos professores não queria realmente dar aula. Faziam seminários, os alunos apresentavam seminários. E na Economia era uma coisa muito quadrada, muito pacote de livro-texto ensinado sem nenhuma provocação, sem nenhum estímulo para uma reflexão mais profunda ou mais abrangente.

Talvez a minha reconciliação com a economia convencional tenha se dado quando terminei a graduação e me candidatei em 1980 para um cargo de professor na PUC, em São Paulo. Fui chamado para dar um curso de microeconomia e só sabia marxismo (risos). Aí falei: "-Vou ler os *Princípios de Economia* do Marshall e dar Marshall para esse pessoal." E foi uma descoberta extraordinária ver que um economista neoclássico podia ser um grande pensador. Quando comecei a estudar Marshall, falei: "-Existe do outro lado também gente do porte intelectual de Marx. Não é um gigante de um lado e anões minúsculos e desprezíveis do outro. Existe também, dentro da economia neoclássica, um autor, sem dúvida alguma, da mesma estatura intelectual de Marx, e que inclusive sofreu influências de Hegel." Foi um episódio realmente marcante e me ajudou muito em Cambridge esse esforço de leitura sistemática e microscópica dos *Princípios de Economia* do Marshall. Foi uma mão na roda quando cheguei em Cambridge, porque Cambridge tem uma tradição de pensamento marshaliano. O fato de conhecer bem o Marshall me ajudou muito a conversar com as pessoas.

Você já se envolveu em um episódio acadêmico controverso?

Bom, quando eu defendi minha tese de doutorado em Cambridge, houve uma cisão na banca. O examinador interno, que era a professora Phyllis Deane, aprovando e

achando que a tese era meritória e o examinador externo, que era um professor de Bristol, dizendo que tal como estava, não era possível aprová-la, que eu precisaria investir bem mais trabalho para que ela fosse aceitável. Só que ele teve duas posições, uma no relatório escrito após a leitura da tese e outra, menos crítica, depois de uma arguição oral, em que eu pude defender diretamente algumas das afirmações e algumas das posições da tese. Diante dessa mudança, o departamento acreditou que seria o caso de pedir o parecer de um outro especialista que, no caso, foi o professor Andrew Skiner, da Universidade de Glasgow, e eu voltei ao Brasil sem o resultado da tese, sem o PhD. Fiquei aguardando seis meses até que esse professor de Glasgow mandasse o parecer diretamente para Cambridge, felizmente aprovando a tese e terminando um período de muita incerteza, muito sofrimento, porque afinal eu tinha passado 7 anos fora e voltei para o Brasil sem título e com uma história difícil de contar.

E esse teu contato com Pierce?

Pois é, tem uma tradição anglo-americana que eu aprendi a apreciar. Não acho que resolve todos os problemas, pelo contrário, eles também tem limitações muito grandes. Mas eles levam a ciência moderna muito mais a sério, não se colocam acima da ciência, olhando de cima para baixo a ciência moderna como faz a tradição franco-germânica que assume uma postura de estar acima do mero entendimento, como Hegel chamava a ciência moderna. Não é o ponto de vista da razão, com R maiúsculo, que vai muito além das aparências, do mero entendimento. A filosofia analítica, essa filosofia anglo-americana não fica olhando de cima para baixo a ciência moderna, pelo contrário, eles tentam aprender com a ciência moderna e levam muito a sério a ciência moderna enquanto empreendimento intelectual.

Pierce é um exemplo claro de autor que trabalhou como cientista, conhece evidentemente como é o projeto e a pesquisa científica, e refletiu como filósofo sobre isso. Eu acho que tem *insights* muito importantes. Um artigo importante dele, que eu admiro, é o "Fixation of Believe". Eu tive esta oportunidade na Inglaterra de poder me debruçar sobre esses autores e estudá-los mais seriamente.

Você diria que foram os autores desta tradição os responsáveis por essa guinada no teu pensamento?

É, não dá para falar em guinada. Guinada foi perceber que Marx não resolve todos os problemas, provavelmente não resolve nada. A partir daí eu aprendi a estudar muitos outros autores, e a apreciar uma tradição, uma corrente de pensamento sobre o qual eu conhecia muito pouco e que eu acho que tem muito a oferecer. O que eu realmente aprendi é que a gente não pode achar que um autor resolve todos os problemas e nem ter a pretensão de vestir a camisa de um autor, e sair por aí defendendo a causa daquele autor, isso é errado, uma coisa primitiva. Não se deve fazer. Um intelectual, um pensador, não pode fazer esse tipo de coisa. Eu acho que um pensador intelectual pode estudar detalhadamente a obra de um autor e até escrever um trabalho de comentário, específico, como uma contribuição à elucidação e ao entendimento daquele autor. Mas não se trata de comprar o autor como se comprasse uma causa, como se ingressasse num time.

Eu acho que a vida intelectual brasileira ainda é muito tribal. Quer dizer, você tem grupinhos de autores que se dão tapinhas nas costas e que atacam as outras tribos juntos. A coisa funciona muito assim. Eu acho que nós estamos numa fase ainda, bastante primitiva de intercâmbio intelectual. Você não vê no Brasil uma coisa que existe, e muito, em qualquer ambiente acadêmico mais civilizado, que são resenhas severamente críticas, mas objetivas, de obras escritas de autores por mais prestigiosos que sejam. A resenha no Brasil é tipicamente o tapinha nas costas do aliado da tribo, ou então a porrada pessoal do inimigo da tribo. Qualquer discussão, qualquer controvérsia intelectual no Brasil, rapidamente degenera para o ataque pessoal. Se você ataca uma idéia, uma opinião ou um pensamento de alguém, aquela pessoa que é atacada, normalmente, se sente integralmente questionada como intelectual e como pessoa. E já reage com uma agressão total de alguém que foi atacado de maneira vil. Quando o Merquior acusou Marilena Chauí de fazer aquele plágio, e a evidência me parece que constitui um plágio, chegaram a fazer um abaixo-assinado de solidariedade à Marilena Chauí, que é a reação mais tribal que você pode imaginar. Quer dizer, a pessoa fez um plágio e suscita um abaixo-assinado de apoio porque ela foi vítima de um ataque vil?!

METODOLOGIA

Qual é o papel do método na pesquisa econômica?

Olha, eu entendo que existem duas abordagens em relação à questão do método. Uma coisa é pensar um método como o esforço de reflexão, de entendimento dos caminhos da ciência no caso da ciência econômica. Quer dizer, você analisa o trabalho de pesquisa, a contribuição teórica dos economistas e reflete sobre o que é que de fato os bons teóricos ou os economistas de um modo geral, estão fazendo no seu trabalho de pesquisa. Como é que eles procedem, como é que justificam seus argumentos, quais são os pressupostos sobre os quais erguem suas teorias, como é que se resolvem controvérsias no âmbito da economia, quais são os critérios de validação de proposições na economia, quais os critérios de demarcação entre ciência e não ciência e, no caso, entre boa economia, teoria econômica inaceitável e assim por diante. Essa é uma preocupação metodológica que eu acredito que é relevante e que é parte do trabalho de todo bom economista, essa reflexão sobre os caminhos da disciplina e sobre a maneira de proceder na investigação científica.

O que eu não vejo com bons olhos, porque eu acho que um exercício ocioso, é a idéia, o que seria uma segunda abordagem método, a idéia de uma metodologia prescritiva.

Um padrão?

É, a idéia de que existe um padrão de procedimento correto que todos os economistas deveriam seguir no seu trabalho de investigação. Eu não vejo sentido neste tipo de trabalho, eu não acho que a filosofia da ciência ou método, pode ter um caráter prescritivo, de mostrar o bom caminho da investigação. Primeiro porque qualquer economista ou qualquer bom cientista não vai ter a preocupação de ser metodologicamente correto. O que caracteriza o bom cientista e o bom economista, na maneira como eu entendo, é, primeiro, encontrar um bom problema. Eu gosto muito da frase do Francis Bacon: "uma boa pergunta é metade da pesquisa". Para se chegar a uma boa pergunta é um esforço muito grande e se você tiver uma pergunta

realmente boa, você já deu uma grande contribuição. É muito mais difícil do que se imagina chegar a uma boa pergunta.

Quando você tem uma boa pergunta, vai tentar tudo o que for possível para respondêla de forma satisfatória, sem ficar se atendo ou se tolhendo no sentido de respeitar uma metodologia como sendo a metodologia certa ou politicamente correta para se seguir na tentativa de responder àquela pergunta. O meu estudo sobre História da Ciência mostra que os bons cientistas não lêem filosofia da ciência e não tentam se submeter aos cânones da ética da investigação científica tal como os filósofos da ciência tentam estabelecer. O que eles têm é um problema bom diante deles e esta tentativa quase obsessiva de tentar responder de uma forma satisfatória às demandas que aquele problema coloca.

Um caso concreto para ilustrar um pouco isso é o episódio da grande revolução que houve na biologia, que foi a biologia darwiniana. Foi apenas depois da publicação da *A Origem das Espécies* que Darwin escreveu ao Huxley, que era o principal colaborador dele, perguntando ao Huxley, que tinha lido bem a lógica de Mill, se o trabalho *A Origem das Espécies* era compatível e consistente com os preceitos metodológicos do Mill. Foi só depois, não foi antes. O Darwin nunca falou, deixa eu estudar como se faz ciência, como é que o Mill, que era o filósofo da ciência padrão da época, faz ciência para depois disso fazê-la. Pelo contrário. Ele tinha um excelente problema, ele deu uma belíssima resposta e depois quis saber se o que ele tinha feito batia, ou era consistente com o que a filosofia da ciência estabelecia como padrão de procedimento científico. O Huxley achou que era compatível e consistente. Agora, eu não tenho dúvidas, se por acaso o Huxley dissesse que não era, dane-se o Mill! *A Origem das Espécies* está lá e aquilo é altamente convincente porque é um trabalho que é resultado de muitos anos de pesquisa e é super bem fundamentado.

Fazendo uma paródia, é como aquela brincadeira que você faz do Manual do Orgasmo no livro...

É, você vai ler o Manual do Orgasmo para saber como é o orgasmo? (risos)

Você acha que na prática não existe uma heurística positiva, algumas prescrições que orientam a pesquisa de um determinado grupo de autores?

Não, todo cientista aprende uma maneira de fazer ciência, aprende como estudante de graduação, como alguém que tem de se submeter a avaliação de outros. O Thomas Kuhn mostra como está embutido no treinamento do cientista todo um procedimento e uma maneira de trabalho que é legitimada por aquela comunidade científica. Agora isso não é aprendido numa receita, e nem é passível de ser colocado em uma receita de bolo sobre como proceder diante da investigação científica. Eu acho que o bom cientista inclusive é um transgressor. Se essa receita for feita, o bom cientista, como um investigador e um pensador criativo , não vai se ater a seguir aquela receita de bolo. A ciência não pode ser colocada como algo padronizado, algo previamente estabelecido. O empreendimento científico é um empreendimento criativo, de descoberta sobre o desconhecido. Isso nunca vai poder ser normatizado e definido de forma padronizada, como é possível você normatizar uma receita de bolo.

Não existe, na tua opinião, uma lei que rege o desenvolvimento científico?

Não, eu tenho a impressão que não existe, eu estou convencido que muitos tentarão formular essa lei mas estão fadados a não ter sucesso.

O texto que de certa forma gerou muita repercussão, foi "Teoria e Retórica na História do Pensamento Econômico", do Pérsio Arida. Que apreciação você faz sobre este texto, e sobre a discussão de retórica? Ainda nesta pergunta, você chegou a ser contemporâneo do Pérsio na USP, você travou algum contato com ele?

Eu tenho uma grande admiração, a distância, pelo Pérsio. O meu contato pessoal com ele foi bastante limitado. Eu li este texto ao qual você se referiu, acho que é um belíssimo trabalho. O Pérsio é mais velho que eu, quando eu ingressei na Faculdade ele já estava saindo para a pós-graduação nos Estados Unidos. Eu gosto muito dessa abordagem retórica, porque o problema da transmissão do conhecimento econômico e do convencimento, da persuasão na economia, me parece uma questão da maior importância, da maior relevância. Eu entendo a retórica como o estudo das razões pelas quais um argumento se torna mais ou menos persuasivo numa

comunidade lingüística. Eu acho que numa ciência onde há tão pouca certeza como a economia, e onde tão pouco pode ser demostrado ou empiricamente verificado ou bem fundamentado, os elementos de persuasão retóricos acabam tendo um papel fundamental, e talvez até predominem sobre os elementos de comunicação estritamente científica e racional. A maneira de apresentar um argumento em economia é uma coisa extraordinariamente importante.

O mestre incomparável do uso da retórica na História do Pensamento Econômico foi Adam Smith. Para dar um único exemplo, a metáfora da mão invisível que ele usou várias vezes, não só em A Riqueza das Nações mas em outras obras para outros fins, é a metáfora de maior sucesso na História do Pensamento Econômico. O que pouca gente sabe é que o primeiro emprego que Adam Smith teve na vida foi como professor de retórica, num curso de extensão universitária em Edimburgo. Depois foram encontradas e publicadas as notas de aula dos alunos que assistiram a este curso. E tem achados impressionantemente importantes e atuais sobre a persuasão na transmissão de idéias e de pensamentos. Adam Smith era muito atento para a arquitetura, a maneira como as idéias deveriam se encadear de forma a maximizar o poder de convencimento. Quer dizer, o mesmo conjunto de idéias colocada numa ordem errada produz persuasão baixa. Se você conseguir colocá-las numa arquitetura convincente, isso tem um poder de sedução e de envolvimento do receptor que maximiza e eleva muito o poder de convencimento. Não há outro autor, no meu conhecimento de História do Pensamento Econômico, que tenha sido literariamente tão sofisticado no uso da linguagem quanto Adam Smith.

Na tua opinião, qual é o papel da Matemática e da Econometria na Teoria Econômica?

A primeira coisa que eu tenho que dizer sobre isso é que eu me recuso a criticar o uso da Matemática porque eu não tenho competência para fazê-lo e eu vejo que a maior parte dos críticos ao uso da Matemática em Economia também não tem competência. Muitas vezes, essa critica é mais um ressentimento por estar excluído, do que uma tentativa de contribuir para o avanço da economia como disciplina científica. Se tem uma coisa que eu não faço, é ficar jogando pedra em uma coisa que eu não alcanço e que eu não consigo entender porque requer um treinamento que eu não tenho.

O que eu não gostaria, é de estar num mundo em que só há espaço para uso de instrumental matemático altamente sofisticado. Eu sou um defensor de pluralismo. Eu acho que tem que haver espaço para diferentes maneiras de se investigar e de se produzir conhecimento. Algumas das maiores descobertas científicas da humanidade não dependeram de instrumental matemático ou de formalizações sofisticadas. Toda revolução darwiniana e a descoberta do DNA não dependeram em nada do uso da matemática. Há uma diversidade muito grande de caminhos que podem gerar conhecimento relevante, conhecimento objetivo. A matemática não tem e não pode ter monopólio no campo da economia enquanto linguagem.

Finalmente, outra coisa a lembrar é que a matemática é uma linguagem, ela não explica nada. O fato de você ter uma fórmula ou uma equação não significa que a coisa foi explicada, significa apenas que ela foi descrita. A explicação nunca é matemática. Usamos a matemática para derivar, de proposições que não são matemáticas, outras proposições que também não são matemáticas. É uma linguagem, é uma maneira de raciocinar. Sem dúvida alguma, quando é possível introduzí-la, ela trás um ganho de rigor e de precisão que de outra maneira não poderia ser alcançado. Mas ela também não pode virar um fetiche, um fim em si mesma.

Se você pudesse voltar atrás na sua formação, abriria mão dessa sua formação filosófica a favor da matemática, faria este trade-off?

Eu busquei muito trabalhar em coisas que me dão prazer, prazer intelectual. Não me dá prazer intelectual fazer modelagem econômica, eu acho aquela coisa hidráulica mecânica muito árida, não gosto daquilo. É quase um senso estético, não me convence. Não foi à toa que eu optei por um caminho de filosofia e de história das idéias: é porque a motivação que eu tenho nessa direção é realmente muito forte; eu nunca tive uma motivação compatível para mergulhar na modelagem, na engenharia econômica.

Qual o método que você usa nas suas pesquisas e análises?

Meu método é o seguinte, qual é a pergunta? Tem que ter muita clareza em relação a qual é a pergunta; quem escreve alguma coisa tem que saber dizer o que está perguntando e o que está oferecendo como resposta. Uma das coisas que me assustam

nesses filósofos brasileiros, é que você não consegue saber qual é a pergunta, o que ele quer dizer. No caso do Giannotti, que foi mencionado aqui, eu não li o livro, mas eu li a entrevista e vou fazer um comentário: ele disse que não quer fazer uma contribuição de história das idéias sobre o pensamento do Wittgenstein, que ele quer fazer um trabalho de filosofia próprio, de reflexão próprio. Mas então porque que o livro é sobre Wittgenstein? Para que precisa do Wittgenstein? Fica esquisito, se ele quer escrever um texto de filosofia próprio, muito bem, maravilha, é isso mesmo, faça isso. Agora, não fique usando o Wittgenstein como pretexto para desenvolver seu próprio pensamento e provavelmente uma caricatura grotesca do Wittgenstein.

Um biombo.

É um biombo, é uma caricatura, sei lá o que é que é. Ele encontrou a si mesmo no Wittgenstein. Para que Wittgenstein? Um filósofo analítico que tem um pensamento próprio e que quer escrever um livro sobre isso, não vai usar um *sparring* ou um biombo ou uma caricatura para se afirmar. Então, se for uma contribuição sobre o pensamento do Wittgenstein, tudo bem, tem que fazer o trabalho de casa. Existe hoje uma literatura especializada sobre o Wittgenstein, até tenho boa parte dela aqui, que precisa ser estudada e precisa ser processada, se você quiser contribuir dentro dessa área, bem delimitada, que é a área dos estudiosos sobre o pensamento do Wittgenstein. Se você quer desenvolver um trabalho próprio, de reflexão, é outra coisa. Agora, querer ficar nessa indefinição fica esquisito.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Você acha que a estratégia de industrialização por substituição de importações foi um erro?

Não descartaria sumariamente como um erro, mas foi uma estratégia que se mostrou limitada. A partir de um certo ponto, ela deixou de favorecer um crescimento e uma industrialização acelerada como se imaginava que ocorreria. Acho que a grande crise pela qual o Brasil está passando, dos anos 80 para cá, é o esgotamento de um

modelo baseado em substituição de importações e forte intervencionismo estatal. A inflação na verdade é um sintoma das desfuncionalidades desse esgotamento. O Estado brasileiro virou um leviatã anêmico. O modelo de substituição de importações criou uma planta de estufa com aberrações, com parasitismo, com dependência de favorecimento estatal e sem capacidade de competir internacionalmente.

Nós conseguimos acelerar o nosso desenvolvimento graças às substituições de importações e à intervenção do Estado, mas nós percebemos que isso tinha um limite. Eu acho que, de certa maneira, não é muito diferente do que ocorreu nas economias de planejamento central. Numa fase mais primitiva, mais primária de industrialização, a coisa vai que é uma beleza, parece que o país encontrou a chave do sucesso e do crescimento rápido e acelerado. A partir de um certo ponto, aquilo pára de dar resultado, não funciona mais e as distorções, afecções, começam a ficar muitos grandes. No caso do modelo soviético, houve um colapso abrupto; no caso do modelo brasileiro, ele é mais um desgaste lento, sofrido, doloroso, uma enorme dificuldade em rever as regras do jogo na economia.

As contribuições cepalinas, a revisão dos cepalinos, a escola de Campinas, que Bresser chama de interpretação funcional dos capitalistas, João Manuel Cardoso de Melo, Conceição, a própria teoria da dependência, você travou contato, analisou essa literatura?

Eu estudei tudo isso na minha graduação, inclusive eu admirava muito esses autores naquela época. Hoje em dia, eu não acredito que eu tenha mais a aprender com esta contribuição.

É ultrapassada?

Ela é muito escolástica, não vejo ali uma busca do conhecimento científico. Eu acho que estão presos a padrões muito rígidos de análise, e permeia tudo isso um ressentimento muito grande em relação aos países desenvolvidos. Prevalece o que eu chamo a cultura da culpa: a noção de que os países ricos são ricos porque os países pobres são pobres, como se tivesse uma relação de causa e efeito entre a riqueza dos países ricos e a pobreza dos países pobres. Eu não vejo o mundo assim.

Queria aproveitar esse gancho para fazer duas perguntas: a primeira se você acredita que seria possível os países convergirem para uma performance homogênea de desempenho econômico e de indicadores sociais. E queria levantar um ponto que você coloca num dos artigos de As Partes e o Todo, que é o "Mitos do Desenvolvimento Brasileiro", não sei se você localiza?

Lógico, perfeitamente.

Aonde você relaciona o pensamento estruturalista da CEPAL como sendo um industrialismo ingênuo que identifica a agricultura como pobreza automaticamente. Em que sentido este pensamento pode ser considerado ingênuo?

Bom tem várias perguntas aqui. Não percebo nenhuma inevitabilidade de que os países convirjam para o mesmo nível de produção *per capita* ou para indicadores de bem estar social semelhantes. Pelo contrário, o que eu vejo ocorrendo no mundo, na última década, é uma polarização na qual alguns continentes, como a África, ficam completamente alheios e retardados no processo de modernização, enquanto que um pequeno conjunto de países transacionando entre si consegue níveis de produtividade e de avanço tecnológico sem precedentes. Mas não vejo que a prosperidade destes países esteja correlacionada ou ligada de forma causal com a pobreza ou a miséria de uma África. O problema da África é que as regras do jogo lá são muito ruins e a qualidade dos jogadores também, porque eles não receberam qualquer tipo de atenção, de investimento, de informação, de competência, e de qualificação para atividade econômica.

Eu me pergunto se é desejável, por outro lado, que os países convirjam, por exemplo, em relação à produção *per capita*. Eu acho que nem todas as culturas do mundo tem a mesma ambição econômica e o mesmo apego a bens materiais que você observa numa sociedade como a norte-americana. O que me parece realmente importante não é uma convergência ou igualitarismo de prosperidade, de afluência material. O que me parece importante é a eliminação da privação material aguda, da mortalidade infantil, da doença desnecessária. Isso eu acho que seria uma grande conquista para a humanidade. É uma aberração para o homem que a esta altura, no final do século XX, grandes contingentes da população humana, ainda estejam com a vida

obscurecida por privação, por doenças, por baixa expectativa de vida ao nascer. Isto me parece realmente um escândalo e teria que ser corrigido. Agora, querer que toda a população chinesa ou hindu tenha a mesma afluência, o mesmo apego a bens materiais que os americanos tem eu acho que nem é desejável, isso seria detestável.

O que é desenvolvimento econômico para você?

Eu gosto muito da definição que está por trás do índice numérico desenvolvido no IDH. 33 É a ampliação no campo de escolha aberto ao indivíduo. Como é que você mede o campo de escolha? Escolaridade, longevidade e renda, para dar três indicadores que são muito úteis. Para mim, o mais importante de todos é a expectativa de vida ao nascer. Eu acho que esse indicador é formidável para saber o que se passa em termos de bem estar no país. Extraordinário e não é economicista. Eu acho que a renda per capita é muito economicista. Você pega a renda per capita da Arábia Saudita e é elevadíssima, mas o que isso significa? Nada! O povo vive miseravelmente, tem uma péssima saúde, não tem escolaridade. Só porque o país ganhou na loteria do petróleo e tem alguns sheiks que são os mais ricos homens do mundo, não significa que há desenvolvimento naquele país. Eu acho que expectativa de vida ao nascer é muito democrática, inclusive, porque cada homem, um voto. A má distribuição de expectativa de vida ao nascer não é tão passiva de ocorrer quanto a da renda, ela é muito mais representativa do conjunto da sociedade.

Eu acho que nós vivemos num mundo muito economicista. A principal crítica que você pode fazer à sociedade moderna, padrão norte-americana, é que ela é desmesuradamente apegada a valores materiais e à fluência material, ao presente tangível, em detrimento de outras possibilidades de florescimento e de desenvolvimento humano.

Afinal de contas, por que o Brasil é subdesenvolvido?

Acho que as duas grandes aberrações da convivência econômica brasileira, que são a marca registrada do nosso subdesenvolvimento, são a pobreza em massa e a inflação. Eu não me conformo com o país que não consiga erradicar a pobreza em

massa. A pobreza individual vai existir, até por opção de vida, e tem que ser respeitada como exceção. Agora, grandes contingentes da população condenados à isso, sem qualquer opção, eu acho inaceitável. A outra aberração da convivência brasileira é a inflação, porque destrói a possibilidade de uma convivência minimamente harmoniosa e transparente. Não dá para ter uma sociedade complexa e moderna sem uma métrica monetária relativamente estável. Para mim, subdesenvolvimento hoje, no Brasil, significa pobreza em massa e falta, ou ameaça de falta, de uma métrica monetária estável, de moeda estável para as nossas transações e para nossas relações econômicas. Eliminados esse dois problemas, eu acho o Brasil um país fantástico, tem tudo para crescer economicamente, e tem uma cultura muito rica que ainda está por se definir, por ganhar visibilidade na sua identidade própria.

INFLAÇÃO

Você acha que o instrumental macro econômico que nós temos disponível hoje dá conta, com algum grau de satisfação, de explicar o fenômeno da inflação?

Acho que o problema da inflação brasileira é muito menos de explicá-la, ou diagnosticá-la, do que de vencê-la. Uma vez esteve aqui um ex-presidente do Banco Central de Israel e falou uma coisa que eu achei interessante: a inflação é uma espécie de incêndio. Quando está tudo pegando fogo, não importa muito saber se foi a lâmpada que começou o incêndio, ou se foi um curto-circuito na tomada, onde é que começou o fogo. O importante é que você tem que apagar. Seria um absurdo, diante de um incêndio, retirar a lâmpada onde começou o fogo, achando que com isso o problema seria resolvido. O problema é muito mais prático e aplicado do que um problema teórico, de ficar com teorias ultra-sofisticadas e contorcidas, como é a especialidade de alguns economistas brasileiros, para ficar explicando e analisando a inflação.

Você não precisa conhecer o inimigo para derrotá-lo?

No caso da inflação, acho que o problema já não é, há muito tempo, de conhecer o problema, é fazer realmente. Passei uma vez um pouco menos de um mês no Japão,

e uma coisa que sempre me chamou atenção, em relação aos países asiáticos de grande crescimento econômico, é como eles se recusam terminantemente a sofisticar demais a teoria e análises dos fenômenos econômicos. Você não encontra um economista japonês ou sul-coreano que tenha qualquer pretensão de ganhar o Nobel de economia, e, no entanto, são os países mais prósperos, mais competitivos, mais produtivos do mundo. Não há qualquer relação entre a sofisticação teórica dos economistas e o desempenho econômico do país. A Escola Austríaca, do Schumpeter, do Menger, do Hayek, do Böhm-Bawerk, estava toda lá na Áustria na época da hiper-inflação austríaca. Schumpeter, inclusive, foi ministro. A piada é que a Áustria só se livrou da sua hiper inflação quando todos eles já estavam exilados (risos). Essa idéia de que um grande economista, um gênio teórico, vai resolver os problemas econômicos do país, é uma ilusão fantasiosa.

O que você acha da teoria da inflação inercial?

Que a indexação se tornou um mal e que dá um caráter inercial à inflação, é uma realidade que não precisava da teoria da inflação inercial para ser formulado.

Diz-se que há duas teorizações no campo das ciências sociais que lograram êxito nos centros acadêmicos hegemônicos: uma seria a teoria da dependência e outra a teoria da inflação inercial. Como você vê esta colocação?

Se você chegar para um economista importante hoje, qualquer que seja, posso dizer por experiência própria, Frank Hahn, por exemplo, em Cambridge, e falar com ele da teoria da inflação inercial ou da teoria da dependência, ele não vai ter a menor idéia do que você esta falando. E não vai ter o menor interesse se você tentar explicar (risos). Pode chegar para Kenneth Arrow, para qualquer um daqueles que estão no volume do Economic Journal com os vinte mais importantes economistas no mundo hoje, pensando nos próximos 100 anos da teoria econômica. Não tem a menor expressão essas duas teorias, realmente é uma ilusão, é uma fantasia isso.

Qual é o seu diagnóstico sobre a inflação brasileira dos últimos quinze anos?

Muito simplificadamente, ausência de restrição orçamentária firme para o setor público e ausência de disciplina de mercado para o setor privado, o que se traduz em acomodação monetária de demandas por renda, do setor público e do setor privado.

Porque fracassam tantos planos de estabilização, há algum elo comum?

Porque esses dois problemas básicos não foram atacados. A ação disciplinadora de mercado não se exerce, ela não disciplina, ela não coíbe as empresas domésticas no processo de formação de preços. A politização dos preços, o fechamento econômico, a regulamentação... Eu não conheço experiência de politização de preços tão claro, quanto esse verificado no Brasil.

Eu gostaria que você falasse um pouco sobre Roberto Campos, porque vemos algumas simplificações associando muito o seu pensamento com o dele, inclusive incutando o rótulo da nova geração do neo-liberalismo. Como é que você vê isso?

Eu admiro Roberto Campos. Eu acho que é um homem publico notável, de uma extraordinária coragem, por ter defendido posições impopulares em momentos em que a pressão era fortíssima. Eu acho que qualquer país só pode ser grato por ter um homem público do porte e do preparo do Roberto Campos. Por outro lado, eu acredito que ele é mais um divulgador e um expositor, do que propriamente um pesquisador, e alguém que busca o conhecimento que não existe. Eu acho que ele é realmente muito habilidoso na comunicação, na formulação, mas eu não enxergo no Roberto Campos o compromisso com a busca do conhecimento novo, um trabalho original de pesquisa, de pensamento, de busca.

Que ainda você vê no Delfim?

Eu vejo muito no Mário Henrique Simonsen. Eu acho que é o que tem mais essa disposição do cientista. Mas não vejo certamente no Roberto Campos. Ele é mais propaganda, ele é mais a divulgação, e faz isso com arte, com maestria, mas num plano diferente. É um outro tipo de inserção no mundo das idéias.

E em termos gerais, você concorda com essas idéias divulgadas por ele?

Não vou dizer que eu concordo com tudo. Provavelmente eu não concordo nem com tudo que eu penso.(risos) Agora, obviamente que eu acho que ele está em uma direção com a qual eu tenho a maior simpatia. Eu acho que o Brasil precisa de mais economia de mercado, precisa de um Estado forte e circunscrito. Roberto Campos não defende um Estado fraco ou Estado mínimo, ele quer um Estado enxuto e capaz de cumprir papéis que lhe cabem.

Nos moldes dos Estados Asiáticos?

Não, não sei, aí a experiência tem que ser analisada, eu não sei o que é que você está pensando.

Estado forte.

Eu acho que não dá para ter um Estado do tipo Asiático aqui, porque a relação entre Estado e sociedade é muito diferente. Nós não temos sequer a base ética de cooperação, que permite à Ásia ter um modelo de Estado diferenciado. Nós somos sociedades profundamente individualistas na América, nos Estados Unidos e no Brasil. O tipo de Estado tem que ser diferente, diante desse dado que você não vai mudar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além das razões aludidas na Introdução do trabalho, num país onde os economistas escrevem relativamente pouco, julgávamos útil um trabalho dessa natureza. Esse nosso juízo pode ser corroborado pela opiniões de Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen a respeito de nosso trabalho:

Delfim Netto: "Em geral temos muita preguiça de escrever, é mais fácil falar, de forma que eu acho este trabalho uma coisa muito interessante. Provavelmente ninguém iria colocar no papel essas coisas que vocês estão perguntando, como é que o sujeito escolheu Economia, como se formou, de onde ele veio (...) acho um processo interessante você ter uma idéia clara da concepção mais ampla do economista (...) os artigos são coisas sofisticadas, são coisas nas quais você pensou, repensou, tirou tudo aquilo que você tinha dúvida, deixou várias coisas que você acha que são absolutamente corretas, e onde você fez uma porção de defesas para se cobrir de possíveis dificuldades. Uma coisa como esta é muito mais solta. É um tipo de conversa que eu acho que esclarece melhor como o cidadão efetivamente pensa".

Simonsen: "Eu acho extremamente útil, porque se você quer saber como pensavam determinadas pessoas, a melhor maneira é perguntar a essas pessoas. É uma maneira mais objetiva do que ter que fazer interpretações. E a mesma coisa a respeito da história oral, a história dá um conjunto de depoimentos de pessoas que participaram de fatos importantes. Então, frequentemente você faz grandes teorias sobre porque as pessoas foram levadas a tomar determinadas decisões e as teorias não têm nada a ver com o peixe. A vantagem da história oral é que ela limpa a história dessas interpretações."

A história das representações, do imaginário social, implica em analisar o passado pelo presente a partir da relação entre história e memória. Isto corresponde a uma visão menos determinista da história. A crítica de que a história oral seria subjetiva³⁴

³⁴ Para se ter uma idéia, pode-se encontrar em manuais de história não muito antigos a separação entre História e Pré-história com o advento da escrita.

em contrapartida à historia seriada, objetiva, é uma grande falácia. Mesmo supondo que os 'documentos' são livres de qualquer subjetividade (uma suposição extremamente forte), o historiador deve interpretá-los e neste momento a subjetividade com certeza terá seu papel. Não se trata aqui de subestimar o papel dos documentos escritos, muito pelo contrário. O fato é que a História Oral associada a outros tipos de levantamento de dados pode ser extremamente útil na análise histórica.

Os depoimentos, que aludem aos conflitos políticos, às rivalidades com os pares, às redes de amizade, de partido e de escola permitem recuperar uma história que seria impossível de ser realizada a partir de textos escritos. Os depoimentos, especialmente quando trata da história de vida do entrevistado, vão mais além. Elas entram no mundo das emoções (paixões, ambições, ódios, ressentimentos) que nos permite adentrar nos limites da racionalidade do ator histórico. Ao quebrarmos o esquematismo simplista podemos desvendar as relações entre o indivíduo e a rede histórica. A memória, com suas falhas, distorções e inversões ao invés de representar um problema torna-se um elemento de análise, ao considerarmos uma ampliação da análise histórica que não se limita à analise "objetiva" do fato, mas considera também a memória do fato. Quer dizer, o *présent du passé*³⁵ torna-se fundamental para explicar o presente a partir da compreensão do passado sob a ótica de quem vivenciou os fatos.

Uma tarefa importante do trabalho foi tentar agrupar tendências no pensamento destes economistas. Um trabalho neste sentido pode ser encontrado em Bielschowsky (1988). O autor procurou realizar uma classificação para o período 1930-1964 de alguns expoentes da época. Cabe destacar que Bielschowsky coloca outros pensadores na sua tabela que também foram suprimidos nesta reprodução: a *Corrente Socialista* (Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré) e o Pensamento Independente de Ignácio Rangel. Na tabela abaixo adaptamos parte do quadro encontrado neste trabalho (pg. 242):

Correntes	Núcleos	Economistas	Inflação	Interpretação do processo de crescimento
Neoliberal	FGV CNC ACSP CNE	Eugênio Gudin Octavio G. de Bulhões Délio Nogueira Daniel de Carvalho	Visão de que o pleno emprego é a causa básica. A favor de políticas de estabilização.	C r e s c i m e n t c desequilibrado e ineficiente por erros de política econômica.
Desenvolvimentista Setor Público (não nacionalista)	CMBEU BNDE	Roberto Campos Ary Torres Lucas Lopes Glycon de Payva	Visão da plena capacidade como causa básica. A favor de políticas de estabilização.	Existência de tendências à desequilíbrios, não corrigidas por erros de política econômica.
Desenvolvimentista Setor Privado	CNI FIESP	Roberto Simonsen J.deA, Magalhães Nuno F, de Figueiredo	Ênfase na utilidade da expansão creditícia.	Substituição de Importações
Desenvolvimentista Setor Público (nacionalista)	BNDE CEPAL ISEB	Roberto Simonsen Celso Furtado Rômulo de Almeida Américo B. Oliveira Evaldo C. Lima	Estruturalista	Substituição de Importações., existência de desequilibrios estruturais, confirmados por ausência de planejamento e corrigiveis apenas no longo prazo.

Inspiramo-nos aqui em Bielschowsky (1988) apesar de adotarmos uma metodologia um pouco diferente. O nosso trabalho analisa o pensamento econômico brasileiro dos últimos 30 anos já que as questões que tratamos com os entrevistados concentram-se no período 1964-1994. A idéia do quadro abaixo é fazer uma classificação similar à de Bielschowsky, mas para a nossa amostra. Levando em consideração a obra dos economistas selecionados e o teor das entrevistas, é que é feita a classificação. É bom lembrar que, obviamente, nem sempre a auto-imagem dos entrevistados corresponderá à esta classificação, mesmo porque, qualquer classificação tem sempre uma dose de arbitrariedade.

Correntes	Economistas	Teoria de Inflação	Interpretação da crise do processo de crescimento
Neoliberal	Roberto Campos Eduardo Giannetti da Fonseca Affoso Celso Pastore Mario Henrique Simonsen	ortodoxia	Crescimento desequilibrado e ineficiente por erros de política econômica.
Desenvolvimentista Setor Público (não nacionalista)	Mario Henrique Simonsen Antonio Delfim Netto	Hetero-Ortodoxo	Existência de tendências à desequilibrios, não corrigidas por erros de política econômica.
Desenvolvimentista Setor Privado (nco-estruturalista)	Luiz Carlos Bresser Pereira Edmar Bacha André Lara Resende Pérsio Arida	Inflação Inercial	Esgotamento do processo de Substituição do Importações - Crise Fisca do Estado.
Desenvolvimentista Setor Público (nacionalista)	Celso Furtado Maria da Conceição Tavares Luis Gonzaga Belluzzo Paulo Nogueira Batista Jr.	Cepalinos e pós-keynesiano eclético.	Substituição de Importações., existência de desequilíbrios estruturais, confirmados por ausência de planejamento e corrigíveis apenas no longo prazo.

Como podemos notar, existem algumas diferenças na nossa classificação. Em primeiro lugar, Roberto Campos muda de corrente. De fato, existe uma guinada no pensamento deste economista. Ele mesmo se refere à sua visão desenvolvimentista como "uma doença de juventude". Esta guinada no seu pensamento ocorre após a sua passagem pelo então BNDE. Uma outra diferença que cabe ser destacada é que o grupo Desenvolvimentista do Setor Privado na nossa amostra pode ser classificado alternativamente como neo-estruturalista. Outra diferença importante ainda é que ao invés de utilizar a posição relativa do economista com relação à inflação, tentamos localizar a teoria de inflação subjacente às opiniões do entrevistado.

É claro que esta subdivisão é ainda preliminar cabendo uma análise mais aprofundada. O agrupamento acaba levando a certas aberrações. Em alguns casos, apesar do economista se ajustar em termos gerais ao grupo no qual foi enquadrado, pode-se ter uma certa inconsistência com os temas específicos (inflação e desenvolvimento). De qualquer maneira, acreditamos que este trabalho dá uma contribuição para a análise do pensamento econômico brasileiro recente.

BIBLIOGRÁFICA SELECIONADA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M.P. (org.) A Ordem do Progresso- Cem anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- ALDRIGHI, D. C. Salviano Jr. "A grande arte: a retórica para McCloskey". Anais do 18o. Encontro da ANPEC, Brasília, 1990.
- ALTMAN, F. org. A Arte da Entrevista uma antologia de 1823 aos nossos dias. São Paulo, Scritta Editorial, 1995.
- APEL, K.O. Transformation der Philosophie. Frankfurt. 1973.
- ARIDA P. & RESENDE, A.L. Inflação Zero, Brasil, Argentina e Israel. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- ARIDA P. & RESENDE, A.L. "Inflationary Inertia and Monetary Reform: Brazil", Brazil's economic and political future, New York, Westview Press in cooperation with the Americas Society Inc. 1988.
- ARIDA P. & RESENDE, A.L. (orgs) Dívida Externa, Recessão e Ajuste Estrutural: O Brasil diante da crise. 3a. ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- ARIDA P. & RESENDE, A.L. "Recession and the rate of interest: a note of the brazilian economy in the 1980's". Textos para Dicussão, PUC/RJ, Depto. de economia, n.85, 1984.
- ARIDA P. & RESENDE, A.L. "Recessão e taxa de juros: o Brasil nos primórdios da década de 1980" in Revista de Economia Polítilca, v. 5, n. 1, jan/mar. 1985.
- ARIDA, P. & M.P. Abreu Dívida externa, recessão e ajuste estrutural: o Brasil diante da crise. 2º ed. Pério Arida, org. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

- ARIDA, P. (1984) "A história do pensamento econômico como teoria e retórica". In Rego (1991).
- ARIDA, P. (1984) "Neutralizar a Inflação, uma idéia promissora", in Rego (1986).
- ARIDA, P., org. *Inflação zero: Brasil, Argentina e Israel.* 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- ARISTÓTELES. Vol. i, Coleção Os Pensadores, Abril/NC, S.Paulo. 1987.
- ARON-SCHNAPPER, D. e HANET, D. "Archives Orales et Histoire des Instituitions Sociales" Revue Française de Sociologie, 1978. (19): 261-75
- ASSIS, J. Carlos de & TAVARES, M. da Conceição. O Grande Salto Para o Caos: A Economia Política e a Política Econômica do Regime Autoritário. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- BACHA, E.L. Os mitos de uma década: ensaios de Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- BACHA, E.L. (1987), "Moeda, inércia e conflito: reflexões sobre políticas de estabilização no Brasil" in Rego(1990a)
- BARROS DE CASTRO, A. e LESSA, Carlos. Introdução a Economia uma Abordagem Estruturalista. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1968.
- BARROS DE CASTRO, A. e SOUZA, E.P. de. *Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- BELLUZZO, L.G. & TAVARES, M. da Conceição. "Ainda a Controvérsia da Demanda Efetiva: uma Pequena Intervenção" in Revista de Economa Política, São Paulo, 1981, vol. 1, no 3, jul/set.

- BIANCHI, A.M. Prefácio à Revisão da Crise, Metodologia e Retórica na HIstória do Pensamento Econômico. São Paulo, Bienal, 1991.
- BICCHIERI, C. (1988) "Should a scientist abstain from metaphor?" in Klamer A., McCloskey D.e Solow R., eds. (1988).
- BIELSCHOWSKY, R. O Pensamento Econômico Brasileiro O Ciclo Econômico do Desenvolvimentismo. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1988.
- BLACK, F. and SCHOLES, M. (1973) "The pricing of options and corporate liabilities". Journal of Political Economy.81:637-659.
- BRESSER PEREIRA, L.C. "Seis Interpretações sobre o Brasil" Dados-Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1982, 25.3: 269-306.
- BRESSER PEREIRA, L.C. (1962) "The Rise of Middle Class and Middle Management in Brazil" Journal of Interamerican Studies, julho.
- BRESSER PEREIRA, L.C. Desenvolvimento e Crise no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1968.
- BRESSER PEREIRA, L.C. "Economia formal e Economia Política" Material didático FGV/SP, 1970.
- BRESSER PEREIRA, L.C. Tecnoburocracia e Contestação. Petropolis, Vozes, 1972.
- BRESSER PEREIRA, L.C. (1975a) "O modelo Harrod-Domar e a substitubilidade de fatores" Estudos Econômicos, v. 5, no. 3, set/dez.
- BRESSER PEREIRA, L.C. (1981) "Inflação no Capitalismo de Estado" Revista de Economia Política. Vol 1, n.1
- BRESSER PEREIRA, L.C. Economia Brasileira, uma Introdução Crítica. 5ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1986.

- BRESSER PEREIRA, L.C. Economic Crises and State Reform in Brasil, a Crise of State Aproach to Latin America, Lind Rainer Publishers. 1995.
- BRESSER PEREIRA, L.C. (1975b) "A economia do subdesenvolvimento industrializado" Estudos CEBRAP, v. 14, out/dez.
- BRESSER PEREIRA, L.C. (1977a) "Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção" Estudos CEBRAP, v. 20, abr/jun: 155-162.
- BRESSER PEREIRA, L.C. (1977b) "A partir da crítica" Estudos CEBRAP, v. 20, abr/jun:155-162.
- BRESSER PEREIRA, L.C.(1978) "Os desequilíbrios da economia brasileira e o excedente" Estudos Econômicos, IPE-USP, b. 8, no. 3, set/dez: 111-124.
- BRESSER PEREIRA, L.C.(1989a) "A crise da Nova República" Novos Estudos CEBRAP, no. 23, março 1989, pg. 85-101.
- BRESSER PEREIRA, L.C.(1989b), "Ideologias econômicas e democracia no Brasil" Estudos Avançados, IEA-USP, v. 3, no. 6: 46-63
- BRESSER PEREIRA, L.C.(1991a) "O governo Collor e a modernidade em tempos incertos" Novos Estudos CEBRAP, no. 29, março: 3-9.
- BRESSER PEREIRA, L.C.(1991b) "Integração latino-americana ou americana" Novos Estudos CEBRAP, no. 31, outubro: 69-78.
- BRESSER PEREIRA, L.C., MARAVALL, J.M. e PRZEWORSKI, A. (1993) "Reformas Econômicas em Democracias Recentes: uma Abordagem Social-Democrata" Dados Revista de Ciências Sociais, 36(2)
- BUCHANAN, J.M. (1995) "Economic Science and Cultural Diversity". Kyklos, fev, 48, Fasc. 2:193-200.

- BULHÕES, O.G. (1990) Depoimento Memória do Banco Central Programa de História Oral do CPDOC. Brasília: Divisão de Impressão e Publicações do Departamento de Administração de Recursos Materiais do Banco Central do Brasil.
- CALDWELL, B e COATS, A.W. (1984) "The rhetoric of economists: a comment on McCloskey", Journal of Economic Literature 22.
- CALDWELL, B.J. (1984) Beyond positivism. Londres, George Allen & Unwin Publishers.
- CAMPOS, Roberto & SIMONSEN, M.H. (1975) "Formas criativas no desenvolvimento brasileiro". Rio de Janeiro: APEC.
- CAMPOS, Roberto & SIMONSEN, M.H. A nova economia brasileira. 3° ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.
- CAMPOS, Roberto (1950) "Lord Keynes e a teoria da transferência de capitais" Revista Brasileirs de Economia, v. 4, n. 2, jun/ 1850. pg. 7-33.
- CAMPOS, Roberto (1952) "Uma Interpretação Institucional das Leis Medievais da Usura" Revista Brasileira de Economia, v. 6, n. 2, Jun/1952. pg.105-.
- CAMPOS, Roberto. Planejamento do desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas/EAESP, 1954.
- CAMPOS, Roberto. Economia, planejamento e nacionalismo. Rio de Janeiro, APEC, 1963.
- CAMPOS, Roberto. A moeda, o governo e o tempo. Amado, Gilberto, prefácio. Rio de Janeiro, APEC, 1964.
- CAMPOS, Roberto. Política econômica e mitos políticos. Rio de Janeiro, APEC, 1965.

- CAMPOS, Roberto (1966) "Inflação, desenvolvimento e políticas de estabilização". Centros de Estudos do Boletim Cambial, 1966.
- CAMPOS, Roberto. A técnica e o riso. 2 ed. Rio de Janeiro, APEC, 1966.
- CAMPOS, Roberto. Do outro lado da cerca... três discursos e algumas elegias. 3 ed. Rio de Janeiro, APEC, 1968.
- CAMPOS, Roberto. Ensaios contra a maré. 2 ed. Rio de Janeiro, APEC, 1969.
- CAMPOS, Roberto (1972) "Desenvolvimento econômico e político da América Latina uma difícil opção" Revista Brasileira de Economia, v. 26, n. 4, out/dez.
- CAMPOS, Roberto (1984) "Ata da reunião do conselho de câmaras internacionais do comércio de São Paulo, por ocasião da palestra do senador Roberto de O. Campos Realizado no dia 07/05/84". São Paulo: SCP, 1984.
- CAMPOS, Roberto. Além do cotidiano. 2ed. Rio de Janeiro, Record, 1985.
- CAMPOS, Roberto. A Lanterna na Popa Memórias. Rio de Janeiro, Topbooks, 1994.
- CAMPOS, Roberto. A Lanterna na Popa [memorial]. Rio de Janeiro, Topbooks, 1994.
- CAMPOS, Roberto de O. Ensaios da história econômica e sociológica. Rio de Janeiro, APEC, 1963.
- CAMPOS, Roberto. Temas e sistemas. Rio de Janeiro, APEC, (s.d.).
- CAMPOS, Roberto, GOMES, F.G. de & GONTIJO, R. *Transamazônica*. São Paulo, Brasiliense, 1970.

- CANABRAVA, A., org. História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, FEA/USP, 1984.
- CARDOSO DE MELLO, J.M. O Capitalismo Tardio. 5a ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.
- DELFIM NETTO, A. & ANDRADE PINTO, C.A. de. (1965) Café do Brasil: vinte anos de substituição no mercado internacional. São Paulo, 1965.
- DELFIM NETTO, A. & LANGONI, C.G. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973.
- DELFIM NETTO, A. & FREITAS, L.M.B. de. *Trigo no Brasil*. São Paulo, Associação Comercial de São Paulo, 1960.
- DELFIM NETTO, A. Alguns problemas do planejamento para o desenvolvimento econômico. São Paulo, FEA/USP, 1962.
- DELFIM NETTO, A. "O Problema do Café no Brasil". (tese de doutorado) São Paulo, FEA/USP, 1959.
- DELFIM NETTO, A. (1966) "Oportunidades, os problemas e estratégias para melhorar, no Brasil, o treinamento Universitário em economia". Revista Brasieira de Economia, v. 20, n. 4, dezembro: 9-19.
- DELFIM NETTO, A. Planejamento para o desenvolvimento econômico. São Paulo, Pioneira, 1966.
- DELFIM NETTO, A. A recuperação da economia em 1980/81. Brasília, Imprensa Oficial, 1981.
- DELFIM NETTO, A. Emprego na indústria começa no campo. Brasília, SEPLAN, 1981.

- DELFIM NETTO, A. A resposta do Ministro Delfim Netto às críticas à política econômica. Brasília, SEPLAN, 1982.
- DELFIM NETTO, A. (1982) Delfim: porque taxar o lucro dos bancos. Brasília: mimeo.
- DELFIM NETTO, A. Política e estratégia do desenvolvimento brasileiro. Brasília, Imprensa Oficial, 1982.
- DELFIM NETTO, A. Delfim explica a maximização. Brasília, SEPLAN, 1983.
- DELFIM NETTO, A. Delfim: o Brasil e a crise mundial de pagamentos. Brasília, SEPLAN, 1983.
- DELFIM NETTO, A. Exorcizado o "fantasma" de 1984. Brasília, Imprensa Nacional, 1983.
- DELFIM NETTO, A. Mudanças na lei salarial protegem o emprego do trabalhador. Brasília, SEPLAN, 1983.
- DELFIM NETTO, A. Transigir: aprendizado da conveniência. Brasília, Imprensa Nacional, 1983.
- DELFIM NETTO, A. Mudanças estruturais da econômia no Governo Figueiredo. Brasília, SEPLAN, 1984.
- DELFIM NETTO, A. Só o político pode salvar o economista. Rio de Janeiro, Edição do autor, 1986.
- DELFIM NETTO, A. Problemas econômicos da agrcultura brasileira. São Paulo, FEA/USP.
- DELFIM NETTO, A., PORTO, J.L. de Almeida Nogueira & CARNEIRO, O.A. Dias (1957) Estudos de educação econômico-social do Brasil. São Paulo: Inst. de Sociol. Polit. Fed. Comer.Est. de São Paulo.

- DELFIM NETTO, A., et all (1965) Alguns aspectos da inflação brasileira. São Paulo: ANPES.
- DURAND, M.R. e LIMA, G. (1992) "A Internacionalização da Economia" Revista de Economia Política. *
- EATWELL, J., MILLGATE, M. e Newman, P. The New Palgrave: The World of Economics. New York, Macmillan Press Limited, 1991.
- FERREIRA, M.M et all. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- FERREIRA, M.M. História Oral e Multidisciplinariedade. Rio de Janeiro, Diadorim, 1994.
- FISHER, I. The Purchasing Power of Money. New York, 1956.
- FRANK, R. (1992) "La mémoire et l'histoire" Les Cahiers de l'IHTP(21):65
- FRENKEL, R. (1979) "Deciosines de Precios en Alta Inflación" Estudios CEDES.
- FRIEDMAN, M. "The Methodology of Positive Economics". In Essays in Positive Economics. Chicago, University of Chicago Press, 1953.
- FRIEDMAN, M. (1968) "The Role of Monetary Policy". American Economic Review, março, 58.
- FURTADO, C. (1946) De Napoles a Paris (Contos da Vida Expedicionária). Rio de Janeiro.
- FURTADO, C. (1954) Economia Brasileira
- FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1959.

- FURTADO, C. (1981), "Uma política de desenvolvimento para o Nordeste" Novos Estudos CEBRAP, v. 1, no. 1, dezembro 1981, pg. 12-19.
- FURTADO, C. (1984), "Crise e transformação na economia mundial" Estudos Econômicos, IPE-USP, v. 14, no. 1, jan/abr 1984, pg. 177-190.
- FURTADO, C. A Fantasia Organizada. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- FURTADO, C. A Fantasia Desfeita. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- FURTADO, C. (1990), "Entre inconformismo e reformismo" Estudos Avançados, IEA-USP, v. 4, no. 8, 1990, pg. 166-187.
- FURTADO, C. Ares do Mundo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- FURTADO, C. A Construção interrompida. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, C. (1992), "Globalização dass estruturas econômicas e identidade nacional" Estudos Avançados, IEA-USP, v. 6, no. 16, set/dez 1992, pg. 55-64.
- GEORGESCU-RÖEGEN, N. Alguns Problemas de Orientação em Economia. Rio de Janeiro, Edições Multiplic - EPGE/FGV, 1981.
- GIANNETTI DA FONSECA, E. (1980) "Comportamento individual: alternativas ao homem econômico" Estudos Econômicos, IPE-USP, v. 10, no. 2, maio/ago: 5-55.
- GIANNETTI DA FONSECA, E. (1981), "Energia e a Economia Brasileira" Estudos Econômicos, IPE-USP, v. 11, no. Especial: 7-22
- GIANNETTI DA FONSECA, E. Proálcool, energia e transportes. São Paulo, Pioneira, 1981.

- GIANNETTI DA FONSECA, E. (1983) A energia e a economia brasileira. São Paulo, Pioneira, 1983, 250pg.
- GIANNETTI DA FONSECA, E. (1988), "Liberalismo e reforma social: o legado utilitarista" Texto de Discussão, IPE-USP, no. 29, 1988
- GIANNETTI DA FONSECA, E. (1992), "O Capital Humano na Filosofia Social de Marshall" Revista de Economia Política, v. 12, no. 2, abr/jun 1992, pg. 64-87
- GIANNETTI DA FONSECA, E. (1993), Vicios privados, beneficios públicos?: A Ética na Riqueza das Nações. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- GIANNETTI DA FONSECA, E. As Partes e o Todo. São Paulo, Siciliano, 1995.
- GÖDEL, K. (1964) "What is Cantor's Continuum Problem?" in Benacerraf, P. & Putnam, H., orgs. Philosophy of Mathematics - E. Cliffs Prentice-Hall.
- GUDIN (1967) "A Institucionalização da Inflação" Digesto Econômico. Jan/fev n. 163
- HABERMAS, J. (1987) "Um perfil filosófico político: entrevista com Juergen Habermas" in Novos Estudos Cebrap n.18, set.
- HABERMAS, J. Conhecimento e Interesse. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- HABERMAS, J. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade. Porto, D.Quixote, 1990.

- HICKS, J.R. Value and Capital. Oxford, Oxford University Press, 1939.
- KALDOR, N. (1955) "Alternatives Theories of Distribution". In A. Targetti e A.P. Thirwall, orgs. The Essencial Kaldor. Londres, Duckworth, 1989.
- KALDOR, N. (1985) "How Monetarism Failed" Chalange, maio/jun
- KLAMER, A. (1981) New Classical Discourse: A Methodological Examination of Rational Expectations Economics. Tese de Doutorado -Duke University.
- KLAMER, A. Conversas com Economistas. São Paulo, Pioneira: Ed. da Universidade de São Paulo, 1983.
- KLAMER, A. (1995) "A Rhetorical Perspective on the Difference Between European and American Economists". Kyklos, fev, 48, Fasc. 2:231-240
- KLAMER, A., MCCLOSKEY, D. & SOLOW, R. The Consequences of Economic Rhetoric. Cambridge University Press, 1988.
- KUHN, T. A Estrutura das Revoluções Científicas. 2ª edição. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- KUHN, T. La Tensión Esencial Estudos Selectos sobre La Tradición y el Cambio en El Ambito de La Ciencia. Madrid, Fondo de Cultura Econômica, 1983.
- LAKATOS, I. A lógica do descobrimento matemático provas e refutações. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- LAKATOS, I. Mathematics, Science and Epistemology. Cambridge, CUP, 1978.

- LAMOUNIER, B., CARNEIRO, De ABREU, M.P. 50 anos do Brasil: 50 anos da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- LARA RESENDE, A., DA SILVA, A. Moura & FREITAS F°, E. de (1986), Inflação Inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- LARA RESENDE, A., DA SILVA, A. Moura, LESSA, C. FMI X Brasil: A armadilha da recessão. São Paulo, Forum Gazeta Mercantil, 1983.
- LARA RESENDE, A. (1981), "Incompatibilidade distributiva e inflação estrutural", Estudos Econômicos, IPE-USP, v. 11, no. 3, set/dez: 133-150.
- LARA RESENDE, A. (1984), "A moeda indexada: nem mágica nem panacéia" Texto para Discussão, PUC/RJ, no 81.
- LARA RESENDE, A. (1984), "A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial", Textos para Discussão, PUC/RJ, no. 75.
- LARA RESENDE, A. (1988), "Da inflação crônica à hiperinflação: observações sobre o quadro atual" Texto para Discussão, PUC/RJ.
- LARA RESENDE, A. e LOPES, F.L. (1983), "Inflação e balanço de pagamentos: uma análise quantitativa das opções de política econômica" Série Fac-Simile, Programa Nacional de Pesquisa Econômica, no. 1.
- LARA RESENDE, André et all. Pais do Cruzado contam porque não deu certo. Porto Alegre, Ed. L&PM, 1987.
- LEIJONHUFVUD, A. (1992) "A vida entre os Econs" Edições Multiplic *
- LENIN, V.I. (1916) Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo. *

- LEVI, G. "Les usages de la biographie". Annales Economie, Société, Civilisations (6):1,325-36
- LOPES, F.L. (1984) "Só um Choque Heterodoxo pode Eliminar a Inflação" in Economia e Perspectiva. São Paulo, CORECON. Reproduzido in Lopes (1986).
- LOPES, F.L. O Choque Heterodoxo. Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1986.
- LUCAS, R.E. Jr. (1972) "Expectations and Neutrality of Money". Journal of Economic Theory. 4 (abril): 103-24.
- MAKI, U. (1988) "How to Combine Rethoric and Realism in the Methodology of Economics" Economics and Philosophy, 4.
- MANTEGA, G. A Economia Política Brasileira. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MARX, K. Para Critica da Economia Política. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MCCLOSKEY, D. (1983) "The Rhetoric of Economics". Journal of Economic Literature 21.
- MCCLOSKEY, D. The Rhetoric of Economics. Madison, The University of Wisconsin Press, 1985.
- MENDONÇA DE BARROS, J.R. & PASTORE, A.C. (1972), "O Programa de Integração Social e a mobilização de recursos para o desenvolvimento" Estudos Econômicos, IPE-USP, v. 2, no. 4: 113-127.
- MENDONÇA DE BARROS, J.R. & PASTORE, A.C. (1978), 'A mobilidade de fatores e os aspectos distributivos do progresso tecnológico: um adendo" Revista Brasileira de Economia, v. 32, no. 4: 604-620.

- MIROVSKI, P. (1987) "Shall I compare thee to a Minkowski-Ricardo-Leontief-Metzler matrix of the Mosak - Hicks type?" Economics and Philosophy, 3 (1).
- NAGEL, E. & NEWMAN, J.R. Prova de Gödel. S.Paulo, Perspectiva, 1973.
- OLBRECTHS-TYTECA, L. & GRIFFIN-COLLART, E. (1989)
 "Bibliographie de Chaim Perelman". Rev. Internationale de Philosophie
 n° 127/128, Paris, J. Vrin.
- PASINETTI, L. Growth and Income Distribution. Cambridge, Cambridge University Press, 1974. Capítulo 4 ("From Classical and Keynesian Economic Dynamics").
- PASTORE, A.C. (1971) "A oferta de produtos agrícolas no Brasil" Estudos Econômicos, IPE-USP, v. 1, no. 3: 35-69.
- PASTORE, A.C. (1973) "Aspectos da política monetária recente no Brasil" in Estudos Econômicos, IPE-USP, v. 3, no. 3, set/dez: 7-58.
- PAULANI, L. (1992) "Idéias sem lugar: sobre a retórica da economia de McCloskey". Campos do Jordão: Anais do 19º Encontro da ANPEC.
- PERELMAN, C. & OLBRECTHS-TYTECA, L. (1958a) La Nouvelle Rhetorique. Paris, PUF.
- PERELMAN, C. & OLBRECTHS-TYTECA, L. (1958b) Traité de L'Argumentation. Paris, PUF.
- PERELMAN, C. & OLBRECTHS-TYTECA, L. Raison éternelle, Raison historique Justice e Raison. Bruxelas, Ed. da Universidade de Bruxelas, 1972.
- PERELMAN, C. (1952) "Philosophies premières ef philosophie regressive" in Rhéthorique et Philosophie, Paris, PUF, 1952.

- PRADO Jr. B. & CASS, M.J. (1993) "A retórica da economia segundo McCloskey" Revista Discurso 22.
- PRADO Jr., B. (1994) "O Relativismo como contraponto" in Caderno Mais!, FSP, 26/06/94.
- PRADO, E.F. (1991) A Economia como ciência. São Paulo, IPE/USP, 1991.
- RANGEL, I.M. (1962) Inflação Brasileira. 5a ed. São Paulo, Bienal, 1987.
- RAPPAPORT, S. (1988) "Economic methodology: rhetoric or epistemology". Economics and Philosophy, 4, vol.1.
- REGO, J. M. (1989) "Retórica e a crítica ao método científico na economia: sociologia do conhecimento versus a lógica da superação positiva". Fortaleza, Anais do 17o Encontro da ANPEC, 1989.
- REGO, J. M. (1990) "Retórica na economia: a teoria da inflação inercial" in Rego, J., org. (1990).
- REGO, J. M. (1990b) "Retórica no Processo Inflacionário: a Teoria da Inflação Inercial" in Rego, org, (1990a)
- REGO, J. M. (1995) "Retórica na Economia: Idéias no lugar" Revista de Economia Política, (forthcoming)
- REGO, J. M., MAZZEO, L.M. e FREITAS F°, E. de (1986) "Teorias sobre Inflação: uma Abordagem Introdutória" in Rego (1986)
- REGO, J.M., org Inflação Inercial, Teorias de Inflação e o Plano Cruzado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- REGO, J.M., org (1990a) Inflação e Hiperinflação Interpretações e Retórica. São Paulo, Bienal

- RORTY, R. Philosophy and the Mirror of Nature. Princenton, New Jersey, 1979.
- ROSEMBERG, A. (1988) "Economics is too important to be left to the rhetoricians" Economics and Philosophy 4 (1).
- ROSENSTEIN-RODAN, P.N. "Problems of Industrialization in Eastern Europe and South Eastern Europe". *In* Hirschman, Albert O. The Strategy of Economic Development. New Haven, Yale University Press, 1958.
- ROSTOW, W.W. The Stages of Economic Growth. Cambridge, Cambridge University Press, 1960.
- RUSSEL, B. & WHITEHEAD, A. Principia Mathematica. Cambridge Univ. Press, 1988.
- RUSSEL, B. My Philosophical Development. Londres, Unwin Books, 1973.
- SAMUELSON, P.A. Foundations of Economic Analysis. Harvard, Harvard University Press, 1947.
- SARGENT, T. Macro-economic Theory. Nova York, Academic Press, 1979.
- SARGENT, T. (1985) "O Final de Quatro Hiperinflações" in Rego (1986).
- SCHUMPETER, J.A. (1911) The Theory of Economic Development. Oxford, Oxford University Press, 1961.
- SCHUMPETER, J.A. (1934) Capitalismo, Socialismo e Democrazia. Milano, Comunità, 1955
- SIMONSEN, M.H. Gradualismo versus Tratamento de Choque. Rio de Janeiro, APEC, 1970.

- SIMONSEN, M.H. Eugênio Gudin e a Teoria da Inflação. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1979.
- SIMONSEN, M.H. (1980) "A teoria da inflação e a controvérsia sobre indexação" Estudos Econômicos, IPE-USP, v. 10, no. 2, maio/ago: 5-55.
- SIMONSEN, M.H. (1981a) "Aversão ao Risco e Rigidez Salarial" Revista Brasileira de Economia, v. 35, no. 1, jan/mar:3-16.
- SIMONSEN, M.H. (1981b) "A dinâmica da inflação com expectativas adaptativas" Revista Brasileira de Economia, v. 35, no. 3, jul/set: 223-250.
- SIMONSEN, M.H. (1993) "O princípio federativo no Brasil" Estudos Econômicos, v. 23, no. Especial:7-16.
- SMITH, A. A Teoria dos Sentimentos Morais, 1759
- SOLOW, R. (1988) "Comments from inside economics. In A.Klamer, D. McCloskey e R.Solow, eds. (1988).
- SOLOW, R.M. (1956) "A Contribution to the Theory of Economic Growth". In J. Stiglitz e H. Usawa, orgs. Readings in the Theory of Economic Growth. Mass.: MIT Press, 1969.
- TAVARES, M. da Conceição & CASTRO, A. & e LESSA, C. Introducion al Analisis Economico. Santiago do Chile, CEPAL, 1966.
- TAVARES, M. da Conceição & FIORI, José L. (Des)ajuste Global e Modernização Conservadora. São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- TAVARES, M. da Conceição & SOUZA, P.R. de (1981) "Empregos e Salários na Indústria" Revista de Economia Política, v1, no.1, jan/mar: 3-29.

- TAVARES, M. da Conceição (1973) Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil, Rio de Janeiro, Tese de Doutorado
- TAVARES, M. da Conceição (1975a) Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: Ensaios sobre a Economia Brasileira. 4a ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- TAVARES, M. da Conceição (1975b) "O Desenvolvimento Industrial Latino-Americano e a Atual Crise do Transnacionalismo" Estudos CEBRAP, no 13, jul/set: 5-28.
- TAVARES, M. da Conceição (1975c) "O desenvolvimento industrial latino-americano e a atual crise do transnacionalismo" Estudos CEBRAP, v. 13, jul/set: 5-28.
- TAVARES, M. da Conceição (1978a) "O Movimento Geral de Capital: Um Contraponto à Visão da Auto-regulamentação da Produção Capitalista" Estudos CEBRAP, n.25: 7-26
- TAVARES, M. da Conceição (1978b) Ciclo e Crise, Rio de Janeiro: Tese de Livre Docência.
- TAVARES, M. da Conceição (1979) "O Sistema Financeiro Brasileiro e o Ciclo da Expansão Recente" Cadernos de Opinião, no13 ago/set: 58-75
- TAVARES, M. da Conceição. A Economia Política da Crise: Problemas e Impasses da Política Econômica Brasileira. 3a ed, Rio de Janeiro, Achiamé, 1982.
- TAVARES, M. da Conceição (1983a) "A Crise Financeira Global" Revista de Economia Política, v.3, n. 2, abr/jun:15-25
- TAVARES, M. da Conceição (1983b) A Dinâmica Cíclica da Industrialização Recente do Brasil. Editora da Unicamp.

- TAVARES, M. da Conceição (1987) "O Desequilíbrio Financeiro do Setor Público" Boletim de Conjuntura, IEI-UFRJ, v. 7, no. 4, novembro: 91-107.
- TAVARES, M. da Conceição (1991a) "Economia e felicidade" Novos Estudos CEBRAP, no. 30, julho: 5-26
- TAVARES, M. da Conceição (1991b) Participação no debate "Adeus ao Socialismo" Novos Estudos CEBRAP, no. 30, julho: 7-42.
- TAVARES, M. da Conceição (1993) "O Caso do Brasil. As Tentativas Fracassadas de Estabilização" Boletim de Conjuntura, IEI-UFRJ, v. 13, no. 1, abril: 95-106.

RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS SIGLAS CITADAS

1. INSTITUIÇÕES

ACSP: Associação Comercial de São Paulo

ANPEC: Associação Nacional dos Cursos de Pós Graduação em Economia

ANPES: Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social

BACEN ou BC: Banco Central do Brasil

BANESPA: Banco do Estado de São Paulo S/A

BB: Banco do Brasil

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAE: Centro de Aperfeiçoamento do Ensino

CEBRAP: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEPAL: Comissão Econômica para América Latina

CEXIM: Carteira Exportação e Importação do Brasil

CIEP: Centro Integrado de Educação Popular

CIP: Conselho Interministerial de Preços

CMBEU: Comissão Mista Brasil Estados Unidos

CNC: Confederação Nacional do Comércio

CNE: Conselho Nacional de Economia

CNI: Confederação Nacional da Indústria

CORECON: Conselho Regional de Economia

CPDOC: Centro de Pesquisas e Documentação da FGV

EAESP: Escola de Administração de Empresas da FGV/SP

EPGE: Escola de Pós Gradução em Economia da FGV/RJ

FGV/RJ: Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro

FGV/SP: Fundação Getúlio Vargas - São Paulo

FIESP: Federação das Indústrias do Estado

FIPE: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FMI: Fundo Monetário Internacional

IBC: Instituto Brasileiro do Café

IBRE: Instituto Brasileiro de Economia

IEI: Instituto de Economia Industrial

IPE: Instituto de Pesquisas Econômicas

ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros

NPP: Núcleo de Pesquisa e Publicações (EAESP-FGV/SP)

ONU: Organização das Nações Unidas

PUC/RJ: Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC/SP: Pontificia Universidade Católica de São Paulo

SUMOC: Superintendência da Moeda e do Crédito

UnB: Universidade de Brasília

UNESCO: United Nations Education and Science Organization

UNICAMP: Universidade de Campinas

2. OUTRAS SIGLAS

AR(n): Elemento auto-regressivo de ordem n

EE: Estudos Econômicos

FSJ: Departamento de Fundamenos Sociais e Jurídicos da Administração - EAESP-FGV/SP

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano - ONU

JEP: Journal of Economic Perspectives

JPE: Journal of Political Economy

MPhil: Master of Philosophy

PAE: Departamento de Planejamento e Análise Econômica aplicado à Administração - EAESP-FGV/SP

PPE: Pesquisa e Planejamente Econômico

RBE: Revista Brasileira de Economia

REP: Revista de Economia Política

UFIR: Unidade Fiscal de Referência

URV: Unidade Real de Valor

ÍNDICE TEMÁTICO POR AUTOR

ROBERTO DE OLIV	VEIRA CAMPOS (1917)	36
Metodologia	************************************	39
Desenvolviment	to Econômico	41
Inflação	***************************************	48
CELSO MONTEIRO	FURTADO (1920)	51
Formação	***************************************	51
Método	***************************************	57
Desenvolviment	to Econômico, Tecnologia e Globalizaçã	io 60
Inflação	***************************************	65
ANTONIO DELFIM	NETTO (1929)	69

Metodologia	***************************************	73
Retórica na Eco	nomia	74
	to Econômico	
Inflação e Deser	nprego	81
MARIA DA CONCE	IÇÃO TAVARES (1931)	88
Método		88
	nvolvimento	
LUIZ CARLOS BRE	SSER PEREIRA (1934)	106
Formação		106
Inflação		113
	to Econômico	

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN (1935) 1	26
Formação 1	26
Metodologia1	20
Desenvolvimento Econômico	29
Inflação 1	34
AFFONSO CELSO PASTORE (1940)	3/
Formação	42 43
Sobre o Ensino, a Imprensa, e a Atividade do Economista 1-	47
Sobre alguns economistas brasileiros e suas obras 14	49
Método1:	51
Desenvolvimento Econômico	53
Inflação Inercial1	55
ANDRÉ LARA RESENDE (1951)1:	58
Formação1	58
Método16	65
Desenvolvimento Econômico	
Inflação	70
EDUARDO GIANNETTI DA FONSECA (1956)17	72
Formação	78
Metodologia18	0 1
Desenvolvimento Econômico	
Inflação	
	13

RELAÇÃO DOS RELATÓRIOS PUBLICADOS PELO NPP:

SÉRIE RELATÓRIOS DE PESQUISA - 1995

Proteção do Consumidor: um Estudo Comparativo Internacional Gisela Black Taschner

Reconstruindo o Estado: Gestão de Organizações e Serviços em Processo de Mudança Marta Ferreira Santos Farah

A Economia Política da Corrupção : o Escândalo do Orçamento Marcos Fernandes Gonçalves da Silva

Parques e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica José Carlos Barbieri

Regiões Metropolitanas Brasileiras: İndices de Diferenciação Anita Kon

As Atividades Culturais no Eixo da Avenida Paulista Heitor Frugoli Junior

O Ensino da Psicologia no Curso de Administração: como Trabalhar em Pequenos Grupos Favorecendo a Relação de Equipes Ideli Domingues

Cultura da Vizinhança: Identidade Individual e Vida Urbana Marina Heck

Sistema de Informações para a Gestão Ambiental José Delazaro Filho

Análise da Contribuição da Revista de Administração (1947-1992) na Evolução do Campo de Conhecimento em Administração Pública Tânia Margarete Mezzomo Keinert

O Emprego na Teoria Econômica Domingo Zurron Ocio

A Ética na Propaganda Maria Cecilia Coutinho de Arruda Terceirização em Informática Jaci Correa Leite

Como Decidem os Administradores Financeiros sobre Custo e Estrutura de Capital das Empresas no Brasil
William Eid Júnior

SÉRIE RELATÓRIOS DE PESQUISA - 1996

A Avenida Paulista como Pólo de Expressões Públicas e Coletivas na Cidade de São Paulo Heitor Frugoli Junior

Identidade e Vinculos numa Oficina de Marcenaria

Ricardo Rocha Brito Bresler

Análise das Propostas dos Cursos de Administração Pública no Brasil em Função da Evolução do Campo de Conhecimento

Tânia Margarete Mezzomo Keinert

O Jovem Administrador Maria José Tonelli

Fronteiras da Nova Economia Institucional Marcos Fernandes Gonçalves da Silva

Encomendas: Livraria Prefeito Faria Lima

Av. Nove de Julho, 2029 - Térreo

01313-902 São Paulo SP Brasil